

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SULIANE DA SILVA CARDOSO

“COM DEZOITO VAI TER QUE SAIR”:
A IDADE COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA
O DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

PORTO ALEGRE
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

SULIANE DA SILVA CARDOSO

**“COM DEZOITO VAI TER QUE SAIR”:
A IDADE COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA
O DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Tese apresentada como requisito para a banca de defesa pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Organizações, Cultura e Democracia

Orientadora: Prof. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre
2023

SULIANE DA SILVA CARDOSO

“COM DEZOITO VAI TER QUE SAIR”:
A IDADE COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA O DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Tese apresentada como requisito para a banca de defesa pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Claudia Fonseca - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Elaine Müller - Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Maria Luísa de Dios - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Ficha Catalográfica

C268c Cardoso, Suliane da Silva

"Com dezoito vai ter que sair" : a idade como único critério para o desacolhimento institucional / Suliane da Silva Cardoso.

– 2023.

203.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro.

1. Antropologia das Idades. 2. Juventudes. 3. Acolhimento Institucional. 4. Desacolhimento. 5. Maioridade. I. Ribeiro, Fernanda Bittencourt. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001. Me sinto muito grata pela bolsa de pesquisa concedida, pois sem investimento em ciência, essa pesquisa não teria sido possível, assim como o meu acesso à uma pós-graduação.

À professora *Fernanda Bittencourt Ribeiro*, pelo olhar sempre atento e pelos inúmeros aprendizados que tem me proporcionado ao longo deste caminho de formação. Agradeço muito pela confiança que seguiu depositando no potencial do meu trabalho. Seguimos!

À professora *Maria Luiza de Dios*, pela comentários atenciosos e gentis durante minha banca de qualificação, contribuindo para o aprimoramento desta pesquisa.

À professora *Maria Bellini*, pela recomendação de incluir poesia à escrita, sinto que teus comentários me ajudaram a encontrar um pouco mais da minha voz.

À professora *Claudia Fonseca*, assim como a todas as pesquisadoras da Rede Anthera, com quem tenho aprendido imensamente nos últimos meses através de discussões que foram vitais para as reflexões e conclusões desta pesquisa.

À professora *Elaine Müller*, pelo trabalho que foi fonte de inspiração central para o desenvolvimento desta tese e pelo aceite ao convite para a banca de defesa.

À minha rede familiar e afetiva, *Dionete Pereira, Jair Peixoto, Silvia Nowtzki, Marcos Nowtzki, Andrei Nowtzki, Andriel Nowtzki, Antônia Nowtzki e Sara Rosa*, porque foi com vocês que eu aprendi sobre tudo o que existe de maior importância.

À *Raísa Vivan Soares*, porque escrever uma tese em meio à uma pandemia mundial foi de uma angústia enorme. Compartilhar de tudo isso contigo, foi de um tremendo alívio. Eu tive muita sorte por ter te encontrado.

À *Taiane Brighenti*, porque carrego comigo a certeza de que a nossa amizade é dessas de vidas inteiras. Obrigada por ter estado comigo em cada segundo na linha de frente, amiga. Eu estou contigo sempre.

À *Lara Sosa Márquez*, pelas tantas confidências e constantes incentivos. Pelo carinho e acolhida que sempre encontro nas nossas trocas e na tua companhia. Me sinto muito grata pela tua presença na minha vida.

À *Lia Souza*, por sempre me ajudar a transformar de tudo em arte — de uma simples conversa à uma tese de doutorado. Você é uma pessoa linda e eu aprendo muito contigo.

À *Arthur Daudt, César Purper, Deisi Maglia, Guilherme Daudt, Isabel Tocchetto e Ricardo Oliveira*, porque se vocês vêm às quatro da tarde, desde às três eu estarei feliz. Conviver com vocês é querer repetir. Agradeço por cada momento.

À *Allan Lazzarotto, Diego Bonaldi, Franciele Bonaldi, Livia Lazzarotto e Maurício Bonaldi*, pelos laços afetivos construídos entre nós e há tanto tempo. Vocês estão sempre comigo, onde quer que eu esteja.

À *Amanda Ferreira e Adriano Soares*, cuja presença e amizade tem sido de uma importância imensurável, especialmente nestes últimos anos. Vocês me ajudam a acreditar no amanhã, tendo a certeza de que lá, sempre haverá aurora.

À *Rodrigo Tadewald, Aline Freitas e Olívia Tadewald*, pela amizade que sempre me impulsiona e me incentiva na busca por horizontes além. Com vocês, me sinto bem.

À cada uma das pessoas que foram entrevistadas e que gentilmente cederam de sua atenção, de seu tempo e de suas palavras para a construção deste estudo. Agradeço pelos tantos ensinamentos. Sem vocês, esta tese certamente não existiria.

Ao meu irmão,
Sandro Pereira da Silva.

Ouviu aquele julgamento da sociedade
Por ter vinte e um e ainda não estar na faculdade
Três namoros falidos, um relacionamento abusivo,
Nove anos viveu num abrigo
E doía lembrar do que não foi vivido.
É mãe, desculpa não te tirar do caminho do caixão
É que tu disse pra eu cuidar dos meus irmãos
E eu tinha só sete.
Quem me dera fosse dezessete pra lidar
Com aquela maldita que valia cinco
Aquela pedrinha, que te levou à ruína,
Que fez eu ter pesadelos reais
Lembra? Sim, eu sou capaz.
De cozinhar em latas de alumínio
Sobre grades de um fogão
De pedir meio quilo de polenta
Pra cinco irmãos ou
Quando tu me levou
Pra assistir a tua destruição
Sim, eu tô falando de prostituição
Pra dormir não tinha colchão
A saída era jogar umas roupas sujas no chão
E eu pensava
Que vida, hein?
Eu tinha a mãe mais bonita
Uma preta guerreira, mãe solteira
Aquela que põe os filhos acima de tudo
Mesmo sem ter tudo
E o que aconteceu? Nunca entendi
Tudo o que eu queria era fugir
E aos nove, presa no sistema, chorava
Apavorada, dilacerada
Aquela pedra de cinco
Me deixou sem nada
Um vazio amargurado
Com gosto do passado
E eu lembrava ela
Com aquela lata na guela
Nos seus olhos fissura
Nos seus dedos queimaduras
Olhava, olhava, olhava
E não era mais a minha mãe
Que eu enxergava
Eu e os meus irmãos viramos estatística
Nada além de um dado
Pra um abrigo fomos enviados
E tivemos que fazer do passado
Um novo motivo pra continuar
Mãe, obrigada pela mulher que me tornei
Pois foi sobre o teu exemplo que não fraquejei
Hoje tenho minha filha, minha família, meus irmãos
E sei que sou a revolução
De uma história que não se encaixa no padrão
Mas eu aprendi que estrelas não brilham
Só na escuridão
E eu sei que a vida pesa,
E eu sei que dói
Mas não desanima...
Todo mundo merece amor.
“Khalil” (2023)

RESUMO

O Acolhimento Institucional no Brasil se estabelece como uma das principais medidas protetivas em vigor pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). É aplicada para todos aqueles que por inúmeras causas, foram considerados como em situação de violação de direitos. Apesar de pressupor um caráter de brevidade, o acolhimento de crianças e de adolescentes pode acontecer durante longos períodos, ocasionando, como consequência, que ao completarem a maioridade, todos aqueles que se encontram acolhidos em diferentes modalidades, devem enfrentar um processo de desacolhimento, passando de acolhidos à condição de egressos do sistema de proteção. Tendo esse cenário como premissa, o presente estudo tem por objetivo principal compreender como o estabelecimento de um marcador etário pode produzir efeitos no percurso de vida entre aqueles que passaram pelo desacolhimento aos dezoito anos. Esse assunto será analisado a partir de um viés teórico da Antropologia das Idades, sobretudo observando a discussão entre a literatura sobre as transições etárias. Como metodologia de pesquisa, realizei uma abordagem qualitativa, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, além de conversas informais e observações de campo realizadas através do acompanhamento de uma produção audiovisual. Os participantes desta pesquisa foram pessoas que permaneceram acolhidas em instituições de acolhimento até que completassem a maioridade, além de profissionais que atuam em torno do tema do desacolhimento. A pesquisa foi realizada no município de Porto Alegre (RS), com um total de 13 participantes. Como principais resultados de pesquisa, foi possível identificar que o estabelecimento de um critério etário como único marcador não tem sido suficiente para garantir os direitos previstos de modo efetivo na saída das instituições do público-alvo a quem se destina o sistema de proteção. A preparação gradativa pressuposta como uma transição da dependência para a autonomia parece sofrer impacto de diferentes adversidades, como a dependência institucional, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a ausência de vagas em Repúblicas. Diante desse desamparo, ao longo da transição institucional ao desacolhimento, as redes sociais e afetivas construídas pelos sujeitos têm se demonstrado como um dos principais mecanismos de enfrentamento aos constrangimentos estruturais que se apresentam com a chegada dos dezoito anos. Por fim, pontuo o estabelecimento de um marcador etário como imbuído de ideologias que tendem a reforçar um caráter normativo e homogeneizante, concebendo a idade enquanto fator suficiente e partindo sobretudo de associações historicamente atribuídas às juventudes, sem considerar, entretanto, suas subjetividades e particularidades oriundas de cada pessoa e cada contexto.

Palavras-Chave: Antropologia das Idades. Juventudes. Acolhimento Institucional. Desacolhimento. Maioridade.

ABSTRACT

Institutional Sheltering in Brazil is established as one of the main protective measures in force by the Child and Adolescent Statute (1990). It is applied to all those who, for numerous reasons, were considered to be in violation of rights. Despite its brevity characteristic, the fostering of children and adolescents can occur for longer periods, leading to consequences, as the withdrawal from the Institution when they reach the majority (eighteen years), changing their status from sheltered to egresses from the protection system. Therefore, the main objective of the present research is to understand how the establishment of an age marker can produce effects on the life course of those who went through withdrawal at the age of eighteen. This subject will be analyzed from a theoretical point of view of the Anthropology of Ages, especially observing the discussion in the literature on age transitions. As research methodology, I carried out a qualitative approach, applying semi-structured interviews, in addition to informal conversations and field observations carried out through the monitoring of an audiovisual production. The participants in this research were people who stayed in shelter institutions until they reached the age of majority and professionals who work around the theme of withdrawal. The research was executed in the city of Porto Alegre (RS), with a total of thirteen participants. As main research results, it was possible to identify that the establishment of an age criterion as the only marker has not been sufficient to effectively guarantee the foreseen rights of the target public for whom the protection system is intended. The gradual preparation assumed as a transition from dependence to autonomy seems to be impacted by different adversities, such as institutional dependence, the difficulty of entering the labor market and the lack of vacancies in republics. Faced with this helplessness, throughout the institutional transition to acceptance, the social and affective networks constructed by the subjects have been shown to be one of the main mechanisms for coping with the structural constraints that arise with the arrival of eighteen years of age. Finally, I highlight the establishment of an age marker as imbued with ideologies that tend to reinforce a normative and homogenizing character, conceiving age as a sufficient factor and starting mainly from associations historically attributed to young people, without considering, however, their subjectivities and particularities arising from each person and each context.

KEYWORDS: Anthropology of Ages. Youths. Institutional Sheltering. Deinstitutionalization. Age of majority.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A porta.....	31
Figura 2 - The Life & Age of Woman	42
Figura 3 - O desenho de Eduardo	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	20
2.1 <i>INSTITUTO ACOLHER</i>	20
2.2 PROFISSIONAIS.....	23
2.3 “OS PROTAGONISTAS”	24
2.3.1 Gravações do curta-metragem	26
3 AS IDADES DA VIDA.....	33
3.1 UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE AS IDADES	33
3.2 ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES.....	38
3.3 AS TRANSIÇÕES ETÁRIAS	46
3.4 A MAIORIDADE COMO MARCADOR.....	55
4 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	63
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO	63
4.2 APLICAÇÃO DA MEDIDA DE ACOLHIMENTO.....	72
4.2.1 Da família de origem ao acolhimento	78
4.3 CARÁTER PROVISÓRIO	85
5 O DESACOLHIMENTO.....	115
5.1 SUPORTE EMOCIONAL E PRÁTICO	115
5.2 DEPENDÊNCIA E AUTONOMIA	127
5.3 ESCOLARIDADE E MERCADO DE TRABALHO	140
5.4 ACESSO À MORADIA	156
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS	190
APÊNDICE A — MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO.....	200
APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	201

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) define os dezoito anos como a idade limite para que aqueles que foram acolhidos pelo sistema de proteção deixem as instituições de acolhimento. A presente tese se propõe a observar o tema do desacolhimento destas instituições como principal objeto de pesquisa, partindo de um olhar antropológico sobre as idades da vida. Rifiotis (2017) diferencia o uso dos termos “desligamento”, “desacolhimento” e “desinstitucionalização” ao considerar que, no primeiro caso, “desligar-se” envolve tão somente uma mudança de lugar e, no limite, de “condição”: de acolhido a egresso. Desacolhimento, por outro lado, está relacionado à finalização do processo de acolhimento, ocorrendo a partir de diferentes fatores, entre os quais a situação-limite, que é a chegada da maioridade. Por fim, o termo desinstitucionalização pretende delinear as mudanças não só de lugar, mas de estado: aquilo que “egressos” podem ser para além das instituições.

Nesse sentido, partindo da relação do critério etário com a finalização do processo de acolhimento, tomo uso do termo desacolhimento em maior recorrência no desenvolvimento desta tese. Contudo, a palavra “desligamento” tem destaque na legislação, motivo pelo qual também foi utilizada com alguma frequência, especialmente para referir o processo burocrático de desligamento realizado pelas instituições na efetivação da transição institucional. Acerca da categoria “egresso”, Rifiotis (2017) afirma que o termo tem implicado uma série de problemas de ordem teórico-metodológica, uma vez que remete aos que deixaram o sistema como produto da institucionalização e, ao mesmo tempo, como grupo social. Por esse motivo, opto por manter as aspas no termo, evitando seu uso de maneira generalizada, na tentativa de demarcar essas diferenças.

Me autodeclaro como uma mulher branca de trinta anos de idade e apesar dos encontros anteriores, considero que meu caminho de estudos na Antropologia como pesquisadora seja ainda recente. Tenho formação em Ciência Política (Bacharelado), pela Faculdade da Serra Gaúcha (FSG), no município de Caxias do Sul/RS. Durante a graduação, conheci a Antropologia Política e de imediato me interessei pelo tema. Passei a explorar as entrevistas e as observações de campo como ferramentas e foi durante a escrita de meu trabalho de conclusão de curso, entrevistando veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que senti que ali encontrava um lugar confortável como pesquisadora em formação. Eu gostava de ouvir as histórias das pessoas e de aprender com elas.

Na época, eu me interessava muito pelos livros da antropóloga brasileira Karina Kuschnir¹ e tentei o processo seletivo de mestrado querendo fazer etnografia política. No ano de 2017, consegui uma bolsa de pesquisa (CNPq) para cursar a Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Pucrs e durante os dois anos de formação, fiz campo de pesquisa em uma Câmara de Vereadores e escrevi sobre a atuação profissional de chefes de gabinete, utilizando de entrevistas e observações de campo como ferramentas principais. Em 2019, entrei no doutorado com projeto similar àquele que vinha desenvolvendo ao longo do mestrado. Nesse período, no entanto, passei a ter mais contato e interesse pela leitura de artigos sobre Acolhimento Institucional e dentre os artigos que estava lendo, identifiquei que eram poucos os estudos sobre o tema do desacolhimento, motivo que me incentivou a migrar de vez para a Antropologia, com a orientação da Prof. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro.

São cerca de 30 mil crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento institucional no Brasil, dentre as quase cinco mil unidades no país. Os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) indicam que a faixa etária que compõe a maior parte dos acolhidos se encontra entre os adolescentes, a partir dos quinze anos de idade (CNJ, 2022; SNA, 2022). Os acolhimentos são definidos como uma das principais linhas de ação política que se propõe a garantir direitos das crianças e dos adolescentes, atuando como uma medida de proteção para todos aqueles que são considerados em situação de risco pessoal ou social. São conceituados como serviços especializados e de alta complexidade, possuindo como premissa central o caráter provisório que preconiza em até dezoito meses o prazo máximo de institucionalização². Em levantamento recente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) demonstrou, porém, que apesar do caráter provisório, a permanência de crianças e adolescentes por períodos além de dois anos, segue ocorrendo com certa frequência.

Isso acontece porque a reinserção familiar das crianças e dos adolescentes ou a integração em família extensa ou substituta nem sempre ocorre como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em muitos casos, se sugere que a falta de perspectiva de reinserção familiar ocorre, inclusive, porque quanto maior for o tempo de institucionalização, menores serão as chances do reestabelecimento de vínculos com pais ou parentes próximos. Quanto à integração em família substituta, se supõe que quanto maior for a faixa etária, menor

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autora de livros como “Antropologia da Política” (2007) e “O cotidiano da política” (2000).

² Entre os anos de 2009 e 2017, era estabelecido um prazo máximo de dois anos de institucionalização, tendo sido reduzido para dezoito meses desde a mudança em 2017 (IPEA, 2021).

a possibilidade, uma vez que se constituiria como uma adoção tardia e a maioria dos adotantes tendem a priorizar um perfil de crianças ainda na infância (SILVA, 2010).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza a permanência de crianças e adolescentes em suas famílias de origem, sugerindo que a Política de Assistência Social (LOAS, 1993) procure promover a proteção social integral dos sujeitos no atendimento às necessidades básicas, para que as famílias possam ter condições de cuidar de seus filhos. Na prática, porém, isso não tem sido efetivado de maneira plena, especialmente pela ausência de políticas sociais, o que contribui para uma realidade social de desigualdade e exclusão ainda recorrente (FÁVERO, 2001; SPINK; RAMOS, 2016). Como resultado, o tempo de institucionalização de crianças e adolescentes em unidades de acolhimento pode se transformar em um processo longo, além de permeado por idas e vindas entre as instituições, a família de origem, extensa ou substituta. Nesse caso, quando completam dezoito anos de idade, todos aqueles que se encontram acolhidos devem deixar o lugar em que vivem, passando por um processo de desacolhimento institucional. Completar dezoito anos de idade dentro de uma instituição se define, deste modo, como um marcador importante de transição institucional, já que é a partir de um parâmetro etário que novos caminhos devem ser traçados.

Quando atingem a maioridade, as pessoas acolhidas passam para a condição de “egressas” do sistema de proteção, não podendo mais contar com o Acolhimento Institucional como medida protetiva através do ECA. O processo de saída é normalmente considerado como um momento difícil a ser enfrentado, pois quando atingem a maioridade, é comum que se encontrem em situação de amplo desamparo. A falta de medidas socio-pedagógicas por parte das instituições para uma preparação gradativa e eficiente tem sido apontada como uma das principais dificuldades ao longo da desinstitucionalização de adolescentes. Além disso, a ausência de recursos disponíveis e o fato de que a maioria deles não possua um nível de escolaridade suficiente para inserção no mercado de trabalho são tidas como outras das dificuldades (SILVA, 2010; TUMA; PEREIRA, 2013; BENETTI; BRINO, 2016).

Como consequência, sem contar com verbas estatais que os custeiem até que possam se estabilizar e diante das adversidades para adentrar ao mercado de trabalho e se sustentar individualmente, torna-se perceptível a dificuldade que enfrentam nesse momento. Fatores como esses podem contribuir para que permaneçam em situação de desemprego, fazendo aumentar as chances de que acabem vivendo em situação de rua, como ocorre hoje com cerca de 180 mil brasileiros e brasileiras que vivem sob estas condições (G1, 2021). É a partir disso, que Silva (2010) pontua que existe uma realidade de abandono que é revivida a cada dia por pessoas que foram acolhidas pelo sistema de proteção, já que o Estado, além de não oferecer às

famílias de origem as condições necessárias para a criação de seus filhos, também acolhe precariamente aqueles que são impedidos, por inúmeros motivos, de viverem com suas famílias, encontrando novas situações de desamparo quando deixam as instituições.

Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007) afirmam que refletir acerca das práticas voltadas para juventudes em situação de vulnerabilidade social não é uma tarefa simples, sobretudo por conta de uma amplitude de instâncias e complexidades envolvidas em seus contextos. Desde o funcionamento das políticas internas das instituições até o âmbito da política macro, tais realidades refletem marcas profundas de distintas injustiças e desigualdades sociais que se perpetuam ainda hoje. Ao buscar maior entendimento sobre as complexidades em torno do desacolhimento, proponho a escuta de depoimentos de pessoas que vivenciaram esse processo e que viveram/vivem os efeitos desse percurso. Uma vez que se trata de uma pesquisa antropológica que tem enfoque em juventudes e, especialmente, na maioria como um marcador etário determinante para a saída das instituições, intento olhar para a idade como um ponto de partida do debate, visando contribuir com o tema através desta perspectiva.

Nesse sentido, espero conseguir colaborar com o debate sobre a transição institucional em serviços de acolhimento, assim como no que diz respeito às discussões sobre as transições etárias, temáticas que se encontram entrelaçadas no desacolhimento. Considerando a dimensão etária como um marco para essa passagem, busco compreender quais são os possíveis efeitos de políticas produzidas a partir de um critério cronológico na vivência daqueles que são diretamente impactados por estas medidas, especialmente ao longo da tentativa de se sustentar individualmente após o desligamento dessas instituições. Assim, duas principais perguntas norteiam a presente pesquisa, sendo elas: quais os valores intrínsecos na definição da maioria como marcador para a transição institucional? Como essa transição institucional é vivenciada pelas pessoas que permaneceram institucionalizadas até os dezoito anos?

Dentro dos serviços de acolhimento, existe uma orientação para a realização de uma preparação gradativa para a transição institucional (BRASIL, 1990). Nesse sentido, procuro também identificar quais são as principais ações institucionais consideradas como preparatórias, além de buscar constatar, diante disso, quais foram (e continuam sendo) os principais desafios enfrentados ao longo desse processo, assim como os principais mecanismos de enfrentamento utilizados pelas pessoas que deixaram o sistema de proteção diante dos constrangimentos estruturais que se colocam.

Para responder essas questões, foram realizadas entrevistas com pessoas que vivenciaram a medida de acolhimento institucional, permanecendo nestas instituições até os dezoito anos de idade. Também foram aplicadas entrevistas com profissionais que atuam nesses

espaços e com uma profissional e uma voluntária de uma organização voltada para o tema do desacolhimento. A decisão pela inclusão de profissionais na pesquisa se deu pelo interesse em observar o processo de transição institucional a partir de perspectivas advindas de distintos atores sociais envolvidos nesse processo. O universo pesquisado delimita-se na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que se encontra entre os estados com maior incidência de acolhidos no Brasil, contando com cerca de 3.412 crianças e adolescentes, depois de São Paulo, que fica em primeiro lugar, com 8.646 crianças e adolescentes em situação de acolhimento (CNJ, 2022). Partindo das informações apresentadas nesta introdução, reforço a importância de maior aproximação ao tema dos acolhimentos, indicado como uma realidade que muitas pessoas ainda enfrentam no Brasil contemporâneo.

Diante das dificuldades encontradas para a inserção presencial em campo durante a pandemia de Covid-19 em 2020, inicialmente, a pesquisa seria estruturada unicamente através da aplicação de entrevistas. Novos rumos se sucederam, no entanto, quando em 2022 foi aprovada uma proposta para a produção de um curta-metragem sobre a experiência de viver em acolhimentos institucionais, através da perspectiva daqueles que passaram pelo sistema de proteção. A proposta para a produção, na qual atuo como uma das roteiristas, teve aprovação pela Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul (SEDAC)³ e ainda se encontra em desenvolvimento, até o ano de 2024. O fundamento para a iniciativa dessa produção, inclusive, foi inspirado na escrita deste trabalho.

Desta forma, busquei integrar os conhecimentos adquiridos até então sobre o tema, transpondo-os, em alguma medida, para um projeto audiovisual. De outro lado, também busquei trazer para a pesquisa um pouco daquilo que vinha sendo vivido ao longo do processo de roteirização. Assim, nos meses finais de desenvolvimento desta tese, passei também a adicionar informações oriundas desse novo campo de inserção, acompanhando as gravações iniciais do curta-metragem, entre os meses de maio e julho de 2023, na cidade de Porto Alegre. A partir disso, além das entrevistas iniciais, passei a realizar também o acompanhamento das gravações (incluindo áudio, vídeos e fotografias) deste curta-metragem protagonizado por pessoas que estiveram acolhidas em instituições e permaneceram nelas até a maioridade.

Ao todo, foram 13 os participantes desta tese, sendo nove pessoas egressas de serviços de acolhimento, duas profissionais que atuam nestas instituições (uma coordenadora de uma rede de casas lar e uma educadora social de um acolhimento) e, por fim, duas profissionais de

³ Financiado pelo Sistema Pró-Cultura - RS, edital SEDAC nº 01/2022. Concurso “FAC- Filma RS – Fundo de Apoio à Cultura” e produzido por MEDITA Vídeos.

um instituto que tem como proposta a atuação em torno do processo de desacolhimento. Intento, deste modo, através de entrevistas e da aproximação ao longo da produção de um curta-metragem, converter neste trabalho “para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto” (PEIRANO, 2013, p. 386).

Ademais, espero transpor os relatos dos entrevistados de maneira fiel, contribuindo para o debate sobre o tema do desacolhimento, que além de não possuir protagonismo dentro do campo científico, também não ganha destaque enquanto objeto de estudo (RIFIOTIS, 2019). A presente tese objetiva se inserir, desta forma, no campo de debate científico sobre um tema de relevância social, que vem sendo desenvolvido de maneira ainda tímida no Brasil.

Para tanto, dentro da estrutura do trabalho, além do capítulo introdutório, desenvolvi um segundo capítulo intitulado “Metodologia de pesquisa”, onde pretendo demonstrar de maneira mais descritiva o passo a passo de inserção no campo. O terceiro capítulo, chamado “As idades da vida” pretende discorrer sobre as principais descobertas da área de pesquisa em que este estudo se encontra inserido, partindo da Antropologia das Idades. Tendo as divisões etárias como ponto de partida, busco compreender como conceitos como “adolescência” e “juventude” vem sendo mobilizados pelas políticas que tem públicos juvenis como seus alvos-principais.

No quarto capítulo, intitulado “Acolhimento Institucional”, objetivo revisar brevemente a política de institucionalização no Brasil, partindo de sua história e voltando novamente ao presente, na tentativa de descobrir quais foram os avanços, assim como os desafios ainda presentes no cotidiano daqueles que foram acolhidos nestas instituições. No último capítulo: “O desacolhimento”, observo como ocorreu a transição das instituições entre os participantes desta pesquisa, levando em consideração seus contextos e histórias individuais. Nas considerações finais, retorno às conexões entre a perspectiva etária e os efeitos produzidos na vida de pessoas que passaram pelo sistema de proteção, permanecendo nele até a maioridade.

Em suma, a partir de um olhar teórico em torno das idades, busco compreender como as dimensões etárias têm influenciado as ações estatais, tomando como ponto de partida o desacolhimento. Como principal resultado de pesquisa, foi possível identificar que o estabelecimento de um critério etário como único marcador não tem sido suficiente para garantir os direitos previstos de modo efetivo na preparação gradativa destinada ao público-alvo a quem a lei se destina. A partir do que se apresenta, espero conseguir colaborar com a promoção de conhecimento através da análise de dados atualizados sobre a realidade de juventudes que vem vivenciando essas transições em diferentes espaços. Desejo, por fim, que novas perspectivas de futuro possam ser construídas, através de mudanças culturais e

institucionais que visem oferecer possibilidades efetivas de acesso a direitos para todas as juventudes de nosso país, e não somente para algumas.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente capítulo pretende discorrer sobre o passo a passo metodológico da pesquisa, descrevendo como se deram as entrevistas aplicadas e a inserção no campo. Primeiramente, será apresentado o *Instituto Acolher*⁴, organização que tem como proposta atuar com adolescentes que estejam passando ou que já passaram pela transição institucional. Entre os anos de 2019 e 2022 conversei com Vera Lúcia, coordenadora do *Instituto Acolher* e com Patrícia, voluntária do mesmo instituto. Posteriormente, conheci Clarissa, coordenadora de uma rede de casas lar, a *Rede Afetos*, com quem conversei no ano de 2022 e por fim, conheci Adriana, educadora social no acolhimento *Assistência*, com quem conversei em 2023.

Entre aqueles que passaram pelo desacolhimento institucional, primeiramente, conheci Rafael, Manuela, Jota e Carolina. Eduardo, Flor, Gustavo, Khalil e Lisandra, além de Jota, foram as pessoas que se tornaram participantes da produção audiovisual desenvolvida, que posteriormente se integrou como campo, complementando as entrevistas/conversas que já haviam sido anteriormente realizadas. Ao todo, foram 13 os participantes que cederam de seu tempo e de suas histórias para o desenvolvimento da pesquisa, a fim de compreender sobre a desinstitucionalização em diferentes instituições de acolhimento.

2.1 INSTITUTO ACOLHER

Nos primeiros meses de pesquisa descobri que existia um instituto que tinha como proposta atuar com adolescentes ao longo do processo de transição para a vida fora das instituições, chamado *Instituto Acolher*. Pensei, inicialmente, em realizar a pesquisa em torno da atuação desse instituto no município de Porto Alegre, fazendo observações participantes ao longo dos encontros promovidos pela entidade⁵.

Queria compreender de maneira mais aprofundada como acontecia o funcionamento da organização e quais eram os efeitos das ações do programa oferecido pelo instituto na transição institucional de seus participantes. Assim, entrei em contato com a coordenadora do instituto

⁴ Cabe considerar que foram formulados nomes fictícios para todas as pessoas entrevistadas, assim como para todas as instituições, institutos, organizações e empresas citadas, a fim de procurar “assegurar o anonimato do entrevistado” (JUNIOR; JUNIOR, 2012, p. 245).

⁵ O Instituto costuma realizar encontros mensais com a rede de acolhimento institucional oferecendo capacitações para monitores, educadores, pais e mães sociais, psicólogos e assistentes sociais que atendem em Porto Alegre, além do atendimento dos adolescentes/jovens (Trechos de diário de campo, 2019).

ao longo do primeiro semestre de 2019. Foi nessa ocasião que conheci e conversei pessoalmente com Vera Lúcia pela primeira vez.

Nesse primeiro encontro, tomei notas de informações sobre a criação do *Instituto Acolher*, seu propósito e atividades. Ao final, Vera Lúcia me ofereceu folhetos e me passou o seu contato, colocando-se à disposição para dar continuidade à nossa conversa e para contribuir com a pesquisa. Vera Lúcia se autodeclara como uma mulher branca de cinquenta e oito anos, graduada em direito, casada e mãe pelas vias biológicas e adotivas. Após conhecer Vera Lúcia, descobri que uma pessoa do meu círculo próximo conhecia Patrícia, psicóloga que atuava como voluntária no *Instituto Acolher*.

Entrei em contato com Patrícia ao final de 2019, momento em que realizei a primeira entrevista utilizada neste estudo. Na época, porém, já não pensava mais em realizar a pesquisa em torno do instituto⁶. Minha intenção estava em me concentrar nas narrativas de pessoas que haviam sido institucionalizadas, de modo que pretendia que aquela entrevista com Patrícia fosse apenas um contato inicial de aproximação com o campo. Naquele momento, eu estava ainda formulando meu projeto de pesquisa e esperava que a conversa com Patrícia pudesse abrir novos horizontes diante de um tema que me era ainda desconhecido.

Nossa entrevista foi realizada em seu consultório, na região central de Porto Alegre, em novembro de 2019. Nascida em Santo Ângelo, Patrícia mora em Porto Alegre desde os doze anos de idade e se descreve como uma mulher branca de quarenta e dois anos, mãe de dois filhos adolescentes e graduada em psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesse encontro, Patrícia me contou que atuava como voluntária desde 2017, mesmo ano em que o instituto havia iniciado suas atividades.

O *Instituto Acolher* tem como proposta acompanhar adolescentes antes e após a saída do acolhimento, desenvolvendo um trabalho que visa colaborar no enfrentamento dos desafios para a construção de uma vida autônoma. Através de vinculação com o Ministério Público e com o Tribunal de Justiça, o instituto é aberto a todas as instituições municipais ou estaduais que tenham interesse, objetivando “preparar os jovens que vivem em acolhimento institucional para sua saída aos dezoito anos da Instituição de Acolhimento”⁷.

⁶ Por estar pensando em me concentrar nas narrativas de pessoas que passaram pela experiência de transição institucional, naquele momento decidi que manteria na tese somente as entrevistas que fossem realizadas com pessoas que haviam se tornado “egressas” do sistema de proteção. Posteriormente, novamente mudei de decisão, especialmente por considerar que as informações obtidas através das conversas com Patrícia e Vera Lúcia seriam de relevância ao presente estudo.

⁷ Trecho retirado de panfleto institucional do *Instituto Acolher*.

Após um primeiro contato inicial com Vera Lúcia e de uma entrevista realizada com Patrícia, decidi novamente incluir as informações sobre a atuação do instituto ao longo deste estudo, o que me motivou a marcar um segundo encontro com Vera Lúcia em dezembro de 2022. A entrevista com a coordenadora do *Instituto Acolher* foi realizada na sede do instituto e nesse dia ela me contou sobre a faixa etária estabelecida pelo programa, que atende jovens de dezesseis aos dezenove anos. Apesar da delimitação, Vera Lúcia ressalta que algumas das ações propostas podem ser desenvolvidas com adolescentes mais novos, entre quatorze e quinze anos, de acordo com a necessidade de cada um. Aos dezesseis, ocorre o início de uma primeira fase, de “construção de projetos que se concretizarão até sua saída do acolhimento, quando completar dezoito anos” – nos diz Vera Lúcia.

No *Instituto Acolher*, o jovem com dezesseis anos que vive em um serviço de acolhimento começa a ser acompanhado e nessa primeira fase irá iniciar a construção dos projetos que se concretizarão até sua saída do acolhimento, quando completar dezoito anos. Durante três anos, participa de encontros em grupo com outros jovens que estão em situação semelhante e terá ao menos um adulto - profissional do Instituto ou voluntário supervisionado por esse profissional - que o acompanha através de encontros individuais periódicos. Após os primeiros contatos entre a equipe profissional do serviço de acolhimento e a equipe do instituto para apresentação do programa e esclarecimentos a respeito dos critérios de participação, o jovem indicado participa de um encontro de apresentação do programa. (VERA LÚCIA, 2019)

O *Instituto Acolher*, de acordo com Vera Lúcia, nasceu justamente da percepção sobre as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes ao longo do processo de desacolhimento. Vera Lúcia afirma que quando iniciou seu trabalho em outro instituto⁸ no ano de 2005, percebeu que a adoção fazia o papel de suprir as necessidades dos adolescentes acolhidos “até uma faixa etária” que seria a dos “desejados” de acordo com o perfil de adoção. Além disso, o programa de apadrinhamento afetivo estaria conseguindo suprir “até os quatorze anos”, mas que, no entanto, após a faixa etária dos quatorze anos, os acolhidos tornavam-se “esquecidos”:

[...] e a partir dos 14 quando eles se tornam maiores assim, fisicamente falando, né... eles passam a não ser preteridos por ninguém e acabam no esquecimento até os dezoito anos e a sair e a não ter ninguém aqui fora como vínculo afetivo, né. Então a gente se preocupava muito com isso, então na minha cabeça, eu achava assim, que tinha que fazer mais alguma coisa pra isso (VERA LÚCIA, 2022)

De acordo com Vera Lúcia, essas foram as razões que motivaram a criação do *Instituto Acolher*: “Então a gente pega os adolescentes dos quatorze anos e só vai largar da mão deles quando eles tiverem lá pelos vinte, vinte e um, quando eles estiverem andando sozinhos”. A

⁸ Aqui, Vera Lúcia se refere ao *Instituto Proteger*, vinculado ao *Instituto Acolher*.

coordenadora complementa que sem um apoio nesse sentido, considera que não sejam muitas as suas alternativas: “[...] porque a gente sabe que aos dezoito eles não vão conseguir”.

Assim, além de acompanhar o processo anterior à transição institucional, o *Instituto Acolher* também propõe realizar um acompanhamento após o desacolhimento e os dezoito anos completos. Em 2019, quando realizei a entrevista com Patrícia, o programa contava com o atendimento de sessenta jovens, entre aqueles que ainda estavam institucionalizados e aqueles que haviam se tornado “egressos” das instituições. Para Vera Lúcia, “[...] é nesse sentido que o *Instituto Acolher* trabalha, no acolhimento desse jovem que a gente vê que não tem perspectiva de adoção, não tem perspectiva de apadrinhamento, que ele simplesmente vai ficar esquecido até os dezoito anos”.

2.2 PROFISSIONAIS

Através da indicação de um contato pessoal, conheci Clarissa em dezembro de 2022. Clarissa atua como coordenadora de uma rede de casas lar, a *Rede Afetos*, há cerca de cinco anos. Seu papel profissional na rede é realizar a gestão dessas seis casas lar, que possuíam, à época de nosso contato, um total de cinquenta e duas crianças e adolescentes acolhidos. Combinamos que a nossa entrevista seria realizada através da Plataforma *Google Meet*.

Clarissa tem quarenta e três anos e se autodeclara como uma mulher negra com formação em Assistência Social. Desde que vem atuando como coordenadora, acompanhou cerca de quinze desligamentos institucionais, além daqueles que estava supervisionando naquele momento. Para Clarissa, “viver e acompanhar as crianças no acolhimento institucional é uma troca constante de amor e dedicação. São muitos os desafios, mas recompensados através de sorrisos e esperança”.

Adriana é natural de São Paulo, mas vive em Porto Alegre há vinte anos. Ela se autodeclara como uma mulher branca, viúva e mãe de dois filhos. Conheci Adriana através de Renan, educador social que havia me indicado alguns contatos ao longo da divulgação da produção do curta-metragem. Atuando como educadora social em uma instituição de acolhimento há oito anos (acolhimento *Assistência*), a formação de Adriana é em administração, com ênfase em recursos humanos. Sobre sua trajetória, ela diz:

O acolhimento entrou na minha vida por acaso e desde então fui contagiada por este universo. Procuro sempre aperfeiçoar meus conhecimentos, tenho dois cursos de educadora social, dois cursos de saúde mental, cursos de justiça restaurativa, mediação de conflitos, enfim, tento sempre agregar algum conhecimento para facilitar minha tarefa, pois é muito complexa. (ADRIANA, 2023)

Mantive conversas com Adriana desde março de 2023 através de um aplicativo de mensagens on-line e encontrei com ela pessoalmente em uma ocasião. Descobri que Adriana trabalhava como educadora na mesma instituição em que atuo como voluntária, coincidência que facilitou o nosso encontro, que ocorreu no acolhimento *Assistência*.

2.3 “OS PROTAGONISTAS”⁹

Foram inúmeras as dificuldades enfrentadas para a condução das entrevistas e para a inserção em campo em razão da pandemia de coronavírus (COVID-19), motivo pelo qual em 2020, nenhuma entrevista foi realizada. O contato com Manuela é um dos exemplos dessas dificuldades. Após ter sido indicada por Patrícia e ter aceitado participar da pesquisa, sugeri a possibilidade de conduzirmos a entrevista de maneira on-line. Manuela, no entanto, além de não ter um computador, também não tinha um bom acesso à internet ou condições financeiras para realizar uma recarga no celular.

Oliveira, Magrin e Carvalho (2021) afirmam que as adversidades da pandemia afetaram o desenvolvimento nas pesquisas científicas, especialmente aquelas de caráter qualitativo, pela falta de acesso a participantes ou campos para a realização de coleta de dados. Ademais, as dificuldades estruturais foram evidenciadas, nesse sentido, através dos efeitos da exclusão digital, onde muitas pessoas não tiveram acesso à realização de atividades on-line em um momento extremamente sensível (SENNE; BARBOSA, 2021).

Além disso, enquanto se estabelecia o vínculo com Manuela, também precisei me afastar do trabalho temporariamente por conta da internação de familiar próxima, causada pela contaminação por coronavírus. Como consequência, o contato com Manuela se tornou espaçado e, na tentativa de retomá-lo, seu número de telefone se encontrava indisponível, de modo que não foi possível realizar entrevistas completas com Manuela. Durante as nossas combinações iniciais, entretanto, Manuela estava de acordo em participar da pesquisa e inclusive adiantou algumas informações sobre a sua trajetória, motivo pelo qual nossas conversas, ainda que poucas, também serão transpostas ao longo deste estudo.

⁹ Optei pela utilização do termo “protagonistas” como referência para as pessoas entrevistadas que tiveram experiência de viver em instituições de acolhimento, pois, além do protagonismo de suas histórias ao longo da escrita desta pesquisa, na produção do curta-metragem, algumas serão pessoas/personagens principais ao longo da narrativa. Também para evitar o uso generalizado do termo “egressos”.

Jota e Rafael também foram indicados por Patrícia¹⁰, pois assim como Manuela, tinham participado dos encontros oferecidos pelo *Instituto Acolher*. As entrevistas com Jota e Rafael foram realizadas em maio de 2021. A entrevista com Jota foi conduzida através da Plataforma on-line *Google Meet*, enquanto a entrevista de Rafael foi realizada por telefone, a pedido do próprio entrevistado, que afirmou não desejar que a entrevista se desse por vídeo.

Rafael nasceu no ano de 2002 no hospital Conceição em Porto Alegre e foi o primeiro contato com quem conversei entre aqueles que haviam deixado o sistema de proteção a partir da chegada à maioridade. Ele se autodeclarou como uma pessoa morena e se demonstrava bastante tímido. Sua voz e seu jeito de falar transpareciam calma e tranquilidade. Suas respostas foram normalmente bastante diretas e sucintas, de modo que não tinha a tendência a se alongar muito em algum assunto específico. Rafael demonstrou disposição em responder todas as perguntas da entrevista, dando respostas, que apesar de muitas vezes curtas, revelavam detalhes bastante íntimos de sua história de vida.

Jota é uma pessoa bastante comunicativa. Essa não seria, inclusive, a sua primeira experiência sendo entrevistado, pois já havia participado anteriormente de outras atividades com pesquisa e, inclusive, dando entrevista para uma estação de rádio. Bem-humorado, Jota por vezes ria ao relembrar de certas passagens de sua vida. Ele pareceu se sentir muito à vontade para contar sobre sua trajetória, incluindo momentos de vida que foram bastante difíceis. Jota nasceu no ano de 2001 e se autodeclara como uma pessoa negra. Bastante interessado por arte, ao longo de nossas conversas, me oferecia dicas de literatura e de cinema, como o livro “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus e o filme “O contador de histórias”, de Luiz Villaça.

Após Jota, a próxima pessoa com quem conversei foi Carolina, através de indicação de Clarissa, que a conhecia de uma das casas lar da *Rede Afetos*. Carolina desde o início mostrou-se bastante receptiva e disposta a auxiliar no que fosse necessário para a pesquisa. Ela se autodeclara como uma mulher negra, nascida em 2000 e mãe de um menino de um ano e meio. Pessoa de jeito e voz doce, Carolina trabalha como folguista em duas casas lar, sendo uma delas justamente a casa em que estive institucionalizada antes de completar dezoito anos. Durante nossa entrevista, que se deu através de ligação de vídeo por celular, Carolina me apresentou o filho e conversou comigo por cerca de uma hora, contando detalhes de sua vida.

Sobra a aplicação de entrevistas semiestruturadas, sabe-se que elas são frequentemente utilizadas na produção de conhecimento em áreas como a Antropologia, onde são formuladas

¹⁰ Além de Manuela, Jota e Rafael, Patrícia me indicou uma quarta pessoa para possível participação na pesquisa. O contato indicado, no entanto, se encontrava com o número de telefone indisponível naquele momento.

questões principais, permitindo que novas questões complementares possam emergir. Nesse sentido, a contribuição de uma abordagem qualitativa se encontra em valorizar a experiência subjetiva dos indivíduos e o modo como interpretam o mundo em que vivem, para que sejam identificados sentimentos, emoções, significados e valores individuais em relação à própria vida (RESENDE, 2016). As entrevistas e conversas foram realizadas nos anos de 2019, 2021, 2022 e 2023¹¹, tendo como objetivo compreender a transição institucional através de diferentes perspectivas e atuações, ou seja, tanto pelo olhar daqueles que se encontram envolvidos por meio de suas profissões ou trabalho voluntário, quanto pela experiência daqueles que vivenciaram o processo de desacolhimento.

2.3.1 Gravações do curta-metragem

As divulgações do curta-metragem iniciaram em dezembro de 2022¹². Em maio de 2023, já havíamos entrevistado 11 pessoas. Dentre essas, 8 foram selecionadas para fazer parte da gravação como participantes do projeto. Uma das ideias que estava na base da construção desse documentário era a de que o tema central pudesse ser trabalhado através do teatro. Assim, uma profissional foi contratada para oferecer uma oficina de teatro que teria sua realização gravada durante a duração de oito encontros semanais.

Quando as gravações iniciaram, em maio de 2023, os encontros se dividiram em distintos momentos. Primeiro, a produção organizava a iluminação, a mesa para o lanche do intervalo e a montagem do espaço. Depois, iniciava-se com um exercício de relaxamento, que ia abrindo espaço para diferentes jogos teatrais, até que, ao final, se abria uma roda de conversa entre os participantes e a produção sobre suas percepções em relação a como estavam se sentindo a partir do que havia sido vivido ali.

No primeiro dia de gravações, a roda de conversa foi o que iniciou as atividades. Equipe e pessoas entrevistadas se sentaram no chão. A diretora da produção pediu então para que cada pessoa pegasse a câmera em mãos e se apresentasse enquanto gravava uma imagem, podendo ser de si mesmo ou de qualquer outra pessoa ou ângulo da sala. As apresentações se iniciam e é nesse momento que passamos a conhecer um pouco mais sobre cada uma das pessoas que estão fazendo parte do projeto, incluindo participantes e equipe.

¹¹ Entre os 13 participantes, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com 6 participantes, sendo eles: Vera Lúcia, Patrícia, Clarissa, Jota, Rafael e Carolina. O contato com Manuela, Adriana, Flor, Khalil, Eduardo, Gustavo e Lisandra foi realizado através de conversas pessoalmente e por aplicativo de mensagem.

¹² Foi divulgado um Card através da rede social oficial do projeto, entre contatos pessoais das pessoas envolvidas na produção e através de uma rede de e-mails de um grupo de pessoas que atuam em diversas áreas associadas à rede de proteção. Descobri essa rede enquanto procurava por contatos para a realização da pesquisa.

Um dos primeiros a se apresentar é Jota, que diz: “Meu nome é Jota. Tenho 21 anos e sou aqui da Vila Nova. Ou seja, tão próximo e longe, ao mesmo tempo. Moro com a minha irmã, moramos eu e ela só. Eu era estudante de direito, mas parei, infelizmente. Mas é algo que eu quero seguir. É um prazer conhecer todos vocês”. Sobre o convite para participação, em maio de 2023 enviei uma mensagem para Jota perguntando se ele teria interesse em participar do projeto, pois estávamos procurando pessoas que quisessem contar sobre suas experiências através do formato de um documentário. Jota se demonstrou interessado e topou na hora:

O interesse, a disponibilidade eu tenho... pra mim seria algo bem legal, então eu quero fazer parte. Gosto muito desse tema, eu gosto de falar sobre acolhimento, então eu tava buscando alguns projetos esses dias pra voltar a falar sobre o tema, mas que bom que tu me contatou de novo então, eu fico bem feliz. (JOTA, 2023)

Eduardo foi indicado através de Adriana, educadora social que atua no mesmo acolhimento em que ele e o irmão estiveram institucionalizados dos dezessete aos dezoito anos e com quem ainda mantém contato constante. Foi Eduardo quem indicou seu irmão gêmeo, Gustavo, para participação no curta-metragem. Durante a roda de conversa no primeiro dia de gravação, Eduardo se apresenta: “Fala galera! Então... eu sou o Eduardo aqui falando. Tô aqui nesse grupo muito tri, sabe? Venho direto da “farmácia”¹³. O meu foco aqui é aprender mais sobre mim e conhecer novas pessoas e ajudar elas no trabalho”.

Eu vim da “Afetos” e do “Assistência”. Eu tô fazendo hoje em dia enfermagem, que o meu sonho é salvar vidas, né. Viver tipo um *Grey’s Anatomy*¹⁴. Deve ser tri, hein? Imagina ver um coração batendo? Muito tri! Mas é isso. Tô pensando na faculdade também, né... não sei qual faculdade fazer. Mas tô no caminho aí. Morando sozinho e seguindo a vida, como sempre (EDUARDO, 2023).

Eduardo tem dezenove anos, se autodeclara como índio e é uma pessoa bastante otimista, responsável e cheio de vida. Desde o início, demonstrou-se extremamente solícito em colaborar com a pesquisa. No segundo dia de gravações, quando conversamos sobre a possibilidade de sua participação, ele disse: “Mas é claro! Tudo o que tu precisar e que eu puder ajudar, você pode contar comigo”.

Gustavo se autodeclara como indígena, tem dezenove anos e se considera como uma pessoa “de boa e legal”. Ao se apresentar, diz que é apaixonado por filmes da Marvel e que trabalha como auxiliar de estoque. Durante a roda de conversa de apresentações, ele diz:

¹³ Aqui, Eduardo se refere a empresa em que trabalha atualmente.

¹⁴ Eduardo está fazendo referência a série de televisão norte-americana “*Grey’s Anatomy*”, drama médico que teve estreia em 2005, criada por Shonda Rhimes.

“Prazer, eu sou o Gustavo. Moro em Porto Alegre, na Zona Norte, no bairro Humaitá. Tenho dezenove anos e tô estudando contabilidade. Meu foco é ser nutricionista, mas até lá vai um longo caminho”.

Depois de Gustavo, é a vez de Flor. Flor tem dezoito anos de idade, tendo deixado a instituição de acolhimento recentemente, em janeiro de 2023. Ela se autodeclara como uma mulher indígena e tem como sonho escrever um livro sobre a sua própria vida. Inicialmente, Flor demonstrou-se uma pessoa reservada e tímida, mas ao longo das gravações do projeto, entretanto, foi cada vez se soltando mais e chegava adiantada em todos os encontros, disponibilizando-se para ajudar no que fosse necessário. Doce e gentil, foi ela quem escolheu o nome “Flor”: “Meu nome é Flor. Eu tenho dezoito anos e eu sou contratada pelo “CCKG”¹⁵. Toda terça-feira eu vou pra lá pra fazer o trabalho. Eu estudo. Tô no ensino médio. Faço bastante curso de maquiagem e de beleza. Eu não sou daqui de Porto Alegre. Sou de Manaus. A vida é bem triste, mas sempre temos que dar a volta por cima. E é isso, prazer”.

Depois de Flor, vem Khalil, que se autodeclara como uma mulher negra. Seu nome de nascimento é Mirela, mas em sua apresentação, Khalil nos diz que podemos chamá-la tanto de Mirela, quanto de Khalil:

Meu nome é Khalil. Eu tenho vinte e cinco anos e sou mãe da *Ágata*. Sou poeta, artesã, vivi nove anos num abrigo e tô muito feliz de estar aqui com vocês. Acredito que sair do abrigo é sobre resistência e sobre mostrar que a gente pode criar a nossa história, a nossa vida e a nossa perspectiva. Que a vida não é só a institucionalização. Eu acho que a gente vai se descobrir muito aqui, cada um se conectando um pouco com a história do outro. E acredito também que tudo é ancestral, que é resgate e que a gente pode já ter se encontrado. E eu tô muito feliz de fazer parte. E é isso. Acho que vai ser muito incrível! (KHALIL, 2023)

Apesar de terem sido oito o número de participantes selecionados, Marcela, que também iria iniciar no projeto, desistiu nas semanas iniciais das gravações em razão de uma vaga de emprego em que precisaria trabalhar aos sábados, dias em que as gravações costumavam ocorrer. Além de Khalil, Flor, Gustavo, Eduardo e Jota, também participaram das gravações André e Lisandra. A escolha por não integrar todos os participantes do curta-metragem na pesquisa, entretanto, se deu pelo pouco tempo restante para concluir a tese e inserir os novos dados que agora surgiam.

Ressalto, no entanto, que em um dos jogos teatrais, uma “cena” protagonizada por Lisandra teve destaque, motivo pelo qual descrevo apenas um trecho de uma fala sua, com a devida autorização, considerando-a, portanto, como a décima terceira participante a integrar

¹⁵ Sigla fictícia do Órgão estatal onde Flor trabalha como Jovem Aprendiz.

esta pesquisa. Lisandra se autodeclara negra, é uma jovem bastante observadora e de olhar gentil. Adora dançar e ouvir músicas de k-pop. No primeiro dia de gravações, ela se apresenta: “Meu nome é Lisandra, eu tenho dezoito anos. Moro no Nonoai... acho que é isso”.

Assim, diante dos acontecimentos que se apresentaram, o ímpeto em introduzir os novos dados através das histórias e experiências trazidas por Eduardo, Flor, Gustavo, Jota, Khalil e Lisandra tornou-se inevitável. Ao longo desse caminho, passei a pesquisar sobre a inserção de obras audiovisuais em pesquisas acadêmicas e, especialmente, antropológicas e descobri a “etnografia cinematográfica”, prática fílmica também conhecida como filme antropológico ou etnográfico. Importa observar que este é um campo de pesquisa consolidado na Antropologia, evidenciado em festivais de filme etnográfico que partem de diferentes perspectivas teóricas, cujo aprofundamento não poderá ser feito no âmbito desse trabalho.

Tais práticas são descritas como produções audiovisuais de interesse para a produção de pesquisas ou que sejam realizadas com contribuição dos próprios pesquisadores/antropólogos, constituindo, assim, uma espécie de casamento entre Antropologia e Cinema¹⁶. Produções como essas podem se referir até mesmo a um filme de ficção ou a um produto de pesquisa profissional. Não existem definições encerradas, pois o que se encontra, ao contrário, é uma “pluralidade de fatores e condições que cercam o seu pensar e fazer” (ALTMANN, 2009, p. 58).

Altman (2009) pesquisa sobre a prática etnográfica a partir da cooperação com o audiovisual e demonstra que, no campo científico, o valor atribuído a esse tipo de proposta costuma trazer questões como: “filmes realizados em curto prazo e com certa intervenção artística não seriam imbuídos de qualidade científica necessária? Deveriam ser excluídos da categoria etnográfica?”. A autora pontua que existem desconfiças de correntes antropológicas em relação a realizações científicas com o uso do cinema, especialmente em razão do caráter mimético (ou não-verídico) dessas produções.

Em contrapartida, sugere que todo e qualquer filme é construído subjetivamente, tanto por quem o realiza, quanto por quem o assiste. Ao agregarmos novas temáticas e produções interdisciplinares, de acordo com Altman (2009), acabamos por possibilitar novas concepções do próprio fazer antropológico, segundo o qual a subjetividade artística não é tomada de forma excludente em relação à cientificidade etnográfica.

¹⁶ Referência ao texto de Fonseca (1995) sobre a sua experiência ao longo de desenvolvimento de “Ciranda, Cirandinha: histórias de circulação de crianças em grupos populares”, onde nos diz que “podemos casar Antropologia e Cinema, sim, mas não sem estudar bem os termos do contrato matrimonial. Quem sabe, vai ser um casamento por grupos (que insere os dois dentro do campo de multimeios) em vez de monogâmico?”

Por fim, a autora sugere que dentro da etnografia fílmica há um fator subjetivo e intuitivo que é próprio da prática cinematográfica, entendendo que um filme pode ser artificialmente composto, para além de ser factual. Busco justificar, nesse sentido, que o motivo de inserir os bastidores de uma produção audiovisual como parte do campo científico se propõe como uma prática multidisciplinar, unindo prática teatral e artística, a partir do fictício e do factual, sem desconsiderar, entretanto, a subjetividade contida em cenas interpretadas e fictícias, para além das conversas informais, das rodas de diálogo, áudios e vídeos analisados ao longo do desenvolvimento. Assim, meu papel como pesquisadora/roteirista é apenas uma das partes de uma engrenagem que é híbrida, propondo contribuir também com o debate em construção sobre a integração entre cinema/teatro e antropologia, em uma interseção:

que acabe por diluir fronteiras e conceitos, como os de veracidade e ficção, objetividade e subjetividade. Esta proposição traz consigo a ideia de indistinção entre linguagem cinematográfica e pesquisa etnográfica, cujo sistema complexo de relações deve gerar práticas híbridas que valorizem, também, a posição do espectador que, ao invés de recepcionar a obra com base em categorias pré-existentes e olhares pré-determinados, extrairá e interpretará formas e significados conforme suas necessidades, sejam elas disciplinares, artísticas ou cotidianas. (ALTMAN, 2009, p.77)

Por essa perspectiva, enquanto a etnografia clássica pressupõe um longo período de observação e contato com o objeto de estudo, no caso de pesquisas realizadas na inserção de produções audiovisuais, no lugar da “observação participante”, outros instrumentos fundamentam essa construção. Esses instrumentos ajustam-se a novos tempos (não necessariamente longos) dos quais o pesquisador-cineasta dispõe (ALTMAN, 2009). No que se refere a proposta presente nesta pesquisa, o projeto fílmico integrado possui uma duração total de dois anos, entre dezembro de 2022 e dezembro de 2024.

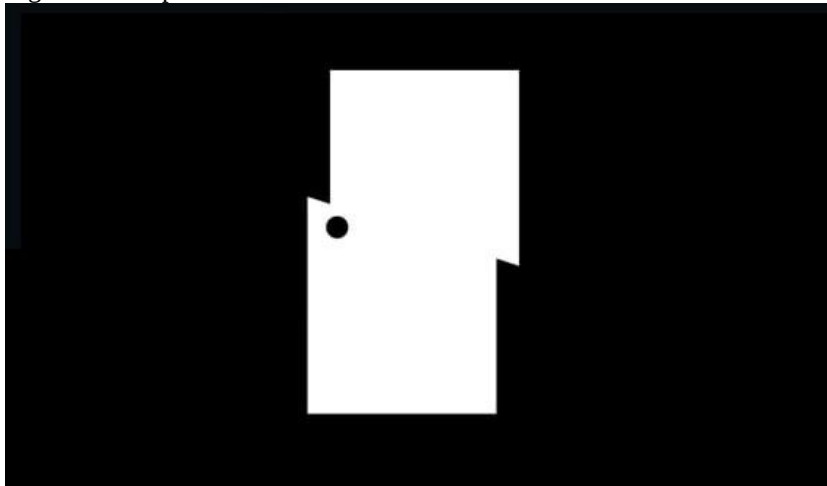
Apesar disso, o campo aqui retratado fará referência somente ao período das gravações iniciais, entre os meses de maio e julho de 2023, durante oito encontros com duração de três horas. Os encontros foram realizados em um espaço cultural de artes visuais na região centro-sul de Porto Alegre. As filmagens, como já referido, giraram em torno de jogos teatrais orientados por uma atriz, performer eicineira de teatro, contratada pela produção para a condução dos encontros.

Além dos sete participantes, havia a presença da equipe de produção (que contava com cinco pessoas), totalizando um ambiente de treze pessoas (incluindo as funções de direção, roteirização, fotografia, teatro e iluminação). Cabe considerar que a cada atividade, o número de pessoas variava em razão de ausências eventuais e de decisões de roteiro. Como consequência, em alguns momentos, gravações e entrevistas individuais eram realizadas.

Ao longo desta tese, alguns desses momentos serão descritos de maneira mais detalhada, a fim de que o processo de desenvolvimento do projeto de curta-metragem se constitua como um campo frutífero onde informações relevantes sobre as experiências dos participantes sejam retratadas de forma responsável e transparente.

Por fim, gostaria de mencionar que o principal símbolo escolhido como proposta de identidade visual do curta-metragem foi uma porta. Essa porta intenta representar, de certa maneira, o objeto temático da presente pesquisa e do projeto audiovisual, a partir da experiência prévia dos participantes, que viveram institucionalizados até que completassem a maioria, deixando a instituição de acolhimento e iniciando um novo ciclo.

Figura 1 — A porta



Fonte: acervo pessoal¹⁷ (2023).

Assim, o símbolo adotado não pretende unicamente indicar uma porta fechada, uma vez que, além de encerramentos e de “portas que se fecham” como representações de ausências de oportunidades, muitas vezes encaradas por aqueles que deixam as instituições de acolhimento, outras chaves de interpretação também se abrem. Como ponto de partida para a construção do projeto de curta-metragem, consideramos as portas também como momentos de inícios, de aberturas e de novas possibilidades que se abrem diante de ciclos que seguem acontecendo continuamente ao longo do curso da vida de cada pessoa.

Importa, nesse sentido, olhar para pessoas que viveram a experiência de acolhimento e, posteriormente, de desacolhimento, para além de suas condições de “egressos” desses espaços, pois como nos refere Khalil, a sua vida não deve ser resumida “só a institucionalização”. Através da arte teatral e cinematográfica, propomos que Eduardo, Gustavo, Jota, Flor, Khalil,

¹⁷ A arte gráfica foi produzida para materiais de divulgação do filme pela diretora do curta-metragem, Lia Souza, responsável pela produtora MEDITA Vídeos.

Lisandra e André nos abram as portas de suas vivências individuais, partindo de potencialidades e subjetividades que possam nos transportar, ainda que brevemente, para um olhar sobre seus universos, sejam eles reais, ou então metafóricos.

3 AS IDADES DA VIDA

Na perspectiva das políticas públicas e, especificamente na aplicação da medida de Acolhimento Institucional, a idade dos dezoito anos é um marcador definitivo na transição institucional de adolescentes acolhidos pelo sistema de proteção, impactando, nesse sentido, em suas trajetórias, uma vez que será por meio de um critério etário, que ocorrerá a saída compulsória das instituições. Assim, considerando o protagonismo do critério etário como marcador do desacolhimento, neste capítulo, pretendo discutir sobre como o curso da vida vem sendo compreendido e cronologizado, tanto em âmbito epistemológico, através da bibliografia sobre o tema, quanto entre as políticas públicas, por meio de faixas etárias.

Partindo da concepção de que as múltiplas culturas existentes podem divergir na forma como enxergam as idades da vida, olhares que também se transformam com o tempo e que podem servir como âncora para o estabelecimento das normas sociais, neste capítulo, busco compreender como em diferentes espaços, do nascimento até a morte, a idade pode ser adjetivada a partir de valores, além de se tornar alvo de estigmas e preconceitos. Assim, dou início ao presente capítulo colocando em pauta a construção dos critérios etários, dando enfoque, especialmente, aos conceitos de *adolescências* e *juventudes*, que marcam as definições estabelecidas entre as políticas observadas ao longo deste estudo.

Posteriormente, pretendo discutir brevemente sobre o que tem sido descoberto em relação às transições etárias, uma vez que o desacolhimento pauta não somente a saída da instituição como também uma transição etária mais ampla. Por fim, discorro sobre o tema da maioridade como critério nas políticas públicas, pois uma vez que se assume que ao completarem dezoito anos de idade os sujeitos passam a assumir novas responsabilidades civis, é de importância compreender como os conceitos têm sido mobilizados na construção dessas políticas e quais são os valores intrínsecos, historicamente considerados, para o estabelecimento das leis que marcam a transição institucional, partindo de um critério etário.

3.1 UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE AS IDADES

As idades costumam ser consideradas como determinantes na vida de cada pessoa, pois influenciam o destino de cada um, de acordo com o modo como cada sociedade se organiza. Segundo Feixa (1996), a idade tem sido vista como um aspecto universal da organização social e como uma característica básica e crucial da vida humana. Na Antropologia, buscar compreender sobre as fases do ciclo da vida não é um território novo. Perspectivas sobre esse

tema já apareciam na maior parte das etnografias pioneiras, onde a estratificação das idades era considerada como uma das características fundamentais ao funcionamento de determinadas sociedades.

Feixa (1996) nos diz que um exemplo nesse sentido são as pesquisas sobre os ritos de passagem que se constituíram como uma temática clássica no âmbito etnológico, além de terem se tornado uma importante fonte de especialização. Nesses estudos, foram observadas sociedades organizadas em torno da identificação de classes de idades, que se referem às divisões etárias que operam dentro de um grupo e entre os sujeitos. A partir disso, a idade social pode ser definida e dividida por direitos, deveres, privilégios e modos de agir que se diferem historicamente, além de uma série de momentos de transições que também se modificam conforme o contexto.

Sobre as divisões que são estabelecidas, León (2005) afirma que cada grupo social passa a estabelecer as suas próprias “normas de acesso” que são mais ou menos codificadas e que podem ser, inclusive, ritualizadas, na forma de rito de passagem de uma classe etária a outra. A divisão de classes etárias se torna, assim, historicamente variável, já que é construída dentro de cada grupo a partir de suas próprias condições materiais e sociais de existência. Desta forma, a duração existente entre as divisões etárias também será normalmente determinada pelos próprios grupos sociais e pelas instituições (LEÓN, 2005; MEIRA, 2009).

A legitimação de um campo disciplinar específico dentro da Antropologia se consolidou somente a partir dos anos 1980, quando a idade passou a se converter em um objeto de reflexão central e não mais periférico da teoria e prática antropológica (MÜLLER, 2009). Como resultado, houve a “identificação disciplinar de um espaço de debate batizado como antropologia da idade” (FEIXA, 1996, p. 2), concretizando um crescimento de investigações, publicações e eventos sobre o novo campo.

Entre as classificações etárias, distintas dimensões têm sido percebidas como os elementos que compõem as idades, tais como as determinações biológicas, cronológicas, estruturais, pessoais e subjetivas¹⁸. É desafiador compreender a relação entre as dimensões das idades especialmente porque, de acordo com Bourdieu (1983), além de relações complexas, estão quase sempre se relacionando. Quando falamos em biológico e cultural, por exemplo, o antropólogo Castro (1979) nos diz que as relações com a natureza não poderiam nunca, se tratando de sociedades humanas, ser consideradas puramente naturais. Isto porque, essas

¹⁸ Cabe considerar que as classificações das dimensões não são restritas apenas à essas dimensões. Diversos autores classificaram dimensões das idades de diferentes maneiras. Estas se referem apenas a alguns dos exemplos. Para mais sobre o tema, ver em: Müller (2009).

relações também são influenciadas pelas estruturas sociais, que pressupõe dispositivos simbólicos e instrumentos conceituais próprios em cada uma das sociedades.

No mesmo sentido, Trancoso e Oliveira (2014) sugerem que é a ordem simbólica que confere à atividade biológica sua capacidade criadora e que a cultura de uma sociedade nada cria, mas confere significado ao que foi criado como função ou obra da natureza. Há, assim, uma relação simbiótica de interação entre ambas, onde as duas se transformam uma na outra, conservando elementos próprios essenciais e fazendo com que não haja anulação de uma em função da outra, mas sim, transformações que ocorrem mutuamente, enquanto durar a relação.

As pesquisas que se propuseram a pensar sobre as dimensões das idades atentam que todas as dimensões etárias permitem que elas se relacionem, sem se tornarem, no entanto, como percepções permanentes (BOURDIEU, 1983; TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014; FEIXA, 1996). Feixa (1996) sintetiza essa percepção ao assinalar que todas as pessoas experimentam, ao longo de suas vidas, um desenvolvimento fisiológico e mental que é determinado por sua natureza. Ao mesmo tempo, o autor complementa que é a partir da compreensão desse desenvolvimento natural que as culturas compartimentam o curso da biografia aos quais atribuem propriedades, caracterizando, categorizando e dividindo os grupos de indivíduos na sociedade.

A não permanência dessas concepções resulta do caráter relativo em relação às idades, pois mesmo que as culturas exerçam um papel definidor na classificação de estágios da vida, as maneiras pelas quais os grupos serão categorizados são culturalmente variadas. Assim, não se qualificam como definições universais, pois são sempre determinadas por conteúdos culturais diversos, ocasionando classificações mutáveis “no espaço, tempo e estrutura social” (FEIXA, 1996, p. 2).

Partindo dessa perspectiva, se tornou um lugar comum nos estudos sobre as idades da vida assumir suas divisões como construções culturais e sociais. Uma referência reconhecida é a obra “História Social da Infância”, escrita em 1960 pelo historiador francês Philippe Ariès. Através de um viés histórico, o autor demonstra como as transformações sociais modificaram também as formas de olhar para as idades na Europa, ocupando um lugar importante nos tratados pseudocientíficos da Idade Média.

Nesse período, terminologias como infância e puerilidade, adolescência e juventude e velhice e senilidade passam a ser empregadas, designando, a partir destas palavras, períodos diferentes de existência. Em decorrência, esses termos passam a ser adotados para designar noções abstratas e adquirem novos sentidos ao longo do tempo, diferentes das acepções iniciais, pois à época em que surgiram, as categorias buscavam descrever sobretudo aspectos físicos. Ariès (2006, p. 24) afirma que as noções repetidas e usuais sobre as idades passaram do domínio

da ciência ao da experiência comum, na medida em que “essa ciência se havia tornado familiar”, fazendo com que seus conceitos, passassem também “para os hábitos mentais”.

Assim, embora ancoradas no desenvolvimento puramente físico, as nomenclaturas destinadas às divisões etárias passaram a ser compreendidas também como um fenômeno social, histórico e, portanto, datado, além de inseparável do lento processo de constituição da modernidade. Barbosa-Silva, Pereira e Ribeiro (2021) afirmam que nesse motivo reside a importância de que todo processo de desenvolvimento humano também seja visto a partir do contexto de cada momento histórico.

Essa importância é reforçada por Rocha, Ferreira e Neves (2002), quando referem que as relações de idade seguem ainda hoje sendo tratadas como um conjunto de grupos baseados em divisões naturais e não como socialmente definidas a partir da constituição de categorias que se tornam objeto de representações, formas e usos sociais. Para os autores, importa integrar a idade na história das sociedades e mentalidade, observando a sua mutabilidade e o modo como as divisões, assim como as suas fronteiras, vem se modificando. Atualmente, as divisões etárias são consideradas como um critério de medição cronológica da existência individual e que permitem, a depender de cada sociedade, o estabelecimento de diferentes faixas etárias. Sobre a medição cronológica, Santos e Antunes (2007) referem:

Cabe ressaltar que a questão cronológica, que divide cada fase na vida adulta parece estar ligada à época em que a sociedade vivencia historicamente até a contemporaneidade, ou seja, as divisões de faixa etária podem ser distribuídas de acordo com o contexto social em que a pessoa estiver inserida (SANTOS; ANTUNES, 2007, p. 152).

Weisheimer (2009) afirma que a abordagem de divisão em faixas etárias tem sido recorrida sobretudo em indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais a fim de definir quais seriam os limites entre essas divisões. Nesse âmbito, são estabelecidas classificações que irão compor os conceitos e percepções sobre esses limites, a partir da imposição de leis e determinações específicas para termos como infância, adolescência, juventude, adultez e velhice, que passam a ser utilizadas com recorrência tanto no campo científico, quanto no senso comum.

De acordo com Pais (2010), a segmentação do curso da vida em diferentes fases também se associa ao conceito de “geração demográfica”, relativa a um agregado estatístico de indivíduos cujas idades se situam dentro de certos limites. Pais (2010) questiona como estabelecemos esses limites, uma vez que existe uma grande variabilidade de determinações dessas fronteiras. Em algumas sociedades, essa divisão cronológica nem mesmo é aplicada. O

autor explica que em alguns lugares, nem sequer faz sentido a contagem dos anos, como entre os Tuareg, tribo nômade da Nigéria em que há uma indiferença em relação ao cálculo da idade.

Se um antropólogo se dirige a algum nativo da tribo questionando-lhe a idade, o nativo poderá responder: «30 anos». Se o antropólogo desconfia da veracidade da resposta, sugerindo que o nativo aparenta ter mais idade, este poderá responder-lhe, para o satisfazer: «Hum... talvez tenha uns 100 anos». (PAIS, 2009, p. 372)

Entre as categorizações etárias, Müller (2009) afirma que existem também aspectos políticos (a luta entre as diferentes idades) que atuam nessas relações, referindo-se, sobretudo: a) às configurações sociais em relação à idade, pela forma como a idade é utilizada como um critério classificador em todas as culturas, b) às ideologias que conformam os valores dados a cada fase da vida, e c) pela concepção das idades como construção relacional, que se referencia mutuamente.

A partir desse primeiro olhar para as idades, podemos compreender que do nascimento até a morte, a vida passou a ser dividida por estágios socialmente configurados, onde em cada um desses recortes, diferentes crenças e discursos sociais passam também a ser associadas a cada uma delas. As idades podem ser dimensionadas considerando aspectos físicos, biológicos e psicológicos, divididas quantitativamente a partir de uma noção cronológica, caracterizada pela perspectiva social e histórica, além de consideradas pela ótica pessoal e subjetiva, levando em consideração as experiências individuais e visões de mundo de cada um dos sujeitos sociais para a autodeterminação etária.

Pela complexidade em torno dessas relações, estudos de distintas áreas, em que se inclui a Antropologia, têm buscado compreender as idades através de suas construções conceituais, seus símbolos e relações entre a natureza, a sociedade, a cultura e a subjetividade, além de seus limites e fronteiras, caracterizados como construções históricas e sociais, localizadas em contextos específicos, de acordo com cada uma das sociedades. Assim, a diversidade cultural terá influência sobre os grupos e sobre as categorias estipuladas por eles, podendo ser alterados ao longo do tempo, se tratando, portanto, de categorias mutáveis e não classificações fixas. A consequência dessa construção histórica é que passamos a acreditar que nesses estágios do curso da vida, diferentes tarefas, capacidades e responsabilidades estivessem associadas.

Deste modo, as fases da vida passam também a determinar distintas posições e papéis sociais desempenhados na sociedade, motivo pelo qual a estrutura etária também passa a ser vista como um meio de promover integração social e de indicar comportamentos (EISENSTADT, 1976; MEIRA, 2009). Nesse sentido, ao considerar a delimitação da presente pesquisa, busco compreender quais foram os comportamentos normalmente associados a

adolescências e a juventudes, a fim de identificar como a divisão etária se refletiu nesse segmento estabelecido e, posteriormente, como isso impacta no estabelecimento de políticas públicas.

3.2 ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES

Nos últimos anos, estudos sobre juventudes vem ganhando destaque crescente no Brasil a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, buscando diversificar enfoques anteriores. Nesses debates, sugere-se que tudo aquilo que vem sendo teorizado sobre os conceitos também possui reflexo nas políticas públicas que têm como alvo adolescências e juventudes, justificando a importância de explorar as concepções associadas a esses conceitos. Assim, há uma busca pela construção de novos diagnósticos, visando aprimorar ferramentas de trabalho para aqueles que atuam em ações e iniciativas dirigidas às adolescências e juventudes (LÉON, 2005; TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014; BARBOSA-SILVA; PEREIRA; RIBEIRO, 2021).

O que se evidencia é que entre as múltiplas abordagens identificadas na literatura, esses conceitos frequentemente têm sido associados de maneira concomitante, como sinônimos, tendo seu uso utilizado de maneira simultânea e sem que haja maiores distinções. Por consequência, conexões entre adolescência e juventude não se tornam evidentes, assim como os seus limites, fazendo com que disputas existentes muitas vezes permaneçam escondidas entre a imprecisão dos termos (FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005; MEIRA, 2009; SILVA; LOPES, 2009; BARBOSA-SILVA; LOPES, 2009; SILVA; PEREIRA; RIBEIRO, 2021).

A principal diferença identificada entre os termos é a construção por meio de bases epistemológicas diferentes, pois enquanto no meio acadêmico adolescência parece ser em maior parte vinculado às teorias biomédicas e psicológicas, o termo juventude tem sido mais frequentemente utilizado como uma categoria social¹⁹, onde a leitura do coletivo possui prevalência (PERES; ROSENBERG, 1998; MOREIRA; ROSÁRIO; SANTOS, 2011; BARBOSA-SILVA; PEREIRA; RIBEIRO, 2021; WEISHEIMER, 2009; SILVA; LOPES, 2009; FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005). Desta forma, normalmente,

quando psicólogos vão descrever ou fazer referências aos processos que marcam esta fase da vida (a puberdade, às oscilações emocionais, às características comportamentais [...]) usam o termo adolescência. Por outro lado, quando “sociólogos, demógrafos e historiadores se referem à categoria social, como segmento da

¹⁹ Para mais sobre o conceito de juventude como categoria social, ver: Weisheimer (2009). O autor destaca o processo histórico do surgimento dos termos, afirmando que ambos os conceitos surgem na modernidade e que sofrem transformações em seus significados ao longo do tempo.

população, como geração no contexto histórico, ou como atores no espaço público, o termo mais usado é juventude. (FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005, p. 7)

As interpretações do período da vida que compõe os conceitos de adolescência e juventude resultaram em inúmeras caracterizações e, inclusive, estigmas e estereótipos, que passaram a mobilizar os estudos na busca por atrelar significados ao que se significa e se considera como *ser jovem* em cada sociedade. Muitas das acepções atribuídas nos discursos das idades se tornaram espécies de jargões do senso comum, de modo que não é nada estranho, ainda hoje, ouvirmos declarações como as que referem que a adolescência, por exemplo, é *aquela fase muito difícil* (DEBERT, 2010, p.63).

Isto ocorre porque, historicamente, o conceito de adolescência foi associado a uma fase de crise e complexidade psíquica, que associaram a imagem do jovem como suscetível a comportamentos considerados como de risco, com tendência à violência e ao sofrimento, além de um status de intranquilidade e de perturbação. Nesse sentido, se estabeleceu a ideia de que esse seria um padrão típico da adolescência, em termos de suas necessidades e relações, gerando um caráter a-histórico ao conceito, que passou a ser visto como uma fase de difícil travessia, além de “perigosa” (MEIRA, 2009; PERES; ROSENBERG, 1998; FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005; WEISHEIMER, 2009; MEAD, 2015; VIOLA; VORCARO, 2018).

Caracterizações e atributos instituídos passaram a ser considerados como “inerentes” no que diz respeito a etapa da vida do adolescente, fazendo parte de um uso “generalizado, indiscriminado e, portanto, naturalizado do conceito” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 4). Práticas e discursos oficiais entendiam a construção da adolescência como uma fase universal do desenvolvimento humano, sendo esta etapa “pela qual todos passariam obrigatória e similarmente” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 4). No mesmo sentido, Trancoso e Oliveira (2014) afirmam que esse olhar sobre a adolescência nos guiou em uma direção naturalizante do conceito, enquadrando-o em limites predefinidos. Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p. 4) sugerem:

[...] Tais características passam a ser percebidas como uma essência, em que “qualidades” e “defeitos” como rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção passam a ser sinônimos do ser adolescente, constituindo uma “identidade adolescente”.

O enfoque na adolescência como uma fase perigosa foi questionado pela perspectiva etnológica. “*Coming Age in Samoa*”²⁰, obra pioneira escrita por Margaret Mead em 1928 é considerada como um estudo clássico sobre a transição da adolescência no campo das Ciências Sociais. Ao se perguntar sobre as perturbações atribuídas aos adolescentes, Mead (2015) questiona se, sob diferentes condições, a adolescência poderia apresentar uma outra imagem. Ou seja, se seriam os comportamentos consequência da própria natureza ou da sociedade em que fazem parte.

Como resultados de pesquisa, Mead (2015) evidencia em sua análise que a chamada crise da adolescência não se estendia a todas as sociedades, provindo de um discurso da modernidade que buscava capturar particularidades da adolescência na sociedade ocidental²¹. Estudos como os da antropóloga trouxeram noções sobre a variabilidade e a diversidade do que se considera como adolescência conforme o contexto e a cultura em que se encontram inseridos, de modo que seu conceito “varia consideravelmente de acordo com as diferentes formas de sociabilidade” (VIOLA; VORCARO, 2018, p. 2).

Uma naturalização do conceito de juventude também é evidenciada, especialmente a partir dos movimentos políticos da década de 1960, enfatizando o idealismo juvenil e caracterizando a juventude como símbolo de rebeldia, subversão e pré-disposição à transgressão, à delinquência e ao comportamento desviante (WEISHEIMER, 2009; DEBERT, 2010; VIOLA; VORCARO, 2018; MOREIRA; ROSÁRIO; SANTOS, 2011, TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014).

Weisheimeir (2009, p.65) afirma que a juventude foi definida como um “problema”, pois, no conjunto das pesquisas, predominavam pesquisas que identificavam a geração juvenil como uma ameaça à ordem social nos planos políticos, cultural e moral. No Brasil, a partir dos anos 1990, a ênfase dos estudos passou a recair sobre o envolvimento dos jovens na violência urbana, sobre a gravidez precoce, o desemprego e, em menor medida, os processos migratórios do campo para as cidades.

Recentemente, por outro lado, ocorre uma valorização da juventude, que passa a ser vista como um ideal e objeto de consumo, impactada pelos meios de comunicação de massa e

²⁰ No Brasil, a obra foi traduzida para “Adolescência, Sexo e Cultura em Samoa”.

²¹ Ao buscar compreender o efeito da civilização sobre o desenvolvimento do ser humano, a pesquisadora norte-americana passou meses realizando um trabalho de campo na ilha de Tau, em Samoa, observando de perto a vida dos povos nativos polinésios. Margaret Mead (2015) concluiu que a adolescência que havia analisado a partir do estudo dos costumes, dos ritos e da vida cotidiana samoana não representava um período de crise, mas que, pelo contrário, apresentava um desenvolvimento harmonioso de um conjunto de interesses e atividades de uma etapa do ciclo vital.

do mercado (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005; WEISHEIMER, 2009; DEBERT, 2010; MOREIRA; ROSÁRIO; SANTOS, 2011; OLIVEIRA; TRANCOSO, 2014; GROPPPO, 2015; BATISTA, 2016).

Por conta das transformações históricas, Müller (2009) afirma que muitas divisões e diferenças que costumavam ser bastante demarcadas entre as idades da vida, hoje têm se tornado cada vez mais tênues. Para Viola e Vorcaro (2018), isso demonstra uma contradição na imagem social e historicamente vinculada à juventude, uma vez que, ao mesmo tempo em que os jovens se tornam um alvo de uma sociedade disciplinar, a juventude também ascende ao status de idade favorita no discurso do século XX, passando a ser vista como um ideal a ser alcançado e/ou mantido.

Apesar da recente valorização, uma outra perspectiva reside na constatação de que enquanto a adolescência foi caracterizada por instabilidades e turbulências consideradas comuns (MEAD, 2015; FREIXA, 1996; BOURDIEU, 1983), a adultez, por outro lado, ganha um status de etapa símbolo de maturidade, responsabilidade, compromisso e independência (DEBERT, 2010). Segundo Müller (2009), tal relação deliberada entre a adultez e características como a responsabilidade, autonomia e independência corrobora para a teoria de que muitos trabalhos científicos sobre o período da juventude e a transição à idade adulta foram escritos a partir de um viés adultocêntrico.

Para Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), constatações como essas partem de uma lógica desenvolvimentista, que considera que existem etapas definidas de desenvolvimento e que, conforme o ser humano avança, se torna cada vez mais próximo. Assim, a adolescência seria vista como uma fase de desenvolvimento e a adultez, como a etapa a ser alcançada. A relação entre os dois conceitos se encontra inclusive, no centro das políticas públicas, o que não seria ingênuo, pois estariam servindo aos propósitos dominantes de homogeneização e imobilização, reificando determinadas práticas e relações presentes na atual sociedade.

Ao ser visto como aquele que não desenvolveu toda a sua capacidade cognitiva, o adolescente/jovem estaria propenso a transgredir as leis sociais, de modo que seria necessário reprimi-lo para melhor submetê-lo a essas leis. Considerar a transgressão como algo natural da adolescência traria, nesse sentido, uma desresponsabilização dos adolescentes, por serem vistos como imaturos, ao mesmo tempo em que se exigiria uma punição para atos “de sua responsabilidade”, como entre a discussão ainda presente em torno da redução da maioridade penal. O que acontece, como consequência, é que isso acaba gerando violência, ao passo em que a agressividade e a punição passam a ser vistas como necessárias ao disciplinamento da

adolescência, enquanto discussões sobre seus conflitos e relações com o mundo vão sendo esquecidas (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005; BERTOL; SOUZA, 2010).

Esse viés é descrito como uma hierarquização das fases da vida, onde a fase adulta estaria representada como uma fase superior (BARBOSA-SILVA; PEREIRA; RIBEIRO, 2021) e como um destino a ser alcançado (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014). Tomo a liberdade de usar uma obra de arte criada por James Baillie em 1848, chamada “*The Life and Age of Woman*” como uma analogia para a presente discussão. Na pintura, podemos ver o curso da vida através de um pódio, simbolizando quais seriam os momentos de ascensão e de declínio na vida de uma mesma pessoa em diferentes estágios.

Figura 2 - *The Life & Age of Woman*



Fonte: Library of Congress: Pintura de James Baillie, 1848.

Podemos observar que a passagem por etapas como a *infância* e a *adolescência* se encontram logo nos degraus iniciais, avançando para os outros estágios. Assim, não é difícil assumir uma semelhança à lógica de hierarquização das idades da vida, baseando degraus de ascensão como “alvos/estágios a serem alcançados”, assim como declínios, que estariam representados, nesse caso, pelas etapas referentes à velhice.

Cabe considerar, no entanto, que a obra de Baillie (1848) tem o topo do pódio representado por uma mulher com características físicas próximas à velhice, o que abre margem para também interpretarmos sob uma perspectiva do período em que a obra foi produzida, onde

havia uma valorização do idoso, porque se acreditava que ele guardava em si “a tradição necessária para a geração posterior” (MOREIRA; ROSÁRIO; SANTOS, 2011, p. 462.). Posteriormente, na modernidade, o lugar social e a valorização dos idosos seria substituído pela caracterização do adulto:

[...] na modernidade o adulto ocupa o lugar de referência, uma vez que, alicerçadas no individualismo, as sociedades modernas preconizam o sujeito autônomo, livre e racional. Essa condição é, portanto, possibilidade do adulto, já que o jovem da modernidade não teria a maturidade racional, prerrogativa daquele (MOREIRA; ROSÁRIO; SANTOS, 2011, p.462).

Trancoso e Oliveira (2014) também criticam a representação de uma adulez como o topo de um pódio, enquanto a juventude seria um estágio de desenvolvimento. Para os autores, o momento presente em que vivem os jovens não pode ser constantemente encarado como a simples aparência de um futuro em que habitaria a sua redenção, considerada como a fase adulta. Da perspectiva do adulto como um destino resultaria, nesse sentido, que o passado não fosse mais do que um relato, sendo o presente visto como um constante objetivo a atingir, um estágio que, posteriormente, da mesma forma se converterá em relatos.

Muitos autores problematizam tais representações vinculadas à adolescência e juventude, defendendo que os sujeitos não possuem uma identidade fixa e que são atravessados por uma multiplicidade que os subjetiva incessantemente, de modo que não existiria uma identidade juvenil. Nesse sentido, a juventude é reivindicada como não homogênea para todos, não podendo se tratar de um estilo próprio de existência e uma fase da vida natural, generalizada e a-histórica.

Enfatiza-se, por esta perspectiva, os diferentes modos de existir e ser, as forças que atravessam e constituem os sujeitos em vez das formas com que se tenta defini-los, assim como a possibilidade de que os sujeitos possam se expressar em suas singularidades e que sejam percebidos como tal. Para Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) e Bertol e Souza (2010), olhar para juventudes por esse viés intenta evitar que corram o risco de serem encaixados em padrões de anormalidade e normalidade, que muitas vezes levam a uma lógica de patologização.

Ao questionarem a homogeneização da adolescência e juventude, muitos autores passam a propor variações, sugerindo a troca do termo adolescência por juventude ou o uso do plural, pois apostam nas multiplicidades e diferenças juvenis como estratégia contra as capturas e produções impostas, apoiadas em uma realidade normatizada. Por isso, subverter a noção de adolescência seria uma ação política importante em um momento em que há tanta insistência em individualizar e interiorizar as questões sociais, além de psiquiatrizar e criminalizar os ditos

desvios das normas impostas a todos (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005; SILVA; PEREIRA; RIBEIRO, 2021).

Groppi (2000, p.15) ressalta a existência de pluralidades juvenis, onde em cada recorte sociocultural, de classes sociais, estratos, etnias, religiões, do mundo urbano ou rural, de gêneros, entre outros “saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios”. Deste modo, cada juventude reinterpreta à sua maneira o que é *ser jovem*, contrastando a dita fase juvenil não apenas em relação à comparação entre outras definições etárias como a infância e a adultez, mas também em relação a outras juventudes, que se diferenciam entre si, através de suas pluralidades.

Por isso, de acordo com Barbosa-Silva, Pereira e Ribeiro (2021) é possível observar nos estudos que se debruçam sobre o tema da adolescência e da juventude existe uma necessidade de questionamento no sentido de não encerrar as duas categorias em uma faixa etária, mas sim, de se considerar o contexto de cada uma, as identidades nelas forjadas, as subjetividades e as necessidades aí produzidas. Acerca dessa multiplicidade, Bourdieu (1983), em “*A Juventude é Apenas uma Palavra*”, afirma que a juventude, ao mesmo tempo em que foi atrelada à virilidade foi também associada à critérios como irresponsabilidade e violência e que percepções como essas construíram uma imagem acerca daquilo que se considerou como uma representação juvenil, conferindo atribuições de uma identidade que se tornaram unificadas.

O sociólogo francês argumenta que a idade passou a ser vista como um dado biológico socialmente manipulável e que a juventude passou a ser tratada como uma unidade social, como um grupo único, constituído e dotado de interesses e valores absolutamente comuns. Relacionar interesses a uma idade definida biologicamente se constitui, para Bourdieu (1983, p.2-3), em uma manipulação evidente, sugerindo que seria preciso analisarmos as diferenças entre as próprias juventudes ou mesmo entre mais de uma juventude, propondo comparações entre as condições de vida, uma vez que existem diferenças vivências que dependem do contexto em que cada pessoa se encontra inserida.

Se colocássemos em prática tal análise, de acordo com o autor, encontraríamos diferenças análogas em todos os domínios da existência, fazendo com que uma conceituação unificada de juventude seja um formidável abuso de linguagem, uma vez que pode “subsumir no mesmo conceito universos sociais que praticamente não possuem nada em comum” (BOURDIEU, 1983).

Assim, ao analisarem o processo de adolescência e juventude, os autores conferem às categorias um significado oposto àquele que vinha sendo concebido, de modo que não a enxergam como uma condição natural, de etapa universal, a-histórica e homogênea, sob a ótica

de uma perspectiva massificante que está acoplada à lógica capitalista. Ao contrário, afirmam que tais concepções naturalizam os conceitos, de modo que isso dificulta a identificação de diferenças e desigualdades entre adolescentes e jovens. A realidade desse processo, por outro lado, não corresponderia às concepções atribuídas, uma vez que as juventudes não seriam um bloco hegemônico, eivado de contradições, desigualdades e diferenças, mas sim heterogêneos.

Por isso, não haveria apenas uma adolescência e uma juventude, mas sim, adolescências e juventudes, em função do político, do social, do cultural e do momento em que se encontram inseridos (PERES; ROSENBERG, 1998). Trancoso e Oliveira (2014) reforçam que essa reflexão se faz cada vez mais indispensável, pois nos incentiva a questionar o modo de produção vigente, juntamente de suas exclusões econômicas e questões de poder. É preciso assumir, por esse viés, as relações de força e dos mecanismos incidindo diretamente na produção de conceitos de juventude, influenciando nas expectativas e imagens a respeito desses conceitos.

Seria necessário, por essa ótica, tornar cada vez mais ativas perspectivas e posturas que subvertem uma ordem mundial homogeneizada, caminhando na contramão de saberes constituídos que brincam de excluir e incluir, conforme melhor convir aos grupos que permanecem no poder na sociedade contemporânea (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014, p. 145). Os autores têm buscado, desta forma, se distanciar cada vez mais de uma visão naturalizante e imutável, procurando trazer uma contextualização e discussão acerca de estigmas, construção de identidade, papéis de gênero, questões sociais e políticas que rondam a adolescência e a juventude atual (FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005; RAMOS, 2005; TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014; ADERALDO; RAPOSO, 2016; 2021; BARBOSA-SILVA; PEREIRA; RIBEIRO, 2021)

Concepções como essas, para Groppo (2015) são reflexo de teorias pós-críticas da juventude, que propõe romper com a noção de totalidade, contestando a possibilidade de conceber a realidade social como um todo. Por meio desta aplicação, afirma-se que em vez de uma ideia de sociedade unitária, há uma série de redes e fluxos de pessoas e objetos, de caráter múltiplo, aberto e mutante. Barbosa-Silva, Pereira e Ribeiro (2021) concluem ainda que esse distanciamento de uma visão puramente desenvolvimentista guarda algumas diferenças entre os estudos de juventude, uma vez que é possível perceber que os de ordem psicanalítica tem procurado promover um olhar mais individualizado para as diversas subjetividades, enquanto as discussões de cunho sócio-histórico trazem uma visão mais crítica voltada às questões sociais.

Atualmente, as juventudes vêm sendo compreendidas como amplas, múltiplas, plurais e heterogêneas distinguindo-se e distanciando-se, cada vez mais, das concepções essencialistas

de antigamente. Por fim, trazemos a referência de Freitas, Abramo e Léon (2005) que sugerem que, seja para falar de políticas públicas, de formas de atenção ou de ensino aos adolescentes/jovens, é importante sempre questionar de que ponto de vista se está falando e de qual a concepção de adolescência/juventude estamos considerando.

Isto porque não devemos incorrer ao risco de percebê-los como rebeldes, transgressores, dentre outros estigmas muitas vezes atrelados. Ao reafirmar uma unicidade juvenil se estaria, portanto, negando a multiplicidade e a diferença, transformando juventudes em uma coisa só (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005). Ao observarmos as produções acadêmicas sobre conceitos como adolescência e juventude, percebemos a problematização de abordagens mais hegemônicas, que consideram o conceito como um processo natural e inerente, tendo a idade como um fator determinante de uma suposta identidade juvenil.

Além disso, uma percepção de hierarquização da vida, que enxerga o conceito de adolescência, especialmente, como uma etapa de desenvolvimento enquanto, por outro lado, a etapa de chegada seria a adultez, o que se reflete no viés adultocêntrico de muitos estudos sobre juventudes. Por fim, tem destaque as críticas à estas representações, que passaram a ser rejeitadas por muitos pesquisadores, reforçando conceitos etários como construções culturais e apontando para as características múltiplas das juventudes, além de reivindicar adolescências e juventudes no plural.

Buscamos tomar como percepção principal, neste estudo, a visão de juventudes, assim como outras fases do curso da vida, como conceito-processo, que se encontram em constante movimento, independente do peso que as determinações históricas adquirem no construto epistemológico (MÜLLER, 2009; TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014).

3.3 AS TRANSIÇÕES ETÁRIAS

Como demonstrado, a juventude pode ser tomada a partir de um conjunto social diversificado, amparado por uma diversidade de situações sociais que tornam esse grupo social essencialmente heterogêneo. Diante disso, sugere-se que a melhor forma de compreender as juventudes é olhar para a sociedade através do cotidiano e da vivência de jovens em diferentes contextos (PAIS, 1990; SILVA, PEREIRA; RIBEIRO, 2021).

Viola e Vorcaro (2018) afirmam que se vamos levar em conta a grande variabilidade de fenômenos na transição juvenil, é preciso olhar para cada sociedade e para as tradições em que elas se baseiam, já que os dados culturais que definem as transições variam substancialmente (DELUZ, 1999; LEBRETON, 2013; DIAS *et al.*, 2019; VIOLA; VORCARO, 2018). Nos

estudos sobre transições, identificamos que “a juventude” tem sido caracterizada como uma espécie de fase lacunar, onde os sujeitos não possuem mais referências da infância, assim como não contam com os norteadores da vida adulta (BOURDIEU, 1983; MÜLLER, 2009; BRANDÃO, SARAIVA; MATOS, 2012; VIOLA; VORCARO, 2018; DIAS *et al.*, 2019).

De acordo com Müller (2009) e Meira (2009), há um “aspecto de transição” que relaciona, nesse sentido, o caráter juvenil a uma espécie de “desclassificação”, uma vez que não define a juventude, colocando-a como um não-lugar: o “não-mais-criança” (seja em seu aspecto físico, psicológico, comportamental ou social), ou como o “ainda-não-adulto”. O risco de pensar a juventude a partir dessa ótica reside em um esvaziamento dos ricos sentidos das construções dos jovens, “pois estes mesmos estariam sendo pensados como os adultos que ainda não são, ou as crianças que eles não são mais” (MÜLLER, 2009, p. 118-119).

Assim, a concepção contida entre alguns estudos é que ao se encontrar entre esses dois estados, a juventude residiria em uma lacuna que pressupõe a passagem de um *status* ou papel social para outro, não pertencendo, desta forma, “nem em um lugar, nem em outro”, e se encontrando em uma fase que atua como uma espécie *entre dois campos* (BOURDIEU, 1983, p. 3). Essa noção de juventude como lacuna temporal, no entanto, também não pode ser generalizada para todas as sociedades. Em algumas, por exemplo, no lugar dessa lacuna estariam os *Ritos de passagem*, momento em que por meio de cerimônias e ritos de iniciação, se sanciona a emancipação do jovem no seio familiar para a sua incorporação ao grupo social. Nesse sentido, após o rito, o jovem passa a ser reconhecido como membro ativo e participante (MEIRA, 2009; LEBRETON, 2017; VIOLA; VORCARO, 2018).

A transição etária de um status para outro corresponde a um reconhecimento social por parte de seus pares, onde em boa parte de sociedades rurais e étnicas não existiria um longo estágio de transição prévio à emancipação, nem um conjunto de representações distinguindo um estágio de outro, sendo características substituídas pelos ritos de iniciação. Os ritos atuariam, nesse sentido, como marcadores, eliminando a margem de transições etárias consideradas lacunares e garantindo uma margem de manobra limitada²², sugerindo responsabilidades, acessos e restrições para aqueles que o atravessam (FEIXA, 1999; FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005; BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012; LEBRETON, 2013).

²² Entre os estudos dos rituais, os ritos de passagem se encontram como um campo de pesquisa considerado como uma área clássica da Antropologia, cuja trajetória se confunde inclusive com a própria história da disciplina. Por trás dos estudos clássicos está a ideia de transição como a passagem de uma etapa para a outra, onde nesta esfera, os rituais são tidos como eventos importantes para o acontecimento da transição de um status através de uma sucessão ordenada de eventos (MÜLLER, 2009).

Assim, em sociedades que se amparam nas tradições como instrumentos de engrenagem, o rito de passagem atua como principal marcador através de parâmetros estreitos em relação à transição geracional, por meio de uma mudança de estatuto e tornando a passagem como um evento bem definido. Em sociedades que não são marcadas pelos ritos de passagem, considera-se, por outro lado, uma ausência desses parâmetros e tradições que possam definir de maneira estreita os limites entre a juventude, de modo que, nas sociedades em que a transição não ocorre de forma ritualizada, o período é caracterizado como lacunar e intermediário. Haveria para Bourdieu (1983) uma arbitrariedade em relação às dimensões das idades da vida, pois a fase descrita como juventude é referenciada como nebulosa, não sabendo quando começa ou quando termina.

Ao estudar o tema da transição da juventude para a idade adulta, a antropóloga Elaine Müller (2009) questiona a aplicabilidade da noção de ritual para pensarmos a passagem de uma idade para outra em relação ao curso da vida na contemporaneidade. A autora afirma que é preciso pensarmos sobre o significado do conceito de transição, uma vez que sua compreensão pode nos dizer muito sobre o que significa ser jovem/adulto nesta sociedade, além de nos proporcionar novas dimensões acerca das diversas formas como o curso da vida tem sido cronologizado.

A autora complementa que nas etapas etárias as transições são inseridas como o período intermediário/liminar entre duas fases de vida. Assim, os sujeitos sociais são classificados através de categorias e fases definidas, enquanto seus limites estariam “entre fases”. Em sua análise, Müller (2009) sustenta que não seria apenas a juventude um período transitório de passagem, mas sim, todo o curso da vida, que também ocorre como um processo. Apesar do rito de passagem ainda demarcar um símbolo de transição em algumas sociedades²³, em culturas que não fazem uso do rito como um indicador desta transição, outras referências tomaram forma de representação, a partir de categorias socialmente assinaladas como representativas. As categorias apontadas seriam formadas por eventos considerados, sob o ponto de vista social, como marcos dessa passagem (PAIS, 2009; MÜLLER, 2009).

A transição etária é considerada como um reconhecimento social por parte dos pares, onde os adultos tendem a reconhecer como iguais, especialmente, aqueles que tem “autonomia social e econômica” (FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005, p. 16). Por esse viés, Müller (2009) afirma que, aos moldes dos ritos de passagem, a passagem de uma etapa para a outra seria bem delimitada pela dimensão coletiva a partir destes marcadores, sendo eles um grupo de eventos

²³ A pesquisa de Pais (2009), por exemplo, realiza um estudo de caso que toma por referencial a análise da festa dos rapazes, antigo rito de iniciação à idade adulta que ainda ocorre em muitas aldeias do nordeste de Portugal.

e características específicas. Na tentativa de identificação e conceituação ao status da pessoa adulta e de limites como “o fim da juventude”, uma série de domínios foram caracterizados, divididos em formas de responsabilidades que seriam entendidas como aquelas que se constituiriam enquanto eventos marcadores desse processo de transição. Essa divisão estaria representada sob a seguinte tríade: a) as responsabilidades residenciais, b) as responsabilidades profissionais e c) as responsabilidades conjugais/familiares (MÜLLER, 2009).

Entre os estudos que se debruçam sobre modelos de transições etárias, se passou a assumir que a concepção de transição da juventude à fase adulta tem se prolongado cada vez mais, deixando de ser marcada por eventos decisivos, de modo haveria uma dessincronização especialmente na transposição de etapas como a entrada na vida profissional, a partida da casa dos pais e a formação de uma nova unidade familiar (SILVA, 2021).

No mesmo sentido, Meira (2009) afirma que somados ao considerável aumento da idade média de vida e ao alargamento da faixa etária circunscrita à juventude, se encontra um aumento do período de moratória social, caracterizado como o postergamento de diversas exigências sociais que adiariam a entrada na vida adulta, o que faria com que a condição do ser adulto se distanciasse pela ausência de demarcações institucionalizadas.

Tais fatores teriam corroborado para a identificação de um fenômeno recentemente reconhecido pela literatura: o chamado prolongamento da juventude, período em que se considera que a juventude se estenderia no tempo. Essa constatação que tem por base um prolongamento que iria até quase o início da terceira década de vida levou diversos autores a conferirem especial atenção à essa fase, procurando denominá-la e distingui-la de outros períodos do ciclo da vida. Foram, assim, várias referências e termos sugeridos ao período, tais como: adolescência prolongada, jovens adultos, adultos emergentes, gerações de fronteira, gerações sanduíche e geração canguru, pela analogia com a bolsa marsupial²⁴ (ARNET, 2000; PAIS, 2009; DEBERT, 2010; BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012; SILVA, 2021).

Estudos que buscaram compreender o processo de transição da juventude para a adultez observaram que após o fim da Segunda Guerra Mundial houve uma alteração na idade em que os jovens entravam no mercado de trabalho e deixavam a casa dos pais e em que formavam uma nova família. Com vistas a compreender estas mudanças, em fins dos anos 1980 e início dos 1990, pesquisadores, sobretudo europeus, debruçaram-se sobre essa problemática. O

²⁴ O período tem sido situado entre os 18 e os 29 anos de idade, onde um dos aspectos mais característicos apontados seria o fato de que não se veem mais como adolescentes, assim como também não sentem ter alcançado a adultez (ARNET, 2000).

fenômeno também tem sido objeto de investigação nos países da América do Sul, especialmente no Brasil e na Argentina, que embora possuam características socioeconômicas distintas do contexto europeu e da América do Norte, identificaram traços em comum que justificariam aqueles caracterizados como jovens trintenários (MEIRA, 2009; BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012; SILVA, 2021).

É considerado como um fenômeno cultural das sociedades ocidentais urbanas a partir das modificações sociodemográficas ocorridas e transformações na esfera privada, tal como o aumento do acesso à educação universitária, o aumento da força de trabalho e o adiamento e postergação de marcos como casar e ter filhos (BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012; BARRERA-HERRERA; VINET, 2017).

No mesmo sentido, Debert (2010) afirma que um maior acesso educacional permitiu uma ascensão social que evidenciou um prolongamento das camadas médias. Por outro lado, uma precariedade no mercado de trabalho fez com que muitos jovens resolvessem optar por permanecer na casa dos pais, especialmente por conta da ideia de uma segurança econômica e financeira. Assim, o período da adultez emergente foi caracterizado como culturalmente construído e baseado no adiamento das responsabilidades antes associadas à entrada na vida adulta, onde a permanência no seio familiar passou a ser vista como uma oportunidade para a exploração e para o investimento pessoal, porém apenas possível através do apoio parental, devido especialmente às dificuldades financeiras e de inserção em cargos profissionais que permitissem a reprodução do nível social da família de origem.

Os jovens adultos se caracterizariam, nesta lógica, por um elevado investimento educacional e na vida profissional que não estaria acompanhado pelas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, percebido como competitivo, inseguro e instável. Deste modo, a permanência na casa dos pais seria justificada pela vontade de manter o nível de conforto e o estatuto social e favorecida por um clima de permissividade (BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012).

Os estudos apontam para a dificuldade em conseguir o primeiro emprego e a insegurança econômica, assim como para a possibilidade de que pais e filhos obtivessem vantagens recíprocas neste “atraso” na transição. Ter dentro da casa dos pais, espaços de autonomia e liberdade permitiria aos jovens uma experiência de certa forma “controlada”, contando com o apoio e a segurança da família durante a sua formação e a entrada em um mercado de trabalho precário e instável. Por outro lado, os pais também estariam “mais disponíveis para apoiar os filhos por um período mais alargado, prolongando sua função generativa” (BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012, p. 306).

A existência de uma adolescência prolongada nas sociedades industrializadas seria marcada pela oportunidade de explorar papéis, valores e identidade, enquanto se provoca um adiamento dos compromissos que caracterizariam a idade adulta. Ademais, os adultos emergentes também são descritos como indivíduos centrados em si próprios, livres para explorar e realizar escolhas independentes e investidos em compreender qual é o seu lugar no mundo e nos objetivos que pretendem atingir, momento em que teriam tendência a se sentirem em um período “no meio” da adolescência e da adultez²⁵ (ARNETT, 2000; BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012; BARRERA-HERRERA; VINET, 2017).

É possível observar que, para além de eventos identificados como fatores associados ao prolongamento da juventude, tais como a inserção tardia no mercado de trabalho, a permanência prolongada na casa dos pais e o adiamento de marcos como o casamento e os filhos, também são apontados sentimentos e valores que permeariam o período. Para Brandão, Saraiva e Matos (2012), tais transformações de âmbito psicológico, como a exploração e reflexão, podem ser interpretadas justamente como mecanismos para lidar com a instabilidade do mercado de trabalho e para a adaptação na regulação da sociedade, em que o significado das divisões etárias se alteram profundamente.

Brandão, Saraiva e Matos (2012) sugerem que é preciso observar o fenômeno identificado como prolongamento da juventude ou adultez emergente com cuidado. Primeiro porque considerar o adiamento de tarefas normativas como um marco de fim da juventude e entrada na vida adulta implicaria em continuar a definir o estatuto de adulto através de marcadores determinados. A definição de marcadores como objetivos para a entrada na idade adulta, porém, não tem em conta a enorme diversidade das experiências individuais nas trajetórias biográficas. Para além disso, ao incluir a idade adulta emergente como um estágio intermédio de desenvolvimento, parece assumir-se que a juventude, assim como a idade adulta são estáveis e plenamente atingidas em algum momento da vida, não tendo em conta a plasticidade e reversibilidade dos processos de desenvolvimento.

Tais fatores influenciam também para que eventos como a obtenção do primeiro emprego, a saída da casa dos pais e a formação de uma família, antes determinadas como responsabilidades definidoras no papel do adulto, agora fossem vistas como eventos que não

²⁵ Acerca desta sensação, Barrera-Herrera e Vinet (2017, p.49, tradução nossa) demonstram resultados de questionários aplicados com jovens adultos universitários: “Por fim, quando perguntado “Você sente que atingiu a idade adulta plena?”, 59,3% afirmaram que em alguns aspectos sim, enquanto em outros não, 22% sentem que atingiram a idade adulta, enquanto 18,6% responderam negativamente a essa pergunta. O percentual majoritário reflete a sensação de “sentir-se no meio” dos jovens, característica representativa desse período da vida

determinem as trajetórias de vida, uma vez que são influenciados pelas estruturas econômicas de cada contexto, sendo, portanto, variáveis (MEIRA, 2009).

Assim, alguns autores passam a questionar qual seria o valor explicativo do conceito de adultez emergente, descrito como uma metáfora que expressa uma mudança subjetiva na percepção da transição para a vida adulta, uma vez que ela se constituiria apenas como uma reação a mudanças estruturais e econômicas nas sociedades, onde não seria possível relacionar diretamente aspectos como independência financeira e adultez, já que os critérios econômicos, e não a cronologia da idade, seriam os principais definidores neste aspecto (DEBERT, 2010; BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012).

Entre esses estudos, justifica-se que tal realidade, além disso, se refere somente a jovens filhos de adultos e idosos que usufruem de uma estabilidade financeira, procurando proporcionar maior liberdade aos jovens para que invistam nos estudos, na carreira e no lazer, podendo promover, nesses casos, a permanência na casa dos pais por opção, mesmo quando já dispõem de rendimento próprio (PAIS, 2009).

Nesse sentido, sugerem-se contrastes, onde se evidencia que, nas sociedades mediterrânicas e sul-americanas os valores familiares, associados à ausência de políticas de apoio à emancipação, favorecem a emergência de padrões distintos àqueles descritos por alguns autores sobre o tema da adultez emergente em relação à aquisição de um suposto estatuto de adulto. Desta forma, o fenômeno do prolongamento da condição juvenil ocorreria sobretudo “em determinados estratos sociais” (BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012, p. 307). Por isso, aponta-se a relevância de questionar este novo período de desenvolvimento em sociedades e espaços cujas “políticas de apoio social e educacional não são, ainda, generalizadas a toda a população” (BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012, p. 307).

Brandão, Saraiva e Matos (2012) afirmam que no Brasil, por exemplo, a maioria dos estudos que remetem a emergência deste fenômeno se utilizam como referência das classes médias urbanas e escolarizadas de grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, cujas características expostas são, inclusive, semelhantes às descritas para as sociedades do Sul da Europa.

Convém, porém, observar o contexto em que os estudos em torno das transições etárias têm sido feitos, uma vez que a maioria é realizada com “estudantes universitários da classe média branca”, questionando-se assim a generalização destas características para jovens de diferentes meios socioeconômicos e educacionais também referente ao tema das transições (BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012; SILVA, 2018).

Silva (2018) evidencia que, ao contrário do fenômeno identificado nas camadas de classes médias, pesquisas que tiveram como enfoque jovens em situação de vulnerabilidade social, em maior parte com baixas habilidades de leitura, procuraram identificar em que condições esses jovens realizavam a transição entre a escola e o trabalho e quais estratégias desenvolviam para sanar as dificuldades em decorrência da defasagem escolar. A autora aponta que um dos estudos realizados com jovens em situação de rua de diversos países aferiu que os jovens não reuniam condições favoráveis para seguir “os padrões considerados típicos da transição para a idade adulta” apontados por alguns estudos, e que os empregos por eles conquistados eram em sua maioria sazonais, e que, além disso, por serem menos escolarizados, eram normalmente os primeiros a serem demitidos (SIMPSON; CIELIK, 2007; MCMCARTHY; WILLIAMS; HAGAN, 2009; SILVA, 2018).

Outras pesquisas identificaram ainda fenômenos como o abandono à escola para a inserção no mercado de trabalho, com vistas a superar a escassez em que vivem, sendo uma estratégia comum empregada por jovens que vivem abaixo da linha da pobreza. A inserção precoce, porém, não era garantia para que fossem retirados da situação precária em que viviam, pois os jovens normalmente acabavam reproduzindo um círculo de pobreza (FONAYET, 2015; SILVA, 2018).

Diante disso, alguns estudos sugerem que houve nas sociedades ocidentais um processo de individualização radical, tendo como consequência culturas que se apresentam cada vez menos inclusivas e mais exclusivas, onde a certeza da população que vive em situação de vulnerabilidade econômica, levaria a possibilidades de mobilidades, descrita pelo fenômeno do prolongamento da juventude e adultez emergente, como uma nova fonte de poder (GANE, 2001; BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012).

Nos países sul-americanos, nos quais se registram as maiores desigualdades entre ricos e pobres, indica-se que a pobreza limita francamente as possibilidades de exploração, empurrando os jovens para assumir papéis e responsabilidades consideradas “de adulto” com vista à subsistência (GALAMBOS; MARTÍNEZ, 2007; BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012). Brandão, Saraiva e Matos (2012) pontuam que embora as mudanças nos padrões sociais e culturais tenham indiscutivelmente levado ao enfraquecimento desses marcadores sociais e demográficos que buscam definir os processos de transição para a idade adulta, além da ocorrência de transformações profundas na transição entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho, é preciso considerar algumas fragilidades e limitações em perspectivas de trabalhos sobre a transição por esse viés.

Isto porque afirma-se a tônica na instabilidade e liberdade, quando é preciso alertar-se “para a existência de constrangimentos estruturais e mecanismos de exclusão e desigualdade social” que marcam a vivência de muitas pessoas, inclusive dos adolescentes e jovens de diferentes contextos (BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012). Brandão, Saraiva e Matos (2012) propõem que um conceito relevante na compreensão dessa heterogeneidade seria o de capital identitário (CÔTÉ, 2006), que permite observarmos as desigualdades nos recursos e possibilidades, onde as diferenças residem, precisamente, na ausência de escolha, já que os jovens são arrebatados pelo curto leque de opções e confrontados com um fardo demasiado pesado para uma pessoa só, procurando soluções biográficas para contradições sistêmicas.

Ao olhar para as diversidades biográficas, as autoras afirmam, nesse sentido, que dificilmente se poderia considerar um período de transição etária como um momento em que um indivíduo estaria mais liberto de normas, constrangimentos e regulações sociais na construção de sua identidade. Isto porque as trajetórias correspondem às escolhas possíveis no seio das oportunidades estruturais, onde o lugar em que cada um se insere determina a capacidade para construir e imaginar futuros possíveis. Assim, para as autoras, capacitar os jovens para a construção de um sentido flexível em um mundo contraditório, ambíguo e imprevisível seria uma forma de evitar leituras simplistas que se traduzam em políticas de culpabilização e de, ao contrário, dotá-los de ferramentas de elaboração de uma perspectiva crítica e de mudança em relação aos seus contextos.

É por esse viés que Brandão, Saraiva e Matos (2012) sugeriram observar as transições etárias sem desconsiderar outras passagens que atravessam o tema, de modo que seria interessante, nesse sentido, explorar a temática a partir de pessoas com menos recursos pessoais e financeiros. Para as autoras, esse movimento não significa necessariamente afirmar que teorias como a da adultez emergente não possam estar associadas à boa parte dos brasileiros, mas sim, sugerir que a exclusão social e que a precariedade, assim como o dito “prolongamento da juventude”, também seja vista como consequências de mudanças e permanências estruturais nas sociedades contemporâneas.

Especificamente em relação ao caso brasileiro, como pontua Silva (2018), é preciso considerar ainda que atualmente são escassos os estudos no Brasil sobre apoios estatais voltados para as juventudes em processos de transições, configurando-se, desta forma, como um campo profícuo de pesquisa. A autora complementa ainda que, diante dos resultados do levantamento de sua pesquisa sobre o tema das transições etárias na literatura, é possível perceber que são necessárias pesquisas que tenham como ponto central as desigualdades (raciais, de gênero, territoriais etc.), a fim de identificar como os jovens são afetados em cada contexto. Nesse

sentido, reitera-se a importância de olharmos para o tema dos Acolhimentos Institucionais sob a perspectiva da Antropologia das Idades e das transições etárias, uma vez que, além de terem suas vidas marcadas pela institucionalização, o desacolhimento é pautado por um critério cronológico e arbitrário a fim de efetivar a transição do sistema de proteção para o que se constitui como a entrada na vida social.

Dentre os estudos que se dedicaram ao tema das transições etárias, perpassando especificamente pelos limites da juventude à adultez, foi possível identificar especialmente algumas percepções recorrentes, sendo elas: 1) a descrição do período da fase da vida conceituadas como “adolescência” e “juventude” como um período lacunar e intermediário; 2) a comparação entre sociedades que utilizam dos ritos de passagem para simbolizar transições, especialmente em relação ao que se considera como fim da juventude e entrada à adultez, e entre aqueles que não se utilizam; 3) a definição de marcos definidores do fim da juventude, sendo eles as responsabilidades familiares e residenciais e a inserção no mercado de trabalho; 4) a crítica recente a esses marcadores, justificada pelo fenômeno chamado de prolongamento das juventudes ou adultez emergente e, por fim 5) a problemática ao fato de que quando tais transições são observadas, em muitos casos, como visto, tem por base as camadas das classes médias, correndo o risco de generalizar outros contextos.

No Brasil, de acordo com Debert (2010), poucas são as pesquisas que se dedicam a compreender a etapa da vida a partir dos dezoito anos de idade. O motivo pelo qual tomamos como caminho teórico o debate sobre transições reside justamente na perspectiva de que em âmbito legal, a maioridade é considerada como um marcador definitivo na transição institucional de adolescentes acolhidos pelo sistema de proteção. Assim, a transição institucional também significa uma passagem que é marcada pelo critério etário, constituída legalmente. Nesse sentido, visando observar o que podemos descobrir sobre essas transições, não poderíamos deixar de olhar também para o que está no cerne da formulação destas políticas.

3.4 A MAIORIDADE COMO MARCADOR

Embora muitos estudos façam citações quanto às questões legais, de modo geral, não parece haver na literatura uma preocupação em separações por faixas etárias para a distinção entre os termos adolescência e juventude, uma vez que os autores discutem os termos pela via de suas construções epistemológicas, diferentemente do que ocorre no âmbito das políticas públicas (BARBOSA-SILVA; PEREIRA; RIBEIRO, 2021). Deste modo, pretendemos descrever como tais distinções ocorrem nas políticas públicas brasileiras, a fim de compreender

como as divisões etárias são consideradas por essas políticas, especialmente entre àquelas voltadas ao público considerado enquanto adolescente/juvenil.

No Brasil, especialmente a partir dos anos 1980, houve uma predominância do uso do termo adolescência no âmbito do debate público. Durante esse período, o conceito passou a ganhar destaque na mídia, assim como no campo das ações sociais e estatais. Essas transformações ocorreram sobretudo como fruto de um importante movimento social em defesa da garantia dos direitos da infância e da adolescência, tema que ganhou espaço, fazendo com que emergisse uma nova noção social, centrada na ideia de infância e de adolescência como fases especiais do ciclo da vida, necessitando cuidados e proteção (FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005).

Assim, se considera que a discussão mais intensa sobre a juventude no Brasil é relativamente recente, uma vez que foi somente a partir da década de 1990 que a percepção de juventudes para além de uma adolescência em risco tomaram força de modo a influenciar na criação de novas políticas públicas voltadas ao tema. Até o período, o uso e a abordagem de termos como adolescência como etapa de vida costumavam aparecer somente a partir dos problemas e tensões associados à passagem (PAIS, 2010; TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014).

A partir dos novos debates, as crianças e os adolescentes passam a ser consideradas legalmente como sujeitos dignos de direitos e de cuidados, estabelecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como legislação resultante desta luta. Com a sua promulgação, o Estatuto se torna uma referência, fazendo com que, a partir deste marco, boa parte das ações públicas e privadas, além de programas desenvolvidos pelo Estado e por ONGs (Organizações Não Governamentais) em diferentes campos passassem a definir o seu público-alvo como os adolescentes (FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005).

As divisões etárias no interior das políticas públicas ocorrem por meio de faixas etárias, como é o caso identificado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele define a divisão de seu público-alvo entre as crianças, consideradas até os doze anos incompletos os adolescentes, fase “entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990)²⁶. Vinte e três anos após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, institui-se o Estatuto da Juventude (EJUVE)²⁷, sendo consideradas jovens “as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013).

²⁶ São considerados, nos casos expressos em lei, exceções aplicadas às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, no que se referem às medidas socioeducativas.

²⁷ Para Scherer e Barbosa (2020), o EJUVE tem como princípio um caráter complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo considerado como uma conquista ao longo da luta de reconhecimento pelo direito

Freitas, Abramo e Léon (2005) apontam, nesse sentido, que é possível notar que há uma tendência em se distinguir em dois momentos o período amplamente denominado como juventude, sendo uma primeira fase relativa à adolescência, que se estenderia até os dezoito anos de idade, e uma segunda fase relativa à juventude, considerada até os vinte e nove anos. Para além, cabe ainda considerar que as faixas etárias estabelecidas também se cruzam, uma vez que o Estatuto da Juventude (EJUVE) se refere à jovens a partir dos quinze anos de idade, contemplados também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Deste modo, a primeira fase da juventude, pela ótica das políticas, corresponderia à adolescência, tendo como referências as considerações sobre as mudanças que marcam o momento como um período específico de desenvolvimento e de preparação para uma inserção futura. A fase posterior, também denominada como jovens adultos ou pós-adolescência, seria a juventude, termo utilizado no âmbito das políticas para se referir à construção de trajetórias e “inserção social” por parte dos indivíduos (FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005; BONALUME E JACINTO, 2019; EJUVE, 2013).

Desta forma, como afirmam Pais (2009) e Meira (2009), a idade cronológica, ao legitimar o acesso dos indivíduos a direitos e deveres político-jurídicos, aparece como a consideração social de um importante marco de passagem de uma à outra fase de vida, a partir da concepção de linhas divisórias entre as responsabilidades legais. Nesse sentido, considera-se que na política brasileira, a maioridade é demarcada como o estabelecimento da passagem de uma faixa à outra, onde se conceberia, assim, os limites entre as faixas etárias, de modo que ao completar dezoito anos de idade, os sujeitos deixariam a adolescência e iniciariam a “entrada na vida social”²⁸, através de responsabilidades legais.

A chegada dos dezoito anos, deste modo, é considerada como um momento importante de transição, uma vez que se trata de um marco para o estabelecimento de direito e deveres especificados pela Constituição²⁹. Tais direitos e deveres são entendidos como os ritos civis que cumprem determinadas funções e que terão repercussão para a sociedade (FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005). Em resumo, com a chegada da maioridade civil, se estabelece que

das juventudes que vem, desde 2005, conquistando espaço e demonstrando importância no âmbito das prioridades do Estado.

²⁸ Em alguns momentos ao longo do trabalho cito a expressão equivalente à “entrada na vida social” ou “inserção social” utilizada pelo sistema institucional. Nesses casos, faço referência ao próprio texto da legislação, sem desconsiderar, entretanto, que juventudes e, especificamente juventudes acolhidas, se encontram como parte da sociedade. A “inserção social” institucional normalmente é caracterizada por critérios como a saída das instituições, a participação nos espaços decisórios e a inserção no mercado de trabalho. Assumo as aspas quando utilizo a expressão a fim de evidenciar a problemática em torno do termo.

²⁹ Alguns exemplos de direitos e de como se relacionam com os critérios de idade são os direitos políticos, o direito penal, o direito do trabalho, o direito-civil, que definem momentos limites em que são permitidos acessos como o voto, o casamento, entre outros (MEIRA, 2009).

as responsabilidades civis sejam assumidas, motivo pelo qual é possível afirmar que a maioridade é considerada como uma referência central para a assunção destes direitos e deveres.

Do ponto de vista legal, de acordo com Meira (2009), se assume que, ao completarem dezoito anos de idade, os sujeitos podem fazer parte de contratos sociais, onde vincula-se a figura daquele que completa a maioridade a características como a responsabilidade, a aptidão e a capacidade de responder. Por essa lógica, é possível relacionarmos os critérios ideológicos das idades, onde são associados valores de acordo com as idades. No caso específico da medida de Acolhimento Institucional estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é possível inferir que o estabelecimento da idade de dezoito anos também é considerado como um marcador de passagem importante, que terá influência sob a trajetória dos acolhidos, uma vez que será por meio deste critério que ocorrerá a saída compulsória da instituição.

Nesse cenário, se encontram intrínsecas as noções de que novas responsabilidades devem ser assumidas pelos sujeitos que deixam de receber a proteção outrora garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passando a assumir para si responsabilidades e os ditos deveres civis que, anteriormente, eram de responsabilidade da própria política voltada ao público “adolescente”. Este, “ao deixar a adolescência”, deixa também de ser concebido como público-alvo desta política em específico.

Para Freitas, Abramo e Léon (2005), ainda permanece como uma tarefa complexa ao mundo acadêmico, assim como para os governos, a delimitação e precisão de categorias como adolescência e juventude, assim como o estabelecimento de seus limites. De acordo com Scherer e Barbosa (2020), no entanto, para o desenvolvimento de políticas sociais, a delimitação etária tem sido considerada fundamental na criação das leis, de modo que tais limites, mesmo que considerados complexos, no âmbito das políticas públicas, seguem sendo comumente estabelecidos.

Como consequência disso, Freitas, Abramo e Léon (2005) sugerem que os sistemas de idades nas sociedades urbanas têm legitimado um acesso desigual à recursos, de modo que isso implica em uma legitimação da hierarquização social das idades. As consequências dessa hierarquização, segundo os autores, fariam com que cada etapa do desenvolvimento infante/adolescente/juvenil correspondesse a certas categorias de trânsito que muitas vezes os inibe de conflitos abertos, assegurando o controle das adolescências e juventudes a pautas sociais estabelecidas.

Em relação ao caráter ideológico por trás das cronologias institucionais estabelecidas, Meira (2009, p. 197) sugere que a divisão etária não deve ser entendida somente como uma simples separação de direitos e deveres, uma vez que tais separações também indicam crenças

como aquelas que sugerem que a maturidade é alcançada após a chegada da maioridade. Na análise da autora, no entanto, o risco de tomar aspectos como a “maturidade” como um critério assumido apenas após a maioridade torna o termo simplificado. Por isso, seria preciso levar em conta que o componente etário que marca estas separações está sempre condicionado às situações socioculturais temporárias e provisórias de identificação.

Scherer e Barbosa (2020) afirmam que as políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência no Brasil, assim como para as juventudes e para outros segmentos sociais, seguem enfrentando um contexto avassalador de ideário neoliberal que vem destruindo os direitos conquistados. Além disso, seguem ainda procurando romper com discursos homogeneizantes que insistem em relacionar às juventudes à “delinquência”, colocando sobre os jovens, especialmente aqueles que são mais impactados pela desigualdade, a imagem de sujeitos perigosos e propensos ao crime.

Os autores complementam que há uma complexa relação entre o desenvolvimento de políticas específicas para esse segmento social e a sua diversidade intrínseca a sua constituição, o que causa tensão no reconhecimento específicos dos direitos dos jovens, que devem ter em consideração a sua pluralidade como elemento fundamental. Isto porque, como demonstrado anteriormente, os jovens não se constituem como um segmento homogeneizado, pelo contrário, sendo marcados por inúmeros elementos, como no que diz respeito à classe social, gênero, etnia, território, entre outros, o que os torna intensamente plurais.

Freitas, Abramo e Léon (2005), ao discutirem os conceitos de adolescência e juventude e as suas diferenças perceberam que, seja para falar de políticas públicas, de formas de atenção ou de ensino aos adolescentes e jovens, é importante sempre questionarmos de que ponto de vista se está falando e de qual concepção de adolescência e de juventude estamos considerando, para que não se incorra ao risco de percebê-los como rebeldes, transgressores ou outros estigmas que muitas vezes são a eles atrelados.

Fonseca, Allebrandt e Ahlert (2009) partem da concepção de que determinados direitos e obrigações são variáveis e mudam conforme surgem novas formas de interpretar as fases da vida, sendo estas, longe de universais, culturalmente determinadas, enquanto categorias construídas socialmente e, portanto, variáveis conforme o contexto em que os sujeitos estão inseridos. Por isso, as autoras consideram como um marcador arbitrário qualquer lei que tenha como critério uma idade absoluta, uma vez que se desconsidera, neste caso, a heterogeneidade do público ao qual se destina, além das diferentes concepções possíveis ao processo de desenvolvimento da pessoa humana.

De acordo com Silva e Lopes (2009, p. 88-89) reside no critério etário estabelecido pelos marcos legais a importância em se compreender as diferenças entre termos como adolescência e juventude, uma vez que é a partir da percepção sobre os conceitos que são interpretadas e retratadas suas formas de ser e estar no mundo, onde se estabelecem parâmetros sociais em termos de organização (ou não) do cuidado para essas fases da vida. Assim, o modo como são construídos os conceitos tem influência também na maneira como “são vistos os direitos e os deveres de adolescentes e jovens e quais são as ações sociais e políticas reivindicadas para atender a esses grupos populacionais”.

Através da aplicação de políticas estatais e institucionais, é possível evidenciar que em âmbito legislativo o critério cronológico pauta uma definição rigorosa de adolescência e juventude, com tendência à homogeneização destes conceitos. Embora ambos os termos se cruzem entre as definições legais, as políticas formulam divisões através de faixas etárias estabelecidas cronologicamente que também dividem as ações equivalentes aos direitos e deveres destinados a cada grupo etário. Cabe ressaltar, para além, que tais classificações rigorosas acerca de suas fronteiras também podem ser evidenciadas, em muitos casos, como concepções tomadas pela própria produção acadêmica sobre o tema. De acordo com Trancoso e Oliveira (2014), a perspectiva pragmática das políticas públicas

permanecem não refletindo as rupturas ocorridas no conceito de juventude em relação à sua vinculação sócio-histórica e ao conceito de identidade processo, permanecendo mais vinculadas às ideias de juventude como crise, por isso alvo de cerceamentos preventivos, e como transição, um tempo passageiro propício para escolhas importantes e definitivas em função da fase adulta, tida como de culminância. (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014, p.143)

Muito embora LeBreton (2013) entre outros autores entenda que não seria mais pertinente uma referência à cronologia da idade, é preciso considerar que no âmbito das políticas públicas o critério cronológico segue sendo utilizado como amplo definidor. Desta forma, apesar de termos como adolescência e juventude sejam concebidos na literatura, cada vez mais como construções de limites tênues e plurais, como visto, diferentemente, no âmbito das políticas públicas, ocorre uma separação fixa por faixas etárias, que separa “adolescência” e “juventude” e determina seus limites, que se cruzam entre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude (EJUVE).

Assim, o caráter cronológico segue definindo neste campo divisões etárias para a construção das políticas. Por isso, para Trancoso e Oliveira (2014, p.139), apesar do fortalecimento da ideia de juventude como um conceito em movimento, no que diz respeito aos

usos pragmáticos, as juventudes ainda são acompanhadas por demarcações rigorosas como alvo para as políticas, onde os aspectos relativos às questões práticas trazem certa dificuldade e tensão no próprio processo de conceituação da juventude.

Diante do exposto, é possível identificar em relação às políticas públicas e a sua relação com o critério etário, as seguintes constatações: a) que as políticas públicas utilizam de um critério cronológico para a definição de seu público-alvo; b) que embora os limites etários se cruzem nas políticas, no Brasil, essa separação fundamenta a existência dos estatutos da Criança e do Adolescente (ECA) e da Juventude (EJUVE); c) que a maioria é tida como um marcador importante para o que se denomina como a uma “entrada na vida social”, definida como rito civil e um momento de assumir novos direitos e deveres estabelecidos por lei e que d) buscando não homogeneizar e estigmatizar o público-alvo destas políticas, os estudos vêm buscando salientar a importância de se atentar para o caráter ideológico das idades contido nas concepções que diferenciam “adolescência” e “juventude”.

No que se refere especificamente à política de Acolhimento Institucional, o marcador cronológico utilizado pela legislação define a medida do sistema de proteção e caracteriza seu público-alvo como crianças e adolescentes de até dezoito de idade. Rifiotis (2016) afirma que assim como a problemática que envolve a delimitação entre as idades a partir dos critérios etários, é igualmente difícil determinar a passagem da adolescência para a juventude a partir do critério exclusivo da faixa etária e que a política de acolhimento se ocupa das prescrições para o desfecho da experiência do acolhimento:

As discussões mais contemporâneas acerca dos percursos de vida têm justamente mostrado a complexa conjugação entre aquilo que se observa nas práticas dos sujeitos e o que pretendem as políticas públicas, quanto à categorização dos sujeitos. Contudo, de certa forma e tendo em vista o que diz essa legislação, tal delimitação demarca aqueles que podem ser protegidos e conseqüentemente ter seus direitos garantidos até os 18 anos, e, excepcionalmente, nos casos expressos em lei, aplica-se o Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade. Nesses termos, o Estatuto, enquanto legislação específica, não se ocupa propriamente dos “egressos” (sobretudo daqueles maiores de 18 anos), mas de prescrições nas quais estão implicados, ainda que indiretamente, os possíveis desfechos da experiência de acolhimento: recomenda que o acolhimento seja transitório, que seja promovida a reintegração familiar e a preparação gradativa para o desligamento e que as entidades que desenvolvem programas de internação tenham como obrigação a manutenção de programas destinados ao apoio e acompanhamento dos “egressos”. (RIFIOTIS, 2016, p. 222)

O acompanhamento pressuposto pelo estatuto sugere que, com a chegada da maioria civil, deve ocorrer um acompanhamento gradativo para a saída da instituição, que se caracteriza, com a chegada dos dezoito anos, como um momento de assumir responsabilidades legais e

civis. O período é marcado, além disso, em termos de divisões etárias, pelo “fim da adolescência” e pela continuidade à juventude.

Diante do exposto, reforçamos como ponto de partida o reforço ao argumento de Trancoso e Oliveira (2014, p. 138) para nos ajudar a pensar sobre as políticas e suas definições cronológicas. Os autores sugerem que o modo como os conceitos são expressos pelas distintas forças políticas são exemplos do poder mobilizador do ato de conceituar, trazendo em si a complexidade típica das significações que se transformam à medida em que a própria realidade é também transformada. Desta forma, a não ser por imposição, “seria impossível um conceito unívoco para a juventude”, pela elasticidade conceitual e prática que adquire na contemporaneidade, reforçando a importância de avaliarmos o caráter múltiplo de dimensões do desenvolvimento humano.

Assim, como sugestão dos autores, não devemos esperar alguma coisa dos jovens ou de qualquer outro grupo social simplesmente pela sua condição etária, mas sim, devemos buscar considerar a complexa relação de forças e influências presentes no contexto social em que se inserem e nas experiências que vivenciam ao longo de seus trajetos nesse contexto. A partir disso, buscaremos identificar como a saída compulsória das instituições é vivenciada na perspectiva individual dos participantes dessa pesquisa.

Uma vez que essa transição é marcada pela concepção etária como um marco de passagem, queremos entender como as ações institucionais concebem o marco etário, especificamente no que diz respeito à política de acolhimento e, por consequência, quais são os resultados dessas concepções na vida daqueles que deixam as instituições ao completarem os dezoito anos.

Desta forma, a fim de cumprir com os objetivos deste estudo, busco observar o uso das faixas etárias no sistema legal através da perspectiva antropológica sobre as idades. Partindo da pergunta sobre os valores incutidos no estabelecimento de um marcador etário como critério para o desacolhimento das instituições, intento contribuir com as problematizações sobre a produção social de estigmas e os processos de homogeneização que não consideram a heterogeneidade que marca as trajetórias dos sujeitos, para além do critério etário.

No próximo capítulo, a partir das concepções teóricas apresentadas, busco escutar os depoimentos de “egressos” atentando para pontos divergentes e em comum, sem, no entanto, generalizar suas condições, na tentativa de compreender as complexidades associadas a cada contexto particular.

4 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Ao longo deste capítulo, sem desconsiderar classe, etnia e gênero como outros marcadores que importam, focalizo a variável idade, a fim de evidenciar como múltiplas trajetórias juvenis têm sido marcadas historicamente pela institucionalização em território brasileiro. Primeiramente, apresento um breve histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil e, a seguir, descrevo a aplicação da medida de acolhimento, evidenciando, através dos depoimentos dos interlocutores desta pesquisa, como essa experiência foi vivenciada no contexto da cidade de Porto Alegre.

Apesar do caráter de excepcionalidade, crianças e adolescentes seguem sendo acolhidas³⁰ pelo sistema de proteção e deixando as instituições apenas quando chegam à maioridade. Muitos chegam nesses espaços quando ainda crianças, ou seja, com menos de doze anos, conforme a delimitação estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, para compreender o processo de desacolhimento, é preciso também compreender como o próprio processo de acolhimento se caracteriza.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Conceitos como infância e adolescência foram construídos somente entre o final da Idade Média e início da Idade Moderna na Europa a partir de famílias da elite. Ancoradas em sociedades europeias, as percepções acerca da estrutura etária foram disseminadas também aos países latino-americanos através do processo de colonização que buscava normatizar os sujeitos e iniciava transformações sociais profundas com o desmantelamento das sociedades tradicionais (JUNIOR; MELLO, 2020).

Amparados pela Igreja Católica, os jesuítas iniciaram a catequização das crianças indígenas, visando convertê-las ao cristianismo e fazer com que crianças e adolescentes latino-americanos fossem “padronizados” aos moldes europeus. Assim, desde o período colonial, enquanto os filhos das camadas mais privilegiadas da sociedade eram enviados para colégios de formação e instrução superior, diferentes modalidades de institucionalização passavam a ser inauguradas (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

³⁰ A palavra “acolhidos” é utilizada no âmbito de sistema de proteção à infância para designar crianças e adolescentes residentes em serviços de acolhimento institucional.

Essas instituições educacionais e assistenciais atuavam com intervenções voltadas para submeter as crianças às normas e costumes cristãos de acordo com o padrão da época, por meio de um modelo disciplinar rígido e como forma de transmissão compulsória de conhecimento (LEITE; SILVA, 2010; RIZZINI; PILOTTI, 2011; ALMEIDA, 2013; NAKASONE, 2021). As autoras Rizzini e Rizzini (2004) afirmam que o Brasil passou a constituir uma longa tradição de internação de crianças e adolescentes em instituições. Inicialmente, visando regular tudo o que fosse considerado como desvios da organização familiar colonial, definindo uma assistência norteada pela lógica da caridade religiosa (ALVAREZ, 1990).

No que diz respeito ao critério etário, a Igreja Católica afirmava a existência de uma *Idade da Razão*, situada entre os sete e os oito anos de idade, momento em que se acreditava que as crianças possuíam consciência e responsabilidade. Essa percepção viria a influenciar inclusive na promulgação de leis, como a Lei do Ventre Livre (1871). Teoricamente, a lei do ventre livre deveria tornar livres à condição de escravização todos os recém-nascidos de mulheres que eram escravizadas, estabelecendo que, aos oito anos de idade, deveriam ser entregues ao poder do Estado ou permanecer sob a autoridade dos escravocratas até os vinte e um anos, onde seguiriam sendo explorados e violentados (MATTOSO, 1992; LEITE; SILVA, 2010; NAKASONE, 2021; NOVA, 2022).

Alvarez (1990) afirma que isso demonstra que no Brasil o critério etário já acompanhava as modificações da legislação, uma vez que as normas estabelecidas pelas leis da sociedade civil consideravam que a Idade da Razão definida pela Igreja Católica era o que indicava um divisor nas premissas dessa lei, que partia das exigências de uma ordem econômica e social própria de um sistema que escravizava (MATTOSO, 1988; ALVAREZ, 1990).

Como efeito de uma legislação sem políticas efetivas de inserção social, muitas crianças passaram a ser acolhidas em instituições (MOURA, 2010). Assim, ao mesmo tempo em que passa a existir uma legislação fundamentada em um critério etário, tomando crianças como tema de debate enquanto cidadãos de ordem pública, por outro lado, o abandono e a institucionalização não foram evitados:

[...] as medidas adotadas pelo Império, com ares de proteção eram medidas de desproteção, porque elas não se consolidaram, e quando consolidadas, as crianças e adolescentes eram institucionalizados/as, assim, como forma de proteger o Estado desprotegia por não garantir a convivência familiar ou mesmo permitir que as crianças continuassem a ser escravizadas. (NAKASONE, 2021, p.31-32)

Percepções etárias iriam retornar em 1890, através do Código Penal que passa a reforçar maior penalidade em casos de violência contra crianças até os sete anos de idade e menor

penalidade no caso de crianças com mais de sete, até os quatorze. Nakasone (2021) afirma que após os quatorze anos, havia um status de *quase adultos* e que os marcadores, além de contraditórios, eram também rígidos, pois aos nove anos, crianças também poderiam ser julgadas como adultas, sendo que não existia nem mesmo locais específicos para o cumprimento da pena naquela época.

Além disso, instaurava-se uma cultura de institucionalização muito forte no país que apesar de compreender instituições como medidas para garantir a vida das crianças, não garantiam condições mínimas de uma infância que pudesse contemplar perspectivas de cuidado, amor, afeto e/ou mesmo proteção, já que ao contrário, muitas vezes as desprotegiam (LIMA; VENÂNCIO; 1992; MARCÍLIO, 1998; ARANTES, 2004; MOURA, 2010; NAKASONE, 2021; SILVA; LEITE, 2010).

Além de não garantir as condições mínimas para um desenvolvimento saudável, era recorrente que não houvesse vagas para a admissão de crianças nessas instituições. Em decorrência, ao final do século XIX, crianças e adolescentes passaram a ser consideradas como um problema social. Governantes denunciavam medidas para evitar que a vida nas ruas contaminasse crianças com comportamentos “antissociais” (LEITE; SILVA, 2010, p. 146). Sobretudo as juventudes passaram a ser vistas como uma ameaça à ordem vigente por destacaram-se em motins urbanos, passando a ser tratadas com repressão, sem que houvesse preocupações em relação à possibilidade de intervenções educativas ou formas de prevenção (PEREIRA, 1994; ALMEIDA, 2013).

As elites passaram a instituir uma nova ordem de controle sobre as camadas mais pobres, classificando crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade como “menores vadios”, iniciando campanhas contra os “menores arruaceiros e abandonados” e resultando no surgimento de novas instituições disciplinares, voltados para um contexto eminentemente urbano (ALVAREZ, 1990, p.48).

As intenções das instituições disciplinares eram de tornar os sujeitos economicamente produtivos, influenciadas pelo movimento eugenista que ganhava força e passava a determinar as formas de atendimento à infância que vivia em situação de vulnerabilidade, difundindo a ideia de que fossem “inferiores” (ALVAREZ, 1990; ALMEIDA, 2013). Crianças e adolescentes eram uma população que se tornava “cada vez mais representada como perigosa” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 22) e passaram a se tornar alvo de intervenções estatais e instituições religiosas e filantrópicas, sendo o principal instrumento de controle o recolhimento às instituições.

Representantes das elites da época cobravam do Estado medidas normatizadoras para conter as ameaças causadas pelos chamados menores que viviam em risco ou que representavam o próprio risco para o projeto burguês de sociedade. Por outro lado, médicos, filantropos e educadores, buscavam discutir qual o caminho para solucionar os problemas relacionados às crianças que viviam nesse universo de exclusão. (MIRANDA, 2010, p. 86-87)

Nesse contexto, surgem severas críticas às estratégias de institucionalização, que consideravam que a infância e a adolescência se encontravam “ainda abandonada, jurídica e institucionalmente” (ALVAREZ, 1990, p. 53). Em 1927, é criado o Código Mello Mattos (Código de Menores), a primeira legislação a contemplar de forma direta as crianças e os adolescentes brasileiros (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

As medidas de assistência da nova legislação eram dirigidas para todo aquele considerado “menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade” (BRASIL, 1927, n. p.) e as divisões etárias eram compostas de “crianças da primeira idade” (com menos de dois annos), os “infantes expostos” (até sete annos) e “menores abandonados” (até os dezoito).

O sistema de atendimento passou a atribuir ao Estado a tutela sobre todos aqueles que os pais fossem considerados como ausentes, o que na prática significava que através do Juiz do Menor, o Estado poderia destituir o poder familiar através da decretação de sentença de “situação irregular do menor” (MIRANDA, 2010).

Além de pais desaparecidos ou presos, maus tratos físicos ou castigos moderados, a ausência de meios de subsistência era considerada como uma das hipóteses para a situação irregular. Campanhas eram realizadas na tentativa de controle e coerção de crianças e adolescentes inseridas em contextos de exclusão social. Assim, crianças que estivessem às ruas, que cometessem atos infracionais ou fossem consideradas “em perigo ou perigosas” eram enviadas para instituições de diferentes modalidades (ARANTES, 2004; MIRANDA, 2010; LEITE; SILVA, 2010; ALMEIDA, 2013).

As divisões etárias eram organizadas da seguinte forma: os “menores” entre quatorze e dezessete iriam para a escola reformatória, onde receberiam educação formal e ofício, onde a premissa “passa a ser o oferecimento de uma oportunidade para trabalhar” (SILVA, 1998, p. 35). Àqueles que não tivessem vínculos familiares, eram encaminhados para escola de preservação (uma espécie de reformatório) e aos mais novos, era permitido o retorno para casa, desde que os pais garantissem sua não reincidência (NAKASONE, 2021).

Importa destacar que nessas circunstâncias se introduz uma diferenciação entre as palavras “criança” e “menor”. A expressão “menor” ganha significado histórico na sociedade,

que passa a associá-la a todos aqueles que estivessem em condições de risco. Seu sentido e conotação enfatizavam uma condição de inferioridade e incapacidade e que estigmatizava crianças e adolescentes nesse contexto (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005; MIRANDA, 2010).

Na lei, as atuais crianças e adolescentes eram mendigos, vadios e libertinos e o uso dos termos “criança” e “menor” passam a sentenciar aqueles em desamparo através de uma identidade legal, tornando generalizada a ideia de que deveriam pertencer a algum tipo de instituição, não apenas prestar-lhe alguma assistência, mas para separá-los dos supostos maus hábitos de suas famílias (ARANTES, 2004; ESPÍNDOLA; SANTOS, 2004; MIRANDA, 2010; ARPINI; SIQUEIRA, 2012).

É o menor que passa a ser visto como irregular, já que porta sua “natureza”: valores antisociais, carências de todos os tipos, comportamentos inadequados, agressividade, periculosidade, etc. Assim, através de um artifício que transformou pobreza em irregularidade jurídica, a criança pobre passou a ser definida como “menor carente” ou “menor infrator” (hipóteses de situação irregular) e, através de um conteúdo medicopsicosocial atribuído a estes menores, as medidas (ou penas) para sanar tal situação, dita de irregularidade, foram deslocadas para os próprios menores, e não para a situação. (ARANTES, 2004, p. 163)

As instituições eram normalmente de localização distante, por se acreditar que o afastamento do convívio familiar e da comunidade era uma forma de proteção. Além disso, apesar de se afirmarem como não punitivos, dentro dos muros das instituições predominava a opressão física e moral através de abusos e violências. Por fim, a assistência também era marcada por uma nova dinâmica através do ensino profissionalizante, onde eram oferecidas diferentes oficinas, como carpintaria, sapataria e marcenaria³¹ (MIRANDA, 2010; ARPINI; SIQUEIRA, 2012; ALMEIDA, 2013).

Nesse sentido, Marcílio (1989) afirma que diferenças de classes sociais ficavam bem delineadas, pois a distinção entre a criança rica e a pobre era que a primeira era normalmente alvo das políticas da família e da educação, visando prepará-la para dirigir a sociedade, enquanto a segunda, era estigmatizada e objeto de controle social e de educação elementar e profissionalizante, que os preparasse para o mundo do trabalho: “disso cuidaram com atenção os médicos higienistas e os juristas das primeiras décadas deste século” (MARCÍLIO, 1989, p. 224).

³¹ As diferenças de gênero, nesta época, também se refletiam nas instituições, onde, para as “meninas”, escolas técnicas profissionalizantes eram destinadas à educação doméstica, a fim de torná-las “mães e esposas preñadas” enquanto para os “meninos” do gênero masculino que vivessem em situação de pobreza, cabia, sobretudo, a internação em escolas e colônias correccionais (MIRANDA, 2010).

Assim, crianças e adolescentes institucionalizados eram afastados de suas famílias, ingressavam nas instituições, tinham sua liberdade restrita e não tinham perspectivas de retorno ao lar (ARPINI; SIQUEIRA, 2012). Além disso, nas distintas instituições para onde eram levados, enfrentavam a lógica disciplinar imposta e resistiam às estratégias de controle (MIRANDA, 2010).

A passagem ao Código de Menores não significou a diminuição da pobreza ou de seus efeitos, mas racionalizou a assistência. Nesse sentido, longe de mudar as condições concretas de vida da criança se constituiu mais como uma estratégia de criminalização e medicalização da pobreza (ARANTES, 2004). O período contemplado pelo Código de Mello Mattos³² e do Novo Código de Menores (1979), formulado aos moldes da política anterior foi cunhado como Doutrina da Situação Irregular. Apesar das ressalvas, considera-se que o Código de 1927 trouxe a repressão ao trabalho infantil para todos os menores de onze anos de idade, assim como passou a questionar castigos físicos violentos dentro do âmbito familiar (NAKASONE, 2021).

Na passagem do Código de 1927 para o Novo Código de 1979, as políticas que se seguiram em torno da infância e da adolescência foram o Serviço de Reeducação (1931), o Serviço de Assistência a Menores (SAM, 1941) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM, 1964) materializada através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), tendo como correspondentes estaduais da Fundação – a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM).³³

Embora as premissas destas políticas previssem a reintegração social, a lógica do modelo anterior, como um sistema correcional e repressivo era mantida. Assim, a institucionalização continuava sendo prática comum (RIZZINI; PILOTTI, 2011). Nesse contexto, movimentos internacionais³⁴ passam a questionar as condições em que viviam crianças e adolescentes, o que se reflete através da criação de diversas associações e entidades em defesa de seus direitos, resultando no processo de discussão e redação do que viria a substituir o Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (RIZZINI; RIZZINI, 2004; ESPÍNDOLA; SANTOS, 2004)

Nos anos que seguiram ao fim do regime civil-militar, apesar dos avanços, houve um aumento de crianças e adolescentes nas ruas, o que aumentou o clamor social resultando na

³³ Para mais sobre as especificidades das políticas criadas, ver em: Almeida (2013), Leite e Silva (2010) e Lima e Custódio (2007).

³⁴ Tais como o tratado formulado na Assembleia Geral da ONU e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ALMEIDA, 2013).

criação de segmentos sociais, organizações e profissionais organizados em defesa dos direitos destas pessoas, que eram frequentemente desrespeitados à época pela FEBEM e pela polícia (RIZZINI E RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 1998; LEITE; SILVA, 2010).

De acordo com Leite e Silva (2010), quando termina a ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil, importantes mudanças no contexto social e político brasileiro se iniciam a fim de romper com as antigas estruturas. Dentre estas, a constituição dos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros através da Constituição Federal de 1988, que incluíram em seu Art. 227 que era agora um dever integrado

da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Em revolta à violação dos direitos das crianças e dos adolescentes nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), intuindo romper com os séculos de controle de violências e controle da pobreza e regulamentando uma lei específica a partir dos pressupostos contidos na Constituição (LEITE; SILVA, 2010; ESPÍNDOLA; SANTOS, 2004).

A promulgação do ECA é considerada como a passagem da *Doutrina de Situação Irregular* para a *Doutrina de Proteção Integral*, sendo a primeira referente aos critérios estabelecidos em legislações como o Novo Código de Menores, de 1979, que considerava que estivessem em situação irregular todos aqueles que fossem considerados como um *perigo moral*.

Os protestos de adolescentes internados, expressos em rebeliões noticiadas pela imprensa, as manifestações sociais dos campos progressistas passaram a questionar as modalidades de institucionalização no Brasil, retornando os direitos humanos como tema de discussão e dando início a chamada *Doutrina de Proteção Integral* (RIZZINI; RIZZINI, 2004; ESPÍNDOLA; SANTOS, 2004; LEITE; SILVA, 2010;).

O estatuto se firmou como um conjunto de princípios e regras de direitos humanos visando uma proteção integral da cidadania de crianças e de adolescentes, dividindo-se em dois livros, o primeiro sobre os direitos fundamentais e o segundo sobre os órgãos e procedimentos protetivos.

São os direitos fundamentais previstos nesta Lei: I – Direito à Vida e à Saúde; II – Direito à Liberdade e à Dignidade; III – Direito à Convivência Familiar e

Comunitária; IV – Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; V – Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho. (BRASIL, 1990)

As reformulações conceberam crianças e adolescentes como necessitados de cuidados e de garantias especiais, como sujeitos de direitos que deveriam ser voltados a todos os sujeitos, independente de classe social, etnia e gênero (ECA, 1990; ESPÍNDOLA; SANTOS, 2004).

Com a implementação do ECA, a expressão *menor* passou a ser considerada inapropriada, pelo sentido pejorativo e discriminatório que regia os antigos Códigos de Menores. A partir deste ponto, passam a ser utilizados os termos criança (estabelecidos até os 12 anos incompletos) e adolescentes (até os 18 anos completos), indicando a condição dos sujeitos de direitos destinados (MARCÍLIO, 1998; LEITE; SILVA, 2010).

Com a extinção do termo *menor*, o termo delinquência também deixa de ser utilizado institucionalmente, mudanças que contribuíram com o rompimento dos antigos paradigmas.

Essa mudança de concepção da criança e do adolescente como menor em situação irregular para pessoa que necessita de cuidados protetivos marca a passagem da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral. Crianças de até 12 anos e adolescentes de até 18 passaram a ser definidos como cidadãos, possuidores de direitos, na condição peculiar de pessoas em fase de desenvolvimento, eliminando assim a rotulação de menor, infrator, carente, abandonado etc., e classificando todos como crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente passou a garantir-lhes os direitos pessoais e sociais, através da criação de oportunidades e facilidades que possibilitassem o desenvolvimento físico, mental, psíquico, moral, espiritual, afetivo e social, em condições de liberdade e dignidade. (ESPÍNDOLA; SANTOS, 2004, 360)

Assim, considera-se que uma das grandes conquistas da Constituição Federal de 1988 tenha sido a criação das condições necessárias para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que rompeu com a doutrina da situação irregular para aderir à doutrina da proteção integral, na qual toda criança e adolescente é considerada enquanto sujeito de direito e em fase especial de desenvolvimento, requerendo, portanto, a proteção do Estado (ESPÍNDOLA; SANTOS, 2004, p. 357).

Rifiotis (2016) afirma que até a promulgação do ECA o que se percebe é uma tentativa de categorizar os indivíduos, especialmente em termos morais, para que fossem alvos das políticas de atendimento, o que alimentou por décadas a dicotomia entre a “criança e perigo” e a “criança perigosa”. Por conta de tais aspectos históricos, destaca-se a quebra de paradigma que ocorreu através da implementação do Estatuto. A legislação que agora vigorava, estabelecia uma nova concepção de infância e de juventude a partir dos parâmetros do direito da criança e do adolescente.

Além disso, o estatuto também transfere a responsabilidade dos direitos para o tripé *Estado, Família e Sociedade*, enquanto na lei antiga ocorria uma ausência do Estado nessa responsabilidade, sendo ela sobretudo de cunho assistencialista (LEITE; SILVA, 2010). Às crianças e adolescentes que tivessem seus direitos violados, o ECA previu as seguintes medidas de proteção em seu Art. 101:

Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII – abrigo em entidade; VIII – colocação em família substituta. (BRASIL, 1990)

O Art. 101 aparece, desta forma, para propor as medidas necessárias em caso de crianças e adolescentes que tivessem seus direitos considerados violados. Neste artigo, o acolhimento aparece como uma opção em que se pressupõe que: “o abrigo é uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente permanece vigente ainda hoje. Além dele, outras melhoras também foram implementadas. Em dezembro de 2006, por exemplo, foi criado o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, tendo uma nova versão publicada no ano de 2013. O Plano também reconhece os direitos, interesses e competências das crianças e dos adolescentes, compreendendo as fragilidades das famílias de origem e preconizando que devem existir políticas públicas de apoio para essas famílias, uma vez que isto é fundamental para o desenvolvimento das crianças.

Também se considera que a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), avançou profundamente na compreensão sobre crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, tornando-se ampla referência à sociedade e desencadeando uma série de ações, programas e políticas, principalmente para aqueles considerados em risco pelo não atendimento dos direitos estabelecidos, de modo que muitos movimentos sociais também passaram a incorporar em suas pautas bandeiras de defesa dos direitos para o segmento estabelecido até os dezoito anos de idade, quando se atinge a maioridade legal (FREITAS; ABRAMO; LÉON, 2005).

Nesse sentido, percebe-se um percurso de mudanças legislativas que orientaram práticas institucionais e que apresentaram novas formas de conceber as crianças e os adolescentes institucionalizados, assim como suas famílias. No entanto, diversos autores afirmam que as mudanças previstas pela legislação ainda não estão efetivamente implementadas e que os reflexos de uma história excludente parecem ainda hoje influenciar as práticas relacionadas à área (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MACHADO; SCOTT; SIQUEIRA, 2016, p. 94).

Neste capítulo, retomamos inicialmente um processo histórico que se demonstra permeado pela ausência de direitos sociais, assim como pela violência e estigmatização em torno de crianças e de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Como evidenciado, significativos avanços surgem especialmente a partir da década de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um símbolo resultante da luta pelos direitos da infância e da adolescência.

4.2 APLICAÇÃO DA MEDIDA DE ACOLHIMENTO

As modalidades de acolhimento institucional foram estabelecidas como espaços de amparo para crianças e adolescentes considerados em suspeita de violação de direitos, muitas vezes impactadas por cenários desiguais (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MACHADO; SCOTT; SIQUEIRA, 2016; RAUPP; ACCORSSI, 2016). Diante da presença de fatores considerados como de risco, ocorre uma intervenção estatal³⁵ que pressupõe nove princípios a serem seguidos, sendo eles:

I – preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; II – integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; V – não desmembramento do grupo de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida da comunidade local; **VIII – preparação gradativa para o desligamento**; IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (BRASIL, 2009, grifo nosso)

Os contextos em que se encontravam quando foram considerados em situação de risco são descritos nos depoimentos dos participantes desta pesquisa. Rafael conta que sua mãe sofria de violência doméstica, sendo o seu marido, o próprio agressor³⁶. Além disso, a mãe de Rafael

³⁵ Ocorre por meio da ação do Juiz da Vara da Infância e da Juventude ou pelo Conselho Tutelar da cidade, de acordo com o Manual de Orientações dos Abrigos para Crianças e Adolescentes (2008, p.6)

³⁶ O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em levantamento sobre violência contra mulheres, identificou que na maioria dos casos de violência, os agressores são pessoas próximas à vítima, como o marido, o namorado,

também vinha fazendo uso abusivo de substâncias químicas, o que tornava ainda mais complexa a situação de sua família:

Meu pai se separou da minha mãe. Na verdade, minha mãe se separou dele porque ele batia muito na minha mãe. Daí ela acabou indo para um abrigo, para o primeiro abrigo por causa disso. E depois de lá, ela não parava num abrigo certo e daí acabou da gente indo para o Acolhimento (RAFAEL, 2021).

A mãe de Jota, além de enfrentar dificuldades em razão do diagnóstico de soropositividade para HIV, também sofria com uma severa dependência química, o que Jota acredita que tenha agravado os problemas em torno de sua situação familiar:

Então a gente, além de ser muito pobre, tinha esse problema de saúde da minha mãe e o problema em relação ao vício, à droga. Infelizmente, ela fumava crack e era alcólatra também. Então era algo bem complicado pra gente. (JOTA, 2023)

Carolina costumava ficar sozinha em casa com os irmãos enquanto a mãe saía para trabalhar como diarista em um bairro nobre da cidade. Não era incomum que a mãe ficasse fora por muitos dias, mas a impressão de Carolina era a de que ela sempre voltava para casa. No entanto, não foi isso o que aconteceu naquele dia. Carolina afirma que ela e os irmãos chegaram a ficar sozinhos por meses, e que a situação teria mudado, especialmente, após a mãe ter intensificado o uso de substâncias químicas:

Ela era faxineira. Ela trabalhava em casas faxinando e nesse tempo ela tinha, eu me lembro até hoje... uns meses antes ela tinha conhecido um cara, só que esse cara sempre oferecia droga pra ela. E ela dizia que não aceitava, que não gostava. Mas teve um tempo que ela começou a usar e foi nisso que ela foi trabalhando...ficava cinco dias fora e voltava. Mesmo dando tudo pra gente, não deixando faltar nada, ela voltava. Aí depois ela foi indo, foi indo, depois ela nunca mais voltou. E pra nós era normal, porque uma hora ela ia voltar. Ela ia chegar. E passou uns dois meses, três meses e ela não voltava. [...] Dava pra ver que ela gostava muito do cara, e ela deixava a gente assim... dava dinheiro pra gente pra gente ir no mercado pra comprar doce, e ela ficava dentro de casa com o cara usando, pra não usar na nossa frente, mas eu sabia que ela usava, porque ela guardava as coisa em cima, mas eu sempre fui mexeriqueira, sabe? E eu olhava, ficava só cuidando. [...] Mas daí o cara dizia pra ela que não ia mais ficar com ela porque ela não queria usar junto com ele, que ele achava ruim, daí foi nesse tempo que ela disse que ia trabalhar e não voltou mais. (CAROLINA, 2023)

ex-cônjuge ou vizinho (FBSP, 2019). Sobre a violência doméstica e a relação de mães com filhos institucionalizados em unidades de acolhimento, Cleto, Covolan e Signorelli (2019) afirmam que mulheres-mães se encontram mais suscetíveis a sofrer violência doméstica e que, além disso, mães em situação de violência doméstica e familiar que tiveram os filhos institucionalizados muitas vezes têm maiores dificuldades em recuperar a guarda de seus filhos.

Eduardo acredita que a aplicação da medida de acolhimento, em seu caso, tenha se dado “por conta da dependência química e do trabalho que a minha mãe tinha, que era a prostituição”. Além disso, “por conta dos pais de todos nós, os onze irmãos, que nos abandonaram. A minha mãe teve que enfrentar tudo sozinha e acho que acabou pesando muito no psicológico dela e ela acabou afundando nas drogas”. Gustavo, que é irmão de Eduardo, comenta que os outros irmãos foram institucionalizados primeiro e que um mês depois, foram ele e Eduardo. Sobre essa passagem, Gustavo comenta:

[...] eu também, eu escolhi ir pro abrigo porque eu vi que a realidade que eu tinha não era muito boa, minha mãe drogada, vivia na rua, e eu com doze anos já tinha pensamento pro futuro: não, não quero, quero ser melhor, então eu escolhi ir pro abrigo. Aí foi eu e meu irmão. (GUSTAVO, 2023)

Além dos depoimentos citados, ao longo da poesia biográfica que escreveu e que inseri na epígrafe desta tese, Khalil também retrata em determinado trecho sobre a situação vivenciada por sua família e sobre a dependência química enfrentada pela mãe, trazendo como elemento aquela “pedra de cinco” que a “deixou sem nada” e que a levou “à ruína”, fazendo com que tivesse “pesadelos reais”.

Diante das histórias apresentadas, podemos inferir que a dependência química materna surge como um elo em comum no contexto familiar dos participantes da pesquisa. Além de considerada como uma das razões para a aplicação da medida de acolhimento pelos próprios participantes, estudos tem indicado a dependência química como um dos principais condicionantes na execução do acolhimento institucional.

Pesquisas realizadas a partir da análise de prontuários em unidades de acolhimento sugerem que dentre as maiores recorrências para o ingresso nas instituições, se sobressaem as dificuldades financeiras, a negligência, o abandono e pais em situação de dependência química³⁷ (FURLAN; SOUSA, 2014; SOARES; SOUZA; CARDOSO, 2015). Importa destacar, no entanto, que os próprios autores destes estudos têm salientado que não seria possível definir uma única razão para a institucionalização, isto porque os motivos normalmente não são considerados como fatores isolados, mas sim, associados.

No contexto familiar de Jota, ele indica além de “fatores de pobreza, miséria e drogas”, maus-tratos foram também “uma das evidências apontadas pelo judiciário para fazer a destituição familiar”, concluindo que “isso que levou a gente (*Jota e os irmãos*) a ser levados

³⁷ Furlan e Sousa (2014) identificaram que dentre cinquenta e dois casos analisados, a dependência química aparecia como resultado em 90% deles.

para uma instituição de acolhimento”. No caso do contexto de Flor, a participante considera que abusos cometidos pelos pais biológicos foram a principal razão para a aplicação da medida, quando tinha cinco anos de idade: “Eles eram muito abusivos. Eu já fui abusada, fui espancada, fui maltratada. A gente, eu e meus irmãos, a gente tinha que fazer tudo o que eles pediam. Na verdade, era como escravo...entendeu?”

Entre outras razões citadas na bibliografia, estão a referência a conflitos no ambiente familiar, problemas de saúde mental dos pais ou responsáveis, crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua, que sofrem exploração sexual, que trabalham ou que tenham pais que estejam presos (BUIATI; FERREIRA; GONTIJO, 2013; FURLAN; SOUSA, 2014; SOARES; SOUZA; CARDOSO, 2015; RODRIGUES; PREBIANCHI, 2021).

As situações apresentadas, normalmente associadas à destituição do poder familiar, refletem o que se concebe para a aplicação da medida como forma de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Situações que envolvem a vulnerabilidade econômica no contexto das famílias, em especial, são recorrentemente discutidas na bibliografia, que aponta que essa vulnerabilidade não deve constituir como motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder, como consta no Art. 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Não existindo outros motivos que por si só autorizem a decretação da medida, a criança ou o adolescente deve ser mantido em sua família de origem, que deve ser incluída em programa oficial de auxílio (BRASIL, 1990; BUIATI; FERREIRA; GONTIJO, 2013). Em casos em que se identifica a carência de recursos materiais, Clarissa, coordenadora da *Rede Afetos*, afirma que é papel da Rede de Assistência Social realizar um acompanhamento das famílias para que as condições econômicas não sejam um motivo isolado para a destituição, assim como pressupõe o ECA.

A vulnerabilidade social em que muitas famílias se encontram, entretanto, tem destaque nos debates sobre a aplicação da medida de acolhimento institucional e em muitos estudos sobretudo porque “tende a motivar o acolhimento institucional, gerando o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar e comunitário” (MENDES; CONCEIÇÃO, 2018, n. p.).

Mesmo que as dificuldades financeiras nem sempre apareçam como um fator condicionante de forma explícita, sugere-se que na maioria das famílias em que os filhos vão para o acolhimento, adversidades como ausência de renda, educação, trabalho, moradia e rede de apoio podem ser evidenciadas. Nesse sentido, indica-se uma conexão entre as recorrências associadas e as dificuldades em âmbito financeiro, uma vez que a vulnerabilidade econômica

tende a tornar os sujeitos mais vulneráveis a situações de risco diversas (FÁVERO, 2001; MENDES; CONCEIÇÃO, 2018).

Ainda que o ECA contenha, como já referido, disposições no sentido de priorizar a permanência da criança na sua família e comunidade de origem e sobre a obrigação do Estado de criar programas de auxílio às famílias, para que possam ter condições de cuidarem adequadamente de seus filhos, a realidade social e institucional não tem respondido ou implementado ações no sentido de efetivar o que dita a lei. O que se constata é a ausência do Poder Executivo que, despidido de infra-estrutura e compromisso social, leva alguns genitores, sobretudo mães, muitas vezes vivendo na pobreza e sozinhas, a entregarem seus filhos a uma outra pessoa, família ou instituição. (FÁVERO, 2001, p. 21-22)

São sobretudo mães as mais impactadas nesses contextos porque costumam ser mais frequentes os casos em que entre as famílias monoparentais, o pai seja a figura ausente, em razão do abandono paterno, considerado ainda latente na sociedade (FÁVERO, 2001; MEDEIROS, 2016; SILVA, 2019). Ocorre, inclusive, uma discrepância na porcentagem entre a quantidade de pais e mães consideradas como pessoa de referência no contexto das famílias afetadas pela medida de acolhimento institucional³⁸ (PEREIRA; COSTA, 2004; LOPES E BARRETO, 2016; MEDEIROS, 2016).

A grande maioria das “mães dos acolhidos são chefes das suas famílias e logo, responsáveis pelo sustento da casa” (MEDEIROS, 2016, p.41). Além disso, a jornada dupla que por vezes sobrecarrega essas mães, no entanto, também pode ocasionar em abandono materno, pela falta de condições, tanto materiais, quanto emocionais diante das situações que se apresentam (MEDEIROS, 2016, p.41).

De acordo com Fávero (2001, p.18), questões de referência a crianças em acolhimento institucional notadamente giram em torno da figura da mulher(mãe) e sobre o homem(pai) “pouco ou nada se fala”, o que indica que a abordagem sobre a temática da destituição familiar não pode se dar sem a referência também às questões de gênero.

Eduardo descreve que ele e os irmãos não tiveram nenhum contato com o pai. Posteriormente, quando pergunto se ele poderia me contar um pouco mais sobre isso, Eduardo me diz que, entre os pais dos dez irmãos “o único que não abandonou foi o pai das minhas irmãs gêmeas menores, ele era taxista e acabou morrendo em um acidente, os outros, sem exceção”.

³⁸ Famílias formadas com pai e mãe com filhos acolhidos foram a menor porcentagem identificada pela pesquisa de Furlan e Sousa (2014). Aquelas com a presença apenas do pai eram de 13%. Por outro lado, aquelas formadas apenas pela mãe eram de 39%. O restante dos dados se dividia entre a família extensa (que também pode ser formada por um núcleo de apenas uma pessoa), com 24% dos dados, inexistente, com 13% e formada apenas por irmãos, com 7%.

No caso de Rafael, durante a nossa entrevista, o único momento em que ele comenta sobre a figura paterna é quando se refere à violência enfrentada pela mãe. Já em relação à história de Carolina, ela chega a mencionar brevemente a relação com o pai biológico, descrevendo que ele foi embora “quando era ainda pequeninha” e relembrando memórias que permaneceram: “Eu lembro ainda assim, sabe? Eu tinha o reflexo dele na minha cabeça, do rosto dele, do jeito que ele era”.

Jota afirma nunca ter conhecido o pai. Ele acredita que a situação de sua família poderia ter sido diferente especialmente se o pai ainda estivesse presente, referindo-se, sobretudo, à situação de vulnerabilidade econômica em âmbito familiar. Jota interpreta esse momento como a “desestruturação de sua família”:

[...] e ao mesmo tempo mensurar tudo isso em relação à pobreza... então era mais um peso! Porque a gente nunca foi de uma família estruturada³⁹. Na verdade, minha mãe teve sete maridos e sete filhos, onde nenhum desses maridos acabaram assumindo os seus filhos. Eu, por exemplo, eu nunca conheci meu pai. Então foi algo que, assim... de certa forma, desestruturou a minha família, né? Que poderia ter ajudado muito se eu conhecesse o meu pai, financeiramente, né? Porque eu vou ser bem sincero... durante a minha infância eu não pude sentir falta dele porque a gente não pode sentir falta daquilo que a gente não tem. (JOTA, 2021)

Sobre o tema da ausência paterna, Fávero (2001) argumenta que é preciso considerar ainda que a realidade social das pessoas que perdem o pátrio poder se insere em um cenário de exclusão social onde a pauta da figura paterna no universo pesquisado abre margem para percebê-lo como alguém que, em muitos casos, também foi excluído socialmente. A autora complementa que o que acontece, nesses cenários, é uma desresponsabilização por parte do Estado diante da questão social, que se acentua em decorrência de um modelo político e econômico “gerador de exclusão social que, dia a dia apresenta-se de forma mais visível e violenta” (FÁVERO, 2001, p.23).

Sobre as condições de vulnerabilidades identificadas nas famílias, Fávero (2001) sugere ainda que as famílias que perdem o poder familiar geralmente não possuem uma rede familiar extensa ou mesmo redes sociais de apoio em suas comunidades, além de histórias de vida

³⁹ Sobre a expressão “família desestruturada”: Belfort *et al* (2015) aponta que ela normalmente é associada aos problemas conjugais, rearranjos familiares, uso de álcool e outras drogas, divórcio, falta de amor e de cuidado e à pobreza. As autoras salientam que no cerne da expressão normalmente há um elemento de culpabilização das famílias vulneráveis na institucionalização de seus filhos e que tem relação com elementos representacionais ancorados pelos modelos de família nuclear burguesa, ainda hegemônico na sociedade ocidental. Assim, as famílias que se afastariam desses modelos, seja por não exercerem as funções “esperadas pela sociedade” ou mesmo pela presença de conflitos, seriam consideradas como desestruturadas.

marcadas pela exclusão, migração e ruptura de vínculos afetivos⁴⁰. Assim, muitas correspondem ao que se qualifica na bibliografia como um *desenraizamento familiar e social*, associado à ausência de um grupo familiar extenso ou de possibilidades de apoio em suas comunidades, pessoas com quem possam contar e recorrer em busca de ajuda para conseguir desempenhar funções de cuidado e proteção dos filhos (PEREIRA; COSTA, 2004; LOPES; BARRETO, 2016).

Por fim, sugere-se que para famílias que enfrentam a vulnerabilidade econômica, o acesso a uma rede de serviços potencializada e integrada seria fundamental para a superação de suas vulnerabilidades. O que acontece, entretanto, é que existem muitas situações, em especial, de mães, que buscam sanar as dificuldades em razão da vulnerabilidade econômica, mas que nem sempre, no entanto, encontram as possibilidades necessárias para reverter as condições em que se encontram (LOPES; BARRETO, 2016).

As referências bibliográficas aqui trazidas pontuam as condições sociais desfavoráveis normalmente identificadas entre muitas dessas famílias pois, como visto, na narrativa dos entrevistados, é inegável que, em alguma medida, fenômenos que têm sido recorrentemente explorados pela literatura que possui o tema dos acolhimentos e da destituição familiar como objeto em comum, também podem ser identificados nesses relatos.

Assim, situações em torno da violência doméstica, da condição de dependência química, do abandono parental e de maus tratos, além da vulnerabilidade econômica são alguns dos entrelaces que permeiam os principais condicionantes associados à aplicação da medida de acolhimento. Nesse sentido, sugerimos que as questões sociais evidenciadas na grande maioria dos casos como fatores associados também podem ser identificadas nas histórias das famílias aqui apresentadas, resultando em sua separação.

4.2.1 Da família de origem ao acolhimento

Durante o primeiro dia de gravações do curta-metragem em desenvolvimento, após um exercício de relaxamento e a finalização da prática dos jogos teatrais propostos, foi sugerido que, quem quisesse, poderia comentar sobre como se sentiu e sobre o que esperava para os

⁴⁰ Fávero (2001) ressalta que apontar para constatações sobre a exclusão social identificadas nesse universo não significa ignorar a existência de outras formas de pensar ou questões a observar, uma vez que se trata de um campo amplo e que apresenta heterogeneidade. Deste modo, embora haja uma maioria de pessoas destituídas do poder que se enquadrem dentro de uma população excluída socialmente, isso não significa supor que todas essas pessoas cuidariam de seus filhos caso obtivessem melhores condições de vida e nem desconsiderar que as crianças e os adolescentes necessitam e tem direito à proteção.

próximos encontros a serem realizados. Nesse momento, Gustavo tem uma ideia e a sugere, de modo que o diálogo entre os participantes passa a se pautar em torno do “primeiro dia” e do momento de separação de suas famílias de origem:

“Cena 1”⁴¹ – O primeiro dia

Gustavo: A gente podia gravar o primeiro e o último dia, se alguém lembra. Porque no primeiro dia é muito desesperador, a gente fica com medo e tal.

Khalil: Exato, o primeiro dia é tenso, né?

Gustavo: É estranho.

Khalil: Cheguei com uma sacolinha no abrigo, com umas roupas tudo rasgada e achei que tava arrasando.

Eduardo: Eu cheguei só com a roupa do corpo, só. Os cara nos buscou no colégio, assim.

Khalil: Nos buscou no colégio, aham.

Gustavo: Não consegui nem pegar minhas roupas.

Khalil: Tenho trauma de carro branco até hoje.

Jota: Aí, sim, né? Me buscaram com polícia. Tu acredita? Polícia e kombi (Risos). Sério, olha...se eu já sou negro e tenho trauma de polícia. Imagina, né?

Gustavo: Veio um oficial de justiça, né: “tenho um mandado aqui pra te levar pro abrigo”.

Jota: Aí, foi a pior cena da face da terra. Pior cena! Eu tava no SASE (Serviço de Assistência Social e Educacional), cês sabem o SASE, né?

⁴¹ O presente registro corresponde a um diálogo completo extraído das gravações de áudio do primeiro dia de encontros para desenvolvimento do curta-metragem, em maio de 2023. Apesar de ter sido uma transcrição de um momento de roda de conversa e não de uma cena teatral e interpretada, aqui, a palavra “cena” faz referência a um trecho extraído de uma gravação documental cinematográfica. Desta forma, registros de “cenas” documentadas, podendo ser elas, inclusive, conversas informais entre os participantes, serão referenciadas ao longo deste estudo.

Khalil: Aii, eu também tava no SASE.

Jota: Tava no SASE! Eu tinha fugido da minha mãe porque a minha mãe odiava que a gente ia, né, que a gente ia catar latinha. Eu tava no SASE, e aí eu tava num campinho que acho que era uns metros longe do SASE.

Jota: Ah, lá no Mário Quintana (Risos). Muito engraçado. Aí ligam pro professor, falando pra todo mundo voltar. Ou seja, todo mundo viu a polícia, todo mundo me viu com o Oficial de Justiça. Ah, pior coisa do mundo.

Khalil: Mas é muito doido, né, tipo, quando foram me buscar, tipo... buscaram meus irmãos na segunda. Daí eu cheguei, e a minha mãe chorava. Eu nunca encontrava minha mãe quando eu voltava da escola porque a gente saía pra pedir. Daí ela pedia com os meus irmãos mais novos durante a semana e eu só podia ir final de semana, né. Mas eu matava muita aula (Risos). E daí eu cheguei e ela tava chorando muito assim... sentada na calçada da frente de casa. E daí ela tipo, disse que eles tinham ido pro abrigo e que eu iria na sexta. Eu era a única que não tinha ido ainda. E daí eu chorei horrores, mas eu entrei em casa e peguei tipo umas roupinhas, que eu achei que eram as minhas melhores roupas, botei numa sacolinha e disse pra ela: diz pra *Janete* que eu amo muito ela. *Janete* era uma senhora que me cuidava. E daí na sexta feira eu tava brincando, tipo, eu lembro real, eu tava brincando de salão de beleza e daí subiu a coordenadora e disse “ah, tu tem que descer lá na direção”, e daí quando eu desci lá tinha um oficial e uma assistente social. Daí fui num carrinho branco, no meio deles, assim, pra não fugir.

Jota: “Tão te levando pra um lugar que tu vai adorar...”.

Khalil: Ah, mas quando eu cheguei eu comi afu, tá ligado?

(Todos riem)

No diálogo apresentado, os participantes revelam sentimentos e percepções sobre o momento em que foram para o acolhimento. Nesse instante, espontaneamente, Khalil pergunta aos outros: “Mas e pra vocês, o que o acolhimento significa?”. Imediatamente, Flor responde: “Segurança”, enquanto Gustavo e Eduardo fazem sinais afirmativos com a cabeça. Eduardo complementa: “Pra mim também, poder ter uma cama, comida na mesa todos os dias, pra mim isso é segurança”.

Khalil expressa ressalvas, pois não considera que essa tenha sido plenamente a sua experiência, mas ao mesmo tempo consegue entender o que Flor, Eduardo e Gustavo estão querendo dizer. Khalil descreve com mais detalhes sobre sua percepção:

Na segunda feira quando eu cheguei no colégio, porque daí... muito doido, eu achava, eu dizia quando eu entrei no abrigo que eu era pobre. E daí quando eu entrei no abrigo e eu entrei na sexta. E tipo, de sexta pra segunda, eu me considerei uma pessoa bem de vida, tipo...uma criança bem de vida, porque eu tinha uma cama. Eu não dormia mais em cima das roupas sujas. Eu dormia numa cama, e daí eu ganhei roupas limpas, roupas, sapatos. Na segunda feira quando eu cheguei lá na escola que eu estudava, eu literalmente era outro ser, sendo que eu já fui tratada de outra forma, então era como se eu comesse a ser vista, sabe? Então eu entendo a segurança do abrigo, porque é como se antes a gente real não existisse, sabe? Fosse só crianças, tipo... largadas, infelizmente. E daí o abrigo faz com que a gente possa ter outros olhares, assim, pra vida. Quando eu entrei no abrigo eu pensei “eu não quero ser que nem a minha mãe”. Senti muita raiva dela tipo nos primeiros anos, e ela faleceu logo em seguida. E daí eu senti raiva por ter sentido raiva (Suspiro). E enfim, são muitas coisas né. Mas não deixa de existir amor. Tipo, eu amo a minha mãe. Amo a minha mãe, e apesar de toda a loucura, e é muita loucura porque quando cê vai entendendo as coisas... eu queria muito fazer direito. E o abrigo me deu a possibilidade de entender os meus direitos e lutar pelos direitos das crianças que também tavam lá. Então eu participei de conferências, viajei. Eu viajei, tá ligado? Então, sei lá, eu sinto sim que o abrigo me deu possibilidades, mas também me roubou muitos sonhos, sabe? Me tirou a possibilidade de acreditar real que existe amor. (KHALIL, 2023)

Quando sugere que o acolhimento lhe roubou sonhos e a possibilidade de acreditar no amor, Khalil explica a qual amor está se referindo: “Amor de família... alguém que vai chegar e que vai me escutar ou perguntar se eu tô bem. E é isso que não tem, né... no abrigo. Porque são duas monitoras pra quinze, dezesseis crianças numa casa”. Em outro momento, Khalil faz referência novamente à sua relação familiar. Em um exercício teatral proposto em um dos últimos dias de gravações, sugere-se que as participantes escrevam o nome de uma pessoa de quem tenham saudade em uma parte da pele escolhida por elas. Khalil escreve o nome da mãe:

Eu sinto falta da minha mãe por isso que eu coloquei o nome dela. Sinto muita saudade. Principalmente com a maternidade, sinto falta de ter alguém pra me ajudar, pra conversar. Queria poder falar pra ela coisas que eu não pude falar. Sinto que onde ela tá ela sabe o que eu sinto por ela. (KHALIL, 2023)

Quanto às relações familiares, Eduardo comenta sobre a dificuldade enfrentada por ele na separação da avó, em razão do momento em que foi para o acolhimento. Ele acredita que além da saudade, sente que a instituição “lhe tirou o tempo” dessa relação:

A casa lar, porque eu gosto mais de falar da casa lar porque eu passei muito mais tempo, me identifiquei muito mais lá né. Ela me trouxe muitas coisas boas. Me apresentou um lado da vida que eu não conhecia até então. Nunca tive o que eu tive na casa lar com a minha família. Mas o que eu tinha na minha família era muito amor por parte da minha avó. E uma coisa que a casa lar me tirou foi o tempo que eu poderia

passar com a minha avó. Pois quando eu saí com dezoito anos ela já tava acamada, com problemas sérios e não conseguia nem falar. Então ela quase não tava lúcida. E antes de ir pra Casa lar, ela tava sã, tava caminhando. Sempre tomando um café, que ela tomava. Eu lembro até hoje. Saudade dela. E uma das forças que me proporciona ser sempre melhor na minha vida e buscar o melhor pra mim é a minha avó. (EDUARDO, 2023)

Em uma das atividades sugeridas ao longo do desenvolvimento do curta-metragem, a proposta era para que fizessem um desenho livre, sobre aquilo que desejassem. Eduardo desenha a figura da mãe. Ela se encontra sentada, com o rosto entre lágrimas, segurando suas mãos. Em seu coração, há uma casa.

Figura 3 - O desenho de Eduardo



Fonte: acervo pessoal (2023).

Quando finalizassem os desenhos, aqueles que quisessem poderiam falar sobre os seus significados. Eduardo nos conta que desenhou a mãe porque acredita que ela estaria orgulhosa dele por estar participando daquele projeto. Ele comenta que ainda hoje, quando a visita, ela pede por perdão, dizendo: “Tu sabe que eu sempre fiz o meu melhor, né, filho?”, ao que Eduardo, sempre responde: “Eu sei, mãe”.

Quando chegou ao acolhimento, aos onze anos de idade, Jota sentia dificuldade em entender o que estava acontecendo. A separação de sua família foi, de acordo com ele, um dos maiores desafios a serem enfrentados. Sobre a mãe, Jota diz: “...porque querendo ou não, no final do dia... ela tava lá”.

Foi algo bem complicado. Sempre digo que não é compreensível, não é compreensível, mesmo que seja uma realidade dura, tirar uma criança de um seio familiar, seja ele agradável ou não aos olhos sociais, e colocar ele numa instituição familiar, que é onde vai mexer com o psicológico, vai mexer com os sentimentos, vai mexer com a instituição familiar, vai mexer com questão de união, questão de fortaleza, onde tá a base, e infelizmente, querendo ou não, a nossa base sempre foi a nossa mãe. (JOTA, 2021)

Sobre a relação com a mãe, Rafael diz que sonha em conseguir um dia cursar medicina para poder ajudar a mãe, com quem ainda tem contato. Ele afirma que ainda recebe notícias suas através de uma dinda e que ela “continua no mesmo estado, sabe?”, referindo-se à dependência química.

Flor, por outro lado, não quer mais nenhum contato com a mãe biológica. Ela comenta que ainda conversa com os irmãos que moram em Manaus através de ligações telefônicas, mas que já pediu para que eles não mencionassem a mãe durante suas conversas, pois não quer saber de nenhuma notícia. Há que se considerar que, no caso de Flor, diversos foram os momentos em que, ao longo das gravações do curta-metragem, lembranças em relação à sua família de origem foram trazidas. Flor descreveu com certos detalhes as violências severas sofridas dentro do ambiente familiar. Ela considera o acolhimento como um lugar que lhe ofereceu proteção e segurança:

Proteção, autocuidado, uma nova chance, né, porque muitos não tem uma nova chance. Quando alguém fala, que pergunta pra mim ah, como era no abrigo? Como é que foi? Eu falo: ah, nunca ninguém quer estar num abrigo, né? Sempre querem estar com a família, essas coisas... só que aí os problemas da vida deixou eu ficar no abrigo entendeu? Ah, é ruim? Talvez. Pra mim foi uma benção de deus, entendeu? Porque se eu não tivesse no abrigo, eu talvez não estaria viva. Só que os problemas da vida deixou eu ficar no abrigo. Uma salvação, no caso, na minha opinião. (FLOR, 2023)

Carolina tinha nove anos de idade quando os irmãos foram institucionalizados. Ela estava na casa de uma madrinha que morava na mesma vizinhança, onde permaneceu durante um ano, sem mais contato com os irmãos. “Ela era minha dinda e aí eu vivia na casa dela com as filhas dela brincando”. Carolina afirma que a mãe nunca visitou a ela e aos irmãos no acolhimento e que ela nunca mais ouviu ou teve notícias suas, motivo pelo qual até hoje não sabe bem “se ela tá viva ou se ela tá morta”. Sobre a relação com a mãe e a ida para o acolhimento, ela descreve:

[...] Nesse dia a gente resolveu sair. Porque como só tava eu e meus irmãos, aí eu sempre ficava na casa dela e a gente resolveu sair, porque na minha cabeça, minha mãe ia voltar. Alguma hora ela ia voltar, porque ela já tinha feito isso e ela voltou. Que ela foi pra trabalhar e ela ficou seis dias fora... aí nesse tempo ela não voltou mais.

Daí eu fiquei com ela enquanto meus irmãos tinham ido pra um abrigo. Aí eu não queria de jeito nenhum ir pro abrigo porque foi difícil pra mim porque eu era a filha...tinha bastante filhos, mas eu era a filha mais apegada a minha mãe e sempre fui a mais apegada com a minha mãe. E quando aconteceu isso eu fiquei assim: “não acredito, não acredito”. Até hoje se um dia, né, não sei, se eu ver ela na rua, eu não consigo perdoar ela. Porque ela fez isso com a gente. Mesmo as pessoas falando pra mim, “ah, tu tem que perdoar ela, tu não sabe o que a tua mãe passava na cabeça”, mas ela tinha que entender que ela tinha cinco filhos, e que ela era pra nos proteger. Daí eu fico com isso na cabeça. [...] Aí a minha irmã fugiu do abrigo pra vim me buscar pra ir com eles, aí a mulher que tava comigo não conseguiu pegar minha guarda, que a minha mãe não tinha perdido ainda a minha guarda, aí eu tive que ir com eles pro abrigo. Daí eu não tive escolha. (CAROLINA, 2023)

Jota, que tem seis irmãos, estava com três dos irmãos mais novos no dia em que foram institucionalizados. Após cerca de um mês, seus dois irmãos mais velhos também foram encontrados e levados para o mesmo acolhimento. Inicialmente, Jota e os irmãos recebiam visitas ocasionais da mãe, que foram, no entanto, diminuindo com o tempo. Por um longo período, ela teria os visitado “somente uma ou duas vezes”. Jota descreve aquele momento como “bem triste e desesperador”. Porém, ao mesmo tempo, considera que a relação de união com os irmãos se fortalecia, pois estavam enfrentando tudo aquilo juntos. Uma de suas irmãs mais velhas foi a única que não teve o poder familiar retirado, pois ficou sob os cuidados da avó paterna. Nas palavras de Jota, isso teria sido “bem bom pra ela, né... foi algo muito, muito, muito bom mesmo, porque ela acabou não passando por diversas dificuldades, né... que o restante dos meus irmãos acabou passando”.

Rafael foi para o acolhimento aos cinco anos de idade, junto de seus dois irmãos mais velhos. Filho caçula, seu irmão mais velho tinha sete anos e a irmã mais velha, doze anos. Rafael considera que o período de sua separação familiar foi extremamente difícil, o que acabou se refletindo em seu comportamento. Ele afirma que esse foi o principal motivo para que, durante o ensino fundamental só quisesse “saber de briga”, tendo sido expulso de três colégios:

Nesse meio tempo foi de bastante agito até porque incomodava demais na época, brigava demais no colégio, essas coisa assim. Mas com o tempo eu fui me acalmando e tals, porque praticamente era tudo porque eu tinha acabado de sair da minha mãe e tals, aí eu fiquei muito agitado assim, meio nervoso. Foi até os dezesseis anos que eu fiquei assim. (RAFAEL, 2021)

Clarissa, que é coordenadora de uma rede de casas lares, a *Rede Afetos*, sugere que é muito comum que crianças e, especialmente adolescentes que foram acolhidos, cheguem à instituição com um “perfil muito desafiador”. Clarissa percebe, ao mesmo tempo, que na chegada às instituições, também há crianças e adolescentes que demonstram uma necessidade e uma procura maior por cuidado.

Como vimos entre os depoimentos dos interlocutores desta pesquisa, a transição do ambiente familiar para a instituição de acolhimento pode ser atravessada e compreendida como uma passagem de difícil entendimento e assimilação, como no caso de Jota, que descreve a separação familiar como um momento “triste e desesperador”.

Entre alguns dos interlocutores da pesquisa, há também uma percepção de um entendimento do acolhimento como um espaço de segurança que proporcionou outras possibilidades para os acolhidos. Essa segurança descrita, parece estar normalmente associada pelos interlocutores a questões condizentes à vulnerabilidade econômica em que viviam suas famílias, além de perspectivas sobre cuidado e apoio.

Eduardo, por exemplo, nos diz que quando chegou à casa lar em que foi acolhido, sentiu que sua realidade havia se transformado: “Só que é uma outra realidade, sabe? Uma realidade de parece uma pessoa rica, sabe? Uma realidade de uma casa linda, comida à vontade, tem tudo o que precisa, xampu, condicionador, tem amigos ali, sabe... tem pessoas do teu lado”. Como percebemos, as percepções sobre a chegada ao acolhimento não são hegemônicas, pois além de suas experiências serem múltiplas, a própria vivência dentro das instituições por onde passaram, também é plural.

4.3 CARÁTER PROVISÓRIO

Além do caráter protetivo, a execução da medida de acolhimento deve ser “provisória e excepcional”, o que significa que todos os acolhidos têm direito de viverem com suas famílias de origem e comunidade, sendo o acolhimento, portanto, a excepcionalidade. Assim, para a efetivação do direito de convivência familiar e comunitária previstos, é necessário que os sujeitos que foram acolhidos tenham acesso aos serviços oferecidos pela comunidade e que exista um empenho em promover “o retorno a suas famílias de origem o mais breve possível” (MACHADO; SCOTT; SIQUEIRA, 2016, p. 93).

Para o cumprimento da medida, são duas as modalidades de residência provisória: o acolhimento⁴² e as casas lar. O primeiro é considerado como um espaço comunitário com funcionários que exercem a função de monitores ou educadores e que são responsáveis por suprir necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação, afeto e a organização da

⁴² Apesar de não serem mais oficialmente denominados de “abrigos”, o termo ainda costuma ser usualmente utilizado, de modo que os entrevistados também o utilizam para diferenciar as modalidades. Percebi que às vezes, inclusive, “abrigo” era utilizado como sinônimo para todas as modalidades de acolhimento, incluindo casas lar. Para mais sobre a estrutura e composição dos modelos de acolhimento institucional, sua heterogeneidade e diversidade em Porto Alegre, ver em: Schuch e Fonseca (2005).

rotina diária de crianças e adolescentes, tendo destaque o grande número de crianças por cuidador (PRADA; WEBER, 2006). São unidades com mais de 15 crianças e adolescentes, com uma maior especialização funcional e um endereço institucional (SCHUCH; FONSECA, 2005).

As casas lar possuem uma estrutura em uma casa com no máximo 15 crianças que visa garantir as necessidades básicas através da denominada família social, normalmente composta por um casal social ou apenas uma mãe social que buscam “reproduzir um ambiente familiar, buscando um maior contato afetivo, com figuras de afeto constantes, como como um menor número de crianças por cuidador na Casa Lar” (PRADA; WEBER, 2006, P. 2). Além de um número reduzido de funcionários, normalmente as casas lar ocupam um espaço que se assemelha a uma casa residencial, planejados com o intuito de aproximação de um modelo familiar e desvincular o estigma de um endereço institucional (SCHUCH; FONSECA, 2005).

Clarissa afirma que no município de Porto Alegre a maioria dos ingressos correspondem a acolhimento institucional. A coordenadora da *Rede Afetos* conta que existe uma avaliação que identifica o “perfil” dos acolhidos. A principal diferença, segundo Clarissa, é que para as casas lar seriam enviados todos aqueles que possuem maiores possibilidades de reinserção familiar ou inserção em família substituta. Ela diz que a partir dessa identificação, planos individuais passam a ser desenvolvidos, onde também é comum que as instituições sejam escolhidas no sentido de facilitar o acesso, para que se torne possível “investir nas famílias”.

A coordenadora entrevistada exemplifica que, quando acontece um caso de uma instituição ser próxima da casa da família de origem ou de uma pessoa acolhida, prioriza-se a proximidade. Clarissa comenta sobre a mãe de um adolescente que morava na região metropolitana de Porto Alegre e que recentemente havia se mudado para a capital. Nesse caso, se houvesse alguma unidade de casa lar mais próxima à moradia dessa mãe, a transferência seria priorizada, a fim de que pudessem permanecer próximos e para facilitar uma reaproximação.

Clarissa reitera que as transferências das unidades são sempre realizadas por uma “questão de perfil” e pela forma como a equipe técnica de cada unidade tem possibilidade de trabalhar a reinserção na família de origem ou substituta. Assim, na sua percepção, transferências de modalidade de casas lar para acolhimentos seriam muito menos comuns do que o contrário, com algumas exceções.

Quanto à criança, a gente pode estar aqui num trabalho de um ano, que ela não aceita a questão familiar, ou não aceita a questão da adoção, e a gente precisa ter a vaga para uma criança desse perfil, vamos transferir [...] aí vai para um abrigo. [...] Tem casos

pela idade, é peculiar, mas também recebem questão judicial, busca e apreensão, e a gente tem cinco vagas e às vezes somos nós que dizemos, ó, tem questão de contenção, drogas, abstinência, não vai ficar na Casa Lar. Caso de saúde, PCD, não conseguem absorver, precisa ter um cuidado que lá não têm, inclusive técnicos de enfermagem, né, a gente não tem, conta com redes de saúde próximas (CLARISSA, 2022).

Relatos recolhidos durante o trabalho de campo de Schuch e Fonseca (2005, p. 134) mostram casos de crianças e adolescentes que não se “adaptaram” em casas lar por não terem o “perfil” considerado. As autoras sugerem que existem circunstâncias que impõe a hipótese de que certos jovens não se adaptam bem ao modelo “mais próximo ao familiar”. Os resultados da pesquisa das autoras problematizam quem são os acolhidos normalmente encaminhados para as piores estruturas físicas e administrativas, sugerindo a necessidade de rever a distribuição de crianças e adolescentes entre essas modalidades.

Ademais, apesar do caráter de excepcionalidade da medida e do apontamento feito por Clarissa em relação à concepção da casa lar como medida provisória para onde seriam enviados aqueles de perfil com maiores possibilidades de reinserção familiar ou em família substituta, o que percebemos em campo é que muitos permanecem também em casas lar até os dezoito anos de idade, como ocorreu entre muitos dos casos dos participantes desta pesquisa. Além disso, foram recorrentes as transferências identificadas entre modalidades em que viveram os participantes dessa pesquisa.

Manuela viveu durante seis anos em um acolhimento, sendo transferida posteriormente para uma casa lar, onde permaneceu até que completasse a maioridade. No caso de Rafael, foram cinco anos em um acolhimento, sendo transferido com os irmãos mais velhos para uma casa lar quando tinha dez anos de idade. Carolina ficou durante um ano em um acolhimento, sendo posteriormente transferida para casa lar.

Gustavo foi acolhido em uma unidade casa lar aos treze anos de idade. Quando tinha dezesseis, ele e o irmão Eduardo passavam por um processo de adoção onde houve uma ruptura meses depois. Gustavo considera ter vivenciado muitas dificuldades de adaptação, motivo pelo qual teria sido transferido muitas vezes entre “casas” da rede de casas lar em que esteve acolhido, incluindo para o acolhimento em que permaneceu até que completasse os dezoito anos. Sobre as transferências e adaptações, ele diz:

Dei entrada no acolhimento quando eu tinha treze anos. Os meus irmãos pequenos foram primeiro, então após ver como eles estavam bem, decidi ir também. Então aos treze anos fui para a casa lar *Afetos*, na instituição *Rede Afetos*. No *Afetos* tem seis casas lares ao total, passei por cinco delas, até realmente me adaptar. No começo é bem difícil, porque quando se acostumamos com um casal na casa, do nada eles vão embora, então essa adaptação é sempre decorrente, isso para mim é o mais difícil no acolhimento. Depois do *Afetos*, fui para o *Assistência*, na casa três e de novo tive que

me adaptar. No *Assistência*, foi mais difícil pra me acostumar do que imaginei, mas de novo troquei de casa, da casa três para a casa dois, ali sim consegui me encaixar e me senti bem, desde então fiquei na casa dois até a saída definitiva. (GUSTAVO, 2023)

Eduardo também comenta sobre a recorrente necessidade de adaptações que vivenciou dentro do ambiente das casas lar em que esteve acolhido, referindo-se especificamente a mudanças entre os chamados “pais sociais”:

Mas passou três casais por mim, né... pela casa que eu tava. Então foi os três casais que foram embora, e eu que fiquei na casa né, eu e o pessoal ali da casa. Então isso é muito chato, sabe? Isso é um lado ruim da Casa Lar porque troca, não é normal ficar trocando, sabe? Mas eu não sei o que aconteceu na *Afetos*, mas ficou trocando assim direto. E daí eu sei que parou ali em um casal, que até hoje eles tão na casa lar, pra ti ver que não é o normal, que até hoje eles tão na casa lar e já faz anos isso, faz uns três anos. Só que aí essa troca de casal foi muito chata pra mim e pro pessoal, porque cada casal queria botar uma regra nova, cada casal queria uma coisa diferente, cada casal era diferente, então a gente tinha que estar toda hora se adequando, se moldando ao jeito do casal, trocava toda hora, entende? E aí isso era muito difícil pra nós porque a gente se acostumava com o casal... trocava. Trocava os jeitos, as regras, a gente tinha que ir lá fazer todo o processo novamente e a gente se acostumava novamente e aí trocava de novo. Isso foi muito chato isso, eu sei que foi muito chato (EDUARDO, 2023).

Eduardo conta ainda que criou muito vínculo especialmente com um casal de pais sociais, o “tio Nivaldo e a tia Rejane”: “Eles eram feristas, fizeram férias lá, um casal mais velho, mais cabeça, que sabia lidar com as crianças, que já tinham experiência prévia... então eles já tinham todo o manejo”. Nivaldo e Rejane foram trabalhar em uma casa lar em um bairro da Zona Sul de Porto Alegre e Eduardo passou a visitá-los aos finais de semana, solicitando para a direção da *Rede Afetos* que pudesse se mudar para lá. “Eu gostei muito deles porque eles eram muito justos, né. E muito legais, assim. A tia cozinhava demais... cozinha até hoje, né”.

Eduardo diz que gostou muito de morar com Nivaldo e Rejane e sobre o período em que esteve com eles, comenta: “e daí depois, passei um tempão com eles, né, só firmei mais o laço, sempre ajudava eles como possível, fazia churrasco com o meu vale alimentação, que eu trabalhava também né, sempre trabalhei”. Além do período em que esteve em processo de adoção, sua última experiência de adaptação foi quando aos dezessete anos foi para o *Assistência*, para ficar mais próximo do irmão Gustavo:

Daí no final eu fui para o abrigo por conta da vontade do meu irmão que foi no meio da pandemia, né. Daí ele falou que queria ir pra um abrigo porque queria ter mais liberdade e queria viver mais com adolescentes e isso e aquilo e tudo mais, e eu fiquei meio pé atrás, né, mas como a minha casa tava complicada, né, nessa época, porque tinha entrado assim, uma guria e também tinha um guri lá, um piá né, uma criança, só que eu não tava mais admitindo a ideia de que eu tenho que estar servindo a criança, sabe? Porque eles fazem mais bagunça do que nós adolescentes, sabe? E aí quem que

tem que estar limpando a bagunça deles? São os adolescentes, porque o casal não se mexe pra limpar. Eles têm a obrigação deles, de cuidar, cozinhar e tal, mas quem limpa é os adolescentes. Então eu já estava me estressando demais com isso. Outro ponto negativo é isso né, às vezes a gente tem que na casa assim, a gente tem que se acostumar. Ou a gente aceita né, conviver com essas pessoas, ou a gente troca, porque não tem como, é insuportável às vezes. E tinha muita briga com essa guria, né e eu com esse guri. Final foi mais conturbado por causa das pessoas. (EDUARDO, 2023)

Entre Jota e os irmãos, foram duas as transferências entre unidades. Inicialmente, eles estavam em um acolhimento e foram transferidos para outro acolhimento, onde não permaneceriam por muito tempo. A segunda transferência foi para uma casa lar, onde permaneceria até os dezoito anos. Jota descreve que a primeira transferência marcou um momento importante em sua vida e na vida de seus irmãos, pois após a transferência, a mãe teria passado a visitar os filhos de maneira mais recorrente. Ao considerar que as condições de saúde de sua mãe estivessem melhorando, Jota diz: “alavancou bastante a questão de organização da minha mãe, a questão da família”. Ele acredita que as visitas que ela fazia eram, inclusive, uma das razões de sua melhora naquele momento:

Foi onde ela pode ir ver a gente mais vezes. Ela via a gente todos os finais de semana, então foi algo que fez muito bem pra ela, né! [...] Porque para uma pessoa que usa drogas, uma pessoa que está em uma situação complicada, geralmente é para fugir de algo, né... então no momento em que tu coloca de outro lado a família, a união, estar ali presente... isso ajuda as pessoas de certa forma... e a gente percebeu, eu pelo menos percebi, que ela tinha parado bastante assim de usar drogas, ela não ia mais drogada nas visitas, então foi algo bem necessário para ela. (JOTA, 2021)

Posteriormente, Jota e os irmãos foram transferidos novamente para o *Proteção*, casa lar que estava sendo inaugurada na cidade naquele período: “A maior parte das crianças que passaram a morar ali eram a minha família”. Os dois irmãos mais velhos de Jota, entretanto, não o acompanharam, porque pouco antes da transferência, haviam evadido da instituição anterior. Após também ter sido transferido para uma casa lar com os irmãos, Rafael comenta que sua irmã mais velha evadiu da instituição, e que apenas o irmão mais velho permaneceu acolhido com ele, até que completasse a maioridade.

Estudos em diferentes campos como da psicologia, do direito e do serviço social têm olhado para o desligamento a partir da evasão em diferentes cidades do Brasil. As causas das evasões apontadas estão geralmente associadas a: 1) perspectiva dos adolescentes em relação ao que pensam sobre liberdade e autonomia, em frente à rotina, às regras e às imposições das instituições, onde muitos percebem o acolhimento como forma de aprisionamento, sem maiores possibilidades de escolhas; 2) experiências prévias dos acolhidos que em alguns casos, viviam em situação de rua ou se encontravam envolvidos com uso ou tráfico de drogas 3) o

desentendimento com outros adolescentes e com profissionais das instituições e 4) por fim, indica-se a busca de vínculos no retorno para a casa da família de origem (ROSA *et al.*, 2012; LEMOS *et al.*, 2014; ACIOLI, 2018; PAIVA; MOREIRA; LIMA, 2019, COUTO; RIZZINI, 2020).

Nas palavras de Jota, a evasão dos irmãos mais velhos foi como uma segunda provação para sua família, em função de um novo afastamento de convívio: “Porque foi onde meus irmãos maiores, que aí acaba sendo referência de qualquer forma, acaba indo para outro lado e afasta. Então afastaram a família no meio”. No mesmo período em que os irmãos evadiram, a frequência de visitas da mãe também passou a diminuir.

Conforme Jota, o *Proteção* mantinha regras “extremamente diferentes” dos demais acolhimentos em que esteve acolhido anteriormente e as visitas da mãe eram permitidas somente uma vez por mês. Após certo tempo, a mãe teria sofrido uma recaída em sua condição de dependência, o que teria ocasionado a proibição das visitas. No caso de Rafael, apesar de não ter recebido maiores explicações por parte da casa lar sobre os motivos pelos quais as visitas da mãe cessaram, ele e os irmãos tinham consciência de que ela seguia usando drogas: “A gente já sabia o porquê a gente não veria ela...”. Sobre o período, Rafael comenta:

Teve um tempo que, antes da gente ir pra Casa Lar, eles liberaram a minha mãe de ir lá ver a gente, até um certo ponto, daí ela parou de ir lá e eles pararam de deixar também, daí no caso a gente acabou indo pra Casa Lar, daí a gente não viu mais ela. (RAFAEL, 2021)

Podemos observar uma ruptura nas visitas feitas pelas mães, tanto no caso de Rafael, quanto de Jota. Além disso, em ambos os casos, as condições de saúde das mães foram apontadas como uma das causas das proibições de visitas por parte das instituições em que se encontravam. As visitas da família são consideradas como fundamentais para a manutenção e o fortalecimento dos vínculos familiares, especialmente quando fazem parte de um planejamento individualizado com vistas à reinserção dos acolhidos (COUTO; RIZZINI, 2013). Apesar de ser estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um direito a preservação de vínculo e convivência com familiares, tendo como um de seus objetivos a reintegração familiar, no entanto, nem sempre a reinserção acontece.

Clarissa, coordenadora da *Rede Afetos* afirma que durante um processo de reinserção familiar, o trabalho realizado nas casas lares deve acontecer no sentido de garantir que as crianças e/ou os adolescentes possam retornar para um espaço de proteção. A partir disso, se inicia um período chamado de *experiência familiar*, onde os acolhidos vão para a casa dos familiares por um período de três meses e, sendo bem-sucedido, solicita-se uma prorrogação de

mais trinta dias ao Judiciário, órgão que determina o desligamento ou não da instituição. Sobre a tentativa de reinserção familiar, a coordenadora considera que a ocorrência de reinserção se trata de uma minoria:

Cada caso é um caso, né! Tem pais, genitores, que conseguem superar sua situação, seja na questão de saúde, ou Assistência Social, que daí são acompanhados pela Rede, né. Aí a gente começa a fazer os investimentos: “Não, a mãe agora tá separada do pai, não sofre mais violência e vai conseguir” [...] O retorno porque o pai saiu do cárcere privado⁴³... conseguiu, né, reaver a sua situação. Pela separação, porque a mãe conseguiu superar a situação das drogas... infelizmente, é a minoria, mas já teve assim, casos bem bacanas, o retorno para a família acontece. (CLARISSA, 2022)

Na perspectiva de Jota, uma das grandes falhas dos acolhimentos em que esteve institucionalizado teria sido a ausência de promoção do fortalecimento das relações familiares, tanto no que diz respeito à relação com a mãe, quanto em relação aos irmãos. A falha apontada por Jota não seria voltada apenas à reintegração familiar, mas sim, à uma ausência de senso familiar como um todo:

A Equipe Técnica dentro de abrigo, é raro ela estar bem preparada para fazer o trabalho delas que é dar esse apoio. É muito raro. [...] por parte de equipe técnica, essa coisa de resolução, de vamos auxiliar, vamos tentar com que a família cresça dentro do abrigo, e a família de fora também cresça, isso, sério, não têm, não têm. Se tiver, são raros os casos. [...] As crianças e os adolescentes acabam crescendo dentro dos abrigos e crescendo sem senso de família. (JOTA, 2022)

Aos dezesseis anos de idade, Jota recebeu a notícia do falecimento da mãe, em razão de complicações severas em seu estado de saúde. Para ele, a perda da mãe teria sido *a terceira grande perda* dentro do seio de sua família: “A gente teve várias perdas, né. A perda da família. A perda de cortar a família, os irmãos ao meio e a terceira perda foi realmente a gente ter perdido a nossa mãe”.

O que se evidencia entre os casos que permanecem até completar a maioridade é que as tentativas de reinserção familiar, quando ocorrem, em geral, não são bem-sucedidas. Além disso, há situações como as de Carolina, onde após a chegada à instituição, não houve mais contato com nenhum familiar. Sua madrinha também não realizou nenhuma visita enquanto ela esteve institucionalizada.

Assim, para além do afastamento inicial, ao longo da institucionalização, novos afastamentos e rupturas podem ocorrer. A dificuldade em *reaver a própria situação*, como nos diz Clarissa, pode, portanto, envolver inúmeras situações, como a condições de saúde dos

⁴³ Imagino que aqui, Clarissa faça referência ao sistema prisional.

genitores, como evidenciado em casos como de Jota e Rafael, assim como possíveis obstáculos institucionais. Situações como essas acabam por dificultar a reintegração familiar, que corresponde à minoria, de modo que a prioridade de manter os acolhidos com as famílias de origem, não ocorra como preconizado no ECA.

Clarissa afirma que há aqueles que já chegam aos acolhimentos sem possuir mais nenhum vínculo com familiares e sem maiores possibilidades em conseguir reverter a situação em que se encontram. A coordenadora da *Rede Afetos* sugere que nesses casos, é indicada a realização de um trabalho no sentido de incentivar e fortalecer a confiança destas crianças e adolescentes, sendo necessário muito tempo com a criança, tendo cuidado com a sua saúde, para que ela aceite que não existem mais vínculos com a família de origem e se sinta protegida.

Ao longo deste trabalho, Clarissa considera que a presença e atuação dos profissionais da equipe se tornam fundamentais. Por isso, desde que chegam à instituição, é comum que os vínculos sejam construídos de maneira constante ao longo das interações entre aqueles que atuam nesses espaços e entre as crianças/adolescentes. Clarissa ressalta que os vínculos construídos entre cuidadores e acolhidos costumam ser muito fortes: “Os cuidadores na sua maioria eles chamam de mãe e pai, né... ainda mais os pequenos. É uma mãe e pai pra lá, pra cá”. A coordenadora da *Rede Afetos* afirma que, diante disso, é necessário que haja uma preparação em relação à formação desses vínculos, justamente para que os processos de rupturas e separações possam ser tratados com cuidado.

Em casos em que ocorre a possibilidade de adoções, a equipe técnica é orientada a realizar um trabalho em torno da desvinculação entre crianças e seus cuidadores: “Quando a gente recebe daqui a pouco uma possibilidade de adoção é uma das primeiras coisas a se trabalhar, né”. Nesse sentido, Clarissa afirma que as crianças são orientadas sobre a relação entre os cuidadores e os pais adotivos: “— Não, essa é a mãezinha do coração, esse é o pai...”.

Clarissa salienta ainda que no que diz respeito aos cuidadores, é necessário aprender em âmbito profissional a reconhecer os limites dentro dessa relação, justamente para evitar maiores sofrimentos. Por outro lado, a coordenadora considera que seja muito difícil não se envolver emocionalmente dentro dessas relações. Clarisse descreve que momentos antes de me encontrar para a entrevista, estava consolando uma criança em seu colo, que chorava muito por ter retornado de uma visita à casa da avó.

Para Clarissa, situações como essas demonstram que a criação de vínculos entre profissionais e acolhidos se torna inevitável, uma vez que os membros da equipe atuam com muita proximidade das crianças e dos adolescentes ao longo de suas vidas, enquanto se encontram acolhidas:

É uma entrega muito grande, né... desse vínculo aí. Que a gente tá ali: criando eles, preparando eles, né... para vida e para as possibilidades. E se envolve muito emocionalmente, né... não tem como assim, ficar indiferente. Quando isso acontece de não se envolver, sabe? Sabendo os seus limites, mas do carinho, do afeto, de sentar... tava sentada com a criança que chorava porque voltou da casa da vó. (CLARISSA, 2022)

Diante disso, Clarissa sugere que é muito importante que seja realizada uma formação entre os funcionários voltada para questões em torno da construção e ruptura desses vínculos, especialmente por ser muito comum que eles acabem sendo interrompidos quando os cuidadores ou os acolhidos precisam deixar as instituições.

A formação, nesse sentido, acontece para que esse rompimento possa ocorrer “da melhor forma”. Nos casos em que há uma desvinculação por conta de uma adoção, a entrevistada descreve que há aqueles que “viram as costas e tchau, obrigada por tudo”, assim como aqueles que saem “aos prantos, sai chorando...”

Durante o período em que esteve acolhido, Jota considera que a rotatividade dos funcionários teria sido o principal motivo da dificuldade em estabelecer relações duradouras. Jota acredita que desvinculações como essas eram motivo de sofrimento especialmente aos irmãos mais novos, que se apegavam ainda mais aos seus cuidadores:

[...] todos os educadores bons acabam logo saindo dos abrigos. Na casa lar onde eu morava lá já passou a ter seis mães sociais em um ano só. Isso significa o quê? Falta de referência, falta de tu se apegar... [...] Então tu acaba o que? Justificando que novamente o abrigo casa lar é algo temporário que não tem que fazer efeito na tua vida, mas tu acaba... porque as pessoas se apegam umas nas outras, meus irmãos se apegavam nas tias da limpeza, os meus irmãos se apegavam, porque são crianças. (JOTA, 2021)

A coordenadora do *Instituto Acolher* tem a percepção de que fatores relativos a rotatividade de profissionais que atuam em serviços de acolhimento podem ocasionar uma ausência de vínculos entre acolhidos e profissionais, ao invés de um fortalecimento dessa relação. Vera Lúcia diz: “Imagina que eles têm pessoas que a cada seis horas trocam... tirando aqueles que moram com pais e mães sociais, a maioria tem monitores, tem educadores sociais, que a cada seis horas é rodízio, trocam”.

Diante disso, Vera Lúcia observa que a consequência, para os acolhidos é que quando deixam as instituições, é comum que muitos acabem não tendo construído “vínculo com ninguém”. Na perspectiva da coordenadora, grandes dificuldades em relação ao estabelecimento de vínculos dentro das instituições geram impacto inclusive no atendimento oferecido nesses espaços em relação à preparação gradativa ao desacolhimento, pois “não se vinculam afetivamente com ninguém para poder chegar e conversar com alguém sobre isso”.

Percepção similar é presente em constantes discursos de Jota. Durante nossas conversas, quando perguntei se ele considera que tenha recebido alguma forma de apoio ou de suporte por parte da instituição em que estava durante seu processo de desacolhimento, ele respondeu que foram raros os educadores que se preocuparam com isso. Para além desse momento, Jota também considera que não tenha recebido o suporte que acreditava necessitar, não somente em relação à sua saída definitiva da instituição, mas ao longo de diversos outros momentos.

Após a morte de sua mãe, sua situação de saúde emocional se encontrava fragilizada e Jota afirma que o acolhimento não tinha uma estrutura eficiente para lidar com situações como essa: “Não há estrutura para isso dentro do abrigo, não há estrutura dentro das casas lares, para uma equipe técnica saber lidar com isso”. Além de ausência de apoio emocional no que diz respeito ao processo de luto, ele também sugere que em determinadas ocasiões, sentiu que não tinha com quem conversar sobre sua sexualidade. Jota acredita que teria sido importante ter suporte nesses processos:

Porque eu vou ser bem sincero, uma coisa que eu nunca pude ter dentro do abrigo foi eu conversar que eu era homossexual... é eu conversar que eu gostava de meninos... é eu conversar que eu estava gostando de alguém na escola ou no trabalho, ou em qualquer espaço que eu convivia, sabe? Não existe isso, não existe, o adolescente não vive... (JOTA, 2021)

Em levantamento realizado pelo Centro Suas de 2019, constatou-se que apenas 13,7% das unidades de acolhimento observadas promoveram capacitações de membros das equipes em temas como população LGBTQIAPN+⁴⁴ (BRASIL, 2019, p. 50). Além dos baixos números de capacitações relativas à população LGBTQIAPN+ e orientação sexual, também não são recorrentes capacitações referentes à temas como gênero, diversidade étnico-racial, mundo do trabalho, entre outros (BRASIL, 2019).

Patrícia, que atua como voluntária pelo *Instituto Acolher* comenta ter identificado que apesar de considerar que são bem tratados dentro das instituições, nem todos acreditam que “tem com quem contar”. A voluntária narra uma conversa que teve durante um encontro com Samuel, onde o acolhido dizia sentir que o auxílio oferecido pelos membros da equipe técnica eram fruto apenas de uma obrigatoriedade do exercício de suas funções. Patrícia acredita que isso demonstra uma falta de vínculos estabelecidos:

⁴⁴ Apesar de que o Senso se refira à “população LGBT”, optamos pela troca do uso do termo para sua sigla atualizada: LGBTQIAPN+, que corresponde a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexo, agêneros, assexuados, pansexuais, não binários e mais. O termo *queer* vem do inglês e se trata de um termo “guarda-chuva” utilizado para designar pessoas que não seguem o modelo de heterossexualidade ou do binarismo de gênero (BORTOLETTO, 2019).

Eles dizem: “Eu vou falar o quê? eu vou falar para quem?... eles tratam a gente bem no abrigo, querem ajudar, mas eu sei que é o trabalho deles. Fazem porque é o trabalho só, não é por mim”. Falta o vínculo! [...] Ele disse claramente: elas me tratam bem, e gostam, mas é o trabalho delas, ele falou. Daí eu disse: esse também é meu trabalho, mas tu sabe que é o meu trabalho voluntário, né? Eu não ganho para estar aqui. Ele disse: eu sei, eu sei, por que tu acha que eu faço? É diferente de certa forma o jeito que ele olha para ti do que o jeito que ele olha para quem tá lá dentro, né. Eu consegui entrar em um outro espaço. (PATRÍCIA, 2019)

Além da dificuldade de vinculação com profissionais, Jota descreve uma relação conflituosa e de animosidade entre ele e a direção da casa lar. O jovem acredita que isso tenha impactado em uma ausência de oportunidades oferecidas para ele e para os irmãos dentro das unidades de acolhimento em que viveram, por conta de uma intencionalidade em favorecer outros acolhidos:

Eu e a minha família a gente nunca teve oportunidade dentro do abrigo, tá? A gente nunca acabou tendo oportunidade porque a minha família sempre foi uma família de indagação. A gente nunca se conformou assim. Meus irmãos são mega inteligentes, então com esses fatores, tinha uma grande animosidade, assim, entre a direção dos abrigos e a minha família. Por quê? Porque eles não gostavam da gente. Eles não gostavam, entendeu? Eles não gostavam, eles ofereciam vagas de emprego para outras pessoas. Eles ofereciam planos para outras pessoas, para outros adolescentes e não ofereciam pra minha família, simplesmente porque a minha família sabia que as coisas que eles faziam era errado e isso era uma forma de eles prejudicarem a gente. Eu vou ser bem sincero... eu nunca recebi uma oportunidade de emprego, uma oportunidade de curso vinda de qualquer instituição, mesmo eu precisando. Mesmo eu precisando. (JOTA, 2021)

Na perspectiva de Jota, suas reivindicações eram vistas pelos funcionários como afrontas, enquanto o suposto bom comportamento de outros adolescentes acolhidos costumava ser recompensado “Eles eram bem tratados porque não questionavam: *Ah, tu não tá me incomodando? Tu é máximo!*”. Após ter deixado a instituição, ele diz ter encontrado muitas pessoas que reconheceram o seu potencial e que acredita que era justamente esse traço de si mesmo que “mexia com a cabeça das pessoas das instituições”. Ele sugere que em um sistema de números “a gente quer pessoas que não pensem”. Por isso considera que a saída da casa lar foi, de certa maneira, como uma libertação

Bom, no abrigo, na verdade minha última passagem foi em casa lar, os famosos ditos mães sociais e pais sociais, então era o casal, mas eu não concordava muito com esse casal, porque eles tinham adotado uma filha e aí maltratavam muito essa filha e aí futuramente eles tiveram um filho, então a guria era um lixo pra eles. Então tinha esse relacionamento né, porque imagina, se eles não conseguiram tratar nem o próprio filho bem, imagina cuidar de dez crianças em uma casa. Então acredito que a minha saída foi mega libertadora, porque eu não conseguia falar, eu odiava voltar pra casa pra falar com aquela mulher... Eu odeio ela inclusive. Acho um ser humano horrível. Então pra mim foi libertador sair do abrigo e não precisar voltar pra um espaço onde eu não me sentia bem. Onde eu parecia mais um móvel, uma coisa que não falava, que só comia,

que só tava ali, então era a pior coisa assim, acho que foi um momento bem complicado assim pra mim, porque eu me sentia mega excluído dentro da casa, ninguém falava comigo. Ela colocava meus irmãos contra mim, então pra mim sair foi bem libertador, apesar que eu tenha deixado meus dois irmãos mais novos, que eu amo de paixão eles. Mas Deus sabe né, eu acredito em Deus. Então acredito que deu tudo certo pra mim de certa forma e eu não tive mais aquela pressão de estar preocupado com os meus irmãos porque eu acredito que um mês depois da minha saída eles foram adotados, então isso foi uma benção pra mim. (JOTA, 2023)

Passagens também relativas à conflitos entre profissionais e acolhidos são trazidas por Eduardo, que comenta ter tido uma boa relação com todos pois acredita que sempre respeitou as regras estabelecidas e “baixou mais a cabeça”, com exceção de momentos em que considerava necessário levar reivindicações à direção da instituição. Ele acredita, porém, que o caso de Gustavo tenha sido diferente:

O meu irmão foi mais conturbado. Ele trocou mais de casa, ele brigou mais, mas eu sempre fui mais resiliente. Eu sempre aguentei mais, eu sempre baixei mais a cabeça, né, pras regras, pros tios. Mas algumas vezes eu enfrentava porque realmente tava errado. E tanto é que consegui realmente mudar algumas coisas, algumas regras da casa. (EDUARDO, 2023)

Quando conheceu Eduardo e Gustavo, Khalil fez referência à relação de irmãos entre eles ao apresentar para o restante do grupo de participantes do curta-metragem sua poesia. Khalil pontua a relação dos irmãos para destacar um sentimento de distanciamento entre ela e a família, ocasionada, em sua perspectiva, pelo acolhimento.

Quero dividir com vocês uma poesia. Fala sobre o acolhimento. Sobre a minha vivência lá. Eu tenho mais seis irmãos e a gente não é muito unido, sabe? Mas eu achei muito bonito a relação de vocês dois, principalmente quando ele (*Eduardo*) chegou. E sinto que o acolhimento faz com que a gente se distancie. Não permite que vínculos tornem-se reais. Eu realmente tenho um medo de amores reais e eu escrevi isso na semana passada. (KHALIL, 2023)

Khalil sente que “é muito difícil acreditar que alguém pode gostar da gente, acreditar que alguém vai saber lidar com os nossos problemas e com a nossa teimosia, né. A teimosia nada mais é do que um pedido de olhe pra mim... sabe? Eu existo”. Ao longo da produção do curta-metragem, os jogos teatrais propostos trouxeram duas situações que podem propor reflexões sobre os vínculos construídos (ou a ausência deles) dentro das instituições de acolhimento.

A primeira situação é descrita por Eduardo e Gustavo. Naquele momento, foi sugerida a gravação de uma cena que pudesse reproduzir uma imagem sobre alguma situação que tivessem vivenciado. Eduardo sugere que interpretem uma situação que considera comum:

quando algum conflito ocorre entre uma mãe ou pai social e entre um acolhido e a casa inteira “fica de cara” com o acolhido em questão.

Eduardo sugere que isso costumava acontecer com Gustavo e que “dava muita raiva” porque todas as pessoas que moravam na casa passavam a “ignorar” Gustavo imediatamente. A cena começa a ser reproduzida a partir das próprias sugestões dos participantes e assim, um deles é escolhido para ficar ao centro, enquanto todos os outros o ignoram. Entre eles estão Jota, Flor e Khalil.

A segunda situação é de Lisandra. Nesse dia, as únicas participantes das gravações são Khalil, Lisandra e Flor. Uma das atividades teatrais programadas para o dia sugeria que fossem escritos nomes de pessoas em partes do corpo a partir das indicações daicineira de teatro. Ela então indica para que “escrevam o nome de uma pessoa que te escutou de verdade”. Lisandra escreve “ninguém”.

Na perspectiva de Patrícia e de Vera Lúcia, há uma fragilidade evidenciada na tentativa de construção de vínculos, uma vez que após a saída das instituições, existem adolescentes que afirmam não terem vínculo com nenhuma pessoa sequer. A percepção de dificuldades, ausências ou fragilidades de vínculos, entre os entrevistados, é referência reforçada especialmente nos discursos de Jota e Khalil, embora outros também apontem para problemas e adversidades em torno de suas relações.

Vera Lúcia comenta que justamente por considerar a importância do suporte e incentivo oferecido por profissionais para os acolhidos nesses espaços, especialmente ao longo do processo de desacolhimento é que o *Instituto Acolher* passou a se concentrar em formações gratuitas para os trabalhadores, entre eles educadores, monitores e pais e mães sociais. Ao longo dessas formações, Patrícia afirma que tem percebido que uma das principais limitações enfrentadas por eles seja o desempenho de funções em excesso.

Vera Lúcia e Patrícia acreditam que isso resulta, inclusive, em um dos principais empecilhos para a vinculação dos adolescentes ao *Instituto*, pois ao atuarem no deslocamento e agendamento dos adolescentes para as reuniões, investindo em mais tarefas, os profissionais acabam aumentando ainda mais as suas obrigações, o que dificulta na adesão ao programa, diante da situação que se apresenta.

Nas formações oferecidas pelo Instituto, os profissionais são convidados a trazerem demandas para que sejam trabalhadas coletivamente: “Quando a gente formou o Instituto, a gente viu o seguinte: que se a gente não cuidasse de quem cuida deles, a gente não ia chegar neles” – pontua Vera Lúcia. A coordenadora ressalta que ao promover ações para aqueles que

desenvolvem um trabalho dentro dos acolhimentos, também é preciso considerar a origem social dos trabalhadores:

[...] Porque a gente sabe que quem tá cuidando deles lá na ponta... eles não tem muitos estudos, muitos deles vieram de tão baixo quanto os acolhidos né, então eles precisam entender a maneira de tratar esses adolescentes e não tá reproduzindo com eles os problemas que eles têm, que a gente sabe que isso acontece. Então a gente tenta de todas as formas conseguir fazer fechar esse círculo pra que eles se tornem mais fortes pra poder nos ajudar também. (VERA LÚCIA, 2022)

Patrícia complementa que é por isso que os técnicos sempre são convidados a participar dos encontros entre acolhidos e “egressos” promovidos pelo Instituto, pela importância em vincular as instituições, uma vez que os profissionais que atuam nesses espaços são um “canal do projeto com os adolescentes”, além dos principais responsáveis pelo incentivo aos acolhidos:

Como os pais fazem com a gente e a gente com os filhos “tem que estudar”, “vamos lá!” Eles vão reclamar. Não vão querer. Mas a gente tá sempre investindo ali. Falta isso, investir no adolescente. E falta muito isso, quem invista no adolescente. Às vezes faltam, às vezes não vão, não querem ir, então precisa dos técnicos para esse incentivo. (PATRÍCIA, 2019)

Como gestora da *Rede Afetos*, Clarissa parece concordar que sejam muitas as demandas desenvolvidas pelas equipes. Ela afirma que em relação ao cargo de coordenação, são muitas as cobranças que costuma receber por parte de órgãos como o Juizado da Infância, o Ministério Público e a Defensoria Pública para a realização do trabalho dentro das casas lares. Clarissa ressalta que são muitas as metas a serem cumpridas, além de todas as responsabilidades administrativas em seu cargo como gestora: “Às vezes também tô lá, atendendo alguma criança, participando de seu desligamento”.

Faço a coordenação das seis casas né, comigo duas duplas técnicas, quatro técnicas: duas assistentes sociais e duas psicólogas e dentro das casas, são doze, seis casais sociais, mas doze pessoas vinculadas, né, que são, é um casal, que são marido e mulher, que moram dentro de cada uma das casas, eles têm uma folga por semana, aí vem uma pessoa, uma mãe social substituta para ficar 24h enquanto eles saem, que ficam ali. As crianças ficam sob responsabilidade deles. Mas fora a direção da instituição, o pessoal da manutenção, né, toda a equipe que viabiliza para que isso aconteça, que tenha a manutenção das casas, as mais variadas questões assim, né. Transporte das crianças é os cuidadores, a Equipe Técnica também faz. (CLARISSA, 2022)

Sobre a relação com os profissionais, Vera Lúcia pontua sobre situações de violências que ainda acontecem em alguns espaços. A coordenadora do *Instituto Acolher* revela que ao longo de sua atuação como coordenadora do instituto, já precisou tomar medidas em relação à

uma situação de violência que soube estar acontecendo. Ela afirma que as violências nesses espaços tornam as instituições lugares *venenosos*:

Então assim, são coisinhas que a gente consegue ir vendo, que às vezes o abrigo se torna muito, como é que eu vou te dizer... venenoso para eles, entendeu? [...] Porque dependendo do acolhimento a gente sabe o que acontece lá dentro. O D33 era um que eu consegui trocar o diretor do abrigo, falando com a pessoa, com a irmã que é a *Adelaide*, que faz parte desse abrigo, porque eles botavam o pé na boca dos adolescentes quando eles faziam alguma coisa. Eles davam pescoção nos guri, entendeu? Aí tu imagina, um adolescente que já tá revoltado com tudo, que se droga, vem alguém dá um pontapé, dá alguma coisa neles, tu não vai conseguir melhorar, tu vai só piorar. (VERA LÚCIA, 2022)

O debate sobre violência também surgiu ao longo de um encontro durante as gravações do curta-metragem em desenvolvimento. É sugerido aos participantes, que pensem em uma cena vivida no acolhimento para reprodução. A “contenção”, prática que tem como finalidade impedir que uma pessoa pratique um ato de violência contra si ou contra outra pessoa, é escolhida como tema. Os participantes sugerem a cena, pois acreditam que ela é muito comum dentro do cotidiano do acolhimento, tão comum, que uma das propostas para a cena é que tenha uma pessoa mexendo no celular enquanto a contenção acontece, a fim de demonstrar que tem pessoas “que nem se importam mais”.

Flor foi uma das pessoas que teve experiências de contenção. Ela considera que o ato “salvou a sua vida”, pois, caso os educadores não a tivessem contido, ela poderia ter machucado outras pessoas ou a si mesma. Khalil, por outro lado, considera que observar a contenção acontecendo costuma ser algo muito violento, especialmente porque há casos em que percebe que os educadores fazem uso excessivo da força, algumas vezes “de propósito”. Jota considera que são por exemplos como esse que ele sente que “no abrigo tem violência todos os dias”:

Eu acho que eu ignorei muito as coisas que eu passei ou que eu vi no acolhimento institucional, e uma das coisas que eu via é que não tinha um dia que não tinha violência, seja com uma criança de oito, sete, seja com um adolescente, alguém que tá com dezessete, dezesseis, quinze, então é uma coisa que eu tentei ignorar muito, mas é uma coisa que se eu vejo briga hoje em dia por exemplo, eu começo a passar muito mal porque eu não gosto disso. E aí eu começo a entender durante esse processo, durante a gravação ali da contenção, as outras gravações também que a gente falou um pouco sobre violência, então eu entendi que tava lá escondidinho, e que eu acabei trazendo, a gente acabou trazendo né, repensando sobre isso, falando novamente sobre isso, revivendo isso e vendo que aquilo não era simplesmente um processo de acolhimento, não era cuidado, na minha visão, claro. (JOTA, 2023)

Vera Lúcia sugere que a escuta, o apoio e o suporte que deveriam ser oferecidos pelas instituições seriam justamente ações que poderiam facilitar a transição institucional que precisa ser vivenciada quando os acolhidos chegam à maioridade. “O fato de ele sair de lá de dentro e

ter alguém que apoie, não importa onde ele tá, ele vai ter o apoio daquela pessoa ali... ele consegue”. Há, para Vera Lúcia, uma ausência de incentivos nesse sentido. “É complicado, eles não tem isso lá dentro. Então tu imagina... se é difícil pra gente que tá aqui fora, imagina quem tá lá dentro, que não tem escuta, que não tem ninguém brigando por eles, né”.

A partir dos depoimentos, observo que, entre as relações construídas entre profissionais e acolhidos nos espaços de acolhimento, assim como surgem relações de violências e conflitos, e discursos que descrevem uma ausência de vínculos, pautadas especialmente pela rotatividade dos funcionários, também são apontados vínculos duradouros construídos nesses espaços.

Uma outra relação de vínculos que também tem destaque ao longo dos depoimentos é a relação entre irmãos. É comum que, quando chegam às instituições, muitos estejam entre grupos de irmãos. Para Vera Lúcia, especialmente quando há casos de adolescentes institucionalizados “na maioria, vem acompanhados com irmãos”.

Clarissa afirma que quando recebe pedidos por vagas pela *Rede Afetos* “sempre quando é solicitado a situação de um adolescente, daqui a pouco é grupo de irmãos”. A coordenadora complementa acreditar que “a família, o casal que seja, não teve um adolescente e ficou tudo muito bem e aos dezessete acontece alguma coisa. Isso é raro, né? Então vem a turma toda”.

Ao considerar que uma das principais causas de acolhimento de crianças e de adolescentes seja decorrente da questão social das famílias, em sua pesquisa sobre relacionamentos entre grupos de irmãos acolhidos, Almeida (2009) sugere que é muito possível que, quando um grupo de irmãos chega à instituição, traga consigo vivências que fazem com que ocupem entre si um lugar de muita importância em suas vidas.

A autora salienta que todo ser humano possui uma necessidade de estabelecer e criar ligações afetivas e que por isso, ao longo da separação ou da ausência de adultos de referência com os quais tenham criado vínculos, é provável que essas relações sejam estabelecidas entre os próprios irmãos.

Ao comentar sobre dificuldades enfrentadas em sua trajetória profissional, Clarissa descreve um acontecimento envolvendo a relação entre um grupo de irmãos, recém acolhidos. No trecho, a coordenadora conta sobre a história dos irmãos “Vieira”, grupo de quatro irmãos que foram acolhidos juntos e que teriam sido, para a coordenadora, a situação mais desafiadora já enfrentada em seu trabalho:

[...] mesmo que seja na questão agressiva né, de violência, que é o contexto que eles viveram. Mas é de vir para casa lar e reproduzir isso, mesmo daqui a pouco sendo uma forma de afeto. E a gente tem bastante, é bastante desafiador assim, quando eles vêm num, num grupo numeroso, né. Dezembro do outro ano vieram quatro assim né, os irmãos *Vieira* a gente fala. E aí os irmãos *Vieira* chegam muito unidos assim, apesar

de muito, muito, a questão, assim, mais difícil que eu já enfrentei na casa lar. Na Lei a premissa é não separar os irmãos, né [...] é por lei, eles têm o direito de ficarem juntos assim, mas já em quarenta e oito horas, a gente já viu a necessidade para que essa separação, mesmo em casas vizinhas assim, fosse ser saudável. Porque para eles a agressão era normal [...] ah, derrubou a comida dava um soco na cara, e aí para gente conseguir trabalhar com eles dividimos em duas casas. (CLARISSA, 2022)

Um comportamento observado como comum entre grupos de irmãos acolhidos, de acordo com Almeida (2009) é que geralmente o mais velho acaba assumindo uma postura maternal/paternal diante dos irmãos mais novos, no sentido de procurar se responsabilizar por eles “provendo cuidados, atenção, carinho e limites”. A postura identificada pela autora é retratada em distintos momentos pela perspectiva de Jota, que acredita que o afastamento da mãe, assim como a evasão dos irmãos mais velhos tenham sido eventos determinantes nesse sentido, para que viesse a se sentir como o principal responsável pelos cuidados com os irmãos mais novos:

[...] Foi um processo bem duro. Foi aí que eu me tornei cada vez mais responsável pelos meus irmãos, porque um dos pontos que eu sempre tive um grande problema foi a responsabilidade pelos meus irmãos, porque, querendo ou não, a minha mãe já não tava junto com a gente, meus irmãos mais velhos também, que poderiam fazer o papel de mãe e pai, não estavam mais com a gente, então eu como irmão mais velho dentre os três, eu teria que fazer o papel de pai, né, então foi algo bem complicado assim pra mim, bem duro assim, porque eu acabei não tendo tempo pra mim. (JOTA, 2021)

Vera Lúcia sugere que a responsabilidade assumida pelos irmãos mais velhos seja uma decorrência comum no contexto dos acolhimentos. Para além da experiência profissional, a coordenadora comenta sobre sua vida pessoal, descrevendo sobre o processo de adaptação entre seus dois filhos mais novos, adotados quando crianças:

O irmão mais velho é sempre o pai ou a mãe daquelas crianças. Sempre. E eles se sentem na obrigação daquelas crianças, tá? É, vou dar o exemplo na minha família, tá? Os meus filhos chegaram, o William e a Maya eles chegaram, eram quatro irmãos quando foram retirados de casa. Dois ficaram numa família, dois ficaram comigo, né? A mais velha na época tinha nove anos, ela era mãe dos irmãos. Ela que catava comida do lixo. Ela que dava comida pros irmãos. Ela que cuidava do bebê. Fazia tudo, entende?. (VERA LÚCIA, 2022)

Clarissa afirma que quando um adolescente era acolhido com um grupo de irmãos, era geralmente “ele que cuidava dos irmãos mais novos”. A coordenadora salienta que ao se referir a “adolescentes”, também está falando de crianças com cerca de onze ou doze anos de idade. De acordo com a coordenadora, uma das crianças acolhidas pela *Rede Afetos*, aos onze anos, era a principal responsável pelo cuidado dos irmãos mais novos: “tem um grupo de irmãos que eles são seis, mas a menina vai fazer doze, que ainda nem tem doze, mas era a responsável pelos menores”.

Carolina afirma que quando a mãe ficava fora de casa durante muitos dias enquanto estava trabalhando, era a sua irmã mais velha, que na época tinha doze anos de idade, quem ficava responsável pelo cuidado dela e dos irmãos mais novos:

Os vizinhos sempre ajudavam a gente com alimento assim, dava arroz, dava feijão, dava mistura, e a minha irmã mais velha que cuidava da gente enquanto a minha mãe não voltava. Ela cuidava de mim, cuidava do meu irmão que era pequenininho e mais os gêmeos que tinha dias de vida, e ela cuidava da gente. (CAROLINA, 2023)

Jota sente que após a evasão dos irmãos mais velhos, seu senso de responsabilidade se intensificou ainda mais. Ele afirma que era acompanhado por uma preocupação constante em relação ao bem-estar dos irmãos, o que floresceu a sensação de não ter sido capaz de vivenciar a própria adolescência. Em suas palavras, o cuidado pelos irmãos havia sido uma obrigação imposta pela vida, fazendo com que, ao invés da adolescência, Jota sentisse a necessidade de assumir, no lugar, o “papel de adulto”:

[...] muito em me organizar, em querer saber o que eu posso fazer e em viver a minha vida de adolescente. Então eu sempre fui uma pessoa muito madura, a ponto de viver o papel de adulto ali. Porque eu sabia que existiam maus-tratos em abrigos. Eu sabia que tinha maus-tratos em locais né, de acolhimento. Então eu tinha que sempre estar em cima dos meus irmãos, né. Para tentar protegê-los. Então foi algo bem complicado assim para mim. (JOTA, 2021)

Clarissa salienta que no contexto de acolhimento, quando se torna perceptível que um irmão passa a assumir a responsabilidade pelos outros, a equipe técnica procura trabalhar com as crianças e os adolescentes que assumiram a posição paternal/maternal, o incentivo à vivência da própria infância/adolescência. A coordenadora afirma que costuma orientá-los da seguinte forma: “trabalhar com eles, de que não... ó, a gente precisa fazer o nosso trabalho. Tu não é mais, tu tem que brincar, tu tem que ir pra escola”.

Nesse caso desses irmãos que eu te falei, que é a *Brenda*, assim: ela tinha três na responsabilidade assim, muito assim, olhava para o menino no pátio: mas ele tá com pouco casaco, ou isso ou aquilo, *é um olhar assim, mãe né*, e a gente foi com muita dificuldade assim, e aí conseguir, às vezes precisar ter as audiências né, então chegam e escutam eles e falam com eles e dizem *olha não é teu papel agora né ser responsável pelo teu irmão ou irmã*. Quem vai ser é a equipe técnica. Porque tá tão entranhado neles, assim, o cuidado uns com os outros, né. E... e... é bonito também de ver. Porque só por isso às vezes sobrevivem e conseguem, né... ficar juntos. Tem um outro que ainda tá conosco, que são seis irmãos. É uma escadinha. E a mais velha a *Júlia* não fez doze ainda [...] mas se tu vê assim o que ela fala, da responsabilidade que ela tem, assim, tu fica... ela: “Ah, mas eu que fazia, eu que dava comida, eu que dava o banho, trocava fralda”. Faz esse exercício com ela né, de que não é mais responsável (CLARISSA, 2022, grifo nosso).

Vera Lúcia descreve sobre a resignificação da relação da filha com o irmão, considerando que o comportamento maternal assumido tenha sido revertido, apesar de toda a dificuldade vivenciada ao longo do processo em buscar que a filha compreendesse *que tinha o direito de ser uma criança*:

Hoje ela tá com vinte e dois anos e o papel se inverteu. Ela liga pro meu filho para perguntar o que ele acha, sabe? Ela tem vinte e dois anos e ele tem dezesseis, mas ela liga para ele para perguntar “O que tu acha, mano? Eu vou fazer tal coisa... O que que tu acha?” *Mas foi muito difícil fazer ela entender que ela não era mãe das crianças. Que ela não tinha responsabilidade pelos irmãos, entendeu? Que aí ela tinha adultos cuidando dela. Que ela tinha que voltar a ser criança.* Porque assim, aos nove anos ela não brincava de boneca, ela cuidava da irmã e dos irmãos. Era ela que era a mãe deles, né. Então ela ficou com aquele viés. *Ela demorou muito pra entender que ela tinha direito de ser criança, de ser filha de alguém, que ela não precisava cuidar dos irmãos, que cada um ia ser cuidado.* (VERA LÚCIA, 2022, grifo nosso)

Interessante perceber que a posição maternal/paternal assumida pelos irmãos mais velhos demonstra, nesse sentido, que características como “responsabilidade” e a própria “maturidade”, descritas no discurso de Jota, foram assumidas diante das condições em que se encontravam enquanto crianças e adolescentes, na ausência de uma pessoa adulta como responsável. Assim, a descrição da adultez como um período assumido como símbolo de responsabilidade e maturidade, disposta em muitos estudos e discursos, em contraste à adolescência/juventude ou mesmo à infância, parece se tornar ainda mais frágil quando se identifica que, em determinados contextos e situações, crianças e adolescentes tomam para si os papéis de responsabilidade e de cuidado em torno de preocupações cotidianas envolvendo o bem-estar dos irmãos.

Contudo, isso não significa dizer que não deveriam ser os adultos (assim como o Estado e a sociedade, como previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente) os principais responsáveis pela proteção e cuidados das crianças e dos adolescentes, mas sim, considerar que características historicamente tidas como inerentes de acordo com as divisões etárias nem sempre se apresentam de maneira homogênea, especialmente em contextos de vulnerabilidades como os apresentados, em que crianças e adolescentes assumem para si esses papéis.

Apesar de prever como uma de suas premissas o “não desmembramento de grupos de irmãos” (BRASIL, 1990), propondo a importância da manutenção e do fortalecimento de vínculos entre eles, a fim de preservar a história e as vivências da criança/adolescente (BUIATI; FERREIRA; GONTIJO, 2013) há casos em que essa separação acontece, momentos também trazidos entre os participantes desta pesquisa sobre a relação afetiva entre os irmãos e as rupturas vivenciadas ao longo dessas relações.

Clarissa afirma que isso somente deve ocorrer “em último caso” quando existe a possibilidade de adoção para um ou mais de um irmão do grupo. Quando a adoção ocorre, a coordenadora afirma que há um trabalho de acompanhamento ao longo do processo por parte da instituição, a fim de que um diálogo com os irmãos que não serão adotados possa ser aberto e para que acompanhem a façam parte de todo o processo de maneira coletiva. De acordo com Clarissa, o que acontece comumente entre os irmãos acolhidos é que *os irmãos mais novos vão primeiro*, enquanto *os irmãos mais velhos vão ficando*.

A coordenadora da *Rede Afetos* acredita que os irmãos mais novos normalmente possuem mais chances de adoção, diferente dos irmãos mais velhos, ocasionando algumas vezes nessa separação que, segundo Clarissa, pode ser vivida de maneira dolorosa e de difícil resolução, uma vez que adoções tardias são muito mais raras. Clarissa comenta sobre Leandra, uma jovem que teria sido a única dos irmãos a permanecer na casa lar, posteriormente, tendo sido adotada por dois funcionários:

[...] Mas, é, um caso que eu digo que foram nove irmãos, aí saiu uma de dezoito e o outro fez dezoito e saiu. E aí os três pequeninhos também foram adotados. Daqui a pouco ficou uma de dezesseis assim. E ela: “ah, ficou só eu, né?” E aí deu assim muita, uma questão muito bonita assim... que também eram cuidadores e “Tá, a gente deseja adotar ela, ter a guarda”. Mas isso é raro, né! O mais velho acaba ficando e também é doloroso assim, para quem fica. (CLARISSA, 2022)

Clarissa relembra também sobre Letícia, adolescente que foi acolhida e que ficou bastante sensibilizada quando seus dois irmãos mais novos foram adotados por duas famílias diferentes, sendo ela a única a ter permanecido acolhida. A coordenadora afirma que naquele ano, a adolescente estava criando vínculos com seus padrinhos vinculados ao programa de Apadrinhamento Afetivo e que “daqui a pouco pode acontecer de um casal que queira uma menina de dezesseis anos com as características dela, ou daqui a pouco até os padrinhos, se ela desejar”.

Como já referido pela própria Clarissa, entretanto, as possibilidades parecem ser menores nesses casos. A causa principal para que *os mais velhos acabem ficando*, como destacado pela coordenadora, tem relação sobretudo ao perfil privilegiado pelos postulantes a adoção, geralmente crianças na primeira infância, de pele clara e em boa saúde (FONSECA, 2019).

Atualmente, o universo da adoção parece refletir como marcadores biológicos, sociais e culturais, como etnia, gênero, classe e idade se integram em uma realidade de desigualdades, resultando um sistema discriminatório no qual crianças e adolescentes, “quanto mais velhos

forem”, terão maior probabilidade de permanecer nas instituições até que completem os dezoito anos de idade.

Ainda sobre o processo de adoção e separações entre grupos familiares, Clarissa afirma que quando ocorrem casos em que os irmãos mais novos sejam adotados, aqueles que permanecem acolhidos normalmente sofrem muito, necessitando de um acompanhamento realizado pela instituição. Ao longo de um processo de adoção, várias reuniões passam a ser realizadas entre o grupo, a fim de que possam ser “desvinculados” para que a possibilidade de adoção se concretize. Por isso, para a coordenadora da *Rede Afetos*, a importância da participação dos irmãos no processo se torna fundamental, para que possam vivenciá-lo de maneira coletiva, através de cada passo.

Mas é um desafio, não têm uma fórmula pronta, né! Cada um tem o seu processo. Mas os adolescentes que vão ficando sofrem porque passaram por todas as responsabilidades né, antes do acolhimento, de estar com eles, e aí depois, vai desvincular, né. (CLARISSA, 2022)

Clarissa sugere que o processo normalmente é feito com muita transparência, informando aqueles que permanecem acolhidos para onde os irmãos que estão sendo adotados estão indo e, se possível, tentando manter o contato entre eles após a adoção. A coordenadora lamenta, entretanto, que isso nem sempre é possível, uma vez que não há como ter garantia por se tratar de uma escolha dos próprios adotantes.

Clarissa complementa ainda que “a maioria não quer... porque é isso, tu tá lá, três, quatro, cinco anos numa fila de adoção, quer uma criança... daqui a pouco... ah, tem mais irmãos... ah, vai da sensibilidade de cada um”. Assim, a decisão entre manter o vínculo ou mandar notícias não depende das instituições. Em alguns casos, Clarissa comenta que são os próprios irmãos que optam por não manterem o contato: “Às vezes até vira a chave assim... *ah, vou começar uma vida nova... vai entender*”.

Na situação vivenciada por Jota, os irmãos que permaneceriam acolhidos após o seu desacolhimento eram uma de suas principais preocupações. Jota diz que sentia muita dificuldade em se desvincular desses pensamentos: “Eu nunca consegui me desvincular disso, por mais que eu tentava, né. Por mais que eu tentei muito, muito, muito”. Além das preocupações associadas ao bem-estar dos irmãos, Jota também se preocupava com a separação entre eles e com o sentimento de solidão, uma vez que os considerava como o seu maior vínculo naquele momento:

Eu imaginava que eu iria ficar sozinho. Porque por mais que eu já estava sozinho dentro do abrigo, eu ainda tinha meus irmãos, né! Então eu era, minha família era muito apegada assim, era a base de tudo. Então querendo ou não, a gente tinha ali a nossa família. A nossa família estava estruturada entre nós, e a gente vivia um pelo outro. Então tudo que eu fiz assim na minha ação eu sempre fazia pensando nos meus irmãos, e eu sempre me perguntava: e quando eu não tiver eles mais? No que que eu vou ser feliz? O que que eu vou fazer que vai me deixar feliz, sendo que eu fazia tudo pra eles? (JOTA, 2021)

As incessantes preocupações levaram Jota a procurar por um tratamento psicológico e psiquiátrico. Apesar de que fossem muitas as suas preocupações em relação ao desacolhimento, como aquelas que se referiam à sua futura situação financeira, Jota afirma que a sua preocupação de maior importância era, sem dúvida, a separação dos irmãos e os sentimentos decorrentes dessa ruptura. Em suas palavras:

[...] fora a preocupação de não ter onde morar e não ter o que comer [...], porque na verdade dinheiro e comida é algo muito importante, né, mas o que resume pro ser humano é o sentimento, e o que resumiu para minha família assim, foi o sentimento que a gente tinha um pelo outro, foi a união, o carinho e o amor. (JOTA, 2021)

Um mês antes de completar a maioridade, os dois irmãos mais novos de Jota receberam uma proposta de adoção de um casal que residia no estado de Santa Catarina. Jota descreve que o casal veio para a cidade de Porto Alegre para conhecê-los e que construiu uma conexão com eles, dando início a um processo para adotá-los. Ele afirma que sua perspectiva sempre foi posicionada *contra o processo de adoção*, especialmente por acreditar que as adoções no Brasil nunca tenham sido bem planejadas e executadas, mesmo que fossem regidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei da Adoção (13.509/2017).

Casos de rupturas nas adoções de crianças e de maus-tratos e abusos praticados pelos adotantes sempre foi o que causou preocupações à Jota quando pensava sobre uma possível adoção dos irmãos. Jota comenta ter tido conhecimento sobre situações em que crianças passaram a ser escravizadas pelos adotantes, sofrendo inúmeros abusos morais e assédios, fazendo com que fossem estes os principais motivos pelos seus receios.

Vera Lúcia, coordenadora do *Instituto Acolher* também atua no auxílio de famílias ao longo do processo de adoção e afirma que um rompimento nesses processos costuma acontecer muito, especialmente porque algumas pessoas consideram estar preparadas para adotar: “Aí ficam um mês com as crianças e devolvem”.

Na perspectiva de Vera Lúcia, em casos de adoção, antes de uma tomada de decisão, é preciso considerar que existe uma história prévia das crianças e dos adolescentes: “Porque tu traz um livro de páginas escritas [...] E aí, essas páginas, se tu vai tentar apagar a história deles,

tu vai borrar e vai rasgar e vai dar problema, vai dar devolução. As pessoas não entendem”. É nesse sentido que Vera Lúcia costuma aconselhar os postulantes à adoção salientando que, quando se adota, em verdade, “se adota uma família inteira... não pensa que tu tá adotando só um, que tu não tá. Tu tá adotando toda uma família que veio antes”.

Eduardo conta que foi durante uma “festa de adoção” que conheceu um casal que demonstrou interesse em adotá-lo, assim como ao irmão Gustavo: “Daí a gente ficou tri animado, né. Daí começou o processo”. Ao todo Eduardo diz que demorou três semanas até que fossem morar com os pais adotivos, aos treze anos de idade. O entrevistado detalhe sobre como se deu esse período inicial do processo:

[...] Daí a gente passou três semanas com eles, só que só aos finais de semana, né! A gente viajou, a gente foi em restaurante, a gente foi no zoológico e daí depois de três semanas a gente foi direto pra Venâncio, foi bem rápido sabe? Bah, foi num tapa assim, uma coisa que nunca esperamos e daí do nada acontece e acontece bem rápido né, adoção é assim, né, super-rápida, tem pouco tempo pra se adaptar, né. (EDUARDO, 2023)

Posteriormente, Eduardo comenta sobre como foram os meses seguintes, em que ele e o irmão moraram com os pais adotivos, até que rompessem com o processo.

E daí a gente foi, só que a nossa casa lá tava em construção, né. E daí também o meu irmão também não tava respeitando também, o espaço, né, meu espaço e tudo, ele tava bem complicado também. E daí o nosso pai ele era muito exigente, né. O casal em si era exigente com a gente. Eu ia bem na escola, né... o que a minha mãe queria, e o nosso pai ele visava mais o trabalho duro, né, então ele pedia pra gente ajudar na construção da casa e tudo e a gente ajudava, né, de bom grado, daí teve uma vez que o nosso ele pediu pra gente ligar pra ele quando o trator chegasse, né. Daí o trator chegou e o cara mandou mensagem pra ele, né. A gente nem viu, porque a gente tava dormindo, né. A gente foi dormir tarde, tri irresponsável, né. Daí o nosso pai chegou brabo né, chegou chutando a porta. Aí começou né, aí começou a vontade de querer voltar, porque eu nunca tinha passado por isso na casa lar, só quando eu morava com a minha mãe. E daí eu não queria passar por isso, né, daí começou a se agravar né, daí no final eu nem respeitava mais o que eles falavam, eu fazia o que eu queria e ponto e já era e falava assim, eu quero voltar e ponto, não quero mais ficar aqui, não tô mais aguentando, quero voltar pra minha casa, e foi isso. Foi legal, teve momentos muito show, mas teve momentos bem tensos também. Hoje graças a deus a gente já tá mais adulto, a gente tá mais tranquilo, né, a gente tá mais ciente das coisas, então a gente voltou a se falar, eu e o meu irmão e o casal, e agora a gente visita eles, né, mensalmente, assim. Tanto é que o meu irmão se mudou pra lá agora, né. E foi isso. (EDUARDO, 2023)

Entre os participantes da pesquisa, além de Eduardo e de Gustavo, Flor também passou por uma ruptura após a adoção. Flor foi acolhida aos cinco anos de idade na cidade de Manaus e pouco tempo depois, ela e uma de suas irmãs foram adotadas por um casal de Porto Alegre, que viajou para até o Amazonas para buscá-las. Quando chegou à cidade, Flor e a irmã vivenciaram novas situações de abuso, dessa vez, por parte da mãe adotiva.

Foi bem horrível porque aí eles se separaram e aí piorou mais, meu pai e minha mãe adotiva e aí foi mais difícil, porque, apesar de ser um pai, né, ele protegia muito a gente, só que ele não fazia nada... ela fazia, parecia que era uma coisa que ela gostava, assim. (FLOR, 2023)

Após a separação dos pais adotivos, a mãe adotiva de Flor inicia um novo relacionamento, desta vez com uma pessoa que traria mais marcas de abusos na história de Flor e da irmã: “O cara não queria a gente só como filhas, entendeu? Ele queria algo mais. Ele queria abusar da gente”. Aos treze anos, Flor decide sair da casa da mãe adotiva, após sofrer uma acusação de ter matado um cachorro: “Eu tava muito mal, porque ela tinha me acusado de matar um cachorro e eu jamais maltrataria nenhum animal”. Flor então decide ir morar com o pai adotivo e a madrasta:

Não deu certo porque eu comecei a ficar doente. Porque das coisas que a minha mãe adotiva falava, eu comecei a ter depressão, ansiedade. Teve um tempo que eu me cortava muito. Eu cometi tentativa de suicídio. Não foi bom porque minha família, meu pai e minha madrasta ficavam com muito medo e a minha madrasta, eu gosto muito dela, ela me ajudou bastante, só que eu não reconhecia isso. E aí eu fui internada umas quatro vezes, né. E aí na última, na quarta vez, eles me colocaram em um abrigo. (FLOR, 2023)

Flor ressentida que o pai e a madrasta tenham feito essa escolha. Sobre isso, diz: “No começo me deixou muito mal, eu ainda tenho mágoa deles, né. Porque eles poderiam ter dado uma chance pra mim, de eles tentarem né, me dar uma outra chance pra ver se eu conseguia mudar”. Após a experiência, Flor afirma que passou a ter muito medo de ser adotada novamente:

Com o passar do tempo, foi bom ficar no abrigo. Eles me ensinaram a trabalhar, eu comecei a focar nos estudos. Eu consegui trabalho por causa deles. E eles sempre me dando força, eles me levantavam pra cima. Não vou dizer que foi fácil, não vou dizer que eu não tive crises, que eu não queria me cortar, que eu não queria morrer, teve crises sim. Só que aí a diferença dos meus pais pra eles é que eles começaram a me enxergar. Começaram a ter paciência. E eles sabem como lidar com essas pessoas né. (FLOR, 2023)

No caso da adoção dos irmãos de Jota, ele afirma que passou a ressignificar a adoção a partir de um encontro realizado entre os proponentes à adoção e os seus irmãos. Nesse encontro, ele afirma ter sentido que ambos eram “boas pessoas” e que por isso, quando questionado sobre o que pensava, concordou com a adoção, pois passou a enxergar a situação através de uma nova perspectiva.

O resultado da adoção dos irmãos teria lhe proporcionado um sentimento de calma, tanto em relação ao futuro dos irmãos, quanto no que diz respeito aos próprios planos que vinha construindo para si mesmo. Jota afirma que a partir da adoção dos irmãos foi possível começar a pensar mais em si e abandonar em parte a grande preocupação que nutria em torno do destino dos irmãos que teriam permanecido acolhidos.

Então assim, no fim eu tive uma calma interior, que acho que foi um dos processos de renovação, que aí eu vi que eles ficariam bem, né! Porque bah, eu já passei por muitas coisas, né! Eu fiquei anos dentro de abrigo, né! Aí tu vê os teus dois irmãos menores, indefesos, vivendo dentro desse sistema onde eles não tão nem aí, são apenas números, né! Então é onde a gente consegue perceber que bah, o que que eu vou fazer? Que que eu vou fazer? Eu preciso sair, preciso cuidar deles. Como é que eu vou fazer isso de longe? E aí surgiu esse casal e esse casal assim, foram os anjos na terra [...] foram os anjos na terra porque foi uma paz interior assim, para mim e pra eles né! Saber que eles vão viver de uma forma saudável, saber que eles vão ter uma estabilidade mental, financeira, acadêmica, e sem dúvida o mais importante, né, que é o amor familiar. (JOTA, 2021)

Diferentemente da experiência de Jota, Carolina revela que até hoje possui dificuldade em aceitar a adoção de Evelyn, uma de suas irmãs mais novas: “Teve todo o processo de adoção da *Evelyn*, porque como ela era pequenininha, era mais fácil de ser adotada”. Carolina também afirma que a adoção da irmã foi o momento em que se deu conta de que a reinserção familiar com a mãe seria muito difícil:

Daí foi ali que eu vi que a minha mãe não podia pegar a gente de volta, mesmo se do nada ela aparecesse. [...] Eu tinha dez anos e eu não aceitava. Até hoje meio que eu não aceito. Mas a minha irmã mais velha diz que é meio que um preconceito meu. Porque ela foi adotada por uma senhora, daí eu fico pensando... ah, naquela época, né! E se a senhora acontece alguma coisa? Pega alguma coisa aí e falece, né? Naquele tempo ela tava no processo né, que até se adaptar, e se acontecesse alguma coisa com essa senhora ela ia voltar para o abrigo, ela não ia ir pra casa lar com a gente. Aí eu não aceitava. E eu sofri bastante, bastante. Eu não aceitava de jeito nenhum. Foi bem difícil essa parte. Foi mais difícil do que sair de perto da minha mãe. (CAROLINA, 2023)

Anteriormente, Carolina já havia passado por uma separação quando foi acolhida, um ano depois dos irmãos terem ido para o acolhimento:

Quando eu cheguei com a minha irmã né e com o pessoal que levou a gente, a minha irmã já estava bem acostumada, o meu irmão também. Só que daí quando eu cheguei, um dos meus irmãos não tava com a gente. Ele tinha ido pra uma casa especial porque ele tinha problema nos ossos, aí ele foi pra uma casa que é só criança especial e só bebê. Ele até foi adotado pelos pais sociais que cuidavam das crianças. Aí ficou só a minha irmã, dos gêmeos só ficou ela. (CAROLINA, 2023)

Interessante perceber que, na perspectiva de Carolina, a categoria etária é também apontada como um complicador no âmbito da adoção. Neste caso, porém, ao invés do perfil de crianças e adolescentes, está o perfil dos preponentes. Em estudo sobre a possibilidade de adoção de crianças e adolescentes por pessoas idosas, Vale (2013) afirma que a categoria etária não é considerada como um limite impeditivo, mas que pode influenciar na negativa de solicitações em razão de avaliações culturais e simbólicas.

Na adoção de um dos irmãos, ou mesmo quando todos são adotados por uma mesma família, Almeida (2009) pontua que pode ocorrer uma resistência da perda do papel de responsabilidade, motivo pelo qual a bibliografia tem sugerido que isso deve ser levado em conta pelas famílias que decidem adotar, assim como pela equipe técnica ao trabalhar o processo de adoção. Para a autora, é bastante esperado que irmãos que permanecem juntos desenvolvam fortes sentimentos de cumplicidade e proteção, a ponto de entre aqueles que passam pelo processo de adoção, inclusive, se formar um “bloqueio fraterno” resultado da vivência compartilhada em suas famílias biológicas, na separação da família, no ingresso e permanência no acolhimento.

Além disso, o senso de responsabilidade assumido na posição parental, geralmente pelo irmão mais velho, pode ainda permanecer após a separação. Ao longo da narrativa de Jota, a preocupação em torno da educação dos irmãos ainda é tema presente. Jota revela que após a evasão dos irmãos mais velhos descobriu que o irmão voltou para onde moravam antes de serem acolhidos, se envolveu em crimes e foi preso e que acredita que a irmã mais velha esteja vivendo em situação de rua. Jota comenta que prefere se manter afastado dos irmãos mais velhos, motivado especialmente pelos mais novos, pois acredita que seja o melhor para eles:

[...] foi uma decisão também muito minha, né. Eu falo isso porque eu não sei como é que eu vou falar pros meus irmãos menores que eu decidi pra eles que eles não teriam mais os meus irmãos [...] por eu querer dar uma outra perspectiva de vida pra eles [...]. Esses dias eu tava até pensando como é que eu vou dizer isso pra eles quando eles crescerem, né? Vai ser outro peso, assim... a gente acaba dando o mel com a faca na mão, né, e quando a gente para pra ver as decisões a única coisa que as outras partes veem é a faca e não o mel. (JOTA, 2021)

Vera Lúcia acredita que comportamentos nesse sentido se apresentam mesmo após o desmembramento de grupo de irmãos. Ao retratar uma interação com *Daniel*, jovem participante do *Instituto Acolher*, a coordenadora demonstra que preocupações relativas ao futuro da irmã ainda se apresentavam após a sua adoção. Nas palavras dela:

[...] isso aí a gente vê muito claro! Que nem o *Daniel*, os irmãos dele todos foram adotados, né! Todos, só ele que não. Que ele era o mais velho, só ele ficou, né? [...] e uma irmã adotada, ainda assim ele se preocupa com a irmã. Esses tempos ele veio me dizer: será que não tem uma bolsa para minha irmã? Eu quero que ela estude, uma que tem contato com ele, que é daqui de Porto Alegre. Entende? Então eles ficam com essa dependência, de querer ajudar o irmão porque o irmão tem que ser ajudado. Então assim, nesse núcleo familiar, os irmãos são a única coisa que sobram para eles. É a única coisa verdadeira que sobrou, de uma família destruída, né. (VERA LÚCIA, 2022)

Rafael, irmão caçula entre três filhos, teve nos irmãos mais velhos a sua referência familiar de proteção e de cuidado. Rafael comenta que em diversos momentos os irmãos o auxiliaram e que sempre os teve como uma influência em sua tomada de decisões. Quando o irmão mais velho começou a trabalhar em uma empresa de informática, aos dezesseis anos de idade, Rafael, então com quatorze anos, também começou a se interessar e a questionar o irmão sobre sua experiência profissional. Ao completar quinze anos, inspirado e incentivado pelo irmão, iniciou curso também na área de informática.

Sobre o desacolhimento, Rafael diz que ele e os irmãos costumavam conversar sobre isso, especialmente motivados pela irmã, que os incentivava a pensar e planejar o futuro: “Sobre esse assunto a gente já falava. Eu, o meu irmão e a minha irmã. A gente já conversava sobre isso desde que a gente entrou em um abrigo no caso. Porque aí ela (a irmã) botou isso na nossa cabeça”. Impulsionados pela irmã, os três costumavam planejar a saída do acolhimento desde a chegada.

Quando saíssem, tinham planos de arranjar um emprego e desejavam conseguir levar a mãe para uma clínica de reabilitação. Rafael, que sonha em ser médico, afirma que esse sonho coletivo se mantém vivo ainda hoje entre eles, assim como o vínculo entre os irmãos, que nunca deixou de existir. Por ter sido o último a deixar o acolhimento, Rafael seguiu recebendo o apoio e o suporte dos irmãos enquanto permanecia acolhido, recebendo constantes visitas do irmão. Seu irmão mais velho foi, inclusive, o principal responsável pela busca de um lugar onde Rafael pudesse morar, após o desacolhimento.

Carolina comenta que a irmã, três anos mais velha, também costumava visitá-la, assim como levá-la para sua casa para passar o final de semana: “Ela nos visitava. Às vezes eu vinha pra casa dela posar. Eu e o meu irmão, que aí ele já tava na casa lar comigo e a gente teve, sempre teve contato”. Carolina afirma que hoje em dia mora na mesma vizinhança que a irmã mais velha e que as duas se mantêm muito próximas.

Clarissa percebe que é muito comum que os irmãos mais velhos sigam retornando ao acolhimento para visitar os irmãos: “Fez dezoito, mas vem na casa, visita os irmãos, vê como tá!”. Na opinião de Vera Lúcia, no entanto, seria necessário certo cuidado ao olhar para essa

relação, pois apesar das boas intenções na tentativa em oferecer suporte aos irmãos que permanecem, essas situações podem ser de difícil enfrentamento para aqueles que buscam assumir essa responsabilidade após o desacolhimento:

É muito complicado para eles isso. E aí vamos supor, sai o irmão do acolhimento aos dezoito e aí ficam mais irmãos lá dentro, ele fica na cabeça que ele precisa dar jeito de cuidar daqueles irmãos e muitas vezes não consegue cuidar nem de si. Então assim, é uma coisa muito complicada, não trabalham isso direito com eles. (VERA LÚCIA, 2022)

Por outro lado, ao pesquisar sobre grupos de irmãos acolhidos, Buiati, Ferreira e Gontijo (2013, p. 81), afirmam que entre aqueles que permanecem juntos, efeitos negativos do acolhimento, como sentimento de solidão, isolamento e abandono podem ser sentidos em menor proporção. Isso ocorre sobretudo porque o auxílio mútuo, assim como a “relação de proximidade e parceria podem favorecer a capacidade de resolução de problemas e circunstâncias adversas na vida adulta, bem como promover a resiliência entre eles”. Como veremos adiante, as relações de vínculos construídas e fortalecidas, tanto entre grupos de irmãos, entre acolhidos e profissionais da equipe técnica, além de outras pessoas de suas comunidades são identificadas como elementos importantes ao longo do processo de desacolhimento.

A partir dos depoimentos apresentados, percebemos que ao longo do processo de acolhimento, são muitas as “transições” vivenciadas entre aqueles que se encontram acolhidos pelo sistema de proteção. Inicialmente, há uma transição da família de origem para a instituição e posteriormente, transições de “casas” entre as modalidades de acolhimento também não parecem raras entre suas narrativas.

Novas rupturas também podem se apresentar diante de tentativas de reinserções familiares pressupostas como prioridade entre as instituições, em razão do caráter excepcional da medida de acolhimento. Como percebemos, entretanto, no depoimento de profissionais como Clarissa, a reinserção familiar é tida como minoria. Como evidenciaremos adiante, entre aqueles que estiveram acolhidos, há também percepções similares que apontam para uma ausência/falha na tentativa em realizar a reinserção familiar.

Entre os depoimentos que descrevem sobre a tentativa de integração em família substituta, esses também parecem ter sido marcados por rupturas. Ademais, no âmbito da adoção, relações desiguais entre as idades tomam destaque, uma vez que se aponta para uma tendência de que sejam os irmãos mais novos aqueles que passem pelo processo de adoção, no qual a idade permanece como um fator preponderante. Assim, as crianças “mais velhas” ou os

adolescentes que permanecem acolhidos podem ser percebidos como “aqueles que vão ficando” entre grupos de irmãos.

Entre os relatos, também identificamos uma construção, assim como a fragilidade entre os vínculos estabelecidos entre acolhidos e profissionais dos acolhimentos. A grande rotatividade de funcionários, a sobrecarga de demandas de trabalho e a reprodução de violências e conflitos foram algumas das principais razões apontadas para as rupturas e/ou ausências de vínculos.

Por parte de alguns participantes da pesquisa, parece existir uma sensação de que no contexto das instituições em que estiveram, não havia um “senso de família” e que eles, muitas vezes, sentiam que não estivessem sendo escutados ou tendo suas demandas atendidas, especialmente em relação à aspectos emocionais. Por outro lado, outros depoimentos apontam para uma sensação de segurança adquirida através do acolhimento, que parece fazer oposição, especialmente, às situações de abusos e também de vulnerabilidades econômicas identificadas na situação familiar.

Há ainda casos em que se concebe que existem acolhidos, que ao longo da experiência de acolhimento “não criam vínculos com ninguém”, situação indicada, sobretudo por Vera Lúcia, como prejudicial também ao processo de desacolhimento, uma vez que aqueles que passam por isso tendem a se encontrar diante de conflitos de difícil resolução, sentindo que não tem com quem contar ou compartilhar suas angústias.

Ao olharmos para a construção de vínculos e, especialmente, para as relações entre grupo de irmãos, a considerar que a maioria dos interlocutores da pesquisa foram acolhidos com os irmãos e constantemente referem essas relações em seus discursos, também percebemos o papel de responsabilidade às vezes assumido pelos irmãos mais velhos. Tal relação pode ser significada, como o caso de Jota, como um momento em que passa a assumir para si “o papel de adulto”, que seria o de zelar pelo cuidado dos filhos. No entanto, como demonstrado, nem sempre esse cuidado por parte das figuras parentais será plenamente efetivado, por diferentes motivos de acordo com cada contexto, entre eles a exclusão social, onde famílias se encontram muitas vezes sem ampla rede de apoio e sem maiores auxílios para encarar as dificuldades estruturais que se apresentam.

Cabe considerar, diante disso, que na ausência da pessoa “responsável” e “adulta”, os próprios filhos assumem responsabilidades em torno de atividades residenciais/domésticas e em torno do cuidado pelos irmãos mais novos, o que pode ocasionar em sentimentos relativos à constituição identitária pautada na idade, como a “perda da adolescência”, referenciada por Jota. Fenômenos como o descrito também nos trazem reflexões sobre os conceitos etários, que

normalmente assumiram historicamente a responsabilidade como uma característica “inerente do adulto”.

Diante do apresentado, percebemos que no cotidiano das instituições, além da separação familiar, muitos podem ser os processos de ruptura e de quebra de vínculos, entre os acolhidos e equipe técnica, entre grupos de irmãos, além de processos de ruptura em processo de adoção. Além disso, assim como afirmam Fonseca, Allenbrandt e Ahlert (2009) ao pontuarem que no contexto do acolhimento, a experiência não é transitória para um bom número de jovens, também nesses casos, processos longos de institucionalização são identificados, tendo a maioria como o principal marcador para que deixem as instituições.

5 O DESACOLHIMENTO

Delineada como um dos princípios norteadores dentro do Acolhimento Institucional, a preparação gradativa pressupõe o acompanhamento das pessoas que se encontram acolhidas no sistema de proteção ao longo da transição das unidades de acolhimento para a vida fora das instituições. Ao buscar compreender sobre o processo de efetivação do desacolhimento, alguns temas ganharam destaque, tais como estudo, trabalho, moradia, relacionamentos interpessoais e habilidades para a vida cotidiana.

Assim, no presente capítulo esses temas identificados serão abordados através do diálogo com a literatura sobre a dependência institucional e o desenvolvimento da autonomia ao longo da preparação gradativa (SILVA, 2010; CASSIANO-PERES *et al.*, 2022), a escolaridade, a inserção em cursos técnicos e no mercado de trabalho, assim como o acesso à moradia, ausência de vagas em repúblicas (ALTOÉ, 2009; FONSECA; ALLENBRANDT; AHLERT, 2009; SILVA, 2010; TUMA; PEREIRA, 2013; BENNETTI; BRINO, 2016; LIMA, 2018; SOARES *et al.*, 2018; LEAL; ALBERTO, 2020), bem como o não-lugar das políticas públicas em relação aos “egressos” (RIFIOTIS, 2019).

A bibliografia que tem olhado para o desacolhimento tem refletido sobre as principais adversidades resultantes do processo de saída compulsória das instituições, assim como para a construção de possibilidades e táticas desenvolvidas pelos próprios sujeitos diante dos constrangimentos estruturais identificados. A seguir, tendo como referência o que apontam os diferentes estudos, veremos como o desacolhimento institucional se apresenta nas biografias dos entrevistados, assim como os principais mecanismos/táticas mobilizadas por estes.

5.1 SUPORTE EMOCIONAL E PRÁTICO

“Com dezoito vai ter que sair” – era o que Rafael ouvia desde a infância. Era por isso que desde que chegou ao acolhimento, aos cinco anos de idade, ele “já estava com isso na cabeça”. Passou a carregar consigo a sensação de que não deveria se acostumar, pois entendia aquele espaço como um lugar provisório. Desde os nove anos, Carolina tinha um mesmo entendimento: “Desde quando eu entrei eles falam né? Que com dezoito anos tu tem que sair. E isso sempre ficou na minha cabeça, porque uma hora eu ia sair. Então eles vão te preparando, até o dia em que tu completa dezoito”.

Jota afirma que sempre teve em mente que sairia com a chegada da maioridade. “E por que eu sempre tive em mente? Porque tendo em mente que eles não estão te auxiliando dentro

do abrigo para tu voltar para a tua família, é sem dúvida que tu vai ficar até os dezoito anos. Sem dúvida!”. Nos depoimentos citados, parece haver uma percepção compartilhada que desde que chegam às instituições, há uma espécie de aviso sobre o momento de chegada dos dezoito anos.

É nesse sentido que Eduardo acredita que o desacolhimento da instituição não possa ser resumido em um único dia “quando completa dezoito anos”, mas sim, que se refere a um processo que passa a se intensificar cada vez mais com o tempo, tornando-se a cada dia mais evidente, e especialmente a partir dos dezessete anos. Nesse período, mudanças de atitudes e de comportamentos por parte dos profissionais causaram certo impacto à Eduardo, que pontua que as conversas com os membros da equipe técnica também passavam a ser outras: “Eles começam a te deixar mais de lado e ao mesmo tempo, te permitem um pouco mais de liberdade” – ele diz.

Eduardo conta que ao levar reivindicações sobre determinados problemas para a equipe do acolhimento, costumava ouvir que não deveria se preocupar muito com aquelas questões, pois logo não estaria mais vivendo ali. Nesses momentos, ele sentia que “tudo se resume a: *tu já tá saindo*”. Eduardo descreve um sentimento de deslocamento que passa a emergir diante das situações vivenciadas durante esse período:

O desligamento já acontece desde que tu faz dezessete e ele só vai ficando mais forte... cada vez ficando mais forte, mais forte. Ali no meio ali, quando tá quase faltando seis meses pra ti fazer dezoito anos... Bah! aí sim, né! Aí o negócio já começa a ser outro, né! Os papos começam a ser direcionados pra esse momento e tu meio que te sente assim deslocado, não se sente muito bem. Porque tu vê que é diferente. Eles começam a te tratar diferente do que eles te tratavam antes. [...] Dentro de casa, eles não se incomodam mais pelo que tu faz tanto, né. Eles acabam te deixando mais solto, sabe? Então eles acabam te dando menos atenção, menos assistência. Já que tu tá indo embora, eles não precisam mais se incomodar tanto contigo, né. Porque daqui um aninho tu já tá indo embora. (EDUARDO, 2023)

Durante o último ano, Gustavo permaneceu acolhido na mesma instituição em que o irmão Eduardo. Sobre esse momento da saída, ele expressa sentimentos similares aos do irmão, afirmando que durante a transição institucional considera que “o abrigo até ajuda”, no sentido de procurar auxiliá-los antes do desligamento, mas que conforme a maioridade se aproximava, ele sentia que, ao mesmo tempo, “eles tentam se livrar logo de nós”.

Em termos de ações práticas exercidas pela instituição, Eduardo sugere que durante o período, a coordenação “começa a tentar te ajudar”, iniciando por uma série de questionamentos: “Tu já tem lugar pra ir? O que tu quer fazer? Quer ir morar em uma República? Ou vai fazer uma casa pra ti? Tem lugar pra comprar? Tem dinheiro?”.

Adriana, que atua como educadora social no mesmo acolhimento em que Gustavo e Eduardo estiveram acolhidos durante o último ano, descreve que “a partir dos dezessete começa uma coisa mais assim... de procurar familiar, de tentar um vínculo senão com os pais, com algum tio, algum parente, algum irmão”. Ela afirma, que, entretanto, essa tentativa nem sempre “ocorre de uma maneira positiva, né?”.

Clarissa comenta que é comum que a equipe técnica que atua na *Rede Afetos* se mantenha muito preocupada com o bem-estar dos acolhidos, tanto antes, quanto após a transição institucional. A coordenadora descreve um sentimento de impotência por saber que, mesmo que se preocupem, não há nada que possa ser feito: “Tem que largar para a vida, né! Não tem como ficar mais”.

Adriana também pondera sobre suas preocupações em relação ao momento do desligamento: “Essa questão é uma das que mais me angustia, é um assunto que me deixa bem preocupada”, motivo pelo qual também significa seu “propósito como educadora”, acreditando poder ajudar a “prepará-los para esse momento”.

Patrícia, voluntária pelo *Instituto Acolher*, diz que costuma se preocupar com o bem-estar emocional daqueles que estão acolhidos especialmente por considerar a delicadeza do momento de transição. Por isso, tem o costume de perguntar para os acolhidos com quem atua: “Como você está se sentindo em relação ao desligamento?”. Patrícia complementa que a partir desse questionamento, busca descobrir como o desacolhimento tem tomado o tempo e a energia desses adolescentes e se estão se sentindo bem para realizar a transição institucional.

Patrícia divide em dois grupos as respostas que costuma receber: aqueles que se preocupam muito e aqueles que dizem não se preocupar. Ela nos conta sobre o caso de Isabella, que estava sendo acompanhada pelo *Instituto Acolher* e que parecia ter clareza em relação às suas pretensões futuras. Isabella fazia planejamentos, contava que estava economizando e que pretendia trabalhar e ter o seu próprio dinheiro.

Patrícia acredita que pessoas como Isabella normalmente se encontram em uma situação emocional mais estável e costumam se posicionar no sentido de pensar que, no momento do desacolhimento, as ações dependem unicamente deles e de mais ninguém. Assim, a transição passa a ser encarada de uma forma mais natural e inevitável.

Ela é uma que pensa bem no desligamento, que estuda, que foca bastante. Ela já tomou para ela que ou é com ela ou não é com ninguém. [...] Ela diz: “Não foi como eu queria até agora, mas agora eu mesma vou conseguir, vou fazer dezoito e a minha vida vai ser diferente, que agora é só comigo. Não tem mais o que esperar da família. Não tem o que esperar da sociedade e agora sou eu... não adianta ficar aqui chorando. Não vou ficar mais esperando, vou trabalhar, vou construir a minha vida”. (PATRÍCIA, 2019)

Na perspectiva de Patrícia, discursos como os de Isabella podem demonstrar uma condição de maior estabilidade, o que pode significar que estejam “lidando bem” com o próprio processo enfrentado. Ao mesmo tempo, porém, Patrícia sugere que podem também representar um modo de defesa e uma tentativa de autoproteção. Na outra ponta, estariam aqueles que se encontram em uma situação emocional mais delicada e com “questões internas mais urgentes” – diz Patrícia. Esse seria o caso de Maurício, que aos dezessete anos acreditava que a sua vida estivesse destruída:

[...] É um menino que trabalha, que olhando de fora parece que tá tudo bem. Ele disse que a vida dele foi destruída. Ele tem dezessete anos e ele se vê com a vida destruída. Ele considera que ter ido para a instituição destruiu a vida dele, que o pai e a mãe usavam drogas, e ele ficou com a ideia de que o pai obrigava a mãe e que destruiu a família. Ele tem muita raiva do pai e ele pensa que poderia ter resolvido isso com cinco anos. Quem olha de fora, acha que ele está bem. (PATRÍCIA, 2019)

Sobre o desacolhimento, Maurício dizia não estar pensando sobre isso e se mantinha descrente em relação ao seu próprio futuro. Ele costumava dizer à Patrícia que não havia mais nada que pudesse ser feito por ele e para ajudá-lo. Antes de deixar o acolhimento, Maurício costumava receber muitas queixas da equipe técnica e faltar muito ao trabalho, além de não conseguir se comprometer com os estudos. Após sair da instituição, teria passado a viver em uma República e na época de minha conversa com Patrícia, já não estava mais comparecendo aos encontros do Instituto, assim como não estava mais atendendo às ligações feitas por Patrícia, na tentativa de se aproximar.

“Maurício é um caso mais complicado” – afirma Patrícia. Ela salienta que era comum que Maurício assumisse uma posição de não querer “nada com nada” e de não seguir as regras sociais. Em casos similares aos dele, Patrícia acredita que os problemas relativos ao bem-estar psicológico e ao equilíbrio emocional sugerem maior urgência. Quando questiono sobre o que considera a maior dificuldade enfrentada pelos acolhidos ao longo do desacolhimento, ela prontamente me responde: “A maior dificuldade é a questão emocional... é a vida que tiveram. Isso não vai escapar”.

Patrícia afirma ainda que acredita que seja preciso considerar que nenhum dos adolescentes/jovens chega sem bagagem e que cada um *possui um mundo à parte*. Por isso, a voluntária, que tem formação em psicologia, narra que apesar de sua atuação profissional, o seu papel no Instituto não seria o de realizar psicoterapia, mas sim, de conduzir um processo de triagem, a fim de identificar quais são as necessidades dos adolescentes em relação ao

desacolhimento. Ela revela, no entanto, que muitas vezes acaba tratando desses assuntos com maior prioridade, deixando questões de ordem prática, como o auxílio na busca por emprego e moradia, em segundo plano.

Os problemas relatados pelos adolescentes, segundo Patrícia, nem sempre se referem necessariamente à transição institucional, estando muitas vezes relacionados à sofrimentos diversos em que se encontram no momento presente. Patrícia considera que há uma necessidade emocional de estar ali, falando sobre si, não somente sobre o futuro ou sobre o momento em que completarem a maioridade e que devem deixar a instituição, mas sim, sobre o que estão vivendo e enfrentando no presente. Para a voluntária, seu trabalho não teria como ser feito de outra forma, pois são estas as demandas que chegam. Patrícia considera que é preciso lidar com elas primeiro, para somente depois, poder dar seguimento aos planos do Instituto:

E com certeza foge muito do projeto. E não tem como não fugir. Sabe, já me dei conta, não tem como não fugir, porque é o que chega para mim, não dá para não fazer, não trabalhar, não tem como... a gente tem que lidar com o material que chega. “Olha não vamos falar sobre isso, tá? A gente vai falar sobre curso e sobre como tá a escola...” [...] talvez ele não quisesse falar sobre o desligamento. Tipo... “*Tô nem aí, vou trabalhar, vou alugar uma casa, vou ficar na casa de uns parentes, uma semana. Isso aí eu me viro depois*”. Pode acontecer isso, sabe? Vai ver ele queria falar que a vida dele tá destruída, que ele não tem nada que ninguém possa fazer por ele [...] eles às vezes não chegam nem a se dar conta assim, ou a pensar nisso, eles se tomam tanto com outras coisas assim que eles já tem, de sofrimento, que isso não vem ainda, eles tão sofrendo agora, sabe? Eles sentem muito mais necessidade de falar porque foram abandonados, ou “*odeio o uso de drogas*”, “*queria ter matado o meu padrasto*”, “*destruíram a minha vida*”, “*não gostam de mim*” ou “*não quero nem falar sobre isso*”, “*ah, não queria nem vir aqui*”, “*não quero nem falar sobre isso*” ... daí em cinco minutos tão falando, isso acontece direto. (PATRÍCIA, 2019)

Ao se colocar disponível para ouvir, caso queiram compartilhar sobre o que estão sentindo, Patrícia sugere que há aqueles que preferem não tocar no assunto de suas trajetórias passadas. Para a psicóloga, isso também acaba dizendo sobre eles, pois o não falado também possui importância nesse sentido:

Tem outra menina de quinze que não quer nem falar, nem tocar no assunto, nem como foi, nem quantos irmãos tem, nem como foi com a família, o que aconteceu. Não que eu pergunte, eu não venho e digo assim: me fala como foi... não é para trazer isso, não é o foco. Mas isso vem, né, e se vem tu não pode fazer de conta que não tá sendo falado, até quando não está sendo falado, está sendo falado. Então eu digo, tu não quer falar sobre isso? É ruim? Ainda dói? Mas quando quiser falar, eu tô aqui, não é porque a gente tá falando sobre o teu futuro que não vamos falar sobre aquilo, se é importante vamos falar. E ela não quer nem tocar no assunto. Nada. (PATRÍCIA, 2019)

Por fim, Patrícia sugere que a proposta do *Instituto Acolher* também está em proporcionar que os participantes sofram o mínimo possível ao longo do desacolhimento e que,

através do atendimento ela tem compreendido que a maior dificuldade enfrentada se centra, justamente, em aspectos emocionais. Ela afirma que por isso, seu trabalho no Instituto estava se dividindo em duas etapas, sendo a primeira a avaliação das condições emocionais em que os adolescentes se encontravam para realizar a transição, ou seja, “como eles estão” para em um segundo momento realizar uma organização mais prática, que possa os ajudar a pensar no processo, sendo, deste modo, “como eles farão”.

Vera Lúcia, coordenadora pelo *Instituto Acolher*, considera que exista uma carência em relação ao tratamento psicológico oferecido pelas unidades de acolhimento: “O que acontece: eles não são tratados pelos psicólogos que estão no abrigo, né! Os técnicos e assistentes sociais não tratam eles na psicoterapia, não fazem... eles fazem esse atendimento pela Rede do SUS e a gente sabe o quanto é falho, né”. Sobre a perspectiva apresentada, a coordenadora complementa:

Eles vão para uma psicóloga e para um psiquiatra daqui a pouco, e já vão direto para medicação, só que a medicação que eles precisam é outra. É muito mais emocional do que de remédio, né. Então assim, falta isso. Eu acho assim, que é muito falho. O nosso sistema público todo, é muito falho com isso... não têm políticas públicas para isso, entende? Eu tenho uma colega aqui que fala muito bem do sistema de saúde porque ela trabalha num CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), né: “Não, o sistema de saúde no CAPS é ótimo”. Eu perguntei para ela: Quantos acolhidos vocês atendem no CAPS? Aí ela disse: nenhum. Aí eu disse então ele não é tão bom assim. Porque em Osório têm acolhimento, entende? Então é falho. É tipo assim, achar que eles que tão lá dentro não precisam de nada. É a sujeirinha embaixo do tapete. (VERA LÚCIA, 2022)

Adriana considera que na instituição em que atua a maioria dos acolhidos se encontra atualmente em atendimentos psicológicos, sobretudo porque há uma parceria com o Ministério Público com quatro clínicas particulares da cidade. No entanto, a educadora considera que “só isto não é suficiente”. Adriana comenta sobre o caso de pessoas que engravidaram enquanto estavam acolhidas e que, quando chegaram aos dezoito anos, tiveram que ser desligadas, mas não foram autorizadas a saírem com os filhos, justamente por “não estarem suficientemente organizadas para assumirem esse desafio”. A transição institucional é percebida por Adriana como “um período traumático pra eles”, uma vez que é comum que muitos sejam tomados por preocupações e incertezas resultantes do momento em que se encontram e do que precisam enfrentar:

O período que antecede esse desligamento, que é algo concreto, é algo que realmente vai acontecer, causa uma série de mal-estar, de preocupação pra eles. A criança lá quando faz dezessete anos, a gente já se prepara pra ter um ano bastante conturbado, com emoções, com raiva, até mesmo internações psiquiátricas, do medo do incerto. [...] e isso causa realmente bastante questões assim, emocionais. (ADRIANA, 2023)

Clarissa também acredita que o momento prévio ao desacolhimento causa muita ansiedade nos adolescentes, mesmo entre aqueles que já se encontram “mais organizados” em termos de inserção no mercado de trabalho e de moradia. A coordenadora da *Rede Afetos* afirma que é possível perceber também o impacto da pandemia na saúde dos adolescentes, tanto em relação à ansiedade, quanto à outras condições neurológicas:

Eles costumam ficar muito ansiosos, assim, né. E mudam, não é que mudam né, começam a ter umas reações que a gente até já detecta. Eu brinco, né, que é a *síndrome dos dezoito anos*, assim, é uma mistura de sentimentos e do medo, né, de enfrentar o que tem pela frente. Por mais que ah, aqui tua casinha, tá alugada, tudo estruturado, como foi assim com duas meninas... tua escola é ali, quase na esquina, teu trabalho vai bem, mas a começar assim, né... é a falta de políticas públicas e eles acabam sentindo esse impacto, né. (CLARISSA, 2022)

Em sua pesquisa sobre o processo de desacolhimento, Cassiano-Perez (2018) afirma que suas motivações para a formulação desse estudo surgiram quando atuava como profissional psicóloga em instituições que prestavam serviços em unidades de acolhimento. A autora diz ter percebido que não foram raras as situações em que a questão a ser trabalhada pelos adolescentes estava relacionada à angústia e incerteza provocada pela saída compulsória do sistema de proteção por motivo de maioridade. Ao observar o processo de desacolhimento, o estudo de Silva (2010) também pontua que durante a transição, são comuns sentimentos como insegurança, despreparo para lidar com o novo, angústia, medo, abandono (renovação do abandono) ou mesmo revolta.

Na presente pesquisa, da mesma forma, os depoimentos dos participantes demonstram preocupações relativas a incertezas próprias do momento em que se aproximavam à chegada da maioridade. Situações relativas a condições emocionais em que se encontravam, entretanto, não se limitaram somente ao período de transição institucional, surgindo, em muitos casos, em relação a enfrentamentos posteriores à essa passagem, depois de já terem deixado as instituições.

Os momentos mais difíceis, para Jota, foram após a morte da mãe, aos dezesseis anos de idade. Jota sentia que a sua separação de seus irmãos mais novos a partir de sua saída do acolhimento era o que mais lhe causava angústia ao pensar na transição. Por esse motivo, nesse período, ele resolveu ir em busca de tratamento psicológico e psiquiátrico. Sobre o momento, Jota descreve:

Foi algo assim, que eu não sabia o que fazer mais, porque eu já estava muito desgastado, né, com esse viver de troca de abrigos, de familiares, de drogas e minha mãe, e minha mãe estar doente, então quando minha mãe faleceu, eu realmente achei

que eu ia perder a cabeça, então depois de alguns anos eu já ia sair do abrigo né, eu já tinha que ver o que ia acontecer com meus irmãos, porque por mais que a gente pensa que é muito tempo, não é, daqui a pouquinho já tá aí os teus dezoito anos. Daqui a pouquinho tu já vai ter que sair, e o que tu fez da tua vida até agora? Quem te ajudou até agora? Quem tá disposto a te ajudar? Então é algo muito... bah, te deixa louco. (JOTA, 2021)

No caso de Rafael, sofrimentos passados são citados como passagens que preferia esquecer. Durante a entrevista, ele faz referência duas vezes à tentativa de *deletar suas memórias*: “Fui deletando algumas coisas da minha memória para não me atrapalhar no meu progresso, sabe? [...] tipo... pra eu conseguir essas coisas e tal, porque isso... são coisas que se eu ficar pensando muito assim, já tinha cometido suicídio, entendeu?”. Posteriormente, Rafael de novo sugere que teria se tornado mais calmo ao deletar memórias: “Depois dos dezesseis eu fiquei mais calmo, mais tranquilo. Aí fui tocando a vida... fui... como é que se diz? Deletando algumas memórias”.

Apesar de conceber que a partir dos dezesseis estaria mais calmo e tranquilo, em outro trecho, Rafael faz referência novamente à suicídio, desta vez ao contar sobre momentos difíceis enfrentados em dias mais recentes: “Teve dias, dias não né, madrugada, que eu tava querendo me matar. [...] Tive mais dificuldade em questão emocional, sabe?”. Além de Rafael, Manuela também faz menção à momentos bastante recentes, descrevendo as dificuldades que vinha enfrentando:

[...] tanto que agora, mês passado, eu tentei me matar, tentei me suicidar, mas alguma coisa superior, tipo assim, eu digo o superior porque apareceu uma pessoa do nada no meio da praia e sentou do meu lado e começou a conversar comigo, porque eu não sei nadar né, e eu ia me jogar dentro do mar, aí ela chamou a polícia, a polícia me levou até lá a casa que eu tava com meus amigos. (MANUELA, 2021)

O último depoimento nesse sentido é o de Flor, que me conta recentemente ter ido para o hospital após a ingestão de muitos remédios. Chegando lá, Flor denuncia ter se sentido constrangida diante de uma enfermeira que teria a questionado: “Porque eu não me matava de uma vez, se ia me matar por causa de macho”. Flor havia terminado um relacionamento há muito pouco tempo, se mudando da casa do namorado com quem morava, novamente para uma República.

Sobre a saúde mental de adolescentes acolhidos, estudos na área da psicologia tem sugerido que além das situações difíceis em que se encontram antes de serem acolhidos, efeitos da própria institucionalização por longos períodos também podem impactar nas condições emocionais vivenciadas (SILVA, 2018; SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006; WINCKELMANN; GUARESCHI; HADLER, 2021). De acordo com Winckelmann, Guareschi e Hadler (2021, p. 545), identifica-se que uma resposta comum diante das situações

emocionais dentro das instituições de acolhimento tem sido recorrer a práticas psiquiátricas e medicalização de crianças e adolescentes “cujos comportamentos são considerados conturbados”.

Nesse sentido, a percepção de Jota é que isso “é o que acontece muitas vezes com jovens que acabam dentro dos abrigos, que passam a tomar remédios fortíssimos, né, por questão de depressão. Começam a se revoltar dentro desses abrigos, começam a fugir”. Khalil também aponta para as condições vivenciadas dentro do acolhimento e para os efeitos na saúde do irmão: “Meu irmão fugia muito do abrigo. Fugia muito. Então não sei até onde, sei lá, a gente tá doente ou... eles fazem a gente ficar doente”.

Jota associa o período prévio à sua saída do acolhimento, como um momento ambíguo, pois ao mesmo tempo em que sentia descontentamento com a instituição em que vivia, sair dessa instituição, significava se encontrar desamparado. Sobre seus sentimentos, ele diz: “Eu não sei como é que eu tive uma mente estruturizada para saber lidar com tudo isso, porque foram coisas assim ó, onde ninguém tapou os meus olhos e meus ouvidos pra que eu não pudesse ouvir e nem olhar”. Jota considera que dentro do acolhimento existe uma ausência de preparação psicológica ao longo do processo de transição e, que, ao contrário, o amparo oferecido costuma atrapalhar:

Quando tu sai do abrigo tu não tem inteligência emocional pra isso [...] porque tu está destruturizado em um local, por mais que é um horrível, eu vejo como horrível, tenho pânico, por mais que é um local desesperador, tu têm cama, tu têm comida, tu tem onde tomar banho, e tu pensar que tu tem que sair, e estruturar tua vida e tudo isso e muito mais é um peso enorme, então tu têm que trabalhar dentro de ti essa inteligência emocional assim, de saber que tu tem que viver a tua vida com as tuas próprias pernas, sabe? Porque eu vejo muito disso ao mesmo tempo [...] que eles acabam atrapalhando muito com um auxílio ruim, que é o quê? Dependem, fazer com que os adolescentes dependam do abrigo. Não instigar os estudos, não instigar trabalho, não instigar nada, nada, nada disso. Faz com que as pessoas criem uma dependência [...] eu sempre tive muito claro, ainda bem, não sei como isso, de que eu preciso reatar as coisas, de que eu preciso me estruturar, de que eu preciso me desligar de muitas coisas que eu criei dentro do abrigo, que eu criei dentro das instituições, pra viver a minha vida. (JOTA, 2021)

Como referido anteriormente, a maior preocupação de Jota ao longo da transição institucional era de que, quando saísse, deixaria os irmãos, que permaneceriam acolhidos. Ao mesmo tempo, porém, Jota descreve que era pensando neles que encontrava motivação para buscar soluções diante da situação em que se encontrava:

No momento em que eu fazia esses encaminhamentos, eu fazia já pensando... eu fazia em deixar uma boa impressão, uma boa imagem minha para os meus irmãos, de que eles podem conquistar coisas através deles, e de que eu vou sair eu tenho que estar bem, então era isso que eu tentava passar, assim, pros meus irmãos e pra mim mesmo,

então eu sempre estudei, eu sempre trabalhei em prol disso, em pensar que eu sei que eu vou ficar até os dezoito anos e eu sei que eu preciso me estruturar (JOTA, 2021).

Ao longo de sua atuação no *Instituto Acolher*, ao considerar a importância do bem-estar psicológico dos participantes, Patrícia afirma que costuma observar “qual é a condição emocional que eles têm para fazer essa transição”. Como já pontuado, sua perspectiva é a de que, diante desse momento complexo, alguns podem encarar a transição como um processo mais natural, especialmente entre aqueles que “se encontram mais organizado”, conseguindo colocar-se de maneira mais autônoma diante do processo. Para outros, entretanto, essa passagem pode se apresentar como um momento bastante desafiador, especialmente entre aqueles que se encontram com maiores dificuldades em lidar com os desafios que se apresentam, em função de estados de saúde mental mais delicados. Patrícia novamente faz referência ao caso de Maurício:

[...] O de dezessete... que vê a vida destruída, ele tá em cima do muro para cair para um lado ou pro outro. Trabalha no *Zanetti*, faz curso pelo *Assistência*, Administração. Ele tá assim... tá meio que “não sei para onde que eu vou, ou eu vou ficar bem ou eu vou cair... não quero mais ficar bem, foi muito ruim, não quero mais ficar bem”. Ele tá nesse meio termo, um pontinho para cair para cada lado... se alguém puxar para cá ele vai, se alguém puxar para lá ele vai. Alguém vai ganhar. Ele já falou em usar droga [...] perguntei “tu quer a minha ajuda, tu aceita minha ajuda?” e ele diz: sim, eu aceito. Aí em seguida ele diz “mas não tem mais o que tu possa fazer por mim”. Ele tá assim, desesperançoso, mas quer. (PATRÍCIA, 2019)

Patrícia ressalta a importância da criação de vínculos para exercer seu trabalho voluntário, pois considera que seja muito importante que eles retornem, para dar continuidade ao processo: “Não é nem que a gente vá fazer milagre” – afirma Patrícia, mas ao estabelecer um vínculo “que às vezes falta” se abre uma possibilidade para que consigam “entrar em alguma coisa importante... consegue fazer uma coisa que é o que ele precisa ou ao menos tomar o que está acontecendo com ele e agir a partir disso”. A voluntária sugere ainda que não haveria nada de errado em realizar um processo de atendimento similar aos adolescentes que se encontram *no mundo ali de fora*. Para aqueles que estão acolhidos, porém, essa passagem acaba se tornando muito mais evidente justamente pela particularidade da maioria como marcador da transição:

[...] a questão de organização prática, de ajudar a pensar, o que não seria errado de fazer com qualquer outro adolescente, que tenha família... não é porque eles tão no abrigo que precisa desse trabalho, o que precisa olhar um pouco mais, seria olhar “como é que tu tá para fazer isso agora?” o que também não seria nada errado de fazer no mundo ali fora, mas é que para eles, teoricamente, fica muito mais claro, que tem uma particularidade. Dar uma olhada na questão emocional, de como é que tu tá, para fazer essa passagem. (PATRÍCIA, 2019)

Entre alguns participantes da pesquisa, teve destaque o suporte emocional recebido por membros da equipe técnica. Eduardo percebe que, durante a transição: “Eles começam a dar mais conselho”, comentando que sente “até saudades disso... de conversar com eles. Tem uns conselhos muito bons, e a gente acaba indo nos que a gente mais gosta, que tem mais afinidade”.

Ao longo do desacolhimento, Adriana acredita que um dos principais papéis dos educadores reside justamente em oferecer suporte àqueles que se encontram acolhidos: “Temos um trabalho sincronizado. A equipe procurando alocar os adolescentes, seja com familiares ou com as redes, e nós, educadores, dando suporte emocional”.

E um dos meus maiores propósitos é realmente tentar prepará-los para o desafio de estar fora do acolhimento. Tentar preparar para o depois do abrigo requer muita conversa. Lá eles têm resistência às regras de convivência e outras diretrizes. E o conflito entre o que é vivido no abrigo e o que realmente acontece fora dele é que preocupa. É nisto que procuro orientar. Atualmente tenho vários ex-acolhidos que mantenho contato, seja por *WhatsApp*, *Facebook* ou *Instagram* e tento auxiliar quando me solicitam ajuda. (ADRIANA, 2023)

Nesse sentido, Gustavo faz referência à diferença do suporte que recebeu entre educadores e coordenação: “Outra coisa foi o apoio dos educadores que eu tinha mais afinidade, eles sim me deram força pra caramba, já a coordenação eles deram o apoio mais como assistência mesmo, produtos de higiene, comida, financeiro”. Gustavo acredita que “tudo isso te dá uma certa preparação, mas acho que jamais vai ser uma preparação de verdade mesmo, até conhecer de verdade o mundo com seus olhos”.

Rafael considera ter recebido muito incentivo, especialmente de Cláudio, funcionário da casa lar em que estava e com quem criou um vínculo muito forte. Ele descreve como era o suporte que costumava receber, especialmente durante o período de transição, onde conversas sobre estudo e trabalho surgiam como norteadores para que pensasse em como seria seu futuro, após a saída do acolhimento:

Eles eram bem, tipo... esclarecedores. Eles falavam: ó, vai acontecer isso, se tu precisar disso... para poder se manter depois que sair daqui...daí eles falavam que vem de ti querer trabalhar ou não, que tem que vir de ti querer estudar ou não, porque praticamente sem estudo tu não vai conseguir nada, daí eu fui colocando isso na cabeça, entendeu?. (RAFAEL, 2021)

Em relação ao suporte que considera ter recebido por parte dos pais sociais, Carolina diz: “Eles vão conversando, vão ajudando, vão ensinando...”. No caso de Jota, apesar de considerar não ter recebido o apoio que acreditava necessitar na maior parte do tempo em que esteve acolhido, ele afirma que quando estava próximo de completar a maioridade, uma

assistente técnica teria sido uma pessoa que lhe estendeu a mão: “Eu acredito que eu nunca tive isso. Eu só fui ter bem na saidinha, quando eu fui sair do abrigo, onde eu tive sim uma ajuda da assistente técnica e social”.

Jota relembra de Neuza de maneira afetiva: “Ela me ajudou muito assim, ela comprou a minha causa assim, então foi algo muito incrível”. Jota reforça, entretanto, que nunca houve uma preparação evidente por parte da instituição em que esteve: “Então... não existe. Não existe um plano. As pessoas podem dizer, várias pessoas, em vários congressos que eu participei que existe um chamado plano de vida. Gente, não existe plano de vida”. Para Jota: “Pode existir no papel, mas ele não existe na prática”.

Assim como Jota, Manuela também faz referência à uma ausência de oportunidades oferecidas durante a preparação gradativa. Em sua percepção, alguns dos adolescentes costumavam ser auxiliados, enquanto outros não recebiam auxílios, como teria sido em seu próprio caso. Se aponta, nesse sentido, para uma variação na preparação em relação à estrutura de cada instituição, a depender de como concebem a preparação e o modo como se organizam para o cumprimento desta:

o Acolhimento, eles não dão muita estrutura pra nós. Pra mim pelo menos eles não deram, entendeu? Mas outros casos que eu vi ali eles deram bastante, porque tinha uma menina que tinha uma filha e eles arrumaram creche pra ela perto da casa dela, ajudaram ela a né, com um emprego, então tipo assim ó, algumas pessoas realmente foram ajudadas pelo acolhimento, mas tem outras que não, entende? Mas tipo assim ó, se eu ficasse na Instituição *Santo Antônio*, lá me ajudaria, porque já houve casos lá de uma menina sair e eles dar rancho, ajudar com carreto, tudo assim, entendeu? Então vai de instituição pra instituição e o que que tu deixou naquela instituição pra eles, entendeu?. (MANUELA, 2021)

Da mesma forma, Rafael acredita que os auxílios oferecidos pela instituição variam conforme cada lugar: “Cada abrigo tem seu meio de ajudar os jovens”, de modo que “alguns abrigos não têm muitos cuidados”, enquanto “tem outros que tem”. Rafael complementa: “Então, tipo... não é nem culpa dos jovens e sim do abrigo, sabe?”

Em suma, durante o desacolhimento se evidencia que, entre os profissionais, sentimentos de preocupação com o bem-estar e o futuro dos acolhidos são desencadeados. Entre aqueles que farão a transição institucional, aponta-se para situações emocionais que surgem, possivelmente, tanto de suas experiências prévias, quanto de efeitos do acolhimento prolongado e, por fim, do próprio processo de desacolhimento.

Em relação ao último caso, tanto pelo depoimento de profissionais, quanto pelo depoimento dos próprios “egressos”, sentimentos de preocupações, incertezas, ansiedades e medo de enfrentar o que vem pela frente foram apontados como reações próprias do momento.

A educadora Adriana sugere inclusive um aumento de internações psiquiátricas durante o período e Clarissa chega a denominar as reações geralmente identificadas como uma suposta “síndrome dos dezoito anos”.

Há ainda, por parte dos profissionais, uma percepção de que existem aqueles que não se encontram “suficientemente organizados” para assumirem os desafios que surgem ao longo da transição institucional. Tal organização parece fazer referência tanto ao caráter prático da transição, como a organização profissional e residencial, quanto também às condições emocionais em que muitas vezes se encontram. Para alguns, o momento é descrito como desafiador, de desamparo e de “um peso enorme”.

Em relação ao suporte oferecido durante o processo, entre aqueles que estiveram acolhidos parece haver uma percepção de variação, que dependeria do modo de organização de cada uma das instituições. Em alguns casos, aponta-se para uma divisão, sendo o suporte em torno de questões mais práticas oferecido pela coordenação da instituição e o suporte emocional, responsabilidade dos membros da equipe técnica. Entre alguns depoimentos, porém, é referida uma ausência de suporte, tanto prático, quanto emocional. Por outro lado, entre aqueles que consideram ter recebido auxílio, o suporte emocional por parte da equipe técnica teve destaque entre os depoimentos.

5.2 DEPENDÊNCIA E AUTONOMIA

Visando a efetivação da preparação gradativa pressuposta ao longo do processo de desacolhimento, orientações são sugeridas no sentido de proporcionar uma organização do ambiente do acolhimento a fim de que se possa propiciar o “fortalecimento gradativo da autonomia” (BRASIL, 2009, p.9). As principais práticas sugeridas para que se cumpra esse objetivo são:

O desligamento não deve ser visto como um momento apenas, mas como resultado de um processo contínuo de desenvolvimento da autonomia. Particularmente no que diz respeito aos adolescentes, a preparação para o desligamento deve incluir o acesso a programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, como aprendiz ou trabalhador – observadas as devidas limitações e determinações da lei nesse sentido. Sempre que possível, ainda, o serviço manterá parceria com programas de Repúblicas, utilizáveis como uma forma de transição entre o abrigo e a aquisição de autonomia e independência. (BRASIL, 2009, p. 17)

Como demonstrado, exceto pela inclusão de adolescentes em programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, além de parcerias com Repúblicas, não constam maiores especificidades sobre a efetivação do desenvolvimento daquilo que se concebe, neste

caso, como autonomia. Da parte dos participantes desta pesquisa, entretanto, identificamos uma demanda por processos mais autônomos, especialmente no que diz respeito a atividades cotidianas realizadas em acolhimento.

Quando perguntei à Eduardo se havia algum aspecto que ele acreditasse que pudesse ter sido diferente ao longo da preparação para a transição institucional, sem hesitar, ele respondeu: “Ensinar a cozinhar seria uma coisa importante, pois são poucos os casos em que as pessoas saem do acolhimento sabendo como cozinhar”.

Jota comenta que sempre quis aprender a cozinhar: “Desde pequeno eu pedia muito, muito, muito, muito”. Ele conta que no acolhimento, costumava insistir: “– Deixa eu fazer! Deixa eu fazer! Deixa eu fazer a janta!” Justificando a própria insistência, Jota comenta: “Era assim o meu jeito de aprender, porque isso não tinha, não tinha uma preocupação com isso”. A sensação que permaneceu para Jota foi a de que, mesmo que quisesse, “não existia oportunidade de realizar”.

Khalil, afirma que era comum que as portas da cozinha permanecessem fechadas, assim como os armários, cujo acesso era proibido às crianças e aos adolescentes. Justificava-se que isso acontecia para que evitassem o contato com objetos cortantes, como facas, em razão dos riscos de que alguém se machucasse. Adriana, educadora social no *Assistência*, corrobora com as informações descritas por Khalil: “O acesso à cozinha é limitado por questões de segurança, principalmente por causa dos acolhidos que têm histórico de se automutilar, que se acentua com a aproximação do desligamento”.

Adriana complementa que no *Assistência* são três educadoras e que além de demandas externas, como acompanhar crianças e adolescentes à escola, médicos, psicólogos, é preciso ainda estar atento ao ambiente da casa. Nos finais de semana, a educadora afirma que a rotina é ainda mais complicada, pois algumas das crianças recebem visitas familiares e muitas delas tem que ser acompanhadas, de modo que o plantão fica, de certa forma, mais comprometido: “Momentos para cozinhar tentamos fazer, mas confesso que é um pouco difícil de conciliar com outras demandas”.

A coordenadora da *Rede Afetos*, Clarissa, afirma que atribuições nesse sentido geralmente ficam sob a responsabilidade da equipe técnica, principalmente porque os acolhidos tendem a passar o dia inteiro ocupados em outras atividades externas, como frequentar a escola ou ir para o trabalho. Ela afirma ainda que existe uma série de compromissos diários que costumam ser incentivados pela equipe, como preparar a marmita para levar ao trabalho e a responsabilidade pela limpeza da casa, normalmente organizada por meio de escalas e acordos prévios: “Hoje o banheiro é de fulana” – exemplifica a coordenadora da *Rede Afetos*.

Sobre as atividades de limpeza, Eduardo comenta que, na casa lar “é o pai ou a mãe social que define o que cada um irá fazer”. Nem sempre, porém, essa divisão ocorria de maneira igualitária, especialmente quando filhos dos pais sociais visitavam a instituição. Eduardo considera que a problemática do “filho do casal” tenha sido recorrente ao longo de sua experiência, enquanto esteve acolhido:

[...] Ah, outra coisa é o filho do casal. Nossa, essa pega forte! Principalmente em casa lar, sabe? Abrigo não tem isso, mas casa lar... Nossa, o casal, sério... o filho do casal é um problema, sabe? Tem casais e casais. O casal que é o tio *Nivaldo* e a tia *Rejane*, que eu te falei que era o casal que eu mais me dava, eles colocavam a filha deles no lugar dela, sabe? Ali não é a casa dela, ali é a nossa casa, né, dos acolhidos. Porque ela tem a casa dela, ela tem os pais dela. A gente não tem ali naquele momento. Então o lugar que é nosso é aquele lugar. Mas tem outros casais que não. Daí deixavam o filho comer a hora que quisesse. Deixavam o filho fazer o que quisesse, falar o que quisesse, sabe? Então isso incomodava muito a gente. Escolhia se limpava ou não... ele comia, sujava, usava todos os ambientes da casa e não queria limpar, né. Tinha filhos que não queriam limpar. E daí né, vai do casal colocar o filho ali pra limpar as coisas ou não. Ou tipo assim, quando o filho vai, aceita fazer, mas ele quer escolher o que quer fazer. Cara, não existe isso! Se nós que somos as pessoas que moram dentro da casa ali, não escolhemos o que a gente vai fazer, porque quem define o que a gente vai fazer é a tia, é o casal, é o pai ou a mãe social que vai definir o que cada um vai fazer. E daí chega o filhinho do casalzinho... “ai, meu queridinho” e vai lá e escolhe o que quer fazer “não, hoje eu só quero fazer isso”. Não, né? Por favor! Esse ponto que eu acabei de te destacar... cara, isso acontece até hoje, até hoje é um problema dos grandes na casa lar. Se eu fosse te destacar um problema principal da casa lar é esse: filho do casal e casal que não sabe colocar o filho no lugar dele, porque ali é um ambiente de trabalho do casal social, ali não é um ambiente familiar, ali não é a casa deles, então eles têm que agir conforme isso, mas tem casais que não fazem. (EDUARDO, 2023)

Sobre a designação e divisão dos compromissos diários, Clarissa afirma que a principal função é fazer com que futuramente possam “se virar sozinhos”. A coordenadora da *Rede Afetos* pondera, porém, que existe uma diferença de perfil entre os acolhidos, divididos entre aqueles que possuem maior autonomia e entre aqueles que possuem maior resistência, e, portanto, um menor senso de autonomia e de responsabilidade em relação às atividades propostas.

Clarissa conta sobre o caso de Roberta, jovem acolhida que costumava ter muito incentivo para que realizasse as atividades da vida diária de maneira individual. Ela descreve que, às vezes, costuma sugerir para Roberta: “Deixa lá o menorzinho na escola, antes de ir para a parada de ônibus”, justamente por reconhecer sua capacidade:

A Roberta tem uma questão de medicamentos, mas tem bastante autonomia. Não do entendimento financeiro, mas assim... ela vai para terapia dela, ela vai para a escola, vai pro trabalho e volta, consegue ver os horários, se organizar direitinho. Ela talvez vai ser um período para República assim, se a gente até lá não tiver nenhum plano para ela, mas também fica bem. (CLARISSA, 2023)

Para Clarissa, os adolescentes acolhidos fazem parte de uma rotina “como se fosse nós, como foi eu e tu, na nossa casa”, reforçando que há uma diferença entre aqueles que têm maior facilidade e os que são mais resistentes: “Mas tem alguns com muita resistência ou preguiça, como o adolescente, né”. Clarissa reitera acreditar que existem aqueles com maior interesse e que “tem condições” de alcançar maior autonomia e independência, enquanto “outros não têm”. Isso ocorreria, de acordo com a coordenadora da *Rede Afetos*, porque muitos desejam ser cuidados, especialmente “porque já tiveram esse déficit, né, de não ter cuidado”:

E aí até engrenar ali a maquininha... “Vai. Arruma o teu guarda-roupa... Poxa, tu já tem dezessete, com dezoito tu vai ver como é que é”. Ou, é comida? “Ah, vai fazer um arroz. Vai fazer uma carne, ou participar de um cardápio”. Sim, eles aprendem a fazer isso. Os que querem né, porque é isso... (CLARISSA, 2023)

Sobre o depoimento de Clarissa, tem destaque a aproximação de sua percepção com discursos que consideram características específicas como inerentes *da adolescência*. Aqui, Clarissa faz referência especificamente à preguiça e à resistência. Além do critério etário, a coordenadora também associa o comportamento evidenciado a um déficit de atenção e, como consequência, a uma busca por cuidados, resultante das trajetórias prévias dos acolhidos em seus contextos familiares.

Também é interessante perceber o modo como, em seu depoimento, a referência a chegada aos dezoito anos surge ao longo de uma conversa cotidiana sobre o desempenho das atividades domésticas. Diante da resistência de responsabilização pelas atividades sugeridas, a frase “com dezoito tu vai ver como é que é” surge como um *aviso* sobre o que os espera após deixarem as instituições.

Além disso, Clarissa também diferencia o perfil de acolhidos entre aqueles que demonstram interesse em aprender e aqueles que não demonstram. Cabe considerar que depoimento similar é identificado em mais de uma ocasião, sobretudo quando questionei sobre a preparação gradativa realizada pelo acolhimento. Flor acredita que “se tu tem interesse, eles vão te ajudar”. Ela considera, no entanto, que isso depende de cada experiência, pois não sabe como funciona em outras instituições, além daquelas em que esteve⁴⁵.

⁴⁵ Cabe considerar que em diversos momentos durante as gravações do curta-metragem, opiniões bastante divergentes surgiam entre os participantes, de acordo com as suas experiências particulares. Temas como “segurança/insegurança” nos espaços de acolhimento e “proteção/violência” tiveram destaque nesse sentido. Percebo, porém, que quanto mais entravam em discordâncias durante os diálogos, ouvindo percepções divergentes das suas, mais vezes Flor, especialmente, reiterava sobre aquela ter sido “a sua experiência” individual. Acredito que isso demonstre, de certa forma, que o contato com experiências diversas fazia com que Flor se preocupasse mais em não generalizar suas percepções para todos os casos, a partir da observação da heterogeneidade do grupo e, portanto, de suas variadas histórias e percepções.

Eduardo considera que tinha uma “certa autonomia” e detalha quais atividades práticas e cotidianas tinha o costume de realizar. Eduardo acredita, porém, que a maioria das responsabilidades associadas ao desenvolvimento da autonomia só foram realmente aprendidas após ter deixado a instituição: “Quando a gente tem que fazer sozinho, né”. Sobre seu processo, ele descreve:

Ah, a gente tinha uma certa autonomia na casa lar, tanto é que eu que fui fazer o meu TRI⁴⁶. Eu paguei o meu TRI né, pra ter ele de volta, que eu perdia, então saía do meu dinheiro né, as responsabilidades, assim. A gente pegava ônibus né, porque eu ia trabalhar todo dia, eu ia pra escola, né, então eu ia praticamente sozinho, só que fora isso não, fora isso não tem muita coisa, sabe? O banco a gente sempre ia com a nossa coordenadora, né, já que nós somos de menores, assim como o filho né, que tem que ir com a mãe porque é de menor, mas a gente via como era o processo, prestava atenção, porque tava sempre com ela ali, né... mas a gente realmente aprende quando a gente tem que fazer sozinho, né. (EDUARDO, 2023)

Khalil compartilha que apesar de sentir muita vontade em ficar sozinha e poder realizar atividades por conta própria, como ir a pé ao posto de saúde, em seu caso, na grande maioria das vezes, sempre havia alguém para lhe acompanhar. Assim como Khalil, Jota também considera que em sua experiência foram muito poucos os incentivos para o desenvolvimento de uma autonomia. Ele questiona que se existem pessoas “para resolver tudo”, como as próprias pessoas que se encontram acolhidas poderiam aprender a resolver? “Como é que tu vai preparar o adolescente pra vida, entendeu?”

Porque tem uma pessoa que responde pra ti na justiça... tem uma equipe técnica que responde pra ti perguntando se o juiz pergunta se tu tá bem ou não... tem uma equipe técnica que vai lá e faz toda a documentação, que só te leva pra tirar foto e uma equipe técnica para tudo isso. Tem uma mãe social que cozinha pra ti, tem uma auxiliar que limpa a casa pra ti [...] E aí eu fico me perguntando, se a pessoa já não tem estudo, né, olhando pros outros adolescentes, e a pessoa não sabe nem limpar uma casa, como é que ela vai ser pelo menos uma pessoa que vai limpar o shopping, ali? (JOTA, 2021)

Por acreditar que não teve uma preparação por parte da instituição, Jota descreve um sentimento de anseio relativo à transição institucional: “O meu maior medo era viver sozinho...eu não sabia como eu ia fazer isso. Como é que eu ia abrir uma conta em um banco sozinho? Não tem preparo para isso”. Percepção similar é identificada ao longo do depoimento de Carolina, que também se questionava sobre como seria o momento em que deixasse a instituição em que vivia:

⁴⁶ Cartão TRI (Transporte Integrado) é o sistema de bilhetagem eletrônica utilizado na cidade de Porto Alegre através da utilização de cartões com créditos eletrônicos para passagem de ônibus. O nome TRI faz menção às iniciais de Transporte Integrado e à uma expressão tipicamente gaúcha, que significa “algo muito legal” (TRIPOA, 2023).

Eu ficava pensando... e quando eu sair, como que eu vou fazer? Como que eu vou me virar né? Porque ali eles fazem tudo por ti. Curso é eles que procuram, escola é eles que procuram. Tudo eles fazem por ti. Tu só vai, sabe. Curso, tu não precisa ir lá, procurar e te inscrever. Eles já te inscrevem. Já procuram e já te colocam lá. A escola é a mesma coisa. (CAROLINA, 2023)

Gustavo descreve que sentia estar “mal-acostumado” após deixar a instituição. Isto porque “antes de sair eles preparam tudo para a gente sair bem, mas nem sempre dá certo depois que perdemos a ajuda deles, porque somos mal-acostumados a sempre ter alguém com nós, auxiliando”. Da mesma maneira que Jota e Carolina, Gustavo também afirma que, antes de deixar a instituição, tinha medo de como seria “sem a ajuda do abrigo”, tendo que se “virar sozinho pela primeira vez”:

O período do desligamento foi complicado pois estava na casa do meu irmão mais velho em experiência familiar, tive medo de como seria sem ajuda do abrigo, mas sinceramente se eu pudesse ficaria no abrigo para sempre. Sem o abrigo é muito complicado, porque temos que nos virar sozinhos pela primeira vez. No começo da experiência familiar foi boa, mas depois que fui desligado do abrigo, tudo começou a complicar, sem trabalho, sem conhecimento de como usar o meu dinheiro, sem norte, perdido... (GUSTAVO, 2023)

A coordenadora do *Instituto Acolher*, Vera Lúcia, sugere que muitos dos acolhidos não costumam “se preparar” porque não param para pensar que “lá eles têm comida, eles têm cama, eles têm uma casa, eles vão para a escola” e que, após o desacolhimento, as condições em que se encontram, serão totalmente diferentes e que “não terão nada disso” que é oferecido pelas instituições:

Não pensam na saída deles... enquanto eles tão dentro do acolhimento, eles acham que o dia de amanhã nunca vai chegar, que tá tudo certo, que tá tudo bem. Ficam naquela ideia de que isso aí, vai dar certo... tem um que me disse assim: eu só saio daqui a dois anos. Mas dois anos passam voando, meu filho... quando tu ver, já saiu (VERA LÚCIA, 2022)

Clarissa descreve o depoimento que recebeu a pedido da coordenação, de dois irmãos que estiveram acolhidos pela *Rede Afetos*, para que mostrassem aos adolescentes que continuavam vivendo nas casas lares. Ela afirma que eles “não viam a hora de sair... saíram em 2018, aí: *graças a deus, não sei o quê... saí do acolhimento*”. Após a saída, voltaram a morar com a família de origem e em seus depoimentos, orientavam: “*Tudo o que elas nos falavam né, tudo o que a equipe técnica e os pais falavam, a gente vê*”.

Na perspectiva de Clarissa, a nova visão adquirida enquanto “egressos” do sistema de proteção fazia com que agora fossem eles quem aconselhassem sobre as diferenças entre a instituição e “a vida lá de fora”: “*então crianças, valorizem aí, essa comida, essa cama, essas*

roupas que vocês têm, os tênis que vocês têm, porque depois a vida aqui fora não é fácil, né... falavam assim”.

Ao observar o processo de desligamento das instituições, Silva (2010) pontua que quando longos períodos de institucionalização são somados às falhas de efetivação político-pedagógica nesses espaços, isso pode resultar em uma espécie de dependência institucional, que prejudica consideravelmente o processo de transição institucional a partir do desacolhimento.

Adriana, educadora na instituição *Assistência*, faz afirmação pontual similar à afirmativa da existência de uma dependência institucional. Nesse caso, porém, ao invés da dependência à aspectos estruturais, Adriana refere os laços construídos dentro do espaço institucional. Ela afirma que o acolhimento deveria ser passageiro, mas que isso não é “o que realmente acontece” e que, resultante disso, “a longa permanência no abrigo cria laços de dependências que só dificultam mais o desligamento”.

Carolina, que hoje mora com o filho de um ano e meio, acredita que: “Tem muita gente que acha que só porque foi de uma instituição, acha que tem que ser ajudado o tempo todo... e não é assim. Claro que tem que ter uma ajuda ali pra incentivar, mas não é sempre assim”. Ela compara como costuma desenvolver suas atividades domésticas, em relação à uma amiga, com quem morou quando saiu do acolhimento:

Eu já como eu moro sozinha, né, só eu e o meu filho, então eu sei que eu tenho que acordar cedo, dar café pra ele, fazer café, limpar a casa, lavar louça, depois fazer comida... aí dar comida pra ele, limpar as coisas de novo, sabe... [...] mas tem muita gente assim, que nem essa menina que morava comigo... ela não sabia fritar ovo. Então o mundo dela é bem diferente do meu aqui fora, no caso. (CAROLINA, 2023)

Carolina considera que enquanto esteve acolhida, os membros da equipe técnica lhe “ensinaram só o básico”. Ela complementa: “Também aprendi muita coisa no mundo aqui de fora, que é totalmente diferente de quando eu tava com eles”. Carolina observa que os profissionais incentivavam as pessoas acolhidas para “que fossem atrás”, mas que, “lá dentro”, porém, havia um senso de proteção que era muito diferente do “mundo aqui de fora”. Sobre essa distinção, Carolina descreve:

Se tu não pega... não aprende, aqui tu não consegue se virar, né, na rua. De jeito nenhum. Não consegue ir numa entrevista. Não consegue procurar as coisas que tu quer, comprar as coisas que tu quer, correr atrás das coisas que tu quer. Eu acho que esse foi o ponto mais positivo que eu peguei deles [...] O mais difícil foi o mundo, porque quando tu tá lá dentro, tu meio que tá protegida, né. E quando tu tá aqui fora tu não tá protegida de nada. Todos os riscos tu corre. [...] Porque quando tu tá lá tu tá protegida pelo Juiz, né. Qualquer coisa que acontece contigo o Juiz vai ali ou te libera,

ou corre atrás da pessoa que te fez mal, daí quando tá fora não tem mais isso. (CAROLINA, 2023)

Carolina expressa acreditar que haveria uma espécie de “choque de realidade” intencional da parte da instituição: “Eles não podem ensinar tudo porque eu acho que as outras pessoas que tão acima deles querem que a gente tome algum tipo de choque de realidade”. Ela expressa como teria ocorrido o seu próprio *choque de realidade* ao deixar a casa lar em que estava, quando completou a maioridade:

Então quando eu saí pra cá eu sabia que eu tinha que correr atrás... se eu quisesse um emprego, eu tinha que acordar cedo pra ir [...] se tu não sabe onde é que tem ônibus tu tinha que ir pesquisar. Cozinhar. Até hoje eu sei assim que eu tenho que pesquisar mais pra ficar sempre ciente das coisas, né [...] é que dá pra perceber isso, sabe. Porque quando eu tava na casa lar, tinha coisas que os pais sociais não podiam ensinar a gente, sabe? Porque eles diziam: *se ensinar tudo, o que tu vai fazer aqui fora?* Aqui fora é diferente, aqui fora nem todo mundo vai estar ali, tu quer um emprego? “Ah, toma”. Tu quer fazer um curso? “Ah, toma, tá aqui a vaga pra ti”. Não, tu tem que ter esse choque de realidade. Que nem tudo é uma novela, que nem eu falava que na casa lar tudo parecia uma novela, que a qualquer momento alguém ia vir e dizer: Corta! Tá errado! Não é assim a cena, sabe? Parecia tudo muito perfeito. (CAROLINA, 2023)

Clarissa sugere que quando completam os dezoito anos e deixam as instituições, há um dar-se conta de uma nova realidade que deve agora ser construída “somente por eles”. A coordenadora da *Rede Afetos* acredita que uma nova rotina começa a ser assimilada a partir dos pequenos detalhes, como a ausência de passagens de ônibus financiadas, que passam a não ser mais responsabilidade da instituição:

Tem um TRI que eles usam para eles que é a passagem do ônibus liberada, né, para eles, pessoal do acolhimento, e no dia dos dezoito, o sistema, ele cai, né. Não tem mais a passagem. Não tem o que a gente fazer. E começa dali. Assim, é um exemplo simples, mas eles assim: *‘bah, e agora, não vou ter passagem?’* E é, né! Era aquele dinheirinho lá que ou tem que fazer o cartão de estudante, mas já vai ter que ser ele, com as próprias pernas, né, ele ou ela... a gente dá o passo a passo né, a gente orienta, mas daí já se vê assim: *‘bah, como é que eu vou fazer?’*. (CLARISSA, 2022)

Sobre a nova realidade que se apresenta no *mundo ali de fora*, em contraste ao que estavam acostumados nas instituições, Adriana considera que a longa permanência e o suporte que costumam receber através das instituições “não condiz nem um pouco com a realidade que eles irão viver fora”. A educadora do *Assistência* lista quais são algumas das diferenças normalmente identificadas ao longo desse processo de reconhecimento:

O suporte que eles recebem nos abrigos não condiz nem um pouco a realidade que eles irão viver fora. São seis refeições diárias, roupas lavadas, faxineira, atendimentos médicos, acompanhamentos psicológicos. Kits de higiene, roupas e calçados

distribuídos mensalmente, assim como as relações que eles constroem no abrigo com outros acolhidos. Tudo isso torna mais doloroso o choque. (ADRIANA, 2023)

Para a coordenadora do *Instituto Acolher*, existem consequências que se evidenciam quando aqueles que se encontravam acolhidos, deixam as instituições. É comum, de acordo com Vera Lúcia, que muitos saiam “sem saber nada”, inclusive em relação a atividades que considera “básicas” da vida cotidiana, como “o preço para comprar um papel higiênico”. A coordenadora acredita que isso aconteça especialmente porque dentro dos acolhimentos sempre “tem quem faça”, além de uma falha por parte das equipes em não os preparar para a chegada da maioria. A percepção de Vera Lúcia é a de que as equipes técnicas não costumam expressar de maneira objetiva sobre o que os espera no futuro, a partir do desligamento das instituições. Em suas palavras: “Falta do acolhimento dizer: olha... vai chegar os dezoito e tu não vai ter mais nada disso. Eles precisam falar essa realidade pra eles, sabe? Eles não falam...”.

Clarissa, por outro lado, pontua que na *Rede Afetos* existe uma orientação por parte das equipes. A orientação descrita pela coordenadora tem como exemplo, sobretudo, aconselhamentos. Ela afirma que a equipe costuma se esforçar em alertar, “avisar que não é fácil”, além de auxiliar “no possível” para fazer com que, posteriormente, possam “caminhar com as próprias pernas”. Clarissa reforça, no entanto, que na prática é sempre muito diferente, pois somente “vivenciando o momento”, para de fato descobrir: “Por mais que a teoria a gente fala aqui e a gente tenta muito, cada vez mais...”.

Durante uma conversa ao longo das gravações do curta-metragem, há um depoimento de Flor que parece abarcar de maneira ampla vários dos aspectos entre a relação de dependência com as instituições em contraste com o desenvolvimento da autonomia apontado pelos participantes da pesquisa e pela literatura, tanto em termos de estrutura, quanto em relação aos laços construídos com profissionais.

Flor, Eduardo e Jota estão preparando uma cena sobre como “o último dia” na instituição poderia ser representado. Durante as discussões sobre como fariam o momento posterior a saída da instituição, Flor descreve como se sentiu no dia em que deixou o acolhimento. Nesse trecho de seu depoimento, os laços afetivos entre ela e “as tias” tomam centralidade, além de um senso de proteção familiar:

O meu último dia foi muito ruim. Porque eu dependia das tias, eu dependia delas, no caso elas que me ensinaram a andar de ônibus, a trabalhar, a estudar. E foi ruim ter saído de lá, sabe? Às vezes eu penso e as vezes eu falo com elas e digo, bah, eu queria ter voltado pra lá, pro abrigo. Não que eu não goste de viver a minha vida aqui, sabe? Mas lá tinha, na minha opinião né, talvez a maioria das pessoas não concordem, mas uma proteção, que é tipo... aquilo eu nunca tive entendeu? Carinho, comida na mesa,

conversas como se fosse uma família de verdade e no dia que eu saí eu fiquei bem nervosa, porque me deram presentes, eu significava muito pra todo mundo, ainda significo, porque eles falam comigo, elas no caso. E eu saí de lá. E foi a pior coisa do mundo, porque eu precisava delas, entendeu? Elas me faziam bem, elas me faziam acreditar em mim, me faziam querer viver, querer poder estudar, sem ninguém pedir. Falar com jeito no caso, e quando eu saí, foi tipo... Tu por ti, entendeu? E nesse dia eu fiquei tão nervosa que às vezes eu queria ter uma crise de ansiedade e agre.. não agredir, mas queria segurar elas e não soltar mais, entendeu? E ainda eu falo pra elas, cara... vocês me deixaram. E elas falaram: *ah, Flor, aqui na instituição é assim, quando completa dezoito infelizmente não tem como ficar*. E eu não fiquei. Foi horrível, porque como se eu tivesse saído da minha própria família, entendeu? Claro eu já saí várias vezes da minha família, mas elas significam muito pra mim porque elas foram as únicas pessoas que acreditaram em mim. Nunca ninguém acreditou em mim, no meu potencial. Às vezes eu não acredito no meu potencial, às vezes eu me julgo bastante, me critico bastante, e aí elas eram o meu único suporte que eu tinha pra viver. E aí eu fui embora, fui pra uma instituição que é uma República que eu ainda tô morando. E aí eu não queria ter vínculo com ninguém. Eu tive que fazer as minhas próprias coisas. Tive que viver sozinha. Eu ainda mantinha contato com elas, só que não era a mesma coisa, acordar e ver o rosto delas me dando bom dia, me dando abraços, vendo os bebezinhos que tavam lá. E foi bem triste eu sair de lá, foi muito triste. E ainda me choca bastante porque foi esse ano que eu saí de lá, foi em janeiro. Ainda as coisas são muito recentes, ainda eu vivendo as coisas, conhecendo as pessoas, ainda é muito doloroso no caso. (FLOR, 2023)

Em estudo realizado sobre a transição para a “vida adulta” com adolescentes que viviam em instituições no Canadá, Goyette (2010) identificou que apesar de serem jovens com ampla rede de suporte no processo de transição, como amigos e trabalhadores sociais, entre as dificuldades enfrentadas em relação ao desacolhimento, estava, justamente, a relação de dependência estabelecida com as redes de apoio.

Vera Lúcia e Patrícia afirmam que é justamente por perceberem a necessidade do desenvolvimento de maior autonomia que o *Instituto Acolher* tem priorizado proporcionar atividades de lazer, tendo como intuito, segundo Patrícia, que não pensem somente em trabalho e estudo e que aprendam “como se localizar, se deslocar e conhecer as possibilidades para se divertir na cidade”.

Nesse sentido, Patrícia questiona: “Como o adolescente faz para ir ao cinema? Quais os locais para passeio na cidade? Como se desloca?”. Assim, a proposta é para que, além de assumirem atividades práticas individualmente, como sair para comprar roupas e passear, possam também se situarem sozinhos. Vera Lúcia complementa:

A gente faz a parte cultural com eles também. O Instituto consegue seguido assim, por exemplo... seguido me mandam coisas. Ó, hoje a gente tem uma peça de teatro para quarenta, cinquenta... que aí disponibiliza para eles irem, para eles, precisam entender que tem outra coisa a mais daquilo [...] A gente quer que eles saibam que tem uma cultura, que tem museu, que tem teatro, tem cinema, tem lugares que eles podem ir que é diferente do padrão que eles tão acostumado. Eles podem fazer isso. (VERA LÚCIA, 2022)

Sobre o incentivo à vida social, Eduardo acredita que, enquanto esteve acolhido, desenvolveu poucas amizades. Ele percebe que existiam diferenças estruturais nas instituições em que esteve, que teriam influenciado na facilidade e dificuldade em manter relações de amizade e a vida social como um todo:

Quando tu tá muito dentro do abrigo, tu não tem muitos amigos, assim. Tu não tem um contato assim: “Bah, ô meu mano, vamo sair tal dia? Pra tal lugar?” É diferente, tu não tem assim, tu não consegue. Quando tu tem uma saída liberada assim, tu não consegue marcar com a galera pra ti encontrar eles, porque é muito difícil, né. Que é tudo muito difícil na casa lar, de tu sair com os teus amigos, de dormir na casa dos teus amigos ou dos teus amigos dormir ali, é muito difícil, isso não acontece praticamente. Muito raro. Muito difícil. E daí só acontece tipo uma namorada, e olhe lá ainda. E olhe lá. E só com os padrinhos, né. Porque tem que ter toda aquela papelada, toda aquela organização. E isso é um ponto muito chato, né, da casa lar. O abrigo ele já é mais liberado pra isso. Ele é mais de boa. Ele dá o telefone da mãe do cara lá, o contato, o endereço, e o cara já pode ir pra lá, entendeu? Já pode dormir lá. Mas na casa lar não, na casa lar já é mais fechado. Na casa lar é bem mais difícil de tu manter uma vida social e tua, sabe? A tua vida ali é mais a casa lar e pronto. (EDUARDO, 2023)

Clarissa tem a percepção de que muitas das pessoas que se encontram em acolhimento até a maioridade percebem o momento dos dezoito anos como um anseio desejado, isso porque acreditam que, ao deixarem as instituições “vão ter liberdade” e que, por isso, querem sair o quanto antes: “– Ah, porque agora eu vou fazer o que eu quiser... liberdade!... e a gente sabe que é uma ilusão!”. Carolina afirma que teve dificuldades em aceitar as condições em que se encontrava e que “achava ruim” viver acolhida. Nas palavras dela, “eu não aceitava, porque tudo era compartilhado, o quarto era compartilhado, menos as roupas que não era, as coisas de higiene pessoal, mas tudo era compartilhado, e não era só eu e meus irmãos, era eu, os meus irmãos, e mais seis pessoas”.

Na experiência individual de Carolina, ela não sente que havia muita diferença entre as regras do acolhimento e da casa lar, em termos de preservação da individualidade. “Não vejo muita diferença porque as regras são as mesmas. A única coisa é que um casal cuidando de dez crianças, no abrigo são educadores cuidando de dezoito a vinte crianças”. Para Carolina, esse seria um dos principais motivos que a fazia ansiar pela chegada do momento em que completaria os dezoito anos e deixaria a instituição. Quando a questioneei se havia, da parte dela, alguma preocupação em relação ao momento de chegada de seu desligamento, ela respondeu da seguinte maneira:

Preocupação assim nunca teve, porque eu sempre quis sair do abrigo. Na minha cabeça era fazer dezoito anos: “eu não vou querer esperar nem aqueles cinco dias que tem né”, que tu pode escolher ficar cinco dias. Eu não, eu fiz dezoito anos e no outro

dia eu já tava saindo, porque eu não queria esperar. [...] Ter as minhas coisas, o meu canto, as minhas regras, o meu jeito de fazer as coisas. (CAROLINA, 2023)

Sobre o tema da atenção coletiva dentro do espaço de acolhimento, Khalil reflete que hoje em dia gosta muito de procurar pelos momentos de estar consigo e em silêncio, o que normalmente não era viável dentro da instituição:

Acho que a gente cresce, mas a questão da coletividade do abrigo que faz com que a gente sinta que a gente também tem que estar sempre com pessoas, sabe? Eu gosto muito do silêncio. Gosto muito de ter o meu momento de silêncio. Pegar a minha filha e respostas intermináveis. Mas gosto de estar sozinha. Porque, enfim, a gente não pode achar que sempre vão ter pessoas pra segurar a gente, sabe? Mas aprender a caminhar sozinho. (KHALIL, 2023)

A partir dos depoimentos pontuados em diálogo com a literatura, evidenciamos que, entre as orientações aos acolhimentos, há uma premissa de fortalecimento da autonomia para a efetivação da transição de um patamar de dependência. O desenvolvimento da autonomia, entretanto, é referido especialmente através de ações como a inserção em cursos de aprendizagem profissional, no mercado de trabalho e na parceria com Repúblicas entre as instituições.

Por outro lado, da parte do depoimento de alguns participantes, são identificadas demandas por processos mais autônomos referentes sobretudo ao aprendizado e maior liberdade no desenvolvimento de atividades domésticas e cotidianas, como aprender a cozinhar e poder fazer atividades de maneira mais individual, sem o acompanhamento de profissionais. Tais demandas também foram identificadas em recente relatório realizado pelo Movimento Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2022), que supõe que atividades práticas da vida cotidiana, como manejar o próprio dinheiro, limpar a casa, lavar as roupas, cozinhar, usar transporte público e sair para lazer, além de exercer outras tarefas fora do espaço de acolhimento, costumam ser pouco exercitadas:

Na rotina dos serviços, especialmente dos abrigos, não havia espaço para praticar essas atividades. De acordo com os jovens, tudo se oferecia pronto, e isso fez com que muitos não tivessem noção do que enfrentariam ao serem desligados: “... acho que ele [o adolescente] precisa ser preparado pra saber como é o mundo lá fora. Porque dentro do abrigo a gente pode fazer ‘n’ coisas porque tem o pessoal lá que vai fazer pra gente [...] porque eu tinha pessoas que limpavam meu quarto, que faziam minha comida. E aqui fora, quem iria fazer isso pra mim?” [Volans, São Paulo, 19 anos]. (CASSIANO-PERES *et al.*, 2022, p. 32)

Diversos depoimentos sugerem que um dos entraves ao longo da transição institucional está em uma relação de dependência desenvolvida ao longo da institucionalização. Assim,

contrastes entre as condições existentes *dentro das instituições* e as diferenças posteriormente encontradas *no mundo ali de fora e na prática* são descritos como choques de realidade. A *nova realidade* mencionada ao longo dos depoimentos parece fazer referência, especialmente, às condições estruturais, às atividades práticas e ao senso de proteção.

Em relação às condições estruturais, menciona-se uma dependência institucional relativa ao acesso à recursos materiais, como móveis, roupas, passagens de ônibus, refeições, kits de higiene, entre outros itens. No que diz respeito às atividades práticas, sugere-se que a existência de uma equipe técnica que os acompanha na realização de atividades como fazer documentos burocráticos, ir à bancos, atendimento médico e acompanhamento psicológico, além do exercício de atividades práticas como cozinhar e limpar a casa, pode impactar na saída no sentido de que as pessoas acolhidas se encontram sempre acompanhadas de algum profissional que *faz tudo por eles*, de modo que não aprendem a *fazer sozinhos*, de maneira mais autônoma.

Em terceiro lugar, aponta-se a relação de dependência construída a partir dos laços afetivos e do senso de proteção vivenciado ao longo da institucionalização, sensação reforçada especialmente no depoimento de Flor, que sugere que o seu processo de desacolhimento, ainda muito recente, vem sendo sentido de maneira dolorosa, especialmente pela ruptura na convivência com profissionais que a proporcionavam suporte emocional, sensação de proteção e de família.

Compartilha-se de uma noção que, quando saem desses espaços, é preciso aprender processos autônomos de maneira individual e total. Assim, frases como a afirmativa de que *só aprende quando tem que fazer sozinho*, que precisam *se virar sozinhos pela primeira vez*, que após deixar a instituição *é tu por ti* ou que é preciso *aprender a caminhar com as próprias pernas* foram recorrentes ao longo dos relatos.

Por fim, identifica-se que observações como “*com dezoito tu vai ver como é que é*” parecem o contraste entre a realidade vivenciada dentro das instituições e aquela esperada *do lado de fora*. Sentimentos de receio, resultantes desse contraste, também são observados ao longo dos depoimentos sobre o período de transição institucional. Por outro lado, a saída das instituições pode também ser vivenciada como algo desejado, especialmente pela sua associação à conquista de maior liberdade

5.3 ESCOLARIDADE E MERCADO DE TRABALHO

De acordo com Flor, há um período dedicado à adaptação inicial quando chegam à instituição. Posteriormente, “tu começa a trabalhar, vai começar a estudar e nisso, quando tu trabalhar, eles vão começar a guardar o teu dinheiro”. Clarissa, coordenadora da *Rede Afetos*, diz que é geralmente a partir dos quatorze anos de idade que uma conta no banco é aberta em nome dos adolescentes, momento em que começam a participar de programas de aprendizagem profissional.

Adriana, que atua como educadora no acolhimento *Assistência* corrobora com as informações sobre o processo de inserção em programas de aprendizagem: “Durante o período em que estão conosco, todos os acolhidos a partir dos quatorze anos fazem curso de Jovem Aprendiz para que tenham uma renda quando o desligamento acontecer”. Flor acredita que o propósito principal seja “para quando tu sair daqui tu já poder organizar a tua vida fora do abrigo”. Sobre o processo, ela oferece detalhes:

Pra quando tu sair, tu poder alugar uma casa, ter uma boa vida financeira. E foi o que aconteceu comigo. Desde quando eu cheguei, eles me colocaram no trabalho, eu trabalhei no *Assistência*, mas o contrato acabou, mas eu recebia, entendeu? E depois ficava guardado. Eu usava só uma parte, o resto do salário ficava na conta, e eu só pegava R\$250,00. (FLOR, 2023)

Clarissa destaca, porém, que apesar da organização pressuposta pelas instituições, incluindo a *Rede Afetos*, é comum que após deixarem os acolhimentos, muitos gastem rapidamente o que economizaram ao longo dos anos de aprendizagem profissional, o que frequentemente se torna um motivo de arrependimento: “Em três, quatro meses já conseguiu gastar o dinheirinho... depois dizem *“ah, pois é, tu disse que era assim, que era assado... aí fala pra nós, para a equipe... bem que vocês avisaram”*. Para Clarissa, problemas relativos ao entendimento no âmbito financeiro seriam as principais razões pelas quais isso acontece:

Uma menina: “Vamos no banco, fulana?”. Sexta-feira. “Vamos, vamos no banco”. E a tua identidade? “Ai, não sei onde é que tá”. Porque por enquanto... aqui é fácil dizer que perdeu a identidade ou o TRI. A gente vai lá e faz, tem uma isenção. Mas depois vai ficar né... “Olha isso aqui custa, né.” A gente sempre tenta falar. Esse TRI, “Ah, foi doze reais a segunda via”. Mas a identidade é caríssima hoje, acho que tá R\$80,00, R\$90,00 né. Mas eles não mensuram, né, não tem esse entendimento. (CLARISSA, 2022)

Mesmo que recebam orientações para que tenham uma reserva financeira a fim de que se preparem financeiramente para quando deixarem as instituições, na percepção de Gustavo, é

muito fácil que, ao completarem a maioria e deixarem o acolhimento, o dinheiro economizado seja gasto rapidamente, especialmente em razão dos preços altos de aluguel e das despesas para manter os custos de vida de modo geral.

Durante o intervalo das gravações do curta-metragem, enquanto tomam café e conversam comigo, Gustavo e Eduardo comentam sobre suas experiências nesse sentido. Eles acreditam que deveria existir programas destinados à educação financeira: “Educação financeira seria primordial para quem está saindo do abrigo” – diz Eduardo. Gustavo, que é muito interessado pelo assunto, retira o celular do bolso e começa a me mostrar sobre como costuma fazer aplicações e investimentos pelo aplicativo bancário, com o salário que recebe atualmente, trabalhando como estoquista: “Se soubesse o que sei hoje na época em que estava no abrigo, minha vida seria diferente” – pontua Gustavo.

Gustavo acredita que “poderia haver uma melhoria na parte do desligamento se nos ensinassem a como conseguir um emprego, entrar numa escola, alugar uma casa... lidar melhor com o dinheiro”. Durante conversa com Eduardo, ainda sobre o assunto relativo à gestão financeira, ele apresenta ideias sobre como as instituições poderiam preparar melhor aqueles que se encontram acolhidos:

Sempre trabalhei como Jovem Aprendiz. Era pouco né, mas como eu não gastava com nada, era muito e só ficou acumulando no banco. Isso era um ponto positivo dos abrigos, das casas lares, que deixam o dinheiro do acolhido rendendo no banco, né. Rendendo não, né, porque não é uma conta normal, é uma conta salário, então não tem juros ali, né! O banco não coloca mais dinheiro pra ti, conforme o que tu tem de dinheiro ali, né, que é o rendimento do teu dinheiro no banco, então na conta salário não acontece isso. Eu acho que eles deveriam fazer essa adaptação, né. Recebeu? Faz uma outra conta e deixa rendendo, sabe? [...] podia fazer uma poupança, sabe? Daí deixava rendendo ali, melhor que deixar o dinheiro parado só, né? Recebeu e deixou parado, daí não vai agregar mais em nada, não vai receber juros, não vai nada. (EDUARDO, 2023)

Eduardo sugere que uma “outra coisa que poderia melhorar é não gastar o dinheiro em coisas fúteis”, demonstrando arrependimento por ter realizado a compra de um celular e um notebook durante a pandemia de Covid-19, no último ano em que esteve acolhido. Eduardo detalha situação a qual está se referindo:

O abrigo ali né, tem várias maneiras de tu conseguir comprar as coisas hoje em dia, né, mas o abrigo ele insiste que tenha nota para comprovar que tu comprou aquilo naquele valor ali. Então ele pede comprovação do teu valor que tu gastou do teu próprio dinheiro, entendeu? Pra segurança também, né, eu entendo. Mas por exemplo, eu comprei um notebook de dois mil reais que eu não precisava, numa época que eu não precisava e que eu não tinha por que gastar, entendeu? Tava na pandemia, então todo dinheiro que eu tivesse ali comigo me serviria como uma muleta, uma segurança então pra me manter, né, na casa dos meus irmãos ali que eu fui, então esse dinheiro

que eu gastei, eu gastei mais um telefone novo né, foi mil quatrocentos e cinquenta, então acabei gastando quase quatro mil reais só em dois aparelhos, entendeu? E por quê? Porque o abrigo insistia que tinha nota, então gastei quase quatro mil reais sem precisar ter gastado esses quatro mil reais. [...] Poderia comprar isso em um outro lugar, no *MarketPlace*, onde eu já comprei o telefone que eu tô hoje, a minha moto, comprei várias coisas, minha TV né, que eu tenho hoje, então eu consegui comprar várias coisas num valor acessível e de boa qualidade sem precisar gastar rios de dinheiro. Então isso o abrigo me atrapalhou bastante, né. Ter comprado essas coisas sem ter precisado comprar e ter gastado essa grana preta que eu gastei na época, e que eu não precisava. Teria me servido muito na casa dos meus irmãos, né, onde eu poderia gastar em comida, poderia gastar em roupa, que eu realmente precisava. Entendeu? Coisas que realmente vão agregar e que vão ser importantes, não um notebook, um telefone, que custou quatro mil reais, né. (EDUARDO, 2023)

Para Manuela, manter uma reserva pessoal sempre foi uma de suas maiores dificuldades, mesmo enquanto esteve acolhida. Após a saída da instituição depois de ter completado dezoito anos de idade, ela conta que entrou em um estado de compulsividade, desencadeado por uma depressão, o que tornou a tarefa ainda mais desafiadora:

Aconteceu muitos problemas porque eu tinha muito dinheiro na conta e como eu entrei em um estado de depressão, compulsividade, ansiedade... eu acabei gastando esse dinheiro. Então a luta deles comigo sempre foi guardar dinheiro, não gastar sem necessidade, então isso me levou a tipo assim... hoje, hoje eu penso, olho pra trás e penso... *pô, se eu tivesse guardado dinheiro*, eu poderia estar bem hoje, eu não estaria passando necessidade, claro que eu não estaria bem, bem, bem, mas eu não estaria passando necessidade, entendeu?. (MANUELA, 2021)

Apesar de algumas pessoas se organizarem financeiramente e manterem uma reserva pessoal, a voluntária do *Instituto Acolher*, Patrícia, afirma que, por outro lado, “tem alguns que não conseguem economizar”. Patrícia pondera que esse é um comportamento natural, afinal: “Quem aqui fora é tão controlado? Não é porque estão institucionalizados que eles têm obrigação agora de saber guardar dinheiro e se organizar. Eles são adolescentes”.

A coordenadora da *Rede Afetos*, Clarissa, percebe que “eles têm muita dificuldade na administração financeira. Se não tem ninguém para fazer um acompanhamento, né... conseguir manter pelo menos um período assim...”. Clarissa enfatiza que “por mais que a gente faça, né, todo um acompanhamento... todo um trabalho... eles idealizam sair, ter o desligamento com dezoito anos e sair, comprar o melhor celular, a melhor tatuagem”.

Pensando nisso, Clarissa enviou uma proposta para um edital em parceria com um instituto privado, sugerindo a efetivação de um programa direcionado à educação financeira dentro das casas lar da *Rede Afetos*. O projeto teve aprovação no ano de 2019, passando a ser executado em 2022, tendo como ideia base conscientizar os adolescentes sobre a gestão financeira na prática e não somente através de palestras e orientações, como usualmente costuma ocorrer. Os inscritos no programa recebem um recurso limitado por ano para que

possam aprender a gerir a organização financeira de uma casa⁴⁷, devendo permanecer atentos às necessidades mensais, realizando orçamentos e compras, sempre acompanhados por um técnico da equipe da *Rede Afetos*.

Clarissa comenta que é possível perceber, a partir disso, quais estão sendo as maiores dificuldades em relação à organização financeira “seja uma contagem de dinheiro que a gente leva em espécie, seja comparar marca, comparar preços... é um passo a passo que a gente tá dando com eles, né...”. Sobre os resultados, ela informa:

E tem uns assim, que dá para dizer que eles bem bacana assim, que já consegue que eles tenham essa consciência assim, dos gastos, do que precisa, do que não precisa, ‘aí sobrou tanto, vamos no próximo mês comprar tanto’... que é o que vai precisar, né. (CLARISSA, 2022)

A coordenadora da *Rede Afetos* considera que uma das maiores dificuldades associadas ao exercício da autonomia financeira tem a ver com a “questão escolar, assim... porque é muito defasado”. Estudos que observaram a situação de escolaridade em acolhimentos institucionais indicam que entre acolhidos que frequentam a escola, é comum a identificação de uma defasagem escolar com distorção série-idade. Além disso, também apontam para um nível de escolaridade muitas vezes insuficiente para a inserção no mercado de trabalho, decorrente de dificuldades geralmente relacionadas ao acesso ou permanência na escola (SILVA, 2010; TUMA; PEREIRA, 2013; BENNETTI E BRINO, 2016, LEAL; ALBERTO, 2020).

Sobre sua escolaridade, Carolina afirma ter completado o ensino fundamental, porém após sair do acolhimento, teve que parar de estudar ao longo do segundo ano do ensino médio. Na época, Carolina ficou grávida e não contava com uma rede de apoio que pudesse auxiliá-la a conciliar os estudos com a maternidade. Ao longo de sua trajetória escolar, ela conta que repetiu de ano diversas vezes e responsabiliza, em parte, da casa lar em que esteve acolhida:

Porque nenhuma escola eu fiquei um ano assim. Eu ficava toda hora trocando de escola. Daí era bem difícil. [...] era mais por causa do acolhimento porque até hoje eu não entendo por que eles me trocaram tanto de escola. Porque no abrigo a escola que eu tava já era bem pertinho da casa lar, e quando eu fui pra casa lar eles me trocaram de escola. Aí depois eles me colocaram em uma outra escola de novo, aí depois eles me trocaram de novo. Em um ano acho que eu troquei três vezes de escola. [...] nunca me deram motivo [...] eu acho que eles deveriam menos trocar as crianças de escola, porque isso prejudica muito, muito, porque cada escola tem um jeito de ensinar né. [...] aí depois lá na frente quem vai sofrer é a pessoa né. [...] daí é ruim porque aí fica rodando. (CAROLINA, 2023)

⁴⁷ De acordo com Clarissa, os inscritos no programa recebem o valor de R\$ 1.325,00 por mês e devem realizar um levantamento das necessidades da casa em que vivem, como alimentação, utensílios, entre outros. São realizadas reuniões em que os participantes fazem uma lista de coisas que precisam, “que seja uma batedeira, ou uma forma, ou mesmo um cardápio que eles sugerem né, para fazer na casa”.

Assim como Carolina, Eduardo também afirma ter repetido de ano, além de ter passado por muitas transferências de escola. Eduardo comenta ter repetido de ano duas vezes, por faltar muito às aulas durante o sexto ano do ensino fundamental, antes de ter sido acolhido: “Não foi por falta de inteligência ou de entendimento assim das matérias, mas porque eu matava aula, porque não tava dando muita importância. Daí depois que eu fui pra casa lar que eu fui levar mais a sério o estudo”. Sobre as transferências, estas teriam sido resultantes de mudanças de endereço, como quando foi morar na cidade de Venâncio Aires, em razão do processo de adoção:

Sobre a escola... eu troquei muito de escola, sabe? Bah, eu troquei demais! Bah, tá louco! No ensino médio e no fundamental! Eu troquei de escola pra caramba... mas era mais por causa da localidade, né. Lá na adoção eu troquei duas vezes de escola, daí quando eu voltei pra Porto Alegre eu voltei pra minha antiga escola, daí eu troquei de escola, né. E daí depois eu troquei de escola de novo (Risos). Só no ensino médio foi umas quatro, cinco escolas, né, que eu passei. Mas eu nunca tive problema com escola, né. Sempre fui inteligente, sabe, nunca tive grandes problemas pra entender e fazer os trabalhos e as provas. Eu nunca me esforcei assim o máximo do máximo pra tirar a nota máxima no ensino médio e no fundamental porque eu via o desinteresse dos professores sabe, então eles olhavam rápido e ponto e eu só queria passar logo e rápido porque eu já tava atrasado. E foi no segundo e no terceiro ano eu comecei a me esforçar porque aí sim que eu vi que eu tinha capacidade, que eu era um dos melhores alunos ali da sala, né. (EDUARDO, 2023)

Sobre a sua trajetória escolar, Flor aponta ter repetido de ano duas vezes antes de ter ido para o acolhimento. Em diversas ocasiões, ela também comenta sobre ter sido transferida de escola, mas especialmente pelo que considera como uma falta de adaptação: “Porque eu era muito agressiva. Eu agredia os colegas, as professoras... eu quebrava tudo...”. Sobre as dificuldades apresentadas, Flor descreve uma mudança de percepção após a adaptação: “Aí eu me toquei que é importante estudar e aí eu terminei o nono ano no *Dom Paulo*, depois o primeiro e o segundo eu passei de ano”. Flor completou o ensino fundamental e atualmente está dando continuidade aos estudos, cursando o terceiro ano do ensino médio e se preparando para a sua formatura.

Adriana, que atua como educadora social no acolhimento *Assistência*, acredita que o histórico de escolaridade geralmente é um tema “muito complexo”. Isto porque, em sua percepção, “além dos problemas cognitivos também enfrentamos a negligência familiar”⁴⁸. A

⁴⁸ Importa enfatizar que a relação de “negligência” associada à família de origem, como descrita no depoimento de Adriana, pode representar estigmas normalmente associados à imagem das famílias de origem, no sentido de culpabilização pela situação em que se encontram as crianças/adolescentes.

educadora social complementa, descrevendo sobre o que costuma observar ao longo de sua atuação como educadora no *Assistência*:

[...] algumas vezes, por repetir o mesmo histórico familiar e da própria comunidade onde viviam. As crianças não iam para a escola, motivo de muitas terem ingressado no acolhimento. Recebemos meses atrás um menino de dez anos que nunca tinha frequentado a escola. Ele foi matriculado no terceiro ano por questões de normas da SEDUC (Secretaria Estadual da Educação). Hoje recebe apoio psicopedagógico de parceiros além dos próprios educadores. Esse menino não sabia ler nem escrever. A pandemia também acentuou a falta de preparação didática para que as crianças estivessem aptas a enfrentar o mercado de trabalho. (ADRIANA, 2023)

Considerando a inserção no mercado de trabalho como uma necessidade fundamental daqueles que passam pela transição institucional, Patrícia sugere a situação escolar como um dos entraves mais graves tendo em vista essa finalidade. A voluntária do *Instituto Acolher* observa que é comum que os adolescentes acolhidos tenham repetido de ano muitas vezes e que sigam encontrando dificuldades na escola.

Patrícia afirma que uma das propostas do instituto, nesse sentido, é procurar conduzir “um trabalho de meio de campo para que as coisas práticas aconteçam por eles”. Assim, durante o acompanhamento individual e da triagem inicial, a voluntária busca identificar como anda a situação na escola, nos cursos técnicos realizados e quais são os sonhos e interesses que possuem em âmbito profissional.

Patrícia costuma perguntar em que área gostariam de trabalhar, a fim de buscar oportunidades que estejam de acordo com os seus interesses. A voluntária salienta, porém, que independentemente de quais sejam seus desejos, no que se refere às oportunidades de trabalho, “são muito poucas as opções que eles têm aqui fora sendo ofertadas”. Vera Lúcia, coordenadora do *Instituto Acolher* também considera a baixa escolaridade como um dos principais obstáculos observados nesse sentido, porque “a grande maioria sai de dentro do acolhimento tendo o ensino fundamental no máximo”, sendo, em sua visão, ainda menos recorrentes os casos daqueles “que tem ensino médio” e, portanto, “raros os que conseguem entrar em uma faculdade”.

Um exemplo nesse sentido é detalhado por Vera Lúcia durante nosso primeiro contato, ao final de 2019. Naquele momento, a coordenadora afirma que fazia meses que o *Instituto Acolher* teve acesso junto ao Ministério Público à uma bolsa integral de estudos destinada para egressos do sistema de proteção, em um curso de graduação de uma faculdade privada. A vaga, entretanto, ainda não tinha sido preenchida por falta de candidatos, já que nenhum adolescente cadastrado no instituto tinha concluído o ensino médio. Posteriormente, descobri que a vaga havia sido preenchida por Jota.

Quando conversamos pela primeira vez, em 2021, Jota estava se sentindo feliz e orgulhoso por estar cursando a faculdade. Antes de me responder sobre sua trajetória escolar, porém, ele me fez um alerta com bastante seriedade: “Eu vou te dizer uma coisa bem séria e eu quero que tu leve para o coração quando for escrever cada detalhe... *a minha vida é uma exceção*”. Jota faz a observação de que muitas pessoas deixam os acolhimentos analfabetas, retornam à família de origem e acabam tendo “uma vida pior do que já tinham antes”. Além de terminar o ensino fundamental e médio, Jota afirma que é a primeira pessoa de sua família “a saber o que é uma faculdade” e que acha horrível pensar que de uma família tão grande, ele seja o único:

Eu sou de uma geração da minha família de primeira exceção [...] eu consegui entrar pra faculdade e atualmente curso Direito... é meu sonho assim, eu sempre disse: quero estudar Direito. Eu estou estudando Direito, eu estou me puxando muito na faculdade, inclusive tenho um trabalho pra fazer, já tô ahh, apavorado! Mas sim, eu estou estudando, estou, terminei meus estudos, entrei na faculdade, é um processo novo pra mim, porque eu nunca pensei que eu ia entrar na faculdade, quando a faculdade veio assim, me caiu do céu, porque eu nunca fui uma pessoa de ter oportunidades muito fáceis. (JOTA, 2021)

Posteriormente, quando nos reencontramos para dar a início ao curta-metragem, produção na qual Jota atua como um dos protagonistas, descobri que, após ter cursado cinco semestres, Jota precisou solicitar o trancamento no curso de Direito. O motivo principal foi ter ficado desempregado e não ter mais os recursos financeiros necessários para pagar custos como deslocamento, alimentação e materiais para os estudos. Jota afirma que somente durante um único ano de curso precisou gastar cerca de dois mil reais com livros para as disciplinas. A conversa que temos nesse dia é pautada não somente pelas dificuldades do acesso ao ensino superior, mas também pelas adversidades identificadas na efetivação da permanência:

Eu estava cursando o curso de Direito. Então eu fui ali até o quinto semestre, que é o meu sonho, né. Meu sonho é eu terminar o curso, né... por questões de experiência de vida. Mas infelizmente não pude dar sequência por questões financeiras mesmo, né. Mesmo que a gente acaba ganhando uma bolsa de estudos, né, só a bolsa acaba não sendo suficiente quando tu tem que pensar em trabalhar, em pagar contas, em pagar aluguel, né. Então é algo bem complicado assim pra mim... eu fiquei desempregado então infelizmente, diversas vezes desde a época em que eu entrei na faculdade. No primeiro período logo em seguida eu já tinha ficado desempregado, eu tinha saído da *Porto Financeira*, que era uma das companhias que eu tava, por questão de depressão mesmo, então foi um período bem complicado pra mim e mesmo assim tava indo né, conciliando ali o meu desemprego, a procura de emprego com a ida a faculdade. Mas eu vi que não era mais sustentável por questão mesmo de ou eu foco no emprego, consigo um emprego, foco no emprego, pago minhas contas, ou eu estudo e só pago o meu deslocamento, pago os meus livros, né, porque querendo ou não, uma faculdade a gente precisa comprar muitos livros, porque tem muitas leituras que é “recomendada” né, mas chega lá na prova é obrigatória, porque eles acabam citando né, o autor. Então isso é uma coisa muito crítica né. Então infelizmente tu receber só

uma bolsa ali não é o suficiente quando se trata de alguém, uma realidade social que tu tem que conciliar estudo com emprego. E querendo ou não né, eu sempre falo né, eu prefiro comer hoje do que ter a possibilidade de estudar e comer no futuro. Então é uma coisa assim de necessidade mesmo. E foi o que me levou nessa escolha de ou eu como hoje ou eu fico estudando, demandando todo o meu tempo estudando... E mesmo se eu optasse por estudar não ia ser sustentável a longo prazo, porque eu não ia ter dinheiro né, pra pagar livros, não ia ter dinheiro pra pagar deslocamento, pra pagar alimentação. E querendo ou não quando se trata de uma faculdade privada, é uma realidade totalmente diferente né. A gente tá falando de pessoas que estão ali porque o pai, o avô, a mãe pagam a mensalidade delas, então é algo bem crítico assim, que não é a minha realidade que é totalmente diferente. E se às vezes acaba sendo difícil pros meus colegas que tem todo esse apoio familiar, imagina pra mim que não tenho esse apoio. (JOTA, 2023)

Após ter solicitado o trancamento no curso de Direito, Jota chegou a receber uma nova oferta de bolsa integral de uma fundação reconhecida no município de Porto Alegre. Jota mantinha na época, porém, as mesmas impossibilidades. Durante um dos últimos jogos teatrais desenvolvidos ao longo da produção do curta-metragem, foi solicitado aos participantes, que levassem um objeto pessoal que considerem importante. Jota levou um certificado de curso que obteve ao longo de sua graduação. Ele afirma que tem pensado cada vez mais sobre a possibilidade de retomar os estudos, pois ainda enxerga a faculdade de Direito como um grande sonho e como uma oportunidade de fazer diferença na vida de outras pessoas, através de seu trabalho:

Quero muito voltar porque é algo que vai muito de encontro com o meu futuro, com o meu passado, com o meu presente, com as coisas que eu quero fazer na vida, com as pessoas que eu quero ajudar, com a diferença que eu quero fazer, com o impacto que eu quero fazer no mundo, então nada melhor do que a faculdade de Direito estar ainda nos meus planos, então quem sabe um dia, né... serei bacharel em Direito, farei minha prova da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), passarei, estarei advogando aí pra quem realmente precisa. (JOTA, 2023)

Sobre o ensino superior, Vera Lúcia afirma que ao longo de sua atuação como coordenadora pelo *Instituto Acolher*, tem buscado por outras possibilidades que visem o maior acesso de pessoas que deixaram o sistema de proteção. Através da mesma vinculação com a faculdade privada em que Jota cursava Direito, Vera Lúcia obteve a colaboração para mais bolsas destinadas especificamente para os “egressos”.

Dessa vez, entretanto, as bolsas de estudo não eram integrais, mas sim, de 70%. Vera Lúcia acredita que os 30% que restam, necessários para o acesso à faculdade, ainda estariam distantes do alcance do público destinado, em razão da realidade social em que muitos se encontram. Ela diz: “A gente tem noção de que para eles que saem, mesmo pagando 30%... eles não vão ter condições, entende? Não é um acesso para eles”.

Buscando por outras soluções, Vera Lúcia comenta que tentou entrar novamente em contato com o Ministério Público na tentativa de que pudessem cobrir os outros 30%: “Bom, a faculdade cobre os 70%, mas quem é que cobre os outros 30%?”. A resposta que recebeu foi que eles próprios deveriam ser capazes de pagar pelo valor, uma vez que “eles já saíram de lá, eles já não são tutelados pelo Estado”. A coordenadora do *Instituto Acolher* reitera ter consciência de que mesmo com os 70% de desconto, os outros 30% ainda dificultam muito o acesso ao que está sendo oferecido como uma possibilidade, já que acredita que não se reflete em uma alternativa concreta para a maioria.

No campo de pesquisa de Russo e Dantas (2016, p. 135-136), em um acolhimento em Mossoró, no Rio Grande do Norte, as autoras identificaram uma realidade de “escolaridade frágil e interrompida precocemente”, normalmente traduzida por uma dificuldade em completar o ensino fundamental, além de impactar em outros desafios, como a capacidade de leitura e de escrita.

Para as autoras, a situação de escolaridade de adolescentes acolhidos é, posteriormente, o que terá influência na inserção ao mercado de trabalho, já que se refere às “condições sociais que não contemplam as habilidades básicas que a sociedade capitalista contemporânea demanda”. Nesse sentido, complementam:

[...] Ademais, esses adolescentes passam a não ter nenhuma chance em um contexto no qual a educação se configura como uma ferramenta importante para o reconhecimento da cidadania e cujas demandas educacionais exigidas socialmente são cada vez mais amplas e complexas. Os adolescentes pobres vivem uma dupla situação de risco, pois têm poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, aspecto reforçado pela baixa escolaridade, prendendo-os ainda mais em uma teia de violação de direitos. Os resultados atestam a situação de vulnerabilidade e risco social desses sujeitos, que têm, ao mesmo tempo, a baixa escolarização como agravante e consequência das suas condições de vida. (RUSSO; DANTAS, 2016, p. 135 136)

Em pesquisa sobre a formação profissional de adolescentes acolhidos, Leal e Alberto (2020) também identificaram a escolaridade como um desafio para a efetivação das orientações pressupostas para a transição institucional. Entre seus resultados, se evidenciava desvantagens dos adolescentes em acolhimento nos processos de escolarização e dificuldades em lidar com essa problemática, inclusive como uma ponte para efetivar direitos, como a entrada em programas formativos, que comumente exigem determinado nível de escolaridade, além do acesso ao mercado de trabalho.

Em relação à trajetória escolar entre os participantes da pesquisa, o que se identificou foram algumas repetições de ano e transferências de escola por diferentes motivos, incluindo a influência de decisões institucionais e de adoção, ocasionando em mudança de endereço. Além

disso, dificuldades de adaptação também foram apontadas. Entre as profissionais entrevistadas, sobretudo, há um consenso de que a situação escolar é normalmente percebida como um entrave para a inserção ao mercado de trabalho.

Na tentativa de auxiliar ao longo da inserção no mercado de trabalho, Patrícia comenta que o *Instituto Acolher* propõe descobrir quais são os interesses profissionais, auxiliando na procura por cursos técnicos ou vagas de emprego que se aproximem desses interesses. Patrícia costuma perguntar sobre quais trabalhos eles se veem fazendo e em que áreas gostariam de atuar: “Tu gosta de computadores? Vamos tentar ver um curso nesse sentido e conseguir um trabalho nesse sentido” – diz Patrícia. A voluntária costuma também explicar sobre a importância do âmbito profissional, na tentativa de incentivar a organização necessária para a transição institucional: “Pra ti poder guardar dinheiro, pra gente organizar... quanto precisa de aluguel, quanto precisa guardar...”.

Vera Lúcia afirma que a preocupação com a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho é comumente direcionada, no contexto dos acolhimentos, para experiências na aprendizagem profissional, através de cursos técnicos. A coordenadora do *Instituto Acolher* acredita, entretanto, que essa abordagem não seja totalmente eficiente. Vera Lúcia salienta que após a finalização desses cursos, é muito comum que as oportunidades ofertadas sejam trabalhos normalmente provisórios, como em redes de mercados.

Ao observarem práticas institucionais direcionadas para a preparação profissional de adolescentes acolhidos, Fonseca, Allenbrandt e Ahlert (2009) identificaram que o encaminhamento de adolescentes para cursos extracurriculares através de práticas de orientação técnica ou “profissionalizante” era comum. A maioria dos cursos oferecidos, no entanto, eram opções onde o mercado de trabalho se encontrava saturado, representando poucas chances efetivas de trabalho. As autoras afirmam que isso demonstra que apesar de existir uma preparação para o mercado de trabalho, ela nem sempre é eficaz.

Vera Lúcia denuncia que apesar da vinculação do Ministério Público a programas profissionalizantes, que permite que muitos daqueles que se encontram acolhidos consigam vagas, isso não garante, por outro lado, a empregabilidade, pois ainda assim “a oferta de empregos acaba sendo muito menor do que a procura”. A educadora social Adriana parece compartilhar da mesma percepção. Ela comenta que é muito comum que os adolescentes não tenham uma boa iniciação na escola e que muitos que frequentam cursos profissionalizantes “não saem aptos para o mercado de trabalho”, resultando que “uma parcela muito pequena consegue ser efetiva na empresa”.

Sobre a experiência profissional entre os participantes do presente estudo, Rafael afirma ter sido Cláudio, profissional da casa lar em que esteve acolhido, quem mais o teria ajudado. O vínculo estabelecido entre eles era muito forte e foi Cláudio quem o auxiliou a conseguir o primeiro emprego, em uma rede de supermercados, onde trabalhou durante o período de um ano. Pouco tempo depois de sua saída da instituição do lar *Madre Maria*, Cláudio veio a falecer. Rafael comenta que a morte de Cláudio foi vivenciada por ele como um momento extremamente difícil, o que teria motivado sua saída do emprego, antes do fim de seu contrato de um ano e dois meses. Em decorrência da morte de Cláudio, estava se sentindo muito sozinho, mas conta que *foi tocando* a própria vida com o tempo.

Hoje em dia Rafael trabalha em uma empresa de comércio on-line e alega estar economizando recursos para fazer um curso técnico: “Mas um dos meus focos, que depois que eu saí dali, que eu continuo pensando até hoje é eu ser médico, tá ligado? É uma coisa que eu quero muito e eu tô estudando muito para isso”. Rafael afirma que caso não consiga realizar o sonho de cursar medicina, tem a pretensão de entrar para o exército.

A coordenadora da *Rede Afetos*, Clarissa percebe que entre os sonhos que nutrem em relação ao futuro profissional que desejam alcançar, entrar para o serviço militar está entre uma das opções que aparecem com certa frequência:

[...] Uns sonham muito né... “*ai, vou servir o quartel*”, daí ficam... a maioria deles sobrou. Agora esse final de semana eu li uma reportagem que a FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania) vai ter prioridade as crianças do acolhimento, os adolescentes vão ser prioridade no serviço militar. Ah, para quem quer, né. Mas antes, já teve uns três assim, que queriam muito e não conseguiram... (CLARISSA, 2022)

A reportagem mencionada por Clarissa refere-se a um termo de cooperação entre o Ministério Público com o Exército Brasileiro que garante que acolhidos tenham prioridade na seleção e na convocação para o serviço militar (MPRS, 2022). As autoras Lima (2011) e Soares *et al.* (2018) sugerem uma relação entre a situação de desemprego estrutural, imposta pela crise no mundo do trabalho, e a entrada no serviço militar obrigatório especialmente para juventudes de baixa renda.

As autoras identificam em suas pesquisas, que apesar de temporário, o serviço militar obrigatório tem se constituído como uma alternativa à inserção em uma atividade remunerada formal e que, por consequência, tem mobilizado juventudes, sobretudo de baixa renda, na busca por uma proteção contra as vulnerabilidades diversas no serviço militar. Para Lima (2011, p. 89), esse cenário demonstra um fenômeno histórico recorrente no que diz respeito “a busca do

serviço militar, atrelando-o à necessidade de sobrevivência diante do contexto desfavorável de oportunidades oferecidas pelo Estado para as camadas desfavorecidas da sociedade”.

Ainda sobre a experiência individual dos participantes da pesquisa, Jota comenta sobre como foi o seu processo de entrada no mercado de trabalho. Ele afirma não ter recebido o apoio que esperava por parte da instituição em que esteve e por isso, resolveu ir em busca sozinho, de maneira autônoma. Sobre seu processo, descreve:

Então, o momento que eu comecei a estudar, o momento que eu comecei a trabalhar, que o meu primeiro emprego, por exemplo, de carteira assinada, foi eu que consegui sozinho. Eu fui lá, eu me inscrevi sozinho em vários processos, então assim, quando eu entrei no Projeto Pescar, eu fiz o Projeto Pescar, foi tudo por parte minha, que fui lá e corri atrás e me inscrevi. (JOTA, 2021)

Jota narra que a procura por um emprego fixo se caracterizou como um momento de muita angústia e incerteza, pois a chegada da maioridade se aproximava cada vez mais e seu contrato na aprendizagem profissional já havia terminado, o que resultava em pensamentos constantes em torno de preocupações sobre como seria sua situação futura diante da falta de perspectiva em que se encontrava:

Então acabou o meu contrato lá com o Jovem Aprendiz meses antes de eu sair e eu estava apavorado, apavorado, apavorado, apavorado demais. Eu ficava dias sem dormir, com muita dor de cabeça, eu ficava com muita ansiedade... porque eu não tinha onde ficar e eu não tinha um emprego, então no momento em que eu não tinha um emprego, automaticamente eu não tinha onde morar e como morar. (JOTA, 2021)

Jota teve a ideia de fazer uma publicação em uma rede social direcionada para negócios, onde contou sua história de vida e pediu por uma oportunidade para aqueles que tivessem contato com a sua publicação: “Então o que que eu fiz, primeira coisa foi abrir o *LinkedIn* e começar a escrever a minha história. Aí eu falei: Gente, eu preciso de um emprego, por favor, eu preciso de um emprego, eu tenho potencial, eu quero somar, eu quero aprender”. Sua tentativa obteve resultados positivos e Jota foi contratado como terceirizado no setor de comunicação de uma empresa no ramo financeiro:

Foi eu ter aberto uma conta e eu ter tocado lá que eu preciso de um emprego. Aí o pessoal começou a ler, começou a compartilhar, até que o superintendente de atendimento da *Porto Financeira* olhou o meu currículo e ele falou: *Jota*, a gente tem que marcar [...] Eu falei: ‘Ah, sem dúvida eles querem me dar uma vaga de Jovem Aprendiz... só que o Jovem Aprendiz não vai pagar nem o meu aluguel’, eu pensando né... e aí eu cheguei lá e eles iam me contratar como terceirizado e quando eu entrasse na faculdade eles iam me admitir. Então foi isso o que aconteceu. (JOTA, 2021)

Após ter ficado desempregado, Jota recentemente conseguiu se reinserir no mercado de trabalho, sendo contratado por uma empresa de tecnologia. No que se refere à inserção profissional de Flor, ela afirma que, enquanto esteve acolhida, foi indicada para um curso profissionalizante de desporto e um curso de sobancelha. Flor comenta sempre ter se interessado pela área de estética e beleza e que atualmente está fazendo um curso de maquiagem e trabalha na Justiça Federal como Jovem Aprendiz.

Sobre a experiência na aprendizagem profissional, Carolina conta que fez diversos cursos técnicos: “Quando eu estava na casa lar eu fiz bastante curso, curso de informática, padaria, marcenaria, manutenção de computadores...”. Carolina complementa que de todos, apenas um deles teria sido sua escolha própria: “Os únicos cursos que pude escolher foi o de maquiadora né, que eu gosto... o resto nenhum eu escolhi”.

Carolina não chegou a concluir os cursos de padaria e manutenção de computadores. Ela comenta que seu verdadeiro sonho era se tornar policial e que na tentativa de realizá-lo, iniciou um estágio na Polícia Civil, mas que acabou desistindo ao sofrer discriminação por viver em uma instituição de acolhimento:

E o estágio que me tiraram porque eles tavam muito colocando pressão em mim, porque como eu era de abrigo, eles achavam que só porque eu fosse de abrigo eu tinha alguma coisa... sabendo de alguma coisa de algum tráfico, porque na cabeça de policial é sempre assim, né... tu é de abrigo eles acham que tu tem alguma coisa envolvida com o tráfico, né. Daí elas me tiraram por segurança, assim, minha. [...] Esse dos policiais era direto no palácio da polícia. (CAROLINA, 2023)

Após a experiência negativa, sobre o sonho de se tornar policial, ela comenta: “Eu desisti de ser”. Quando deixou a instituição, ao completar a maioridade, Carolina começou a trabalhar como folguista em duas casas lares, incluindo a mesma casa em que esteve acolhida na *Rede Afetos*, emprego que obteve por indicação de Nora, mãe social com quem criou um forte vínculo.

Quando a educadora do acolhimento *Assistência* Adriana me indicou a participação de Eduardo para a produção do curta-metragem, momento em que conversamos pela primeira vez, ela disse que Eduardo também tinha interesse em realizar formação nessa área, e comentou sobre a importância de sua vivência, nesse sentido:

Eu teria um menino sim pra indicar, tá? Ele tem muita vivência no acolhimento, ele teve até um episódio de adoção e depois foi devolvido. Passou pela nossa casa já na finaleira, com os dezessete anos, e eu mantenho contato até hoje com ele. Ele é um menino bem esforçado, teve as questões dele, assim, como todos os outros tem, né. E só pra você ter uma ideia, hoje ele procura até curso pra ser Educador Social. Ele gostaria de fazer, ele acha que tem muito a contribuir e eu acho que tem mesmo, né,

porque nada melhor do que uma pessoa que viveu, né, nesse ambiente, pra apoiar, né no dia a dia deles. Ele viveu, né. A gente tem as nossas teorias, né. As nossas experiências, as nossas determinações, diretrizes da empresa que a gente trabalha, mas ele tem a vivência. E ele quer contribuir com isso né. Ele não quer que isso tenha só passado pela vida dele e que ele não possa transmitir né, o que ele viveu. Hoje ele não conseguiu ainda um curso de Educador, eu tô tentando pra ele, e hoje ele trabalha e tá fazendo um curso de auxiliar de enfermagem (ADRIANA, 2023).

Eduardo pontua sobre a sua própria trajetória profissional, que a coordenação da casa lar em que esteve realizou encaminhamentos a partir dos quatorze anos de idade para que ele começasse a aprendizagem profissional: “Daí eu fui, né... nem teve entrevista, eu fui direto assim, ‘*tal dia começa no Jovem Aprendiz*’. Daí peguei e comecei a ir, né”. Eduardo iniciou em um curso de vendas, onde permaneceu durante um ano e dois meses. Posteriormente, fez um curso de administração durante quatro meses: “Só que eu saí por conta da adoção, daí quando eu voltei eu dei um novo início no curso de administração, só que dessa vez por outra empresa e daí essa foi até os meus dezoito anos”.

Após completar a maioridade, Eduardo trabalhou em duas empresas com carteira assinada e tentou trabalhar como motoboy: “Mas não me dei muito bem”. Atualmente, conseguiu um emprego no atendimento de uma farmácia graças a indicação do irmão mais velho: “Daí agora tô trabalhando aqui na farmácia”.

A casa lar incentiva bastante o curso, pra ti ter dinheiro, porque quando tu sair da casa lar tu vai ter que ter dinheiro, então eles já te incentivam desde cedo. Tem pessoas que já começam mais tarde, né, com quinze, dezesseis, por conta da escolaridade que é bem baixa, que a maioria do pessoal já vem com escolaridade baixa, né, mesmo com uma idade avançada, vem com escolaridade baixa por conta da família, problemas que teve, daí acaba fazendo o Jovem Aprendiz mais tarde. (EDUARDO, 2023)

Além do emprego na farmácia, Eduardo também está cursando um técnico de enfermagem que tem a durabilidade de dois anos. Seu sonho é atuar como enfermeiro e poder salvar vidas. O interesse em realizar um curso para atuar como educador social permanece e Eduardo também tem cogitado entrar para a Polícia Rodoviária Federal. Ele conta que tem sido um momento de avaliar as suas possibilidades, mas que gostaria muito de poder trabalhar ajudando as outras pessoas.

Entre os depoimentos apresentados, identifica-se que, especialmente no caso de Jota, a ausência de redes de relações sociais e do auxílio que esperava obter através da instituição, fizeram com que a inserção no mercado de trabalho se tornasse um momento permeado por angústias e preocupações. Sua inserção profissional ocorreu de maneira autônoma e apesar de sua trajetória se apresentar como uma exceção, como ele próprio chama a atenção para os problemas em torno do acesso ao ensino superior, depoimentos como o seu também apontam

para a importância em pensar, para além do acesso, a necessidade de olhar para a viabilidade em manter os estudos.

Vera Lúcia, em diversas ocasiões, também ressaltou sobre a dificuldade de acesso ao ensino superior, especialmente pela situação prévia de escolaridade normalmente identificada entre adolescentes acolhidos. Além disso, como coordenadora do *Instituto Acolher*, buscando auxiliar na orientação para inserção ao mercado de trabalho, ela descreve sobre as dificuldades encontradas na tentativa de proporcionar acessos. Além de ser baixo o número de jovens atendidos pelo instituto que já tenham terminado o ensino médio quando saem das instituições, sua percepção é de que bolsas que não são integrais, como as de 70% ainda não sejam viáveis, ao considerar a realidade social do público juvenil que deixa o sistema de proteção.

Diferentemente da ausência de redes de apoio vivenciada por Jota, depoimentos como os de Rafael, Eduardo e Carolina apontam para os seus contatos pessoais como os principais responsáveis para a indicação ao emprego em que se encontram atualmente. Além dos três, Flor, após deixar a instituição, segue completando os estudos e fazendo cursos, além de trabalhar na aprendizagem profissional.

No caso de Gustavo, que trabalha como estoquista, recentemente, ele conseguiu um emprego em Venâncio Aires, para onde se mudou, cidade em que mora a família adotiva, com quem tem se reconectado. Por fim, Khalil se identifica profissionalmente como artista/artesão. Atualmente, trabalha com a produção e a venda de brincos artesanais.

Quando Altoé (2009, p. 81) pesquisou sobre a inserção no mercado de trabalho entre jovens que deixavam instituições internato-prisão, a autora identificou que entre aqueles que conseguiram manter relações familiares, se viabilizavam mais possibilidades de emprego na medida em que as relações funcionavam como mediador: “O fato de estar morando com a família, não tendo que se preocupar de imediato com moradia e alimentação, dá ao indivíduo mais tranquilidade na busca de um emprego”.

Por outro lado, a autora afirma que, para aqueles que não tem uma relação familiar, as dificuldades aumentavam, “visto que se encontram sozinhos, não podendo contar com a infraestrutura básica que é oferecida pela família”. Como consequência da ausência de apoio familiar e das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, torna-se muitas vezes inviável arcar com custos como aluguel, alimentação e transporte.

Nos trabalhos de Rizzini (2006) e de Russo e Dantas (2016) sugere-se que ao viverem em uma sociedade que é marcada por desigualdades econômicas e precárias condições educacionais e profissionais, inúmeras são as dificuldades que adolescentes situados em contextos vulneráveis encontram na tentativa de aprimoramento educacional e profissional,

como a dificuldade de se manter na escola e de se inserir no mercado de trabalho, fazendo com que sejam estas, muitas vezes, *aspirações ofuscadas*.

Segundo Leal e Alberto (2020) se para aqueles que pertencem às classes economicamente favorecidas a atividade de estudo pode significar uma melhor preparação para a futura escolha profissional, para aqueles que pertencem à classe que vive de trabalho, essas atividades podem ocorrer de modo precoce e dissociado dos aspectos educativos, na medida em que o trabalho reponde mais imediatamente à uma necessidade de subsistência, ainda que revestida pela aparência de escolha.

Os autores complementam que, por consequência, não é possível dissociar o contexto das pessoas quando falamos em inserção no mercado de trabalho, pois este se encontra diretamente relacionado às possibilidades que são inerentes à divisão de classes, que demarcam condições materiais e simbólicas desiguais, o que reforça também a premissa de que não poderíamos pensar em juventude como uma categoria homogênea, uma vez que estão inseridas em diferentes contextos, com distintas possibilidades, assim como impossibilidades.

Altoé (2009) compreende que o trabalho é considerado como um meio importante para a transição institucional, sendo a categoria uma via valorizada e que define os sujeitos como seres produtivos e aceitos socialmente. Segundo a autora, além da aceitação social, o trabalho permite melhores condições de vida. Conseguir um emprego, porém, não se constitui como tarefa sempre fácil, e baixos níveis de escolaridade e de formação profissional adequada podem dificultar ainda mais esse processo. A autora complementa ainda em seu trabalho sobre o estigma que muitos egressos de instituto-prisão sofreram ao longo do processo de busca por empregos.

No que se refere aos acolhimentos institucionais, a experiência de Carolina pode ser apontada como um exemplo concreto de estigma enfrentado ao longo da tentativa de formação profissional. Enquanto buscava pela realização de um sonho, Carolina foi discriminada, sendo retirada pela coordenação do estágio em que estava e tomando a decisão de desistir de seu desejo. Flor afirma que é muito comum que algumas pessoas não gostem de comentar que vivem em “abrigo” justamente por conta do preconceito: “Tinha uma amiga minha que não gostava de falar que ela veio de abrigo. Porque as pessoas dizem ‘ai, meu deus, é horrível, as pessoas acabam vitimizando, ai, teve uma vida horrível, ai, porque ela não tem família... muita gente não gosta de falar’”.

Em suma, acerca da escolaridade e da inserção ao mercado de trabalho, podemos considerar que: quando chegam a maioridade, normalmente a escolaridade é insuficiente, resultando maiores dificuldades para uma inserção efetiva no mercado de trabalho. Além disso,

as formações técnicas e profissionais oferecidas se dão normalmente através da aprendizagem profissional, que também vem sendo apontada como uma via de oportunidades saturadas e normalmente insuficientes.

Como outro fator de relevância, considera-se que para aqueles que contam com o uma rede de apoio, algumas dessas dificuldades podem ser abrandadas. No caso daqueles que deixam o sistema de proteção, porém, as relações sociais podem se tornar dificultadas pela própria experiência com a institucionalização por longos períodos, quando não se ampliam os laços familiares e comunitários. Por fim, o estigma também surge como um agravante e casos como o de Carolina demonstram que o preconceito também pode limitar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Assim como as recentes políticas em torno da facilitação à inserção no serviço militar para “egressos” do sistema de proteção, a situação de escolaridade frágil normalmente identificada, além do ensino profissionalizante como estratégia para a transição institucional, nos impõe a reflexão sobre quais têm sido as principais oportunidades ofertadas à essas juventudes e se elas tem sido realmente eficazes para a inserção no mercado de trabalho, viabilizando maior autonomia financeira entre aqueles que completam a maioridade e devem deixar as instituições em que vivem.

5.4 ACESSO À MORADIA

Um dos papéis do *Instituto Acolher*, segundo Patrícia, está em questionar sobre como se encontram os vínculos familiares entre aqueles que ainda permanecem acolhidos, se a família, por exemplo, ainda realiza visitas, se pretendem voltar a morar com familiares ou se preferem morar sozinhos ou com amigos. A partir da análise dos desejos e possibilidades, o instituto procura facilitar o processo, atuando nos casos em que existe a possibilidade de uma mediação com os familiares para o retorno ou então procurando por Repúblicas e/ou auxiliando na procura por moradias.

A voluntária ressalta que a proposta do Instituto está em compreender as necessidades dos participantes acompanhados através desta triagem e, ao mesmo tempo, descobrir se há realmente viabilidade. Por exemplo, se pensam em morar com a família, seria preciso entender se o vínculo permanece e, caso se confirme, investir nesse desejo:

Se quer morar com o tio, com a família, dá pra fazer? Então olhar esse caminho [...] só os responsáveis que sabem, se tem briga ou violência, talvez o desejo deles seja um, mas a realidade outra. Então eu falo com os técnicos para ver se dá para investir

nesse sentido. Tem outros que não querem nem saber da família, que querem morar sozinhos, ou com amigos, aí tem que ver como vai ser, como faz para alugar, como vai ser, como é que é, e a gente tá nesse preparo, tá engatinhando a coisa. (PATRÍCIA, 2019)

Sobre os vínculos familiares, Jota comentou que “sem dúvida” quando a instituição não auxilia na reaproximação familiar, o resultado é que os acolhidos permaneçam até os dezoito anos. Na percepção de Eduardo, o processo de aproximação com a família poderia começar antes, pois ele percebe um esforço por parte da instituição apenas quando a maioridade já está se aproximando. Em suas palavras:

A aproximação com a família ela poderia começar desde dezesseis, dezessete, porque eles começam ali perto dos dezoito né... tem casos e casos, né. Tem casos que o pessoal tem uma aproximação da família desde sempre né, mas eles poderiam tentar mais assim com quem não tem né, que tipo assim, não tem mas tem familiar, em vez de tentar assim... “ô, tu não tem um irmão, uma irmã? vamos tentar conversar com ela, né, tu já tem dezessete anos”. Começar a tu visitar mais a casa dela, tu poder passar mais tempo com ela, eles não fizeram isso, fizeram isso quase no final né, então eles poderiam trabalhar mais esses casos que têm familiares, só que precisa aproximar, né. Precisa fazer esse movimento. Então é isso. Eles poderiam mais fazer antes, avaliar o caso, avaliar o caso ali do acolhido, se ele tem possibilidade de ir pra casa de um familiar, então começar a trabalhar o mais cedo possível isso, então faltou só isso, né, eles trabalharem isso antes, não perto ali, ou em cima da hora, mas que tenha maior aproximação, pro cara se sentir mais tranquilo, mais tranquilizado, mais preparado, e ver se realmente vai dar certo, então eu e o meu irmão, o Gustavo, a gente deu um tiro no escuro, e graças a deus esse tiro no escuro foi certo e deu tudo certo, agora a gente tá bem encaminhado, estudando, mas poderia ser totalmente diferente, né. (EDUARDO, 2023)

O *tiro certo* ao qual Eduardo faz referência nesse trecho diz respeito ao contexto de sua saída e da saída do seu irmão Gustavo do acolhimento *Assistência*, quando completaram a maioridade. Eduardo conta que ambos foram inicialmente para a casa da irmã: “Passei um tempo lá, mas como a casa era muito pequena e ela já tinha três filhos e um marido, né, então a gente passou um tempo lá”. Posteriormente, Eduardo e Gustavo vão para a casa do irmão mais velho. Sobre o processo, Eduardo descreve:

Foi bem legal esse tempo que a gente passou lá, a gente se aproximou, então eu gosto muito da minha irmã até hoje, nós todos se damos bem, sabe? Algumas vezes a gente briga, mas isso é normal, né, mas a gente, a gente é bem junto, assim, sabe? E daí depois de um certo período ali, eu acho que uns dois meses depois a gente foi pra casa do meu irmão, porque aí como ele era solteiro, sozinho, o meu irmão mais velho também, ele tinha casa própria já também, tinha tudo dentro de casa, mas tranquilo, então a gente foi pra casa dele, ele recebeu a gente bem né, todo mundo recebeu nós bem, então voltei pra onde eu morava, foi estranho, então eu voltei a ter contato com as minhas antigas amizades. De primeiro contato assim a gente se estranhou bastante assim né. Com o meu irmão a gente passou quase dois anos né, um ano e meio assim, mas um ano e meio muito legal sabe, a gente passou se ajudando, teve algumas brigas, teve, bastante, mas a gente sempre junto, né, mesmo assim, a gente não abandonava a barca. A gente passou pelo período ao final da pandemia, na casa dele também, né. Graças a deus o Jovem Aprendiz que eu tava fazendo me ajudou bastante nessa época.

Então durou mais um tempo né, depois que eu saí do abrigo, o Jovem Aprendiz. E daí graças a isso a gente conseguiu se manter bem lá, né. Mas aí depois de um tempo o meu irmão começou a xaroppear demais, sabe? Começou a encher o saco, e daí a gente não tava mais aguentando assim ele, sabe? Porque ele já tava demais com picuinha assim por pouca coisa, por pouco, sabe? E aí o Gustavo foi morar sozinho e eu fui morar com a minha irmã, daí passei um tempo lá na minha irmã, primeiro fui morar com o meu irmão gêmeo, daí a gente não deu certo, né, daí a gente até acabou brigando, né, daí eu fui morar com a minha irmã, daí que a minha irmã bah eu fiquei uns cinco seis meses lá com ela, arrumei emprego, saí do emprego, então foi bem difícil assim né, e daí no final, graças a deus, nos quarenta e cinco do segundo tempo, eu consegui um emprego aqui na “Farmácia”, glória a deus, se eu soubesse que eles precisavam de pessoas eu já teria vindo aqui faz tempo, né, e daí eu consegui um emprego aqui na farmácia, graças a deus eu tenho esse emprego, que foi com ele que eu consegui a minha independência, né, a minha chave da minha casa. (EDUARDO, 2023)

Eduardo conta que após certo tempo morando com o irmão gêmeo, Gustavo preferiu ir morar com um amigo em outro lugar, pois queria economizar dinheiro. Eduardo foi para a casa do avô, onde passou duas semanas, até que alugasse a casa onde mora hoje, em um terreno no pátio de um casal de proprietários com quem aluga diretamente. Sobre as muitas mudanças ao longo desse processo, Eduardo comenta:

Fui para a casa do meu avô e aí no meu avô eu passei duas semanas, em duas semanas eu consegui mudar a minha cabeça, por isso que eu te falei que a chave da minha casa foi muito difícil de conseguir, sabe? Porque eu tive que passar por tudo isso até conseguir a minha casa e tá tranquilo, em paz hoje dentro da minha casa, sabe? Então foi bem difícil, bem difícil, mas foi bem legal, sabe? Vários momentos me senti deslocado, não me senti muito bem no lugar, não me senti à vontade, né, sentia que mais tava atrapalhando do que ajudando, então várias vezes me senti como um incômodo ali, né, um encosto, mas hoje em dia graças a deus não sinto mais isso e tô tranquilo. (EDUARDO, 2023)

Sobre a tentativa de reinserção familiar, Adriana diz que no *Assistência*, a partir dos dezessete anos, iniciam tentativas de experiência familiar: “Eles fazem muitas vezes nesse período experiência familiar com alguém que a gente imagine que vai poder segurar e acolher eles, né, com os dezoito anos, então são feitas experiências familiares”. Adriana complementa, porém, que “não é raro as experiências não darem certo e a criança voltar e aí volta com mais uma preocupação: *bah, a família que eu achei que pudesse sair daqui e ir morar com eles não aconteceu, né*, e isso também é uma coisa bem comum de acontecer, infelizmente”.

No caso de Manuela, o retorno à família de origem ocorreu por um período muito breve. Quando saiu do lar *Caridade*, duas semanas antes de completar dezoito anos, foi para a casa da mãe biológica. Manuela conta, porém, que não ficou na casa da mãe por muito tempo, em razão de sucessivos conflitos familiares:

[...] só que a minha mãe, eu saí de lá da minha mãe por causa de sérios problemas dela, ela fuma todo tipo de droga, e ela bebe. E quando ela bebe, ela sai dela e daí ela bebeu no dia do meu aniversário e disse que ia me matar e não sei o quê, não sei o quê e eu disse ó quer saber, só que antes disso eu tinha essas outras coisas né, dentro da casa com o meu tio, com o meu padrasto, então eu falei ó, quer saber, pro meu bem estar mental e o meu bem estar físico eu vou embora, aí o que que eu fiz? eu peguei só as coisas que são necessárias, eu peguei umas três peças de roupa e fui. (MANUELA, 2021)

Ainda em relação à tentativa de reaproximação familiar, Clarissa comenta sobre o caso de Nicole, jovem que aos quatorze anos de idade começou a trabalhar e que ainda tem um vínculo com a mãe, que a visita na casa lar em que se encontra acolhida atualmente. De acordo com Clarissa, a perspectiva em relação à Nicole é de que retorne para a casa da família. Clarissa enxerga, entretanto, que será Nicole quem irá assumir “o papel de responsável” pela mãe, e não o contrário:

[...] tem a mãe que a visita, ela têm muitas críticas assim, do que essa mãe precisaria para mudar sua situação, então acho que vai ser ela, depois que vai sair e que vai cuidar da mãe assim, tenho essa, a gente têm essa percepção assim, que a Nicole vai cuidar da mãe e das duas mães, ainda falta né, quatro anos, mas a não ser que a mãe consiga, agora vão passar o natal e o ano novo, mas ela já disse, ‘aí, *Clá*, mas é só para visitar mesmo a mãe’, porque a mãe vai de novo voltar para as drogas. Tem muitas recaídas assim. (CLARISSA, 2022)

Vera Lúcia acredita que um caminho muito comum identificado entre aqueles que deixam as instituições, seja o retorno ao lar da família de origem, o que ocorreria por se tratar, muitas vezes, da “única coisa que eles conhecem”. Além disso, Vera Lúcia acredita que voltar para a família de origem é, ao mesmo tempo, retornar para uma realidade “que não deu conta deles”. Sobre sua percepção, diz:

Quando eles falam lá dentro do acolhimento e eu ouço muito isso assim: “Ah, quando eu sair do acolhimento eu vou morar com a minha irmã”. Tudo bem, tu vai morar com a tua irmã, mas como é que tu vai te sustentar, né? Aí eu perguntei pra um e é uma fala corriqueira e aí depois eu me dei conta de que para eles essa é a realidade, que eu perguntei assim: “Como é que tu vai pagar a conta de água? luz? Não precisa pagar, na vila a gente não paga, a gente faz gato” Ou seja, eles não tão pensando em melhorar, eles vão continuar naquela mesmice da vida que eles tinham antes, entendeu? Eles vão voltar para um lar que não deu conta deles. E aí eles não vão ter condições de fazer nada de diferente pros filhos. [...] É a única coisa que eles conhecem, entendeu? (VERA LÚCIA, 2022)

Vera Lúcia afirma ainda que acredita que a vida de muitos acabam se tornando uma espécie de reprodução da mesma realidade vivenciada pelos pais, e que agora irão reproduzir com os seus próprios filhos: “E aí vai reproduzir com o seu filho de novo porque eles não vão ter condições, tu entende?”.

Tem muito um paternalismo por trás de quem cuida deles, achando que não, que eles estão protegidos, que eles vão sair daqui vai dar tudo certo. *Não vai dar tudo certo. Muitos deles vão cair nas drogas assim que sair dali. E aí ou vão tá na cadeia ou vão tá morto. Outros vão reproduzir tudo o que aconteceu com eles com os filhos deles e os filhos vão ocupar os lugares que eles deixaram.* Então assim, é muito triste, sabe? De tu ver assim, às vezes parece que eu tô tirando uma areinha e já tá molhando de novo, que eu não vou dar conta, sabe? Então quando eu vejo assim um *Jota* que deu certo, uma *Mariana* que deu certo... isso é maravilhoso, mas eu queria fazer muito mais por eles. (VERA LÚCIA, 2022)

Acerca dos depoimentos de Vera Lúcia, importa destacar que além da ausência de possibilidades em razão dos desacolhimentos das instituições, o vínculo afetivo com os familiares também é evidenciado em muitas das narrativas como um sentimento ainda vivo, apesar dos distanciamentos e das inúmeras complexidades em torno de suas relações. Dessa forma, é preciso conceber que “a falta de possibilidades” talvez não seja uma variável única em relação a esse retorno, como pontua Vera Lúcia. Adriana, educadora social no acolhimento *Assistência*, por exemplo, sugere que a segurança que sentem dentro do acolhimento institucional, no entanto, “não compensa a distância da família”, complementando que muitos dos acolhidos “querem sempre evadir para procurar suas famílias”.

Para além, é preciso também pontuar que discursos que tomam a família de origem como aquela “que não deu conta” e que, retornar à comunidade de origem pode se equivaler a “continuar naquela mesmice” podem ser resultantes dos efeitos da representação generalizada sobre as famílias de origem enquanto “negligentes” e dos contextos de vulnerabilidade econômica em que normalmente vivem.

Clarissa refere que uma das opções também consideradas ao avaliar as possibilidades do adolescente em relação à moradia após a desinstitucionalização está na relação entre os adolescentes com suas famílias extensas. A coordenadora afirma que uma das adolescentes em acolhimento pela *Rede Afetos* tem a intenção de ir para a casa dos tios. Clarissa sugere, no entanto, que há ainda muitas complexidades em torno da consideração da família extensa como possibilidade, uma vez que retornam muitas das problemáticas em relação às questões familiares. Além disso, Clarissa aponta que nem sempre, apesar do desejo de alguns adolescentes, a equipe técnica acredita que sejam as opções mais adequadas e que, inclusive, alguns dos parentes da rede extensa nem mesmo “se colocam muito a disposição”.

Em determinado momento de nossa conversa, Jota comenta sobre adolescentes com quem conviveu enquanto esteve acolhido e que retornaram à casa de suas famílias após a maioridade. A percepção de Jota é que a consequência de quando retornavam era que eles “acabavam”: “Teve um jovem um ano mais velho que eu, que saiu, voltou para família, começou a traficar, e teve um filho, sem saber o que é pai, o que é ter uma família, e acabou

sustentando o filho com o tráfico”. Para Jota, as problemáticas em torno da reaproximação familiar são a comprovação das falhas do sistema de acolhimento, uma vez que, mesmo que permitam mais seis meses de permanência após a maioridade,

[...] se tu não tem onde morar, tu vai ter que morar de favor, tu vai ter que dar um jeito, que é o que acontece, muitas pessoas voltam pro seio familiar, entendeu? aí tu saiu do seio familiar porque teve um problema, não te estruturizar e acabar voltando, quer dizer que o que? que o processo de acolhimento não funcionam. (JOTA, 2021)

Quando deixou a casa lar, Jota estava em seu segundo dia de emprego, pois havia iniciado o trabalho em uma quinta-feira e saiu da instituição no sábado, um dia depois de seu aniversário: “Completei dezoito anos e na mesma semana já estava indo embora”. Jota tinha conseguido economizar o suficiente para pagar por um aluguel e decidiu ir embora porque caso ficasse por mais alguns meses “iria surtar lá dentro” em razão de conflitos no relacionamento com a mãe social da casa lar em que estava.

No mês anterior, quando perguntaram se ele já havia pensado sobre quando iria sair e se estava tudo pronto para isso, ele diz: “Eu falei que pronto eu não estava, mas como eu tinha cinco meses de aluguel, iria sair”. Depois de assinar os papéis e termos de desligamento, Jota se hospedou em um hotel no centro da cidade. Apesar de ter se organizado para se manter durante aquele período, ele conta que estava passando por um momento difícil de adaptação à sua nova realidade:

Nesse meio tempo, eu tinha guardado um dinheiro do Jovem Aprendiz... e aí eu tinha guardado acho que uns cinco meses de aluguel. E aí guardando uns cinco meses de aluguel eu fui morar no centro de Porto Alegre, num hotel, onde eles davam um quarto. E aí eu morei nesse quartinho, nesse cubículo assim, sem fogão, sem nada assim, sem cozinhar, sem nada, nada, era só uma cama e as minhas roupas, e a cama era do próprio hotel. Então assim, foi algo desesperador, desesperador demais, porque eu nunca tinha morado sozinho, eu não sabia o que que era morar sozinho, eu tava com depressão na época e tava com a mente a mil assim, eu não sabia nem como é que eu tava indo trabalhar, eu só tava indo trabalhar porque eu sabia que eu precisava sobreviver, então assim, foi algo muito complexo. (JOTA, 2021)

Uma das maiores dificuldades enfrentadas por Jota era a separação dos irmãos, que tinham sido adotados. Além disso, Jota descreve um período de solidão especialmente durante o primeiro momento em que morou naquele hotel, após ter deixado a instituição e passado a viver sozinho:

Foi um período bem doloroso, porque eu sou uma pessoa que eu tenho ansiedade...então, bah, eu sofro dez vezes mais, mas a solidão existiu, por um tempo assim, por questão muito familiar, eu não tava com meus irmãos, internamente, assim

[...] Acabei passando muitas dificuldades porque eu acabei, como que eu vou te dizer, eu acabei ficando doente nesse hotel onde eu tava, porque entrava muito frio, assim, então eu não tinha estrutura para lidar porque eu fiquei muito mal, fiquei gripado, mas uma gripe assim horrível, tava passando frio ali, nem sabia que eu tava passando frio, como era junho então era totalmente frio assim, frio, frio, frio, meu aniversário é em junho né, então eu saí em junho de 2019, então foi algo bem bem bem complicado assim, não só por ficar doente, mas não saber lidar com aquilo ali, foi uma coisa que eu não pensei, como é que eu vou saber lidar comigo doente, quem vai cuidar de mim? Então foi algo assim que eu fiquei muito mal, eu me lembro que eu liguei para minha chefe e eu liguei chorando assim, chefe, eu tô muito mal, eu não sei o que fazer. Por quê? Porque quando a gente tá doente a gente precisa de carinho. [...] Foi logo naquele mês ali, o primeiro mês que eu morei no hotel. E eu não tinha passado isso a minha vida inteira dentro do abrigo. Por quê? Porque eu dizia né, se eu ficasse doente, de qualquer forma, por obrigação de cargo, o pessoal ia estar lá. (JOTA, 2021)

A imagem de solidão descrita por Jota é representativa no sentido de evidenciar a transição institucional e a transformação que pode causar no cotidiano daqueles que deixam os acolhimentos. Até aquele momento, em situações delicadas, como em caso de uma gripe, sempre havia pessoas responsáveis pelo cuidado, mesmo que “por obrigação de cargo”. Agora, a “acolhida” já não existia. Jota estava sozinho. Sobre a solidão, Adriana comenta que após deixarem as instituições, muitos a procuram para pedir ajuda, seja para fazer algum cadastro para obter algum benefício estatal, para fazer um currículo ou “é conselhos, às vezes é só pra conversar, eles se sentem sozinhos”.

Ajuda financeira já veio, já saímos pra almoçar, é mais eu acho que é desvincular do abrigo. É um setor, é um lugar ali de proteção, eles se sentem muito seguros ali, então eu acho que logo que eles saem, eles me procuram com muita frequência, aos poucos eles vão indo, a gente vai indo, eu vou ajustando, pra eles né, caminharem sozinhos, mas é mais nesse aspecto mesmo né, de ter alguém pra ouvir, um conselho, uma dúvida, é isso. (ADRIANA, 2023)

Foi Letícia, irmã de uma pessoa com quem Jota havia se relacionado no passado, quem o auxiliou durante aquele momento difícil. Jota e Letícia se tornaram amigos, e foi a companhia de Letícia que diminuiu o sentimento de solidão que vinha o acompanhando ao longo dos últimos meses. Sobre essa relação, Jota descreve:

Até que daí a minha ex-cunhada, ela nesse meio tempo ela acabou vendo a minha postagem no *LinkedIn* e ela disse assim ‘Cara, eu não sabia que tu morava em abrigo’ [...]. Por que que tu não falou antes? Vem cá morar comigo’. E aí quando eu tava já trabalhando né, e a casa dela era própria e eu fui morar com ela. Então eu acabei ficando ali uns dois meses e aí eu fui morar com ela, trabalhando ainda na *Financeira Porto*, estudando, e aí foi isso que onde eu... Bah, consegui me estruturar, porque eu tinha com quem conversar né, pelo menos. (JOTA, 2021)

Quando completou dezoito anos, em junho de 2019, Rafael afirma que também se preocupava com a solidão: “A partir do momento em que eu saí, eu pensei: Bah! Vai ser um

desastre agora! Eu sozinho e ter que me virar sozinho... mas aí passou dois, três dias e eu já me acostumei e já vi que não era tudo aquilo”. Quando saiu da casa lar, Rafael se encontrava desempregado e sem maiores perspectivas em relação ao futuro. Foi Catarina, ex-mãe social quem o acolheu durante os meses seguintes:

Quando eu saí dali eu não tava trabalhando, daí foi meio que tipo um sufoco, porque eu tive que pedir pra uma ex-mãe social que cuidava da gente quando a gente era menor, a ela me acolheu pelo menos por alguns meses, até eu me estabelecer conseguindo um emprego e aí tipo eu fiz os dezoito e fui lá pra casa dela, ela me acolheu, tranquilo, daí eu consegui um emprego agora faz esse pouco tempo, e tô morando sozinho agora. (RAFAEL, 2021)

O irmão mais velho de Rafael morava na mesma vizinhança em que Catarina, que tinha sido mãe social na casa lar em que os irmãos ficaram acolhidos até a maioridade: “E ele conversou com ela... falou: olha... mês que vem o Rafael tá saindo de lá e tals. Só que eu não queria que ele fosse lá pra nossa irmã. Daí se tu pudesse ter um espaço pra ele aí, eu agradeço”. Apesar de ter sido cogitada, a irmã mais velha se encontrava desempregada naquele momento e Rafael comenta que ele não queria se sentir como a causa de maiores despesas. “Porque ela tem três filhos. E aí eu não queria ser esse peso, entendeu? Daí eu acabei não indo pra lá”. O entrevistado descreve sua mudança:

Na saída ali teve a minha festa, né, daí as menina lá me alcançaram meus papel, meus documentos, essas coisa assim. E tipo, um dia antes o meu irmão falou pra mim: o meu, tu tem como tu ir pra nossa irmã ou ir morar com a *Catarina* que é a mãe social. E aí eu tive que escolher né! E eu tipo, daí eu escolhi ir morar com a mãe social. Passou a festa ali e a gente fez a mudança. (RAFAEL, 2021)⁴⁹

Ao avaliar as suas possibilidades, Jota também cogitou ir morar com uma de suas irmãs mais velhas, com quem havia retomado o contato naquele momento. Assim como Rafael, Jota descartou a possibilidade em razão dos problemas que a irmã estava enfrentando em seu casamento naquele momento. Assim: “Não valia a pena eu realmente morar com ela e ela acabou ficando muito mal, então não fazia sentido eu morar com ela para acabar dando mais um gasto pra ela, mais um transtorno”.

Enquanto morou na casa de Catarina, Rafael e ela mantiveram uma boa relação e dividiram responsabilidades. Durante a pandemia de Covid-19, Catarina era considerada como grupo de risco por ser asmática, motivo pelo qual Rafael comenta também tê-la auxiliado,

⁴⁹ Apesar de ter descrito que “um dia antes” o irmão teria procurado a antiga funcionária da casa lar, em outro trecho da entrevista, Rafael se refere a “um mês antes”. Por não ter conseguido manter contato com Rafael, a informação não pôde ser confirmada, de modo que se optou por manter as duas referências.

cumprindo as tarefas em que fosse necessário sair de casa. Assim, ambos fortaleceram uma relação afetiva e de troca mútua. Em maio de 2021, quando realizamos a entrevista, poucas semanas haviam se passado desde que Rafael tinha deixado a casa de Catarina para ir morar com a namorada. Rafael comenta que ainda mantém o contato com Catarina e que, inclusive, havia ido visitá-la na semana anterior, para comemorar com ela o Dia das Mães. Além de Catarina, Rafael ainda mantém contato com outras educadoras da instituição, com quem tinha mais proximidade.

Clarissa considera que seja comum que, após deixarem as instituições a partir da chegada à maioridade, passem a morar com seus antigos cuidadores: “O último caso de desligamento, que foi em setembro agora, de 2022, a Raquel, ela foi morar na casa dos pais sociais”. Clarissa conta que os pais sociais atuavam pela *Rede Afetos* e que conviveram com Raquel durante três anos, criando um vínculo afetivo muito forte, culminando “em um momento bem bonito”. Para a coordenadora, a condição de Raquel, era “como se fosse uma adoção, mas ela já com dezoito anos”.

A relação de proximidade entre Carolina e Nora e Roberto, os pais sociais da casa lar em que esteve acolhida, também ultrapassou os muros da instituição. Carolina afirma que foram muitos os momentos em que eles a auxiliaram e que eles continuam, inclusive, sendo muito presentes em sua vida ainda hoje, motivo pelo qual se tornaram padrinhos de Pedro, filho de Carolina:

Até hoje eles me ajudam. E a pessoa que eu tenho bastante vínculo assim, era a mãe Nora né, que ficou comigo lá e cuidou de mim, ela e o pai Roberto, que até hoje eu chamo de mãe, até hoje eu chamo de pai, e hoje eles são dindos do meu filho, que eu convidei eles pra ser dindos de Igreja, né. Eles são padrinhos do meu filho. E o meu filho chama eles de vó e de vó. E eles chamam ele de neto, né. E até hoje eles me ajudam bastante. (CAROLINA, 2023)

Carolina descreve que quando deixou o acolhimento, Nora e Roberto a auxiliaram financeiramente para que mobiliasse a casa que havia alugado. Quando questionei se considerava que recebeu alguma forma de suporte durante seu processo de desacolhimento, ela respondeu: “Teve muito! Até porque quando eu me mudei, eu não comprei nada da minha casa. Eu ganhei tudo!”.

Nora e Roberto também planejaram um chá, para que Carolina pudesse ganhar o que ainda faltava: “Eles fizeram o meu aniversário né, de dezoito anos, daí a mãe social teve a ideia de fazer chá de casa nova, aí eu fiz chá de casa nova antes de eu sair [...] foi individual, até porque até hoje a *Afetos* não sabe, foi por conta própria assim deles mesmo”. Além do auxílio

financeiro para a mobília, foram também Nora e Roberto que indicaram para Carolina uma vaga no regime de folguista como cuidadora residente.

Como já referido, atualmente Carolina está empregada como cuidadora folguista na mesma casa lar em que esteve acolhida, além de atuar em uma segunda casa da *Rede Afetos*. Sobre o trabalho, ela diz: “na primeira oportunidade, ela me deu a vaga. Sou folguista de duas casa lar”. Nem todas as relações desenvolvidas entre os acolhidos após a desvinculação das instituições, entretanto, foram descritas pelos participantes de maneira positiva. Relações conflituosas que culminaram em fugas e expulsões também se fizeram presentes.

Ao comentar sobre a situação atual de uma de suas irmãs mais novas, Jota descreve que antes mesmo de completar a maioridade, Flávia havia sido adotada por uma funcionária da casa lar em que estava acolhida. A permanência de Flávia em sua casa, no entanto, foi uma passagem breve. De acordo com Jota, a mãe adotiva de Flávia não aceitava sua sexualidade, o que teria sido, para Flávia, um momento de muita dificuldade: “Ela entrou num meio onde achou que ia receber amor, mas ela acabou recebendo dor por ser uma pessoa LGBT”. Após ter fugido de casa, Jota afirma que Flávia foi para a casa de uma tia, que cedeu espaço em sua casa para que a sobrinha pudesse viver com ela.

Estudos sugerem que a homofobia sofrida dentro de casa, conflitos familiares e discriminatórios que culminam na saída ou expulsão de casa de pessoas LGBTQIAPN+ por estigmas que perduram ainda hoje, elevam as taxas de grupos minoritários entre a população em situação de rua (SANTOS *et al*, 2023; CARDOSO; MORETTI-PIRES; CAMPOS, 2020)⁵⁰. Cardoso, Moretti-Pires e Campos (2020) complementam que o que evita que passem a viver em situação de rua, muitas vezes, é justamente quando a pessoa em vulnerabilidade pode ser acolhida por uma rede de apoio.

No caso de Manuela, foram duas as experiências conflituosas que culminaram em sua saída/expulsão das moradias em que esteve. Quando deixou a instituição, ela inicialmente foi para a casa da família. Após ter deixado a casa da família, Manuela foi para a casa de uma amiga, que também estava acolhida na mesma casa lar, onde as duas se conheceram. Manuela não descreve muitos detalhes, mas afirma que a relação entre as duas se tornou conflituosa, culminando em sua expulsão:

⁵⁰ De acordo com Cardoso, Moretti-Pires e Campos (2020), o processo que dá base aos conflitos familiares, no caso da população LGBTQIA+, tem sua origem na heteronormatividade, que se constitui como uma série de estruturas de compreensão e orientações práticas que fazem com que a heterossexualidade seja considerada como a alternativa coerente e privilegiada, e, em função disso, vista como o estado natural e objetivo ideal e moral numa sociedade guiada pela mesma (CARDOSO; MORETTI-PIRES; CAMPOS, 2020, p. 54256).

Tá, eu fui parar lá, fiquei um tempo lá, daí depois ela me mandou embora, aí eu fui embora, porque é sempre assim, né, eu vou pra casa das pessoas e as pessoas me mandam embora, aí porque, primeiro elas falam, aí não tem problema, vem pra cá, não tem problema, porque elas acham que eu vou ajudar com dinheiro, só que eu não tenho dinheiro. (MANUELA, 2021)

Após ter sido expulsa da casa de sua amiga, Manuela conta que foi procurar ajuda através de Marisa, que conhecia de longa data e a quem Manuela se refere como uma mãe adotiva. A convivência entre Marisa e Manuela, entretanto, também foi permeada por problemas. De acordo com Manuela, a falta de compreensão de Marisa em relação à sua condição de saúde mental teria sido o principal motivo de seus desentendimentos:

Daí eu fui para casa da *Marisa*, que era minha mãe adotiva né, de muitos anos que eu conhecia ela, não deu certo, porque eu tava em depressão, tava, eu não tava me sentindo bem, eu só queria ficar deitada, deitada, eu não comia, e ela achava que eu tava fazendo aquilo pra chamar atenção, porque pra ela, para muita gente depressão é se matar, se cortar, entendeu? Então, né, então eu não podia mudar o pensamento dela, porque a minha psiquiatra disse que eu estava em depressão e se eu continuasse assim eu ia acabar tomando outras atitudes. (MANUELA, 2021)

No momento de nossa entrevista, Manuela estava morando sozinha e contava que agora seria ela quem cederia espaço em sua casa para uma amiga que estava acolhida e que logo completaria a maioridade. “Agora, semana que vem, vai vir morar uma menina comigo, que também era de acolhimento”.

Por que que ela vai vir morar comigo? Porque eles querem que ela volte pra família, só que ela não vai se sentir bem com a família, daí a gente tava conversando, ela falou com a mãe dela, mãe social, e ela falou, não, eu vou ser mais feliz com a Manuela, aí ela pegou e falou não, então eu vou ir morar com a Manuela. (MANUELA, 2021)

Algo semelhante aconteceu com Carolina, que havia conhecido Bárbara enquanto ambas se encontravam acolhidas na mesma casa lar. Inicialmente, Carolina desejava ir morar sozinha, especialmente porque não gostaria de ir morar em uma República, lugar para onde a maioria das pessoas que conhecia ia após deixarem a instituição. Carolina conseguiu realizar sua vontade por um período, até passar a dividir a casa com Bárbara, como detalha no trecho a seguir:

Em todo momento eu dizia que eu não queria ir pra uma República, porque é onde que a maioria das gurias vão né, eu queria morar sozinha, eu queria alugar uma casa, eu não queria ir pra casa de ninguém [...] Porque a República é praticamente um abrigo né, aí tu sai de um abrigo pra ir pro outro, daí eu não queria, de jeito nenhum. Elas tentaram, né, me levaram lá pra conhecer, mas eu não quis assim. Daí eu aluguei uma casa e como eu ainda tava trabalhando, né, na época, daí eu pagava o meu aluguel.

Mas depois de um tempo daí uma menina que tava morando na mesma casa que eu, a gente resolveu morar juntas, daí a gente ficou morando juntas por um tempo, daí depois cada uma seguiu o seu lado. (CAROLINA, 2023)

Antes de deixar a instituição Carolina se encontrava bastante insegura em relação ao seu futuro. “Eu sempre ficava pensando: quando eu sair, como que eu vou fazer? Como que eu vou me virar, né?”. De acordo com Carolina, “foi um pouquinho intenso assim no começo quando eu saí, até eu aprender que ali era eu por mim e Deus por nós né... era sempre assim”. Carolina conta que aos vinte anos de idade estava vivendo os piores momentos de sua vida, pois se encontrava desempregada. “A vida tava quase de cabeça para baixo, tava tenso, até meus pensamentos tavam para baixo”.

Foi nessa época que Carolina engravidou. Ela afirma que o pai biológico de Pedro não é uma pessoa presente em sua vida e na vida do filho. Conta que ela costumava avisá-lo quando tinha consultas, que contava quantos meses de gestação estava e que, apesar de se demonstrar interessado no início, foi aos poucos de afastando. Recentemente, no entanto, demonstrou interesse em se aproximar: “aí tem auxílio pelo pai, que pode receber pelo filho, aí agora ele quer ser pai, daí eu não permito”.

No período de transição institucional, Jota lembra que costumava se perguntar sobre quem seriam as pessoas que o haviam oferecido suporte até ali e que ainda estariam dispostas a seguir lhe auxiliando. Ele afirma que nutria um sentimento de preocupação muito grande em relação às pessoas que estavam em sua vida naquele momento e que pensava muito nisso durante o período prévio ao seu desacolhimento. A sua principal figura de referência até aquele momento era Lavínia, sua professora de Geografia desde a sexta série do ensino fundamental.

Jota conta que sentia que com Lavínia poderia contar para tudo e que teria sido ela quem, após o seu desligamento, teria o auxiliado financeiramente com a compra de itens para sua casa. Jota comenta que quando foi morar sozinho, Lavínia ofereceu como presente cobertores, lençóis, roupas, além de “talheres e copos, para poder ter onde comer”. Ele ainda mantém contato com Lavínia e afirma que os dois construíram uma amizade muito grande ao longo do tempo.

Nos contextos em que se encontram inseridos, observamos que, ao circularem por espaços entre a família, as instituições, a escola e a comunidade, as principais redes de relações afetivas são formadas. Assim, não é incomum que nos depoimentos apresentados, relações construídas nesses espaços, como amizades com profissionais das unidades de acolhimento, com professores, em relações de namoro, além das relações com familiares, sobretudo irmãos,

sejam apontadas como referências que auxiliaram de alguma maneira durante ou após a transição institucional.

A busca por apoio e os laços criados entre monitores dos acolhimentos também são identificados no trabalho de Fonseca, Allebrandt e Ahlert (2009, p. 62). Sobre essas relações, as autoras afirmam: “A busca de apoio nos monitores após a saída do abrigo reforça a ideia de que o apoio intergeracional pode acontecer fora das relações de parentesco propriamente ditas, se direcionando cada vez mais para a rede de relações afetivas que o próprio jovem vem construindo ao longo de sua vida”.

Sobre a construção de redes e demais ações desenvolvidas e demonstradas entre os depoimentos dos entrevistados, pontuamos a situação de Jota que, diante da ausência de auxílio para a inserção profissional, foi em busca de uma oportunidade através da publicação de um texto em uma rede social. Reforço o que Fonseca, Allebrandt e Ahlert (2009) destacam sobre a importância em sublinhar a criatividade dos próprios indivíduos nas suas práticas cotidianas de enfrentamento e na interação com as estruturas de poder.

As autoras afirmam que o aparelho disciplinador não está lidando com objetos inertes e que por isso, pintar as pessoas como vítimas passivas é ignorar sua capacidade não só de resistência, como de criatividade: “Quanto aos jovens abrigados, nem sempre ficam esperando passivamente que o “sistema” resolva seus problemas. Vão tecendo táticas fora do abrigo que ora completam as lacunas das políticas sociais, ora burlam as políticas que julgam inoperantes” (FONSECA; ALLEBRANDT; AHLERT, 2009, p. 58).

Destaco, nesse sentido, a importância da premissa disposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em torno da convivência comunitária, uma vez que através desta convivência, os acolhidos ampliam suas redes, construindo novas relações de afeto com pessoas de sua confiança. Programa que vem sendo implementados através de Organizações Sociais e que tem atuado nessa perspectiva é o Apadrinhamento Afetivo, tendo como proposta oportunizar a formação de vínculos e auxílio financeiro temporário, visando contribuir para a superação das dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos acolhidos e melhor inserção na sociedade (FÁVERO, 2001; FONSECA; ALLENBRANDT; AHLERT, 2009; DANTAS, 2011).

No município de Porto Alegre, o programa de Apadrinhamento Afetivo vem sendo desenvolvido desde o ano de 2002, fruto de uma aliança entre a organização Amigos de Lucas e o Estado (FONSECA; ALLENBRANDT; AHLERT, 2009; DANTAS, 2011). A coordenadora do *Instituto Acolher*, Vera Lúcia, assim como a coordenadora da *Rede Afetos*,

Clarissa, reforçaram ao longo de suas entrevistas a importância do Apadrinhamento Afetivo para uma formação de vínculos que podem se manter mesmo após o desligamento institucional.

Dantas (2011) afirma que o Apadrinhamento Afetivo não tinha como finalidade a adoção, no entanto, o padrinho pode recorrer a um juiz e pedir a destituição do afilhado. Considera-se nesses casos algumas adoções como “bem-vindas” já que algumas dessas crianças “já passaram pela fila e ninguém quis”.

Clarissa também descreve que em alguns casos o apadrinhamento se transforma em uma adoção. Foi o que aconteceu com o irmão mais novo de Carolina, que foi adotado pelos padrinhos quando estava com quatorze anos de idade. Uma das acolhidas em uma das casas lares da *Rede Afetos*, de acordo com Clarissa, inclusive tem pensado sobre a possibilidade de ir morar com seus padrinhos após o seu desligamento. A coordenadora afirma que ela tem quinze anos de idade e que os padrinhos já teriam concordado com a ideia proposta. “[...] falaram que vão dar o apoio quando ela sair”.

Durante minha conversa com Vera Lúcia, a coordenadora reforçou a importância do apoio oferecido pelos padrinhos afetivos. Para a entrevistada, a relação de confiança construída entre os padrinhos e os adolescentes pode se tornar muito importante aos acolhidos e egressos, como no caso recente de um adolescente que evadiu de um abrigo:

Aí tinha um menino esse ano [...] e ele conseguiu uma madrinha, um casal bem assim novinho assim, com criança pequena, conseguiu. Uma semana depois que ele tava com os padrinhos ele evadiu. Ele não voltou mais pro acolhimento, mas ele continuou indo pros padrinhos. Porque ele confiou neles, sabe?. (VERA LÚCIA, 2022)

A presidente do programa que proporcionou o apadrinhamento afetivo em Porto Alegre afirma que ele era, à época de sua entrevista para Dantas (2011), o programa mais importante e em melhor funcionamento. Além disso, comenta que “é um meio de se conseguir além de padrinhos afetivos, pais para a adoção tardia”, pontuando que “muitos padrinhos se apegam aos afilhados e os adotam. Quando isso não acontece, quando os afilhados completam 18 anos, seus padrinhos podem os levar para morar em suas casas ou ajudarem a conseguir uma moradia para os afilhados” (DANTAS, 2011, p. 44).

De acordo com Santana e Contreras (2020), o intuito do apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes acolhidos tem sido “afetivo ou financeiro” e tem se concretizado como uma ferramenta capaz de assegurar um ambiente familiar através da efetivação do apadrinhamento, especialmente no que diz respeito à criação de vínculos afetivos duradouros para crianças com mais de dez anos e com chances cada vez mais reduzidas de reinserção familiar e de adoção.

A prática de apadrinhamento afetivo demonstra de forma positiva uma oportunidade real a inserção ao convívio social e familiar, de modo a ser incentivado e utilizado cada vez mais [...]. Desse modo, o apadrinhamento afetivo constitui alternativa eficaz e praticável com programas de incentivo, na busca e garantia de direitos fundamentais. (SANTANA; CONTRERAS, 2020, p. 7)

É preciso considerar, para Vera Lúcia, que apesar da eficácia do programa de Apadrinhamento Afetivo, em que alguns egressos passam inclusive a viver com seus padrinhos após o desligamento institucional, isso não acontece em todos os casos. A coordenadora do *Instituto Acolher* afirma que, nesse sentido, seria necessário um maior cuidado por parte dos acolhimentos em relação ao desligamento, uma vez que nem todos os casos são contemplados por apadrinhamento afetivo ou conseguiram construir relações de confiança duradouras:

Eu vejo que a equipe técnica dá mais valor a um apadrinhamento, né, do que com a saída deles, sabe? Mas assim, a gente tem, realmente os vínculos com os padrinhos são fortes, muitas vezes eles levam os adolescentes depois dos dezoito para morar com eles, mas não são todos, são alguns. Alguns viram adoção, e isso é bem importante né, porque são adoções tardias, de, às vezes de adolescentes de dezessete, dezoito anos, entende? Mas são raríssimos. (VERA LÚCIA, 2022)

Para Vera Lúcia a ausência desse apoio pode ocasionar enfrentamentos e adversidades diversas, sendo esse um dos principais motivos pelos quais a coordenadora considera como um momento difícil quando os jovens não demonstram interesse em participar dos encontros oferecidos pelo *Instituto Acolher*. Em suas palavras, “o nosso grande entrave hoje é fazer as pessoas que estão na ponta entender e passar pros adolescentes o quanto é importante isso”, porque, em muitos dos casos, Vera Lúcia considera que esse apoio não acontece e que, após o desligamento, ficam em desamparo.

Quando a gente oferta pra eles, que eles não querem, chega a doer, porque a gente sabe que a gente tá ofertando uma coisa que no futuro vai fazer uma diferença pra eles, mas no momento que a gente oferta, muitos deles não entendem isso como necessário, né, então assim, tu fica perdido, né, porque tu não pode obrigar eles a vir, *mas tu sabe que daqui a pouco eles vão tá precisando e muito de alguma ajuda, que eles não vão ter.* (VERA LÚCIA, 2022)

Dentre as tentativas de buscar encontrar por um lugar onde possam morar após o desligamento institucional, “uma das opções é a República” – afirma Clarissa. A República está vinculada à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão gestor da Política de Assistência Social no Município de Porto Alegre. Clarissa acredita que o acompanhamento na República é “parecido com o da casa lar, para ficar dos dezoito aos vinte, com cuidadores, com equipe técnica, mas tendo um pouco mais de autonomia do que tem na casa lar”.

Apesar de considerar a República como uma opção, Clarissa acredita que o ideal seria que existisse uma casa de transição, que fosse mais próximo ao modelo da casa lar: “A gente sonharia em ter essa casa aí de transição né, sei lá, para casa dos dezoito aos vinte e um ainda preparando, que é o trabalho da República, que a República faz, mas né, a gente tem algumas críticas quanto a isso”.

Adriana divide sonho parecido: “Eu falo que a gente deveria ter muito mais lugares para acolher as crianças, acho que até o acolhimento deveria ser até os vinte e três, vinte e um anos, dezoito é muito prematuro eles sozinho assim, é bem complicado”. A educadora complementa:

Eu tenho uma preocupação também com essa coisa do depois, porque o acolhimento dá todo um suporte né, dá uma estrutura pra eles que eles não tiveram, né, garantia de direitos que eles não tiveram grande parte da infância, do crescimento deles, do amadurecimento. E eu sempre tive uma preocupação. Uma vez eu conversando com os dois, com o Gustavo e com o Eduardo e eu tava falando dessa minha preocupação, né, tava até se aproximando deles saírem, e eu dizia assim pra eles né, que o meu sonho era ter muita grana pra abrigar as crianças de dezoito a vinte e três e aí inclusive um deles falou, acho que o Gustavo “Bah, que legal, isso né”. E aí a gente até escolheu o nome, que seria *Reacolher*. (ADRIANA, 2023)

Carolina acredita que deveria ser permitido “ficar mais uns tempos, sabe, até uns dezoito anos”, para que aqueles que quisessem, pudessem se preparar mais:

Porque depende muito de cada pessoa né, tem umas pessoas que saem só que não madura, sabe, ainda com uma mentalidade que nem de uma criança, daí tem que ensinar mais. Eu acho que tinha que sair dali e ir pra outro lugar pra se preparar mais ainda. E tinha que ter mais ajuda, né, mais oportunidades. (CAROLINA, 2023)

Cassiano-Peres *et al* (2022) sugere que entre jovens que vivenciam a experiência de viver em uma República, opiniões e sentimentos contraditórios em relação à sua estrutura costumam surgir, pois por um lado acreditam que tiveram sorte em ter um lugar seguro para viver logo após a sua saída, mas por outro lado, são críticos em relação ao funcionamento destes serviços, que na opinião deles possui regras excessivas e inflexíveis, além de oferecer pouquíssimo apoio instrumental e emocional.

Quando estava saindo do acolhimento, Flor se encontrava em avaliação de suas opções com a coordenação da instituição: “Eles já estavam planejando me colocar em algum lugar, tipo, ah, numa casa... eu tinha que escolher, ou quer morar numa casa ou numa República ou numa pousada, e aí eu vim pra República”. Flor afirma que, no entanto, não gostou de morar em uma República. Ela também considera que existem muitas regras e que as regras costumam ser inflexíveis. “Eles dizem que depois de três vezes, deu”, referindo-se a combinações diversas.

Quando iniciou um relacionamento sério, Flor decidiu ir morar na casa do namorado. “E aí eu fui morar com o meu namorado porque eu não gostei daqui, não gostei da República”. Recentemente, porém, o relacionamento terminou, fazendo com que tivesse que retornar para lá: “Eu terminei meu namoro faz, foi na sexta-feira passada e eu tive que voltar pra cá, pra República”.

“Não gostar de viver na República” não parece ser incomum. Eduardo sugere que muitos dos amigos que fez durante o acolhimento não queriam ir para a República “pelo que se ouve falar... de roubo, de abuso, de ter que ser empregado”. Vera Lúcia fala sobre a situação de uma pessoa que conheceu: “Por exemplo, o Caio, o Caio foi para uma República. Aí o Caio não gostou da República porque lá tavam roubando as coisas dele, entravam dentro do quarto, aquela coisa toda”.

Carolina comenta sobre uma amiga, que também não gostava de morar na República: “A menina que morou comigo, o caso dela foi bem complicado, porque depois que cada uma foi pro seu lado, ela foi pra uma República, que é no caso a mesma coisa que um abrigo, né, e foi bem difícil assim, o lado dela”. Posteriormente, a amiga conseguiu ir para outro lugar: “Aí depois de um tempo ela encontrou uma pessoa que conseguiu ajudar ela. Daí agora ela tá super bem”.

Segundo o relatório realizado pelo Movimento Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, a República deveria ser uma opção disponível para todos os adolescentes que completam a maioridade nos serviços como opção de moradia subsidiada para a “a transição entre o acolhimento e a vida adulta” (CASSIANO-PERES *et al*, p. 42, 2022). No entanto, o que se confere na prática é uma ausência desta modalidade em diversos Estados e municípios brasileiros. Além disso, mesmo nas cidades em que as Repúblicas estão presentes, como é o caso de Porto Alegre, nem sempre há vagas para todos.

Em Porto Alegre, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) descreve que os critérios para acesso às unidades da República são: Jovens adultos, situação de vulnerabilidade social e autonomia na vida diária. De maneira mais específica, na abertura de edital, o site da Prefeitura de Porto Alegre informa:

o serviço é destinado a jovens moradores da capital gaúcha, entre 18 e 29 anos, após o desligamento do acolhimento institucional para crianças e adolescentes, em outra situação de fragilidade ou ausência de vínculos familiares que justifique o ingresso. O objetivo é complementar e está articulado às demais ações dos serviços da rede socioassistencial da cidade. (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2023)

Na experiência de Clarissa, após o desacolhimento, “não tem um padrão”. Há aqueles que vão para o Residencial Inclusivo, outros que vão para a República, os que se reaproximam de algum familiar. Mas, “a gente ainda precisa saber que tem mais vagas, que a gente precisa”. Clarissa afirma que “para casos medicamentosos, casos de saúde mental, jovens que tem situação de saúde mental”, desde 2021, existem dois residenciais inclusivos inaugurados no município de Porto Alegre, que desde o seu lançamento, tiveram as vagas esgotadas. A coordenadora comenta que, na *Rede Afetos*, no entanto, há dois casos de jovens com situação de saúde mental que precisariam de Residencial Inclusivo, mas que, “a gente sabe que não tem vagas”.

Clarissa complementa que, por isso, quando os jovens institucionalizados completam quinze ou dezesseis anos, é preciso começar a “tensionar o poder público” para conseguir resolver a situação em que se encontram: “Porque a gente sabe que eles vão fazer dezoito e aí vão precisar ter um acompanhamento”. Para Clarissa haveria a necessidade de mais Residenciais Inclusivos, assim como mais Repúblicas, para que, quando ocorresse a saída, todos tivessem para onde ir.

Entrevistados pelo relatório organizado pelo Movimento Nacional de Convivência Familiar e Comunitária também relataram a ausência de vagas em Repúblicas “vários amigos falaram que gostariam de passar pela República, só que não tinha República suficiente pra todo mundo né [...] então tipo é uma coisa muito pouca pra tantos jovens de abrigo” (CASSIANO-PERES *et al*, 2022, p. 42).

Adriana acredita que a ausência de vagas em Repúblicas seja um tema muito importante e de difícil resolução e que para crianças com deficiência, a situação se agrava, pela dificuldade ainda maior em torno do desacolhimento:

Não existem muitas vagas em Repúblicas, as vagas são muito poucas mesmo e temos também as questões das crianças especiais, que daí sim, fica pior ainda, porque para as crianças que não tem algum, embora a maioria tenha né, a questão de saúde mental, os especiais é que tem mais dificuldade ainda de uma colocação depois dos dezoito anos, e isso também é uma coisa bem preocupante, né, acho que o Ministério Público deveria se preocupar mais em abrir vagas, né. (ADRIANA, 2023)

Em evento nacional realizado pela Associação de Grupos de Apoio à Adoção (ENAPA), no ano de 2023, ao longo de uma palestra, uma profissional do Ministério Público falou sobre o que acontece quando adolescentes completam os dezoito anos dentro de acolhimentos: “E vão sair muitas vezes pra rua, porque eu não tenho vaga em República e nem Residencial Inclusivo”. Interessante perceber que no discurso da profissional, a adoção, especialmente

tardia, está sendo incentivada com a justificativa de que “não há vagas em República ou em Residencial Inclusivo”.

Ao longo desta pesquisa, porém, o que percebo através dos depoimentos, especialmente de profissionais que atuam com acolhimentos, é uma necessidade de que a ausência de vagas possa ser percebida pelos órgãos públicos enquanto um problema *por si só* diante da situação vulnerável em que muitos jovens se encontram ao completarem os dezoito anos, a partir da saída compulsória das instituições. Reflito se, uma vez que os próprios profissionais que atuam nos órgãos públicos percebem a ausência de vagas enquanto um problema social ao longo do desacolhimento dessas pessoas, pontuar a adoção como uma suposta “solução” não poderia nos levar a mascarar, de certa forma, o problema da ausência de vagas e do acesso à moradia enfrentado pelos “egressos”?

Isto porque, mesmo diante da efetivação de adoções tardias como alternativas (que também podem apresentar distintas complexidades, como evidenciado nos casos de Eduardo, Gustavo e Flor, além de serem minorias), isso não exclui a identificação de que, entre aqueles para quem a reinserção familiar ou integração em família substituta não ocorreu, é preciso permanecer nas instituições até que completem a maioridade, de modo que as Repúblicas seguem sendo alternativas para a efetivação de moradia. Com baixo número de vagas disponíveis, no entanto, estas alternativas tornam-se menos viáveis.

Fonseca, Allenbrandt e Ahlert (2009) evidenciam que as práticas institucionais e os esforços em torno da preparação de adolescentes durante o desacolhimento sofrem acusações de serem excludentes, justamente por não haver lugar para todos os candidatos potenciais, o que também indicamos a partir das constatações aqui demonstradas.

Quando conversamos pela primeira vez, a coordenadora do *Instituto Acolher*, Vera Lúcia pontuou a ausência de possibilidades de moradia, além da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, como alguns dos principais motivos que a teriam incentivado a dar início ao instituto, porque “eles acabam saindo aos dezoito anos sem ter para onde ir. Sem ter onde morar. Sem ter um trabalho. Sem ter nada disso, entende?”.

Diante desse cenário, um sentimento de insegurança parece emergir do depoimento de alguns participantes da pesquisa. Durante o debate sobre a relação entre *segurança/insegurança* identificada nos acolhimentos entre os protagonistas da produção do curta-metragem, após Khalil ter perguntado aos demais sobre *o que é o acolhimento* na experiência de cada um,,e ter recebido como resposta a palavra *segurança*, Khalil sugeriu que, em contraste à “segurança” do acolhimento institucional, na saída, o que encontrou foi a insegurança:

Apesar das possibilidades de curso, da segurança, de chegar e saber que vai ter comida pronta, que se vai poder botar a sua roupa pra lavar e que tá tudo bem, que vai ter passagem pra ir pra onde quiser ir. Daí quando a gente sai a gente não tem mais nada. E não ter nada é desesperador. (KHALIL, 2023)

A educadora social do acolhimento *Assistência*, Adriana, também faz menção à incerteza vivida por aqueles que deixam o acolhimento a partir da saída compulsória da instituição, em contraste à segurança do acolhimento: “o abrigo, pelo menos lá na fundação, é um local que acolhe bem, aconchega, dá proteção, dá muitas oportunidades, então aquele é o lugar seguro deles, né, o depois é algo incerto”. Jota, quando descreve sobre a transição institucional, destaca a situação em que se encontrava nesse momento, sem rede de apoio, sem emprego e sem perspectiva de moradia:

O meu caso, que eu fiz...eu estava apavorado, porque eu tava desempregado, sem dinheiro, sem ficar onde morar, sem nada, nada, nada, nada, nada, nada. Por quê? Eu não tinha mãe, eu não tinha familiares para morar, eu não tenho familiares, eu não tenho nem tia, nem tio, nem padrasto, nem nada, nada, nada, nada. Tipo, eu não tenho a referência de família, nada, nem tio, nem tia, nem a amiga da minha amiga, que morava lá na vila, que poderia me aceitar, nada. (JOTA, 2021)

Sobretudo os depoimentos de Jota e de Khalil, demonstram como durante e, especialmente após a transição, as adversidades se intensificam na vivência daqueles que passam por esse processo, especialmente quando se encontram sem redes de apoio e de possibilidades amplas de inserção profissional, na busca por se manter financeiramente, além de manter o bem-estar emocional. Khalil afirma que, diante das adversidades identificadas considera que é “por isso que a maioria das pessoas que sai do acolhimento sai e vira morador de rua, se prostitui ou morre nos primeiros seis meses”.

É por isso que ao expor a sua percepção aos outros participantes do curta-metragem, Khalil considera que todos que se encontram naquela sala podem ser considerados como vencedores: “...então todo mundo que tá aqui e principalmente pra vocês: nós somos real vencedores, sabe? Todo dia é uma batalha. Tem dia que não tem nem pra comprar o pão, mas a gente volta e corre atrás”.

Semanas depois desse diálogo, em conversa durante o intervalo das gravações, Khalil me conta que não estava se sentindo muito bem naquela semana, porque estava sem dinheiro para comprar alimentação para ela e para a filha. Khalil me diz que o seu cadastro no Bolsa Família foi bloqueado por 90 dias e que ao procurar ajuda pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tudo o que recebeu foi um aviso para que retornasse na semana seguinte, pois não havia nada que pudesse ser feito por ela.

Além da ineficácia em auxiliá-la, Khalil também denuncia o tratamento que recebe quando procura por auxílio no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ela afirma que, normalmente, quando é atendida por pessoas negras, sente que sua situação é mais compreendida, e que tentam ajudá-la de alguma forma. Ao contrário, sente que o tratamento que recebe de pessoas brancas é diferente e acusa já ter sofrido racismo dentro do centro por profissionais brancas.

Entre os participantes da pesquisa, situação recente de vulnerabilidade econômica é também identificada em um dos depoimentos de Flor. Naquele dia, Flor chegou ao local das gravações do curta-metragem avisando que se encontrava “morrendo de dor nos pés”. O motivo era não ter mais dinheiro para bancar as passagens que precisava para se locomover durante toda a semana, incluindo os trajetos entre a República, o trabalho e a escola, razão pelo qual vinha fazendo todos os caminhos a pé.

Sobre as distintas dificuldades encontradas após a saída das instituições, Clarissa, coordenadora da *Rede Afetos*, considera que aos dezoito anos “são ainda muito novos... porque a gente sabe... a gente já teve essa idade, sabe o quanto é difícil enfrentar algumas coisas com autonomia”. Por isso, de acordo com a coordenadora, a saída compulsória do acolhimento significa, de alguma forma, que “eles são levados a como se tirasse com o fórceps, né. Que tem que enfrentar a vida, tem que encarar e alguns conseguem sim, mas a gente pode, infelizmente, dizer que não são a maioria”.

Clarissa comenta que certa vez, diante de situação difícil enfrentada por um adolescente que necessitava de uma vaga em República, ela chegou a solicitar ajuda para os órgãos públicos: “A gente já chegou a pedir assim pro Judiciário: *deixa ele ficar mais um pouco*”. A resposta que recebeu, conta Clarissa, foi: “Não, é lei. Não pode”. A coordenadora da *Rede Afetos* assume ter tentado insistir: “- Dra., mas não tem vaga, o que que a gente pode fazer até esperar?” e recebeu, novamente, outra negativa, dessa vez ainda mais dura: “Não sei... coloca lá na porta da FASC (Fundação de Assistência Social e de Cidadania) e deixa lá”. Sobre seu depoimento, Clarissa conclui: “Então a gente escuta coisas assim, porque é lei, é tchau, seja né, pra onde for...”.

É nesse sentido que Vera Lúcia, coordenadora do *Instituto Acolher*, salienta que “não existe Política Pública pra nenhum adolescente que sai do acolhimento”. O que existe hoje no município de Porto Alegre, em sua percepção, são acordos com órgãos públicos que visam auxiliar através de ações específicas. A coordenadora comenta que sabe, por exemplo, de acordos operacionais de iniciativa da Promotora de Justiça com o Tribunal Regional do

Trabalho que foram feitos para que empresas que estivessem devendo impostos fizessem um acordo para ampliar o acesso universitário:

[...] enfim, que pagassem pra esses jovens pra conseguir alguma coisa pra esses jovens, então eu sei que tem uma universidade grande que tava devendo um batalhão de impostos lá e aí o acordo foi feito que trocava aqueles valores de impostos por vagas pra esses adolescentes na faculdade. Então essas coisas acontecem, ela vai e mexe mesmo e ela faz acontecer, mas é assim, é uma pessoa se movimentando pra um caminhão de adolescentes saindo todo ano. (VERA LÚCIA,2022)

Vera Lúcia complementa, entretanto, que o trabalho exercido pela Promotoria de Justiça e mesmo o do *Instituto Acolher* “não dá conta de toda a demanda”, especialmente porque hoje “são pouquíssimas” as Repúblicas existentes no Município: “Nós temos hoje três ou quatro Repúblicas em Porto Alegre, não dá conta desses adolescentes, então é muito complicado assim, saber que a maioria deles vão sair e não vão ter chance”. Vera Lúcia comenta que, diante de situações em que aqueles que saíram dos acolhimentos e se encontravam sem rede de apoio, auxílios voluntários foram realizados:

[...] nós já tivemos adolescentes [...] que já tavam há dois anos fora do acolhimento e vieram pedir socorro pra gente ajudar porque eles não tinham o que comer, não tinham onde morar, da gente montar na pandemia uma casa inteira pra uma adolescente que saiu do acolhimento, não tinha onde morar, nós alugamos uma casa, nós da diretoria do *Instituto Proteger* (Instituto vinculado ao Acolher), alugou uma casa pra ela, nós durante quatro meses pagamos o aluguel, a água e a luz dela, nós demos comida pra ela, e montamos a casa dela com doação de todos os voluntários que a gente têm, entendeu?. (VERA LÚCIA,2022)

Sobre o acompanhamento que deve ser realizado pelas instituições, o Art. 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sugere que as entidades de atendimento devem “manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos” (BRASIL, 1990). A categoria “egressos”, entretanto, de acordo com Fonseca, Allenbrandt e Ahlert (2009) é vaga, pois pode se referir tanto aos recém-nascidos adotados, a crianças que retornam às famílias de origem, quando ao jovem que cresceu e completou dezoito anos dentro de uma rede institucional.

A coordenadora da *Rede Afetos*, Clarissa, pontua que apesar de considerar que a instituição em que trabalha “tenha um plano de acompanhamento”, por outro lado, considera que não existe “uma política pública fechada” dedicada ao processo de desacolhimento que deve ocorrer com a chegada à maioridade. Clarissa conta ainda que, no que se refere à transição institucional, é preciso considerar também que “cada caso de acolhido se torna único, assim como seu processo”:

[...] e durante esse período assim acompanhei alguns desligamentos, né de adolescentes com 18 anos, e é um processo, que apesar de que a gente tenha um plano assim de acompanhamento, um ano antes quando eles fazem 17, é muito desafiador, porque não tem uma política pública assim fechada né, em que a gente possa traçar esse plano assim, como uma metodologia. Cada caso de acolhido se torna único assim como seu processo... então quando tu me pergunta de acolhimento né, não têm uma questão pronta, fechada. (CLARISSA, 2022)

Na percepção de Vera Lúcia, o plano de desligamento existente hoje dentro das instituições é pautado especialmente no oferecimento de cursos profissionalizantes. Para a coordenadora do *Instituto Acolher*, no entanto, isso não é suficiente, pois seria necessário um olhar individual para cada caso, uma vez que “eles olham muito no coletivo, e nem todos conseguem dar conta sozinhos”:

Tem aquela coisa do orgulho... de achar que eles podem fazer e não precisam de ajuda. Esse é um viés que eu vejo. A segunda coisa é eles achar que eles tem um plano de desligamento, quando na verdade eles não tem para todos, né. E achar que não precisam realmente. Que eles tão bem atendidos, porque eles tem um trabalho, eles fazem menor aprendiz, eles fazem cursos técnicos no “Pão dos Pobres”, só que isso não é suficiente quando eles saem... eles precisam de mais que isso. Eles precisam ser ouvidos na verdade. Não basta só curso, né (VERA LÚCIA, 2022).

Vera Lúcia complementa ainda que é importante que o acompanhamento do processo de desacolhimento seja realizado antes que eles sejam desligados. A coordenadora afirma que há casos em que os acolhimentos perdem o contato com os jovens após o desligamento e que, nesse sentido, falta um processo de “pós-acolhimento”, uma vez que, após completarem dezoito anos, a instituição não tem mais obrigação.

O grande problema que se tem hoje é assim, ó, [...] vou te dar um exemplo desse curso de sistemas, tá? a gente cadastrou vinte e poucos adolescentes para esse curso. Quando as vagas abriram, que nós fomos atrás deles para conseguir fazer com que eles viessem e comesçassem o curso, muitos deles já tinham saído do acolhimento e o acolhimento sequer tinha mais contato com eles, a gente não conseguia buscar, entende? Então ou a gente pega eles enquanto eles tão no acolhimento ou depois eles viram pó, porque não tem mais o contato, não têm mais obrigação nenhuma, e aí se perde. A gente pergunta: tá, mas tu não tem mais o contato do fulano? Não, a gente não tem, entende? Então falta esse pós-acolhimento. Esse cuidado com quem saiu do acolhimento não existe. No momento que ele sai a porta se fecha e ele não volta atrás, não pode voltar. (VERA LÚCIA, 2022)

Clarissa, por outro lado, afirma que, dentre os cerca de quinze desacolhimentos que já acompanhou na *Rede Afetos*, procura acompanhar como se encontram hoje. A coordenadora afirma que ao longo do processo as equipes fazem “tudo o que a gente pode, tudo o que está ao nosso alcance, para conseguir enfrentar esse momento...mas não é fácil”. Sobre um desses casos, ela comenta:

Até há pouco tava falando com uma adolescente, uma jovem né, ela já saiu faz dois anos assim, que a Érika saiu e ah, agora eu consegui vaga pro filho dela na creche, pertinho de casa, então acaba que depois desse vínculo aqui quando sai não é cortado, né. A gente ainda fica acompanhando. Fica tentando assim dar um apoio né. Não é muito, mas a gente fica tentando. Ela disse: ah, agora eu vou conseguir trabalhar, porque vaga em escola, né, é bem bem delicado. Mas ela, ela sempre nos manda, ela e outras assim, tão sempre nos visitando e vindo assim e a gente infelizmente vê o quanto eles enfrentam de muitos desafios, de muitas questões. (CLARISSA, 2022)

Sobre as políticas públicas em torno do desacolhimento, Rifiotis (2016) afirma que o que se evidencia é uma espécie de não lugar dos “egressos” a partir de sua inexistência como tema nessas políticas:

Os serviços de acolhimento e, consequentemente, as políticas que os produziam como parte do dispositivo de proteção à infância e à adolescência, eram o lugar de partida. Se, entretanto, em termos de políticas públicas, havia um interesse ampliado em relação ao processo de institucionalização, no que se refere aos “egressos” pude observar que se produzia uma espécie de não lugar nessas mesmas políticas que outrora os reconheceram como sujeitos de direitos ou cujos direitos foram violados. (RIFIOTIS, 2016, p. 215)

Acerca do contato com egressos do sistema de proteção, a educadora social Adriana conta como foi aquela que considera como uma *das tardes mais tristes de toda a sua vida*. Adriana estava trabalhando, fazendo o acompanhamento de uma adolescente acolhida num posto de saúde e chegando lá, encontrou com três jovens que haviam sido acolhidos pelo *Assistência* e que deixaram a instituição aos dezoito anos:

Eu tive assim a experiência, né, esse ano ainda, eu tava no IAPI, o IAPI é onde tem um serviço de emergência pra questões psiquiátricas né, eu tava com uma menina lá, ela ainda era trans ainda, pra dificultar mais ainda a vidinha dela, a nossa sociedade ainda não tá preparada pra isso e ela tava tendo algumas questões, justamente porque já tava com dezessete anos, tentou uma experiência familiar, não deu certo, ela voltou pro abrigo e com medo do incerto ela teve uma crise e foi parar no IAPI, lá na emergência, onde ela tava aguardando vaga em algum hospital pra internar, e nesse período, ela é adolescente né, e aí eu fazendo esse acompanhamento com ela, lá naquele hospital, lá naquele posto ali de emergência, existe a ala dos adolescentes e dos adultos. E numa ocasião que eu tô ali com ela, eu tive uma eu acho que das tardes mais tristes da minha vida assim, né, justamente por essa preocupação, né, enquanto educadora a gente tenta preparar eles, mas a vida é cruel. E eu nesse período que eu tava com ela, eu passei pela ala adulta né, adulta a partir dos dezoito e foi uma tarde bem triste assim, foram dois plantões que eu passei lá e nesse período eu encontrei três educandos lá, três educandos que passaram por nós e tavam ali, internados na ala psiquiátrica, porque não tavam dando certo fora do abrigo. Teve um menino que eu conversei, o nome dele era *José Carlos*, e daí ele me abraçou a gente conversou e aí ele disse assim: nossa Adriana, a gente não aproveita as dicas que vocês dão, as coisas né, eu tô aqui, eu pirei e eu mesmo me internei aqui. Ele num período de menos de um ano já havia passado por três empregos, tinha sido demitido de todos, tava desesperado, sozinho, o desligamento dele se deu pra conviver com algum familiar, não deu certo, ele foi pra essa família não deu certo, ele tentou a vida sozinho, e também não tinha maturidade emocional suficiente pra tocar a vidinha dele, e aí ele

bugou “não tô conseguindo, não tô conseguindo manter emprego, não tô conseguindo pagar o aluguel” e ele tava lá internado, na ala psiquiátrica. Então foram dias assim bem ruins, que fazem com que esse propósito que eu te falei que eu tenho de preparar eles, fique mais assim, né, meu compromisso ficou bem maior. É raro os que saem com alguma coisa organizada, infelizmente. (ADRIANA, 2023)

Sobre essa ocasião, Adriana me conta ainda que uma das pessoas que se encontrava internada e com quem conversou naquele dia olhou para ela no fundo dos olhos e disse: “Se eu tô aqui hoje, é por culpa de vocês...” e que por isso aquela tarde ficou especialmente marcada em sua memória. Sobre a preparação gradativa realizada dentro dos serviços de acolhimento, Adriana acredita que entre as instituições: “O manejo é mais ou menos similar: a procura por familiar, cursos técnicos, curso profissional de aprendiz, né... preparar a criança da melhor forma para o desligamento”. A educadora social complementa que, no entanto: “Como te falei anteriormente... nem sempre eles vão sair pro abrigo pra casa de algum familiar”.

O último dia

Durante o primeiro dia das gravações do curta-metragem foi sugerido:

(EDUARDO): Um momento muito legal que a gente poderia gravar é o momento do último dia do abrigo! (Gustavo): Bah, o último dia é... (KHALIL): Aí é o desligamento mesmo... Vocês tem os arquivos de vocês? (JOTA): Isso, isso (Risos) “Tá aqui a tua pasta”... eu tenho (Trecho de áudio, 27/05/2023).

Semanas depois, durante o penúltimo dia das gravações iniciais, Flor novamente sugere a preparação de uma cena relativa à saída: “Eu tava pensando em *sair do abrigo*, saindo do abrigo”. Eduardo interrompe, em tom de brincadeira: “*fugindo do abrigo*”, ao passo em que Flor, sem entender a ironia, responde de maneira séria: “Não, saindo do abrigo... mas pode ser os dois, uma outra imagem da pessoa fugindo, uma imagem da pessoa saindo... sei lá, pode ser um só”. Jota intervém, dando sua sugestão à criação da cena: “Acho que pode ser só uma cena”. O diálogo que segue complementa a criação de Flor, de Eduardo e de Jota, ao longo de discussões sobre suas experiências particulares:

“Cena 2” – O último dia

Jota: Acho que pode ser uma cena...

Flor: Tá, pode ser uma pessoa saindo do abrigo

Jota: Isso, gostei! Eu sou o assistente social e te dou os documentos (Risos)

Eduardo: Parece que nunca vai chegar e quando chega....

Flor: É um desespero né?

Jota: A saída em si é simples

Eduardo: É, a saída é simples...

Jota: Geralmente é uma pessoa dando tchau, a outra pegando os documentos.

Eduardo: Depois tem que assinar...

Jota: Então, dando os documentos....

Eduardo: Primeiro tem uma festa, não sei, pra mim teve uma festa...

Jota: Tava onde? Na *Disney*?

Eduardo: Foi como eu falei, a minha estadia foi tranquila... eles fizeram até uma festa, ganhei um monte de cartinha, coração...

Jota: Ai, bem-quisto....

Flor: Pode ser do penúltimo dia no caso ao último, da noite que tu vai embora, de a gente fazer uma imagem tipo arrumando as coisas e como sempre tem alguém que gosta da gente estar saindo, então a gente pode fazer uma imagem de alguém rindo da gente “ah, que bom que vai embora, né” [...] a segunda pode ser no outro dia...

Jota: Pegando o documento...

Eduardo: E depois a festa....

Jota: Eu acho que se colocar a festa tem que ser antes de arrumar as coisas...

Oficineira: Vamos experimentar então?

Jota: Tá, quais são as cenas?

Oficineira: Combinem entre vocês

Jota: Eu não apoio festa, mas se os dois apoiam

Flor: Não, pra mim tanto faz, é de acordo com todo mundo.

Na cena final produzida por Flor, Eduardo e Jota, Flor interpreta a pessoa que está deixando o acolhimento. Ela prepara a “mala” para ir embora, enquanto Eduardo e Jota interpretam duas pessoas que “estão rindo da cara dela” porque desejavam que ela fosse embora da instituição. A segunda parte é composta pela assinatura dos documentos: um assistente social acompanha o preenchimento e um “tio” educador permanece na sala para oferecer apoio emocional. Por fim, é produzida uma imagem que representa a saída efetiva, onde Flor passa por uma porta, senta na calçada e começa a chorar.

“Cena 3” – A saída

Jota: “Muito legal né, saindo da escuridão pra vida”... Tá, daí tu vai ser o cuidador que abre a porta pra ela...

Eduardo: Tchau, bença... boa sorte na nova caminhada... Quem vai sair aí?

Flor: Eu

Jota: Tu tem uma mochila?

Eduardo: É, pega uma mochila... Tem as vezes tem gente que sai com um saco de lixo, sabia? Sai com dois sacão de lixo... Tem pessoas que sai com mala...

Flor: Eu saí com mala.

Diretora: Jota, qual vai ser o teu papel na cena?

Eduardo: Tu pode estar dando tchau pra ela.

Flor: E a última seria... Na minha opinião é que quando eu saí eu fiquei bem mal, eu não fiquei feliz.

Jota: Sim, porque tipo assim, quando as pessoas saíam elas choravam...

Eduardo: Não, eu pensei assim também... quando eu fui visitar eu não podia entrar né, então eu fiquei lá fora olhando. Bah, eu fiquei, bah eu não posso entrar...

Ao longo do diálogo de montagem da cena de saída as diferenças entre as suas experiências tiveram destaque. A discussão sobre a festa de despedida ocorrida entre Jota e Eduardo demonstram isso. Além disso, foram inúmeras as outras conversas que também demonstravam as diferenças institucionais e de experiências vivenciadas, como um diálogo em que conversaram sobre a casa lar em que Eduardo viveu ter acesso à computador, enquanto na casa lar em que Jota ficou “não tinha isso”.

Através dos depoimentos dos participantes, destaca-se a percepção de que com a chegada da maioria, o processo de saída vai muito além de um processo puramente “burocrático” de desligamento da instituição, mas ocorre como uma transição que vem sendo assimilada desde a entrada e que passa a se intensificar com o tempo. Após a montagem da cena de saída, durante a roda de conversa final, Flor expôs os principais motivos pelos quais chorou quando deixou a instituição, falando sobre o carinho que tinha pelas educadoras e sobre o desespero que sentiu por não saber como enfrentar aquele momento sozinha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na epígrafe de abertura desta tese, a poesia biográfica de Khalil descreve as diversas passagens de sua vida. Em muitos trechos, ela faz referência às idades da vida. Ao relembrar a própria infância reconhece que aos sete anos de idade era ainda jovem demais para assumir o compromisso pelo cuidado dos irmãos: “É que tu me disse pra eu cuidar dos meus irmãos e eu tinha só sete”. Khalil queria ter pulado da infância diretamente para a adolescência a fim de ter mais ferramentas para encarar as situações de adversidade em que sua família se encontrava: “Quem me dera fosse dezessete para lidar com aquela maldita que valia cinco”.

Diante da impossibilidade, Khalil e os irmãos foram para uma instituição de acolhimento, espaço onde permaneceu até que completasse a maioridade. Experiência que naturalmente foi contabilizada: “Por nove anos vivi em um abrigo”. Após ter deixado a instituição, a persona poética de Khalil parece ainda sentir a pressão social “por ter vinte e um e não ter feito faculdade”. Através da leitura das memórias e dos afetos tão cotidianos descritos e criados por Khalil, podemos perceber que a lembrança da idade é constante na sua e em nossas vidas.

Quando nos apresentamos, para nos identificarmos, frequentemente uma das primeiras informações que oferecemos é justamente a nossa idade. Entre os interlocutores desta pesquisa não foi diferente: “Oi, meu nome é Flor... e eu tenho dezoito anos”, “Meu nome é Jota, tenho vinte e um anos”, “Meu nome é Lisandra, eu tenho dezoito anos”. Isso demonstra a inevitabilidade da idade como variável importante na sociedade e na nossa interação com outras pessoas e com as instituições.

A lógica etária determina direitos, responsabilidades e capacidades legais, influencia a vida em sociedade, molda as relações e faz parte da definição de normas. No contexto do desacolhimento, os limites legais desempenham um papel central pois a maioridade determina a saída compulsória das instituições. Nos depoimentos apresentados, é perceptível que o marcador etário é muito relevante nessas infâncias e adolescências marcadas pela tutela do estado. A frase *com dezoito vai ter que sair* foi frequente nos relatos de Carolina, Jota e Rafael e marca o modo como essa transição é anunciada sobretudo pelos profissionais que atuam nesses espaços, seja na forma de conselhos ou de avisos nada tranquilizadores em relação ao que os espera no futuro.

A legislação estabelece que antes de deixarem as instituições, aqueles que se encontram acolhidos devem passar por uma preparação gradativa, que tem como orientação auxiliar ao longo da transição para a passagem de um patamar de dependência para a aquisição da

autonomia (BRASIL, 1990; BRASIL, 2009). No entanto, o que tem se observado, e que essa pesquisa corrobora, é que ainda que existam movimentos sendo realizados pelas instituições no intuito de cumprir com os objetivos propostos, incluindo a tentativa de inserção no mercado de trabalho e de acesso à moradia, essas tentativas não são plenamente suficientes.

Ao longo do capítulo que se propôs a observar como as idades da vida são compreendidas na literatura e nas determinações legais, observei que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina os dezoito anos como o final da adolescência sem que, no entanto, isso signifique a passagem para a vida adulta. A própria existência de um Estatuto da Juventude que a estende até os 29 anos sugere um processo longo de chegada à adultez. A proposta de preparação gradativa assumida pelas instituições, no entanto, parece apresentar a maioria como uma transição etária bastante similar ao que histórica e culturalmente foi compreendido como a idade adulta, especialmente a partir da tríade de responsabilidades, que demarca a “transição da juventude à adultez” como o momento de assumir responsabilidades residenciais, profissionais e familiares (MÜLLER, 2009).

Ao contrário de uma passagem abrupta, o que várias pesquisas nas últimas décadas vem identificando é um fenômeno descrito como *o prolongamento da juventude*, resultante de um adiamento dos antigos marcadores de responsabilidades associados à adultez, e que passam a ser cada vez mais questionados, especialmente diante da dificuldade de inserção profissional observada também nas camadas médias (ARNET, 2000; PAIS, 2009; DEBERT, 2010; BRANDÃO, SARAIVA E MATOS, 2012; SILVA, 2021).

A observação desse fenômeno permite traçar paralelos importantes com o objeto desta pesquisa, em torno do tema do desacolhimento. Primeiro porque estudos que partem dessa perspectiva apontam que nas camadas médias essas transições não são consequência exclusivamente da idade. Ao considerar o adiamento das responsabilidades, marcado pela permanência no seio familiar, ainda que as adversidades estruturais também sejam inegáveis ao longo das transições para a “vida autônoma”, nas camadas médias, são identificados núcleos familiares com condições materiais e recursos suficientes para manter financeiramente filhos e netos ao longo desta passagem, ampliando o leque de possibilidades. Ao contrário, no contexto de pessoas que foram acolhidas pelo sistema de proteção, o que se observa é um processo de aplicação da medida de acolhimento que já inicia a partir da identificação de vínculos familiares muitas vezes fragilizados, além de condições de vulnerabilidade econômica.

Como agravante, quanto maior for o tempo de vida nas instituições, maior também será a dificuldade de reinserção familiar, seja na família de origem, ou na família extensa (SILVA, 2010). Entre aqueles que permanecem institucionalizados por muitos anos, a própria

possibilidade de integração em família substituta é remota, pois as adoções tardias são mais raras, especialmente pelo perfil privilegiado pelos postulantes a adoção, geralmente crianças na primeira infância, de pele clara e em boa saúde (FONSECA, 2019). Isso revela a relevância do critério etário, somado à outras variáveis, no que diz respeito ao sistema de adoção e às rupturas de vínculos implicadas no seu funcionamento na contemporaneidade, tanto em relação à perda de qualquer contato com a família de origem, quanto ao desmembramento de grupos de irmãos: os mais novos têm chances de adoção ampliadas, enquanto os irmãos mais velhos *vão ficando* no sistema.

Estabelecendo paralelos entre as juventudes das camadas médias e as juventudes que foram acolhidas no sistema de proteção constata-se que diferentemente do que acontece com juventudes inseridas em estratos sociais nos quais se observa o “prolongamento da condição de juventude”, os “egressos” de acolhimentos, além de submetidos a um marcador definitivo representado pela idade, quando chegam aos dezoito anos, dificilmente poderão contar com redes de apoio e de suporte material e emocional.

Nesse sentido, a história de Jota é exemplar. Ao deixar a casa lar em que se encontrava, ele não tinha rede de apoio familiar e nem considera ter sido preparado pela instituição para o desligamento da instituição. Jota descreve muitas dificuldades enfrentadas ao longo da inserção no mercado de trabalho, incluindo períodos em que ficou desempregado e em que passava por depressão. Sobre o acesso educacional, ele se considera uma exceção por estar cursando o ensino superior. Ao precisar realizar o trancamento do curso por não conseguir manter os custos de alimentação, passagem e materiais, ele próprio compara sua realidade com a de seus colegas da faculdade privada. Se também os colegas que tinham apoio familiar, por vezes se encontravam em dificuldade para continuar estudando, para ele, que não tinha o mesmo apoio, as dificuldades eram evidentemente muito maiores.

Ao mesmo tempo que estudos tem apontado para um período entre os dezoito e os trinta anos, em que se admite ou espera que uma transição para a autonomia não tenha sido plenamente conquistada, nas juventudes em que a maioria estabelece uma mudança radical, ao invés de adiada, a carga de responsabilidades é antecipada em aproximadamente uma década. Assim como responsabilidade e autonomia são cada vez mais questionados como capacidades inerentes à condição de “adulter” (DEBERT, 2010), não caberia supor que a capacidade de independência financeira possa resultar da maioridade, como na prática ocorre com a determinação do desligamento institucional com base na idade. Sobre o caráter ideológico dessa determinação o que percebo é que a definição de um critério etário como único

marcador para a transição institucional representa a adesão a um ideal de independência e de autonomia plena que não se realiza nem nas camadas mais abastadas da população.

A qualidade da “preparação gradativa” oferecida pelas instituições, claramente não corresponde à rigidez do desligamento compulsório. Na ausência de uma preparação gradativa plenamente eficaz, aposta-se na ação e iniciativa dos próprios adolescentes sem proporcionar os meios necessários para que a autonomia seja precocemente alcançada. Em oposição à fluidez do curso da vida *como um processo* e da própria vida *como uma transição em si mesma* (MÜLLER, 2009), no âmbito do sistema de proteção à infância, a idade estabelece uma passagem fixa com uma estreita margem de maleabilidade. Nesses casos, não há outra opção viável, a não ser a porta de saída das instituições. Diante dessa rigidez, sugiro que a própria concepção de juventude como uma fase lacunar, identificada em estudos sobre as fases da vida, é contrariada no caso de “egressos” do sistema de proteção.

Baseio esta tese, portanto, na concepção de que ao definir a maioridade como marcador único, sem, no entanto, oferecer possibilidades efetivas para que essa preparação gradativa possa ser concretizada, o sistema de proteção, indiretamente, assume o fator etário como suficiente, naturalizando a ideia de que aos dezoito anos, qualquer pessoa tenha o necessário para a efetivação da autonomia. O que se observa como resultado, por outro lado, é que a saída compulsória potencializa vulnerabilidades, expondo juventudes que foram acolhidas, a violências muito próximas àquelas que estão na origem da própria medida de acolhimento institucional.

Deste modo, definir a maioridade como marcador definitivo, sem considerar outras variáveis como classe, etnia, gênero, etc., além de assumir uma visão estática da maioridade e dos valores associados a ela, também desconsidera os fatores econômicos que marcam as dificuldades estruturais que se apresentam fora dos muros das instituições, o que muitas vezes impede que a “independência”, sobretudo econômica, possa ser alcançada em todos os casos.

Em relação à preparação gradativa, o que foi demonstrado no último capítulo é que, ao contrário de orientá-los para um caminho de autonomia, o que acontece em muitos casos é justamente o contrário. Observa-se uma forte dependência que aparece sobretudo: a) na relação com os recursos materiais e financeiros disponíveis na instituição, b) na relação afetiva e de suporte emocional a partir dos laços construídos entre profissionais e acolhidos e c) na relação com as atividades domésticas e exigências cotidianas exercidas em maior parte pelas equipes que trabalham nesses espaços. Há um contraste entre a segurança obtida no acolhimento, através de relações afetivas construídas entre acolhidos e profissionais e do acesso à direitos

básicos como alimentação, transporte e moradia e, por outro lado, o *choque de realidade* representado pela saída, sem que os mesmos direitos sejam assegurados.

Quanto às ações institucionais identificadas como parte da preparação gradativa, os dados obtidos apontam sobretudo para: a) a inserção dos adolescentes em cursos profissionalizantes a partir dos quatorze anos de idade e a criação de uma conta, visando a acumulação de renda do salário recebido ao longo da experiência; b) a busca por opções viáveis de moradia, incluindo novas tentativas de reaproximação familiar, intensificadas a partir dos dezessete anos e a parceria com Repúblicas e c) o suporte emocional oferecido pela equipe técnica, sobretudo através de conselhos e orientações sobre quais serão os desafios enfrentados a partir da saída do acolhimento.

Sobre a percepção de profissionais em relação ao desacolhimento, identificamos que, além do sentimento de impotência diante da saída compulsória, as profissionais entrevistadas consideram que aos dezoito anos eles, “são muito novos” e “não têm maturidade emocional” o que agrava a situação de saúde mental em que muitos acolhidos se encontram ao longo da transição institucional, como efeito de múltiplos fatores e das adversidades enfrentadas antes, durante e após a institucionalização. Como consequência, não são raras as situações de jovens que após deixarem o sistema de proteção passam a viver na rua. Tanto Jota, quanto Khalil, por exemplo, têm irmãos vivendo nestas condições.

Para além de histórias de extrema vulnerabilidade, a falta de recursos materiais para arcar com custos como alimentação, passagens de ônibus e materiais de estudo são outros dos exemplos de adversidades estruturais evidenciadas em depoimentos como os de Jota, Khalil, Flor e Manuela. Conclui-se, portanto, que a preparação gradativa não se institui de maneira igualitária, assim como a efetivação dos acessos ao trabalho e a moradia, garantindo direitos básicos de sobrevivência humana. Diante desses constrangimentos, as soluções biográficas ou as táticas de enfrentamento e resistência tecidas pelas pessoas que foram acolhidas e permaneceram nas instituições até os dezoito anos, evidenciam a criatividade dos próprios sujeitos na construção de novas possibilidades (FONSECA, ALLENBRANDT E AHLERT, 2009). Entre os depoimentos trazidos nessa tese, a inserção de Jota no mercado de trabalho é um excelente exemplo.

Ao responder ao objetivo dessa pesquisa, ou seja, identificar os efeitos do critério etário para o desligamento institucional, proponho que, ao considerar a idade como variável central das políticas públicas sem, no entanto, fornecer os caminhos viáveis para o acesso à direitos básicos, como educação, moradia e trabalho, o sistema de proteção produz desigualdades, individualização e responsabilização precoce pelo próprio destino. Ao olharmos para as

histórias apresentadas, a partir do viés antropológico das idades, vemos que o critério etário, tomado como variável suficiente para o desacolhimento institucional produz um efeito de homogeneização que reifica as idades da vida e não considera a enorme desigualdade social que estruturalmente diferencia as juventudes e suas possibilidades. Questiono, nesse sentido, se não seria justamente as próprias políticas que partem de uma lógica homogeneizadora que produzem o que Jota e Khalil expressam ao dizer que foram tratados como meros “números e estatísticas”.

Para além das dificuldades e das portas fechadas, como último apontamento, ressalto as possibilidades que os próprios sujeitos seguem criando e desejando. Khalil, aos vinte e cinco anos e sete anos após ter deixado o acolhimento institucional reflete sobre a busca de sua própria identidade:

“É muito doido porque faz sete anos que eu saí do acolhimento e sinto que há sete anos eu tô podendo ser quem eu sou. Aprendendo a ser Mirela, aprendendo a ser Khalil e fazendo o que eu quero fazer, e não o que eles dizem que eu posso fazer. E eu acho que a gente tem medo de fazer as coisas, porque a gente sempre recebe não, não, não. (...) O abrigo ele nos dá várias feridas e não sinto que é sobre segurança. Mas quero e espero que a gente possa fazer algo para que outras pessoas não vivam dentro do acolhimento. E que pessoas pretas não vivam lá, porque nós somos a maioria real. Mas achei incrível a ideia de transformar isso em arte. Ou em poesia. Ou em música, e achei massa porque todo mundo se dispôs a estar aqui, mesmo com responsabilidade de trampo e outras coisas”

Assim como Khalil, desejo que possamos seguir refletindo sobre a construção dessas políticas, para que olhem para as subjetividades e experiências únicas de cada indivíduo, considerando a idade cronológica apenas como uma parte de uma identidade que é múltipla. Desejo, ainda, que a partir de olhares renovados sobre esses conceitos, novas chaves de entendimento possam servir como impulso para que se abram portas para mais acessos, oportunidades e possibilidades, considerando como elemento fundamental, a pluralidade dos sujeitos que entram e deixam o sistema de proteção.

Seria necessário, diante do que se apresenta, a garantia de uma abordagem mais justa e equitativa para todas as pessoas, reconhecendo as diferenças, sem esperar alguma coisa “da juventude” simplesmente por sua condição etária, mas sim, considerando a “complexa relação de forças e influências” presentes no contexto social em que se inserem e a enorme diversidade das experiências individuais (TRANCOSO E OLIVEIRA, 2014).

Subverter a lógica da arbitrária demarcação com base na idade, como muitos estudos têm proposto, é ir na contramão da individualização de problemáticas que são, antes de tudo,

sociais. E, no caso dos protagonistas desta tese, é diminuir o peso da responsabilidade que recai sobre “egressos” em torno da “conquista” de uma autonomia plena a partir de uma “saída do sistema” que é compulsória.

REFERÊNCIAS

- ABAIS, Josiane Lieberknecht Wathuer; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Exposição a Fatores de Risco de Adolescentes em Acolhimento Institucional no Sul do Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Interação Psicologia**, Curitiba, v. 18, p. 47-57, 2014.
- ABRAMO, Helena Wendel; LÉON, Oscar Dávila. Introdução. In: FREITAS, Maria Virgínia de. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação educativa, 2005.
- ACIOLI, Raquel Moura Lins. **Adolescentes em situação de acolhimento: avaliação institucional, característica sociodemográfica na cidade do Recife, 2009-2013**. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2015.
- ADERALDO, Guilherme; RAPOSO, Otávio. 2016. Deslocando fronteiras: notas sobre intervenções estéticas, economia cultural e mobilidade juvenil em áreas periféricas de São Paulo e Lisboa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22. n. 45, p. 279-305, 2016.
- ALMEIDA, Tatiana Lima de. História da Institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Santa Rita**, [s. l.], n. 15, jun. 2013.
- ALTMANN, Eliska. Verdade, tempo e autoria: três categorias para pensar o filme etnográfico. **Revista Antropológicas**, [s. l.], v. 20, n. 1-2, 2009.
- ALTOÉ, Sônia. Trabalho uma via de inserção social valorizada. In: ALTOÉ, Sônia. **Menores em tempo de maioridade: do internato-prisão à vida social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 81-86.
- ARANTES, Esther Maria de M. De “criança infeliz” a “menor irregular”: vicissitudes na arte de governar a infância. **Mnemosine**, [s. l.], v. 1, n. 0, p.162-164, 2004.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ARNETT, J. J. Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. **American Psychologist**, [s. l.], v. 55, p. 469-480, 2000.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires (Org). **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2013.
- BARBOSA-SILVA, Larissa Horácio; PEREIRA, Álvaro Itáuna Schalcher; RIBEIRO, Francisco Adelson Alves. **Reflexões sobre os conceitos de adolescência e juventude: uma revisão integrativa**. Revista Prática Docente, [s. l.], v.6, n.1, 2021.
- BARRERA-HERRERA, Ana; VINET, Eugenia V. Adultez emergente y características culturales de la etapa en universitarios chilenos. *Terapia psicológica*, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 47-56, 2017.
- BATISTA, Igor Mateus. Indústria cultural e juventude: juvenilização da vida e os bens culturais convertidos em mercadorias a serem consumidas pelas massas no contexto de

mundialização da economia. XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. UFPR, Curitiba, 2016. **Anais [...]**, Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468202516_ARQUIVO_TrabalhoCompleto-XVENCONTROREGIONALDEHISTORIA-IGORMATEUSBATISTA.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

BATISTA, Vera Malaguti. A governamentalização da juventude: policizando o social. **Revista Epos.**, Rio de Janeiro, v. 1., 2010.

BELFORT, Pollyanna Brandão *et al.* Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional. **Psicologia: Teoria e prática**, São Paulo, v. 18, n. 3, 2015.

BENETTI, Daniella Simões; BRINO, Rachel de Faria. Análise do processo de desligamento institucional. **Journal of Research**, p. 150-154, 2016.

BERTOL, Carolina Esmanhoto; SOUZA, Mériti de. Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias. **Psicologia: ciência e profissão**, [s. l.], v. 30, p. 824-839, 2010.

BONALUME, Bruna Carolina; JACINTO, Adriana Giaqueto. Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 22, p. 160-170, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A “Juventude” é apenas uma palavra**. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Tânia; SARAIVA, Luísa; MATOS, Paula Mena. O prolongamento da transição para a idade adulta e o conceito de adultez emergente: Especificidades do contexto português e brasileiro. **Análise Psicológica**, [s. l.], p. 301-313, 2012.

BRASIL TEM 30 MIL crianças e adolescentes em acolhimento, mas apenas 5 mil estão aptas à adoção. **Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)**. Ed. 52. 2020. [s. l.]: IBDFAM, 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/noticias/7842/Brasil+tem+30+mil+crian%C3%A7as+e+adolescentes+em+acolhimento,+mas+apenas+5+mil+est%C3%A3o+aptas+%C3%A0+ado%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília, DF: 2013.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-a, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Brasília, DF: 1927.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da república, 1990.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social [CONANDA/CNAS]. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças**. Brasília, 2009.

BUIATI, P.C; FERREIRA, A.T.B; GONTIJO, D.T. Caracterização dos processos de acolhimento institucional de grupo de irmãos. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 69-83, 2013.

CARDOSO, Heitor Mondardo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; DE CAMPOS, Dalvan Antônio. Gênero, sexualidade e saúde: mapeamento das exclusões de pessoas LGBT em Situação de Rua frente nos serviços de saúde no Município de Florianópolis, SC. **Brazilian Journal of Development**, p. 54255-54266, 2020.

CASSIANO-PEREZ, Luciana. (Org.). **Minha vida fora dali**: escuta de jovens egressos de serviços de acolhimento. Curitiba, PR: ECD, 2022.

CASSIANO-PEREZ, Luciana. **Entre o acolhimento institucional e a vida adulta**: uma análise do processo de transição. 2018. Tese de doutorado (Doutor em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CASTRO, Viveiros. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. **Boletim do Museu Nacional**, [s. l.], n. 32, p. 2-19, 1979.

CIESLIK, Mark; SIMPSON, Donald. Skills for life? Basic skills and marginal transitions from school to work. **Journal of Youth Studies**, [s. l.], v. 9, n.2, p. 213-229, 2006.

CLETOA, Mirna; COVOLANA, Nadia; SIGNORELLI, Claudio. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.28. n.3, p. 157-170, 2019.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, [s. l.], v. 57, n.1, p.2-11, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Painel do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Brasília: CNJ, 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. [S. l.]: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2006.

COSTA, Dorival; PIMENTEL, Solange Maria; TELLES, Maria Andrea. Egressos de serviços de acolhimento institucional e sua identidade e vivências sociais: desafio para a construção de saberes. **Humanidades em Perspectivas**, [s. l.], v.6. n.3, 2019.

CÔTÉ, J. E. Emerging adulthood as an institutionalized moratorium: Risks and benefits of identity formation. In: ARNETT, J. J.; TANNER, J. L. (Eds.). **Emerging adults in America: Coming of age in the 21st century** Washington, DC: American Psychological Association, 2006. p. 85-116.

CRUZEIRO, Ana Laura *et al.* Prevalência e fatores associados ao transtorno da conduta entre adolescentes: um estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 24, 2013-2020.

DANTAS, Kelly Marlyn Colaço. O retorno do punitivismo penal. **Cedipe**, [s. l.], v. 1, 2016.

DANTAS, Luísa Maria Silva. **“Criando Parentesco?” Um estudo sobre o Apadrinhamento Afetivo**. 2011. Dissertação de Mestrado (mestrado em psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DE MAUSE, Loyd. **A história da infância**. Nova York: Harper Torcbooks, 1975.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes antropológicos**, [s. l.], v. 16, n. 34, p. 49-70, 2010.

DELUZ, Ariane *et al.* **A crise da Adolescência**: debate entre psicanalistas e antropólogos, escritores, historiadores, lógicos, psiquiatras, pedagogos. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

DIAS, Vanina *et al.* Adolescentes na rede: Riscos ou ritos de passagem? **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], p.1-15, 2019.

EISENSTADT, S. N. **De geração em geração**. Tradução: Sérgio P. O. Pomerancblum. São Paulo: Perspectiva, 1976.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e saúde**, [s. l.], v.2. n. 2. jun. 2005.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 357-367, 2004.

FÁVERO, Eunice Teresinha (Coord). **Perda do pátrio poder**: aproximações a um estudo socioeconômico. São Paulo: Veras Editora, 2001.

FEIXA, Carlos. Antropología de las edades. **Ensayos de Antropología Cultural**, [s. l.], p. 319-335, 1996.

FONSECA, Claudia. A noética do vídeo etnográfico. **Horizontes Antropológicos**, [s. l.], v. 1, n. 1, 1995.

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. (Org.). **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

FONSECA, Claudia; ALLEBRANDT, Débora; AHLERT, Martina. Pensando políticas para uma realidade que não deveria existir: “egressos” do sistema de abrigos. *In.*: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. (Orgs.) **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FONSECA, Claudia. (Re)descobrimdo a adoção no Brasil trinta anos depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Runa**, v. 40, n. 2, p. 17-38, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível**: A vitimização de mulheres no Brasil. 2. Ed. [s. l.], Fórum de segurança, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021

FURLAN, SOUZA. Família, Acolhimento Institucional e Políticas Públicas: um estudo de caso. **Psicologia Política**, [s. l.], v. 14. n. 31, p. 499-516, 2014.

G1. Aumenta o número de pessoas em situação de rua no Brasil. **Jornal Hoje**, G1, [s. l.], 9 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/06/09/aumenta-o-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-diz-pesquisa.ghml>. Acesso em: 9 jul. 2022.

GALAMBOS, Nancy L.; MARTÍNEZ, M. Loreto. Poised for emerging adulthood in Latin America: A pleasure for the privileged. **Child Development Perspectives**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 109-114, 2007.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, [s. l.], v.13, n. 2, p. 567-579, 2015.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [s. l.], v. 2, 2021.

JUNG, Raul Oliveira. **A hora de dormir**: o acalanto com crianças em acolhimento institucional e seus desdobramentos. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

JÚNIOR, Álvaro Francisco de Britto; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, [s. l.], v. 7, n.7, 2012.

KUHN JUNIOR, Norberto; MELLO, Bárbara Birk de. A noção de infância e adolescência: inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na América Latina. [s. l.s.n.], 2020.

LEAL, Noêmia Soares Barbosa; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. Jovens em acolhimento institucional: desafios entre a distorção série-idade e a formação profissional. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 303-313. Natal: 2020.

LEBRETON, David. **Uma breve história da adolescência**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

LEITE, Jaciara de Oliveira; SILVA, Ana Márcia. A história da educação do corpo das crianças e jovens à margem: entre permanências e mudanças nos abrigos. IV CONGRESSO CENTRO-OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Brasília, 2010. **Anais [...]**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/4concoce/4concoce/paper/viewFile/2564/1160>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LEMONS, Adriana Guerra Abreu *et al.* Evasão nas unidades de acolhimento: discutindo seus significados. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 594-602, 2014.

LENCIONI, Caio. 47 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos no Brasil. **Redação Observatório do 3º Setor**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/47-mil-criancas-e-adolescentes-vivem-em-abrigos-no-brasil/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

LÉON, Oscar Dávila. Adolescências e Juventude: das noções às abordagens. *In*: FREITAS, Maria Virgínia de. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa, 2005.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **Historia de los jóvenes**: de la antigüedad a la edad moderna. Madrid: Taurus, 1996.

LIMA, Jacqueline Lopes de. **Do dever ao devir**: subjetividade, trabalho e saúde no serviço militar obrigatório. Dissertação de Mestrado (Dissertação em Saúde Pública). Rio de Janeiro: 2011.

LOPES, Jaqueline de Freitas; BARRETO, Maria de Lourdes Lopes. Representações dos funcionários de casas de acolhimento sobre a institucionalização de crianças e adolescentes. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 27, n.2, p. 49-77, 2016.

MACHADO, M. S.; SCOTT, J. B.; SIQUEIRA, A. C. Crianças institucionalizadas e suas famílias de origem: As imagens sociais e seus reflexos na garantia de direitos. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 91-111, 2016.

MAGALHÃES, Thiago Ramil. **A hora de dormir**: o acalanto com crianças em acolhimento institucional, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Curso de Psicologia, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MCCARTHY, Bill; WILLIAMS, Monica; HAGAN, John. Homeless youth and the transition to adulthood. *In*: MCCARTHY, Bill; WILLIAMS, Monica; HAGAN, John. **Handbook of Youth and Young Adulthood**. [s. l.]: Routledge, 2009. p. 248-256.

MEAD, Margaret. A adolescência em Samoa. *In*: CASTRO, Celso. (Org.). **Cultura e personalidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. p. 17-65.

MEDEIROS, Jéssica Santana Alves. **O abandono paterno e a culpabilização materna na política de acolhimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade de Brasília, 2016.

MEIRA, Mônica Birchler Vanzella. Sobre estruturas etárias e ritos de passagem. **Ponto e vírgula**, [s. l.], v. 5, p. 185-201, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **MPRS assina termo de cooperação para que jovens do acolhimento institucional tenham prioridade na seleção para o serviço militar**, 2022. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/infancia/55856/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

MIRANDA, Humberto. No tempo da assistência: o Código de 1927, o Juizado de Menores e os meninos do Recife. *In*: MIRANDA, Humberto. **Crianças e adolescentes**: do tempo da assistência à era dos Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROSÁRIO, Ângela Buciano do; SANTOS, Alessandro Pereira dos. Juventude e adolescência: considerações preliminares. **Psico.**, [s. l.], v. 42. n. 4, p. 457-464, 2011.

MÜLLER, Elaine. Repensando a problemática da transição à adultez. Contribuição para uma antropologia das idades. **Política e trabalho: Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 31. p. 107-125, 2009.

NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. A Criança, a Mãe Social e o Abrigo: Limites e Possibilidades. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 36-48, 2005.

OLIVEIRA, Tatiane Lacerda de; COSTA, Liana Fortunato e PENSO, Maria Aparecida. Acolhimento institucional é creche? a reintegração familiar. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, [online], v. 23, n. 2, 2017.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; MAGRIN, Juliana Cristina; CARVALHO, Julia Maria Terossi. Pesquisa qualitativa na pandemia da COVID-19: Uma experiência com homens e o tema da violência doméstica. **Investigação qualitativa em saúde: avanços e desafios**. v. 8, 2021.

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto de; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicologia: ciência e profissão**, p. 623-635, 2007.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude—alguns contributos. **Análise social**, [s. l.], p. 139-165, 1990.

PAIS, José Machado. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 18, p. 371-381, 2009.

PAIVA, Ilana Lemos de; MOREIRA, Tabita Aija Silva; LIMA, Amanda de Medeiros. Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. **Revista Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1405-1429, 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, [s. l.], n. 42, p.377-391, 2014.

PERES, Fumika; ROSENBERG, Cornélio P. Desvelando a concepção de adolescência/adolescente presente no discurso da saúde pública. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 7, p. 53-86, 1998.

PRADA, C. G.; WEBER, L. N. D. O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. **Revista de Psicologia da UNESP**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1-12, 2016.

RAMOS, Eliana Batista. Anos 60 e 70: Brasil, juventude e rock. **Revista Ágora**, Vitória, n. 10, p. 1-20, 2009.

RAUPP, Elisandra Silveira; ACCORSSI, Aline. A prática psicopedagógica em abrigos para crianças e adolescentes. **Poiésis – Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)**, Tubarão, v.10, n. Especial, p. 216-234, 2016.

RESENDE, Rui. Técnica de investigação qualitativa: ETCI. **Journal of Sport Pedagogy & Research**, [s. l.], v. 2, n.1, p. 50-57, 2016.

RIFIOTIS, Fernanda Cruz. “Egressos” de serviços de acolhimento institucional e políticas públicas: a “reversão figura-fundo”. **Revista De Antropologia**, [s. l.], v. 59, n. 3, 214-238, 2016.

RIFIOTIS, Fernanda Cruz. “Egressas” de Serviços de Acolhimento e a Invenção de Novas Possibilidades de Vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2019.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, p.105-122, 2019.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

ROCHA, Cristina; FERREIRA, Manuela; NEVES, Tiago. O que as estatísticas nos contam quando as crianças são contadas ou... As crianças nas estatísticas oficiais e a infância como construção social: Portugal, 1875-1925. **Educação, Sociedade e Cultura**, n.17, p.33-65, 2002.

RODOLPHO, Adriane Luisa. Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. **Estudos Teológicos**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 138-146, 2004.

RODRIGUES, Basília. Em mensagem ao congresso, Bolsonaro deve pedir aprovação de PEC da maioria. **CNN Brasil**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-mensagem-ao-congresso-bolsonaro-deve-pedir-aprovacao-de-pec-da-maioridade/>. Acesso em: 12 ago. 2022

ROSA, Edinete Maria *et al.* O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estudos de Psicologia**, [s. l.], v. 17, n. 3, 2012.

ROSA, Edinete Maria *et al.* O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estudos de Psicologia**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 361-368, 2012.

RUSSO, Gláucia Helena Araújo; DANTAS, Juliana Grasiela Silva. Adolescentes, acolhimento institucional e pobreza: três lados de uma mesma equação? **O Social em Questão**, v. 19, n. 35, p. 120-148. Rio de Janeiro: 2016.

SAKAMOTO, Leonardo. Bolsonaro usa título de eleitor para defender redução de maioria penal. **UOL**, [s. l.], 4 maio 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/04/bolsonaro-usa-titulo-de-eleitor-para-defender-reducao-de-maioridade-penal.htm>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SANTOS, Bettina Steren dos; ANTUNES, Denise Dalpiaz. Vida adulta, processos motivacionais e diversidade. **Educação**. Porto Alegre: 2007.

SANTOS, Alana Carla Berto, *et al.* A vulnerabilidade LGBTQIA+ e a necessidade da criação de casas de acolhimento no Brasil. **Diversitas Journal**, 2023.

SCHERER, Giovane; BARBOSA, Ana Patrícia. Do reconhecimento legal ao direito real: crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 6, n.9, p. 9-9, 2006.

SENNE, Fabio; BARBOSA, Alexandre. Internet na pandemia COVID-19: dinâmicas de digitalização e efeitos das desigualdades. **Fortaleciendo las Sociedades del Conocimiento en América Latina**, [s. l.], 2021.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo Lopes. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [s. l.], 2009.

SILVA, E. R. A. (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA. 2004.

SILVA, Fernanda Arantes. **Coletivos juvenis e transição para vida adulta**: desafios vividos por jovens da cidade de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Inês Sofia. **Características de empatia, psicopatologia, e vinculação em adolescentes com medida de acolhimento institucional**. 2019. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Algarve, 2019.

SILVA, Izabella Régis da. **Caminhos e (des) caminhos do plano nacional de convivência familiar e comunitária**: a ênfase na família para a proteção integral de crianças e adolescentes. 2010. Dissertação de mestrado (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 71–80, jan. 2006.

SNA DETALHA estatísticas da adoção e do acolhimento no Brasil, 2020. CNJ, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/estatisticas-da-adocao-e-do-acolhimento-no-brasil-sna/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SOARES, Laura Cristina Eiras; SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira; CARDOSO, Fernanda Simplicio. Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica. **Psicol. argum.**, [s. l.], v. 33, n. 82, p. 330-345, jul.-set.2015.

SOARES, Liliane Freichos Godoy *et al.* **O serviço militar obrigatório como política pública de emprego e renda para a juventude**: um estudo sobre o ingresso de jovens no batalhão de infantaria especial do Rio de Janeiro. XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2018.

SPINK, Peter Kevin; RAMOS, Ana Marcia Fornaziero. Rede socioassistencial do SUAS: configurações e desafios. **O Social em Questão**, [s. l.], n. 36, 2016.

THE LIFE AND AGE OF WOMAN. **Stages of Woman's Life from the cradle to the grave**. Prints & Photographs Online Catalog (Library of Congress). New York: James Baillie, 1848. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2006686266>. Acesso em: 6 fev. 2020.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. Produção Social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas. **Psicologia e Sociedade**, [s. l.], v. 1, n. 26, p.137-147, 2014.

TRIPOA. Guia de turismo de Porto Alegre. **Tripoa**, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://tripoa.net.br>. Acesso em: 5 jun. 2023.

TUMA, Tatiana Bernardes Vieira; PEREIRA, Andréa Ledig de Carvalho. **Da negligência aos negligenciados**. VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Maranhão, 2013.

VALE, Camile Biscola do. **Adoção na velhice**: limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gerontologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

VALLS FONAYET, Francesc. El impacto de la crisis entre los jóvenes en España. **Revista de estudios sociales**, [s. l.], v. 54, p. 134-149, 2015.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, [s. l.], v. 12, n. 2, 2008.

VIOLA, Daniela Teixeira Dutra; VORCARO, Ângela Maria Resende. A adolescência em perspectiva: Um exame da variabilidade da passagem à idade adulta entre diferentes sociedades. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s. l.], v. 34, 2018.

WINKELMANN, Fernanda Martins; GARESCHI, Neuza; HADLER, Oriana. Juventude e as práticas de patologização no acolhimento Institucional. **Psicol Argum**, [s. l.], n. 39, v. 105, p. 519-565, 2021.

APÊNDICE A — MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Fernanda Bittencourt Ribeiro, cujo objetivo trata-se de pesquisar sobre o processo de saída de acolhimentos institucionais.

A participação dos entrevistados neste procedimento envolve a aplicação de uma entrevista, que será gravada, se assim permitido. A participação nesse estudo é voluntária e se o(a) participante decidir em qualquer momento não prosseguir, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Ademais, na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a), como nome pessoal, a fim de prezar pelo seu anonimato.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do telefone: (51) XXXXX ou pela entidade responsável – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, fone (51) 3320.3681 ou e-mail: csociais-pg@pucrs.br.

Atenciosamente

Nome e assinatura

Local e data

APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Fernanda Bittencourt Ribeiro, cujo objetivo trata-se de pesquisar sobre o processo de saída de acolhimentos institucionais.

A participação dos entrevistados neste procedimento envolve a aplicação de uma entrevista, que será gravada, se assim permitido. Além disso, o consentimento de utilizar informações retiradas ao longo de todo o processo de gravação e bastidores do curta-metragem em produção pelo Sistema Pró-Cultura – RS, edital SEDAC. A participação nesse estudo é voluntária e se o(a) participante decidir em qualquer momento não prosseguir, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Ademais, na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a), como nome pessoal, a fim de prezar pelo seu anonimato.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do telefone: (51) XXXXX ou pela entidade responsável – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, fone (51) 3320.3681 ou e-mail: csociais-pg@pucrs.br.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) participante

Local e data



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br